

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

LDO - 2014, Art. 9º, inciso IV

11110101 - Receita do Principal do Imposto sobre a Importação

Portaria:

Portaria SOF nº 17, de 31.12.2003.

Amparo Legal:

Constituição Federal, arts.150, §1º, e 153, I e § 1º; Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - CTN, arts.19 a 22; Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966, art. 2º, I - para alíquota específica; Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966, art. 2º, II, e 17 a 21 - para alíquota ad valorem; Código Civil/2002, arts. 1.204 e 1.263, e art. 2º, do Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966 - para produtos abandonados ou apreendidos.

11110102 - Receita de Parcelamentos - Imposto sobre a Importação

Portaria:

Portaria SOF nº 17, de 31.12.2003. Portaria SOF nº 35, de 10.08.2007, modificou a especificação.

Amparo Legal:

Lei nº 9.964, de 11 de abril de 2000 (REFIS); Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003 (PAES); e Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, que altera as anteriores.

11110201 - Receita do Principal do Imposto sobre a Exportação

Portaria:

Portaria SOF nº 17, de 31.12.2003.

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 153, II; e Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - CTN, arts. 23 a 28.

11110202 - Receita de Parcelamentos - Imposto sobre a Exportação

Portaria:

Portaria SOF nº 17, de 31.12.2003. Portaria SOF nº 35, de 10.08.2007, modificou a especificação.

Amparo Legal:

Lei nº 9.964, de 11 de abril de 2000 (REFIS); Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003 (PAES); e Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, que altera as anteriores.

11120101 - Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Conveniados

Portaria:

Portaria SOF nº 81, de 18.12.2008, incluiu.

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 153, VI e § 4º ;Emenda Constitucional nº 42, de 19 de dezembro de 2003; Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - CTN, arts. 29 a 31; Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996; e Lei nº 11.250, de 27 de dezembro de 2005, Art. 1º.

11120102 - Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Não-Conveniados

Portaria:

Portaria SOF nº 81, de 18.12.2008, incluiu.

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 153, VI e § 4º ;Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - CTN, arts. 29 a 31;Emenda Constitucional nº 42, de 19 de dezembro de 2003; Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996; e Lei nº 11.250, de 27 de dezembro de 2005, Art. 1º.

11120410 - Pessoas Físicas

Amparo Legal:

Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995; Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999; Lei nº 11.119, de 25 de maio de 2005 ; Lei nº 11.311, de 13 de junho de 2006; Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007; e Medida Provisória nº 451, de 15 de dezembro de 2008, com vigência Prorrogada pelo Ato do Presidente da Mesa do CN nº 5, de 18 de março de 2009.

11120411 - Receita de Parcelamentos - Imposto sobre a Renda - Pessoas Físicas

Portaria:

Portaria SOF nº 01, de 03.01.2006, incluiu. Portaria SOF nº 35, de 10.08.2007, modificou a especificação.

Amparo Legal:

Lei nº 9.964, de 11 de abril de 2000 (REFIS); Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003 (PAES); e Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, que altera as anteriores.

11120421 - Pessoa Jurídica - Líquida de Incentivos

Portaria:

Portaria SOF nº 39, de 11.08.2008, excluiu. Portaria SOF nº 09, de 19.02.2009, incluiu.

Amparo Legal:

Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999; Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

11120422 - Receita de Parcelamentos - Imposto sobre a Renda - Pessoas Jurídicas

Portaria:

Portaria SOF nº 17, de 31.12.2003. Portaria SOF nº 35, de 10.08.2007, modificar a especificação.

Amparo Legal:

Lei nº 9.964, de 11 de abril de 2000 (REFIS); Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003 (PAES); e Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, que altera as anteriores.

11120423 - Imposto de Renda Pessoa Jurídica - Simples Federal e Nacional

Portaria:

Portaria SOF nº 03, de 26.04.2006, incluiu. Portaria SOF nº 21, de 28.07.2006, modificou a especificação. Portaria SOF nº 17, de 20.04.2007, excluiu. Portaria SOF nº 18, de 13.04.2010, incluiu.

Amparo Legal:

Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999; Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996 (Simples Federal, vigente até 30-06-2007); e Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 (Simples Nacional).

11120431 - Imposto de Renda Retido nas Fontes sobre os Rendimentos do Trabalho

Portaria:

Portaria SOF nº 9, de 27/06/2001

Amparo Legal:

Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999; Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995; Lei nº 11.119, de 25 de maio de 2005; Lei nº 11.311, de 13 de junho de 2006; Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007; e Medida Provisória nº 451, de 15 de dezembro de 2008, com vigência prorrogada pelo Ato nº 5, da mesa do Presidente do CN, de 18 de março de 2009.

11120432 - Imposto de Renda Retido nas Fontes sobre os Rendimentos de Capital

Amparo Legal:

Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999; Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995; Lei nº 11.119, de 25 de maio de 2005; Lei nº 11.311, de 13 de junho de 2006; Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007; e Medida Provisória nº 451, de 15 de dezembro de 2008, com vigência prorrogada pelo Ato nº 5 do Presidente da Mesa do CN, de 18 de março de 2009.

11120433 - Imposto de Renda Retido nas Fontes sobre Remessa de Recursos ao Exterior

Amparo Legal:

Decreto no 3.000, de 26 de março de 1999; Decreto nº 5.533, 06 de setembro de 2005.

11120434 - Imposto de Renda Retido nas Fontes sobre Outros Rendimentos

Amparo Legal:

Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999.

11120435 - Receita de Parcelamentos - Imposto sobre a Renda Retido na Fonte

Portaria:

Portaria SOF nº 17, de 31.12.2003. Portaria SOF nº 35, de 10.08.2007, modificar a especificação.

Amparo Legal:

Lei nº 9.964, de 11 de abril de 2000 (REFIS); Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003 (PAES); e Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, que altera as anteriores.

11130101 - Produtos do Fumo

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 153, IV e § 3º; Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 46 a 51; Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991; Lei nº 10.176, de 11 de janeiro de 2001; Lei nº 11.077, de 30 de dezembro de 2004; Emenda Constitucional nº 42, de 19 de dezembro de 2003; e Decreto no 4.542, de 26 de dezembro de 2002; Decreto no 5.618, de 13 de dezembro de 2005; Decreto no 5.697, de 07 de fevereiro de 2006; Decreto no 5.906, de 26 de setembro de 2006; Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006; Decreto no 6.006, de 28 de dezembro de 2006; Decreto no 6.072, de 03 de abril de 2007; e Emenda Constitucional no 55, de 20 de setembro de 2007.

11130102 - Bebidas

Portaria:

Portaria SOF nº 08, de 27.06.2001

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 153, IV e § 3º; Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 46 a 51; Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991; Lei nº 10.176, de 11 de janeiro de 2001; Lei nº 11.077, de 30 de dezembro de 2004; Emenda Constitucional nº 42, de 19 de dezembro de 2003; e Decreto no 4.542, de 26 de dezembro de 2002; Decreto no 5.618, de 13 de dezembro de 2005; Decreto no 5.697, de 07 de fevereiro de 2006; Decreto no 5.906, de 26 de setembro de 2006; Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006; Decreto no 6.006, de 28 de dezembro de 2006; Decreto no 6.072, de 03 de abril de 2007; e Emenda Constitucional no 55, de 20 de setembro de 2007.

11130103 - Automóveis

Portaria:

Portaria SOF nº 08, de 27.06.2001

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 153, IV e § 3º; Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 46 a 51; Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991; Lei nº 10.176, de 11 de janeiro de 2001; Lei nº 11.077, de 30 de dezembro de 2004; Emenda Constitucional nº 42, de 19 de dezembro de 2003; e Decreto no 4.542, de 26 de dezembro de 2002; Decreto no 5.618, de 13 de dezembro de 2005; Decreto no 5.697, de 07 de fevereiro de 2006; Decreto no 5.906, de 26 de setembro de 2006; Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006; Decreto no 6.006, de 28 de dezembro de 2006; Decreto no 6.072, de 03 de abril de 2007; e Emenda Constitucional no 55, de 20 de setembro de 2007.

11130104 - Vinculados à Importação

Portaria:

Portaria SOF nº 08, de 27.06.2001

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 153, IV e § 3º; Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 46 a 51; Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991; Lei nº 10.176, de 11 de janeiro de 2001; Lei nº 11.077, de 30 de dezembro de 2004; Emenda Constitucional nº 42, de 19 de dezembro de 2003; e Decreto no 4.542, de 26 de dezembro de 2002; Decreto no 5.618, de 13 de dezembro de 2005; Decreto no 5.697, de 07 de fevereiro de 2006; Decreto no 5.906, de 26 de setembro de 2006; Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006; Decreto no 6.006, de 28 de dezembro de 2006; Decreto no 6.072, de 03 de abril de 2007; e Emenda Constitucional no 55, de 20 de setembro de 2007.

11130109 - Outros Produtos

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 153, IV e § 3º; Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 46 a 51; Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991; Lei nº 10.176, de 11 de janeiro de 2001; Lei nº 11.077, de 30 de dezembro de 2004; Emenda Constitucional nº 42, de 19 de dezembro de 2003; e Decreto no 4.542, de 26 de dezembro de 2002; Decreto no 5.618, de 13 de dezembro de 2005; Decreto no 5.697, de 07 de fevereiro de 2006; Decreto no 5.906, de 26 de setembro de 2006; Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006; Decreto no 6.006, de 28 de dezembro de 2006; Decreto no 6.072, de 03 de abril de 2007; e Emenda Constitucional no 55, de 20 de setembro de 2007.

11130110 - Receita de Parcelamentos - Imposto sobre Produtos Industrializados

Portaria:

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

LDO - 2014, Art. 9º, inciso IV

<p>Portaria SOF nº 17, de 31.12.2003. Portaria SOF nº 35, de 10.08.2007, modificar a especificação. Amparo Legal: Lei nº 9.964, de 11 de abril de 2000 (REFIS); Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003 (PAES); e Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, que altera as anteriores.</p>	<p>Portaria SOF nº 96, de 28.09.2011, alterou. Amparo Legal: Lei Complementar no 89, de 18 de fevereiro de 1997.</p>
<p>11130111 - Imposto sobre Produtos Industrializados - Simples Federal e Nacional</p> <p>Portaria: Portaria SOF nº 03, de 26.04.2006, incluiu. Portaria SOF nº 21, de 28.07.2006, modificou a especificação. Portaria SOF nº 17, de 20.04.2007, excluiu. Portaria SOF nº 18, de 13.04.2010, incluiu. Amparo Legal: Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999; Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996 (Simples Federal, vigente até 30-06-2007); e Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 (Simples Nacional).</p>	<p>11211000 - Taxa de Licenciamento, Controle e Fiscalização de Materiais Nucleares e Radioativos e suas Instalações - TLC</p> <p>Amparo Legal: Lei nº 9.765, de 17 de dezembro de 1998.</p>
<p>11130301 - Imposto sobre Comercialização do Ouro</p> <p>Portaria: - Amparo Legal: Constituição Federal, art. 153, § 5º.</p>	<p>11211100 - Taxa de Fiscalização e Controle da Previdência Complementar - TAFIC</p> <p>Portaria: Portaria SOF nº 5, de 31.03.2005, incluiu. Amparo Legal: Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009; Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - CTN.</p>
<p>11130302 - Receita de Parcelamentos - Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários - Comercialização do Ouro</p> <p>Portaria: Portaria SOF nº 01, de 03.01.2006, incluiu. Portaria SOF nº 35, de 10.08.2007, modificar a especificação. Amparo Legal: Lei nº 9.964, de 11 de abril de 2000 (REFIS); Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003 (PAES); e Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, que altera as anteriores.</p>	<p>11211300 - Taxa de Fiscalização dos Produtos Controlados pelo Ministério do Exército</p> <p>Portaria: - Amparo Legal: Lei nº 10.834, de 29 de dezembro de 2003 e Decreto nº 91.575, de 27 de agosto de 1985.</p>
<p>11130309 - Imposto sobre as Demais Operações</p> <p>Portaria: - Amparo Legal: Constituição Federal, art. 153, V e § 1º; Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - CTN, art. 63 a 66; e Emenda Constitucional no 42, de 19 de dezembro de 2003.</p>	<p>11211400 - Taxa de Fiscalização dos Mercados de Títulos e Valores Mobiliários</p> <p>Portaria: - Amparo Legal: Lei nº 7.940, de 20 de novembro de 1989.</p>
<p>11130310 - Receita de Parcelamentos - Imposto sobre Operações de Créditos, Câmbio e Seguro ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários</p> <p>Portaria: Portaria SOF nº 17, de 31.12.2003. Portaria SOF nº 35, de 10.08.2007, modificar a especificação. Amparo Legal: Lei nº 9.964, de 11 de abril de 2000 (REFIS); Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003 (PAES); e Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, que altera as anteriores.</p>	<p>11211500 - Taxa de Fiscalização dos Mercados de Seguro, de Capitalização e da Previdência Privada Aberta</p> <p>Amparo Legal: Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, art. 48.</p>
<p>11210100 - Taxa de Fiscalização dos Serviços de Irrigação e Operação da Adução de Água</p> <p>Portaria: Portaria SOF nº 28, de 13.09.2006, excluiu. Portaria SOF nº 39, de 11.08.2008, incluiu. Amparo Legal: Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000; e Medida Provisória no 437, de 29 de julho de 2008. (Obs.: Revogada pela Lei nº 11.805, de 2008).</p>	<p>11211600 - Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica</p> <p>Amparo Legal: Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, arts. 12 e 13.</p>
<p>11210201 - Taxa de Fiscalização de Instalação</p> <p>Portaria: Portaria SOF nº 43, de 04.09.2008, incluiu. Amparo Legal: Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966, art. 6º; Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, art. 2º, f; e Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008, Art. 33.</p>	<p>11211700 - Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária</p> <p>Amparo Legal: Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, arts. 23 a 26.</p>
<p>11210202 - Taxa de Fiscalização de Funcionamento</p> <p>Portaria: Portaria SOF nº 43, de 04.09.2008, incluiu. Amparo Legal: Lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966, art. 6º; Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, art. 2º, f; e Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008, Art. 33.</p>	<p>11212001 - Taxa por Plano de Assistência à Saúde</p> <p>Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002. Amparo Legal: Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, arts. 18 a 25.</p>
<p>11210300 - Taxa de Controle e Fiscalização de Produtos Químicos</p> <p>Portaria: Portaria SOF nº 03, de 06.06.2002, modificou a especificação. Amparo Legal: Lei nº 10.357, de 27 de dezembro de 2001.</p>	<p>11212002 - Taxa por Registro de Produto</p> <p>Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002. Amparo Legal: Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, art. 18 a 25.</p>
<p>11210401 - Taxa do Departamento de Polícia Federal - Segurança Privada</p> <p>Portaria: Portaria SOF nº 45, de 26.05.2010, incluiu. Amparo Legal: Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983; Lei nº 9.017, de 30 de março de 1995, art. 17 e Anexo; Lei Complementar nº 89, de 18 de fevereiro de 1997; Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003.</p>	<p>11212003 - Taxa por Alteração de Dados de Produto</p> <p>Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002. Amparo Legal: Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, art. 18 a 25.</p>
<p>11210402 - Taxa do Departamento de Polícia Federal - Sistema Nacional de Armas</p> <p>Portaria: Portaria SOF nº 45, de 26.05.2010, incluiu. Amparo Legal: Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003; Lei nº 11.706, de 19 de junho de 2008.</p>	<p>11212004 - Taxa por Registro de Operadora</p> <p>Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002. Amparo Legal: Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, art. 18 a 25.</p>
<p>11210500 - Taxas de Migração</p> <p>Portaria: -</p>	<p>11212005 - Taxa por Alteração de Dados de Operadora</p> <p>Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002. Amparo Legal: Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, art. 18 a 25.</p>
	<p>11212006 - Taxa por Pedido de Reajuste de Contraprestação Pecuniária</p> <p>Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002. Amparo Legal: Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, art. 18 a 25.</p>
	<p>11212100 - Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental</p> <p>Portaria: Portaria SOF nº 03, de 18.05.2000. Amparo Legal: Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981; Lei nº 10.165, de 27 de dezembro de 2000; e Lei nº 11.284, de 02 de março de 2006.</p>

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

LDO - 2014, Art. 9º, inciso IV

ADCT da CF/88, arts. 74; 75; 80, I; 84; 85; e 90 caput e §§ 1º e 2º; Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996; Emenda Constitucional nº 37, de 12 de junho de 2002; Emenda Constitucional nº 42, de 19 de dezembro de 2003; Lei nº 10.892, de 13 de julho de 2004; Lei nº 11.312, de 27 de junho de 2006; e Lei nº 11.482, de 31 de maio de 2007.

12101302 - Receita de Parcelamentos - Contribuição sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira

Portaria:

Portaria SOF nº 17, de 31.12.2003, incluiu. Portaria SOF nº 35, de 10.08.2007, modificou a especificação.

Amparo Legal:

Lei nº 9.964, de 11 de abril de 2000 (REFIS); Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003 (PAES); e Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, que altera as anteriores.

12101500 - Contribuição para Custeio das Pensões Militares

Amparo Legal:

Lei nº 3.765, de 4 de maio de 1960; Medida Provisória nº 2.215, de 31 de agosto de 2001; Lei nº 10.486, de 4 de julho de 2002; Decreto nº 4.307, de 18 de julho de 2002; e Art. 76 do ADCT da CF/88, referente aos 20% da Desvinculação de Receitas da União - DRU.

12101700 - Contribuição sobre a Receita de Sorteios Realizados por Entidades Filantrópicas

Portaria:

Portaria SOF nº 03, de 06.06.2002, modificou a especificação.

Amparo Legal:

Lei nº 5.768, de 20 de dezembro de 1971; Lei nº 5.864, de 12 de dezembro de 1972; Portaria nº 413/MJ, de 19 de maio de 1997; Portaria nº 1.285/MJ, de 19 de dezembro de 1997; e Portaria SEAE/MF nº 88, de 28 de setembro de 2000.

12101801 - Contribuição sobre a Receita da Loteria Federal

Portaria:

Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002.

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 195, III; Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, art. 2º, VIII; Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, arts. 11 e 26; Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, art. 5º, VIII; Lei nº 8.436, de 25 de junho de 1992, art. 5º, III; Lei nº 9.288, de 1º de julho de 1996; Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, arts. 6º, 8º, 9º e 56; Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, art. 2º, II; Decreto nº 2.290, de 4 de agosto de 1997, art. 1º; Portaria do Ministério da Fazenda nº 223, de 9 de julho de 2002; Lei nº 10.891, de 09 de julho de 2004 - Bolsa Atletas; Lei nº 11.345, de 14 de setembro de 2006; Portaria do Ministério da Fazenda nº 30, de 8 de fevereiro de 2008; e Lei nº 12.395, de 16 de março de 2011.

12101802 - Contribuição sobre a Receita de Loterias Esportivas

Portaria:

Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002.

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 195, III; Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, art. 2º, VIII; Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, arts. 11 e 26; Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, art. 5º, VIII; Lei nº 8.436, de 25 de junho de 1992, art. 5º, III; Lei nº 9.288, de 1º de julho de 1996; Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, arts. 6º, 8º, 9º e 56; Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, art. 2º, II; Decreto nº 2.290, de 4 de agosto de 1997, art. 1º; Portaria do Ministério da Fazenda nº 223, de 9 de julho de 2002; Lei nº 10.891, de 09 de julho de 2004 - Bolsa Atletas; Lei nº 11.345, de 14 de setembro de 2006; Portaria do Ministério da Fazenda nº 30, de 8 de fevereiro de 2008; e Lei nº 12.395, de 16 de março de 2011.

12101803 - Contribuição sobre a Receita de Concursos Especiais de Loterias Esportivas

Portaria:

Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002.

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 195, III; Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, art. 2º, VIII; Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, arts. 11 e 26; Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, art. 5º, VIII; Lei nº 8.436, de 25 de junho de 1992, art. 5º, III; Lei nº 9.288, de 1º de julho de 1996; Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, arts. 6º, 8º, 9º e 56; Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, art. 2º, II; Decreto nº 2.290, de 4 de agosto de 1997, art. 1º; Portaria do Ministério da Fazenda nº 223, de 9 de julho de 2002; Lei nº 10.891, de 09 de julho de 2004 - Bolsa Atletas; Lei nº 11.345, de 14 de setembro de 2006; Portaria do Ministério da Fazenda nº 30, de 8 de fevereiro de 2008; e Lei nº 12.395, de 16 de março de 2011.

12101804 - Contribuição sobre a Receita de Loterias de Números

Portaria:

Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002.

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 195, III; Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, art. 2º, VIII; Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, arts. 11 e 26; Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, art. 5º, VIII; Lei nº 8.436, de 25 de junho de 1992, art. 5º, III; Lei nº 9.288, de 1º de julho de 1996; Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, arts. 6º, 8º, 9º e 56; Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, art. 2º, II; Decreto nº 2.290, de 4 de agosto de 1997, art. 1º; Portaria do Ministério da Fazenda nº 223, de 9 de julho de 2002; Lei nº 10.891, de 09 de julho de 2004 - Bolsa Atletas; Lei nº 11.345, de 14 de setembro de 2006; Portaria do Ministério da Fazenda nº 30, de 8 de fevereiro de 2008; e Lei nº 12.395, de 16 de março de 2011.

12101805 - Contribuição sobre a Receita da Loteria Instantânea

Portaria:

Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002.

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 195, III; Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, art. 2º, VIII; Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, arts. 11 e 26; Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, art. 5º, VIII; Lei nº 8.436, de 25 de junho de 1992, art. 5º, III; Lei nº 9.288, de 1º de julho de 1996; Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, arts. 6º, 8º, 9º e 56; Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, art. 2º, II; Decreto nº 2.290, de 4 de agosto de 1997, art. 1º; Portaria do Ministério da Fazenda nº 223, de 9 de julho de 2002; Lei nº 10.891, de 09 de julho de 2004 - Bolsa Atletas; Lei nº 11.345, de 14 de setembro de 2006; Portaria do Ministério da Fazenda nº 30, de 8 de fevereiro de 2008; e Lei nº 12.395, de 16 de março de 2011.

12101806 - Prêmios Prescritos da Loteria Federal

Portaria:

Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002.

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 195, III; Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, art. 2º, VIII; Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, arts. 11 e 26; Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, art. 5º, VIII; Lei nº 8.436, de 25 de junho de 1992, art. 5º, III; Lei nº 9.288, de 1º de julho de 1996; Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, arts. 6º, 8º, 9º e 56; Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, art. 2º, II; Decreto nº 2.290, de 4 de agosto de 1997, art. 1º; Portaria do Ministério da Fazenda nº 223, de 9 de julho de 2002; Lei nº 10.891, de 09 de julho de 2004 - Bolsa Atletas; Lei nº 11.345, de 14 de setembro de 2006; Portaria do Ministério da Fazenda nº 30, de 8 de fevereiro de 2008; e Lei nº 12.395, de 16 de março de 2011.

12101807 - Contribuição sobre a Receita de Outros Concursos de Prognósticos

Portaria:

Portaria SOF nº 28, de 13.09.2006, incluiu.

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 195, III; Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, art. 2º, VIII; Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, arts. 11 e 26; Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, art. 5º, VIII; Lei nº 8.436, de 25 de junho de 1992, art. 5º, III; Lei nº 9.288, de 1º de julho de 1996; Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, arts. 6º, 8º, 9º e 56; Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, art. 2º, II; Decreto nº 2.290, de 4 de agosto de 1997, art. 1º; Portaria do Ministério da Fazenda nº 223, de 9 de julho de 2002; Lei nº 10.891, de 09 de julho de 2004 - Bolsa Atletas; Lei nº 11.345, de 14 de setembro de 2006; Portaria do Ministério da Fazenda nº 30, de 8 de fevereiro de 2008; e Lei nº 12.395, de 16 de março de 2011.

12101808 - Contribuição Sobre a Receita de Concurso de Prognóstico Específico Destinado ao Desenvolvimento da Prática Desportiva - Modalidade Futebol (TimeMania)

Portaria:

Portaria SOF nº 49, de 15.12.2006, incluiu.

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 195, III; Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, art. 2º, VIII; Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, arts. 11 e 26; Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, art. 5º, VIII; Lei nº 8.436, de 25 de junho de 1992, art. 5º, III; Lei nº 9.288, de 1º de julho de 1996; Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, arts. 6º, 8º, 9º e 56; Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, art. 2º, II; Decreto nº 2.290, de 4 de agosto de 1997, art. 1º; Portaria do Ministério da Fazenda nº 223, de 9 de julho de 2002; Lei nº 10.891, de 09 de julho de 2004 - Bolsa Atletas; Lei nº 11.345, de 14 de setembro de 2006; Decreto nº 6.187, de 14 de agosto de 2007; Portaria do Ministério da Fazenda nº 30, de 8 de fevereiro de 2008; e Lei nº 12.395, de 16 de março de 2011.

12101809 - Outros Prêmios Prescritos

Portaria:

Portaria SOF nº 49, de 15.12.2006, incluiu.

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 195, III; Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, art. 2º, VIII; Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, arts. 11 e 26; Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, art. 5º, VIII; Lei nº 8.436, de 25 de junho de 1992, art. 5º, III; Lei nº 9.288, de 1º de julho de 1996; Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, arts. 6º, 8º, 9º e 56; Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, art. 2º, II; Decreto nº 2.290, de 4 de agosto de 1997, art. 1º; Portaria do Ministério da Fazenda nº 223, de 9 de julho de 2002; Lei nº 10.891, de 09 de julho de 2004 - Bolsa Atletas; Lei nº 11.345, de 14 de setembro de 2006; Portaria do Ministério da Fazenda nº 30, de 8 de fevereiro de 2008; e Lei nº 12.395, de 16 de março de 2011.

12102901 - Contribuição Patronal de Servidor Ativo Civil para o Regime Próprio

Portaria:

Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002. Portaria SOF nº 07, de 28.05.2004, modificou a especificação. Portaria SOF nº 11, de 12.08.2004, modificou a especificação. Portaria SOF nº 03, de 26.04.2006, modificou a especificação. Portaria SOF nº 49, de 15.12.2006, modificou a especificação. Portaria SOF nº 39, de 11.08.2008, alterou.

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 40; Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003; Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, Art. 39; e Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.

12102907 - Contribuição do Servidor Ativo Civil para o Regime Próprio

Portaria:

Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002. Portaria SOF nº 07, de 28.05.2004, modificou a especificação. Portaria SOF nº 49, de 15.12.2006, modificou a especificação. Portaria SOF nº 39, de 11.08.2008, alterou.

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 40; Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003; Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, Art. 39; e Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.

12102909 - Contribuições do Servidor Inativo Civil para o Regime Próprio

Portaria:

Portaria SOF nº 07, de 28.05.2004, incluiu. Portaria SOF nº 49, de 15.12.2006, modificou a especificação. Portaria SOF nº 39, de 11.08.2008, alterou.

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 40; Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003; Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, Art. 39; e Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.

12102911 - Contribuições de Pensionista Civil para o Regime Próprio

Portaria:

Portaria SOF nº 07, de 28.05.2004, incluiu. Portaria SOF nº 49, de 15.12.2006, modificou a especificação. Portaria SOF nº 39, de 11.08.2008, alterou.

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 40; Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003; Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, Art. 39; e Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.

12102913 - Contribuição Previdenciária para Amortização do Déficit Atuarial

Portaria:

Portaria SOF nº 49, de 15.12.2006, incluiu.

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 40; Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003; Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, Art. 39; e Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.

12102915 - Contribuição Previdenciária em Regime de Parcelamento de Débitos - RPPS

Portaria:

Portaria SOF nº 49, de 15.12.2006, incluiu. Portaria SOF nº 09, de 19.02.2009, alterou.

Amparo Legal:

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

LDO - 2014, Art. 9º, inciso IV

Constituição Federal, art. 40; Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003; Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, Art. 39; e Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.	Amparo Legal: Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, art. 22, inciso II.
12102916 - Receita de Recolhimento da Contribuição Patronal, oriunda do Pagamento de Sentenças Judiciais	12103009 - Contribuição Previdenciária sobre Reclamatória Trabalhista
Portaria: Portaria SOF nº 48, de 10.09.2009, incluiu. Amparo Legal: Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, art. 16-A e parágrafo único; Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009; e Lei nº 12.350, de 20 de dezembro de 2010.	Portaria: Portaria SOF nº 08, de 27.06.2001 Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002, modificou a especificação. Amparo Legal: Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, art. 43 e Lei nº 8.620, de 5 de janeiro de 1993.
12102917 - Receita de Recolhimento da Contribuição do Servidor Ativo Civil, oriunda do Pagamento de Sentenças Judiciais	12103010 - Contribuição Previdenciária em Regime de Parcelamento de Débito dos Municípios
Portaria: Portaria SOF nº 48, de 10.09.2009, incluiu. Amparo Legal: Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, art. 16-A e parágrafo único; Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009; e Lei nº 12.350, de 20 de dezembro de 2010.	Portaria: Portaria SOF nº 15, de 17.08.2001 Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002, modificou a especificação. Amparo Legal: Lei nº 9.639, de 25 de maio de 1998; e Medida Provisória nº 2.187, de 24 de agosto de 2001.
12102918 - Receita de Recolhimento da Contribuição do Servidor Inativo Civil, oriunda do Pagamento de Sentenças Judiciais	12103011 - Contribuição Previdenciária do Seguro Obrigatório - Empregário
Portaria: Portaria SOF nº 48, de 10.09.2009, incluiu. Amparo Legal: Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, art. 16-A e parágrafo único; Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009; e Lei nº 12.350, de 20 de dezembro de 2010.	Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002. Amparo Legal: Lei nº 9.876, de 26 de novembro de 1999.
12102919 - Receita de Recolhimento de Pensionista Civil, oriunda do Pagamento de Sentenças Judiciais	12103012 - Contribuição Previdenciária do Seguro Facultativo
Portaria: Portaria SOF nº 48, de 10.09.2009, incluiu. Amparo Legal: Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, art. 16-A e parágrafo único; Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009; e Lei nº 12.350, de 20 de dezembro de 2010.	Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002. Amparo Legal: Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e suas alterações.
12103001 - Contribuição Previdenciária do Segurado Obrigatório - Contribuinte Individual	12103013 - Contribuição Previdenciária do Segurado Especial
Portaria: Portaria SOF nº 08, de 27.06.2001 Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002, modificou a especificação. Amparo Legal: Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991; Lei nº 9.876, de 26 de novembro de 1999; Decreto nº 3.048, 06 de maio de 1999; e Decreto nº 5.586, de 19 de novembro de 2005.	Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002. Amparo Legal: Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e suas alterações.
12103002 - Contribuição do Segurado Assalariado	12103014 - Contribuição Previdenciária do Segurado Obrigatório - Empregado Doméstico
Portaria: Portaria SOF nº 08, de 27.06.2001 Amparo Legal: Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991; Lei nº 9.876, de 26 de novembro de 1999; Decreto nº 3.048, 06 de maio de 1999; e Decreto nº 5.586, de 19 de novembro de 2005.	Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002. Amparo Legal: Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.
12103003 - Contribuição Previdenciária da Empresa sobre Segurado Assalariado	12103015 - Contribuição Previdenciária dos Órgãos do Poder Público
Portaria: Portaria SOF nº 08, de 27.06.2001 Amparo Legal: Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991; Lei nº 9.876, de 26 de novembro de 1999; Decreto nº 3.048, 06 de maio de 1999; e Decreto nº 5.586, de 19 de novembro de 2005.	Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002. Amparo Legal: Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, art. 42.
12103004 - Contribuição Previdenciária da Empresa Optante pelo SIMPLES	12103016 - Contribuição Previdenciária das Entidades Filantrópicas
Portaria: Portaria SOF nº 08, de 27.06.2001 Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002, modificou a especificação. Amparo Legal: Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999; Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996 - Simples Federal, vigente até 30-06-2007; e Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 - Simples Nacional.	Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002. Amparo Legal: Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, art. 55; e Constituição Federal, art. 195, § 7º.
12103005 - Contribuição Previdenciária sobre Espetáculo Desportivo	12103017 - Contribuição Previdenciária - Retenção sobre Nota Fiscal - Sub-rogação
Portaria: Portaria SOF nº 08, de 27.06.2001 Amparo Legal: Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991; Lei nº 9.876, de 26 de novembro de 1999; Decreto nº 3.048, 06 de maio de 1999; e Decreto nº 5.586, de 19 de novembro de 2005.	Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002. Amparo Legal: Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991, art. 31.
12103006 - Contribuição Previdenciária sobre a Produção Rural	12103018 - Arrecadação FIES - Certificados Financeiros do Tesouro Nacional
Portaria: Portaria SOF nº 08, de 27.06.2001 Amparo Legal: Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991; Lei nº 9.876, de 26 de novembro de 1999; Decreto nº 3.048, 06 de maio de 1999; Lei nº 10.256, de 9 de julho de 2001; e Decreto nº 5.586, de 19 de novembro de 2005.	Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002. Amparo Legal: Lei no 10.260, de 12 de julho de 2001.
12103007 - Contribuição Previdenciária em Regime de Parcelamento de Débitos - RGPS	12103021 - Contribuição Previdenciária na Forma de Depósito Judicial, Recursal e Custas Judiciais
Portaria: Portaria SOF nº 08, de 27.06.2001 Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002, modificou a especificação. Portaria SOF nº 09, de 19.02.2009, alterou. Amparo Legal: Lei nº 9.964, de 11 de abril de 2000 (REFIS); Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003 (PAES); e Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, que altera as anteriores.	Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002. Amparo Legal: Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991; Decreto no 3.048, 06 de maio de 1999; Decreto no 5.586, de 19 de novembro de 2005.
12103008 - Contribuição Previdenciária para o Seguro de Acidente do Trabalho	12103022 - Contribuição Previdenciária das Cooperativas de Trabalho Descontadas do Cooperado
Portaria: Portaria SOF nº 08, de 27.06.2001	Portaria: Portaria SOF nº 08, de 15.08.2003. Amparo Legal: Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991; Decreto no 3.048, 06 de maio de 1999; Decreto no 5.586, de 19 de novembro de 2005.
	12103023 - Receita de Parcelamentos - Contribuição dos Empregadores e Trabalhadores para a Seguridade Social
	Portaria: Portaria SOF nº 17, de 31.12.2003, incluiu. Portaria SOF nº 35, de 10.08.2007, modificar a especificação.

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

LDO - 2014, Art. 9º, inciso IV

Amparo Legal: Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991;Decreto no 3.048, 06 de maio de 1999;Decreto no 5.586, de 19 de novembro de 2005.	Lei no 9.615, de 24 de março de 1998;Lei no 9.981, de 14 de julho de 2000;Decreto no 3.659, de 14 de novembro de 2000; e Medida Provisória no 2216-37, de 31 de agosto de 2001.
12103024 - Contribuição Previdenciária da Empresa sobre o Segurado Assalariado Incidente sobre a Receita Bruta Portaria: Natureza de Receita criada pela Portaria SOF no 179, de 13 de dezembro de 2011. Amparo Legal: Arts. 7o e 8o da Medida Provisória no 540, de 02 de agosto de 2011; e Incisos I e III, do art. 22, da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991.	12104700 - Contribuição Relativa à Despedida de Empregado sem Justa Causa Portaria: Portaria SOF nº 15, de 17.08.2001 Amparo Legal: Lei Complementar no 110, de 20 de junho de 2001;Lei no 8.036, de 11 de maio de 1990;Lei no 8.844, de 20 de janeiro de 1994; e Decreto no 3.914, de 11 de setembro de 2001.
12103099 - Outras Contribuições Previdenciárias Portaria: Portaria SOF nº 08, de 27.06.2001 Amparo Legal: Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991;Decreto no 3.048, 06 de maio de 1999;Decreto no 5.586, de 19 de novembro de 2005.	12104800 - Contribuição sobre a Remuneração Devida ao Trabalhador Portaria: Portaria SOF nº 15, de 17.08.2001 Amparo Legal: Lei Complementar no 110, de 20 de junho de 2001;Lei no 8.036, de 11 de maio de 1990;Lei no 8.844, de 20 de janeiro de 1994; e Decreto no 3.914, de 11 de setembro de 2001.
12103101 - Contribuição para o Fundo de Saúde dos Policiais Militares do Distrito Federal Portaria: Portaria SOF nº 39, de 07.05.2010, incluiu. Amparo Legal: Lei nº 7.289, de 18/12/84 e Lei nº 10486, de 04/07/2002.	12109900 - Outras Contribuições Sociais Amparo Legal: Constituição Federal, art. 149 e 195.
12103102 - Contribuição para o Fundo de Saúde dos Bombeiros Militares do Distrito Federal Portaria: Portaria SOF nº 39, de 07.05.2010, incluiu. Amparo Legal: Lei nº 7.289, de 18/12/84 e Lei nº 10486, de 04/07/2002. Natureza criada pela Portaria SOF nº 39, de 07 de maio de 2010. Lei no 2.613, de 23 de setembro de 1955; Decreto-Lei no 1.146, de 31 de dezembro de 1970 Lei no 7.231, de 23 de outubro de 1984; e Decreto no 90.393, de 30 de outubro de 1984 (revogado).	12200100 - Contribuição para o Programa de Integração Nacional - PIN Amparo Legal: Art. 5o do Decreto-Lei no 1.106, de 16 de junho de 1970;Art. 2o da Lei no 8.167, de 16 de janeiro de 1991;Art. 13 da Lei no 10.177, de 15 de janeiro de 2001; e Arts. 599 e 602 do Decreto no 3.000, de 26 de março de 1999.
12103201 - Contribuição Industrial Rural Amparo Legal: Lei nº 8.212, de 24/07/91, Lei no 2.613, de 23 de setembro de 1955; Decreto-Lei no 1.146, de 31 de dezembro de 1970; Lei no 7.231, de 23 de outubro de 1984; e Decreto no 90.393, de 30 de outubro de 1984 (revogado).	12200200 - Contribuição para o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste - PROTERRA Amparo Legal: Art. 6o do Decreto-Lei no 1.179, de 6 de julho de 1971;Art. 2o da Lei no 8.167, de 16 de janeiro de 1991;Art. 13 da Lei no 10.177, de 15 de janeiro de 2001; e Arts. 599 e 602 do Decreto no 3.000, de 26 de março de 1999.
12103203 - Adicional à Contribuição Previdenciária Amparo Legal: Lei no 2.613, de 23 de setembro de 1955;Decreto-Lei no 1.146, de 31 de dezembro de 1970;Lei no 7.231, de 23 de outubro de 1984; eDecreto no 90.393, de 30 de outubro de 1984 (revogado).	12200301 - Contribuições sobre Selo Especial de Controle Amparo Legal: Art. 46 da Lei no 4.502, de 30 de novembro de 1964;Art. 3o do Decreto-Lei no 1.437, de 17 de dezembro de 1975;Lei no 9.532, de 10 de dezembro de 1997; eDecreto no 4.544, de 26 de dezembro de 2002.
12103701 - Receita do Principal das Contribuições para o PIS/PASEP Portaria: Portaria SOF nº 17, de 31.12.2003, incluiu. Amparo Legal: Lei Complementar no 7, de 7 de setembro de 1970;Lei Complementar no 8, de 3 de dezembro de 1970;Lei no 9.715, de 25 de novembro de 1998;Lei no 10.637, de 30 de dezembro de 2002;Lei no 10.865, de 30 de abril de 2004;Lei no 10.925, de 23 de julho de 2004;Lei no 11.196, de 21 de novembro de 2005;Decreto no 5.530, de 22 de dezembro de 2005;Decreto no 5.881, de 31 de agosto de 2006;Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006; e Decreto no 6.127, de 18 de junho de 2007.	12200302 - Contribuições sobre as Lojas Francas, Entrepósitos Aduaneiros e Depósitos Alfandegados Portaria: Portaria Amparo Legal: Decreto-Lei no 1.437, de 17 de dezembro de 1975;Decreto-Lei no 1.455, de 1976, art. 9o e 22o;Decreto no 4.543, de 26 de dezembro de 2002;Portaria do Ministério da Fazenda no 204, de 22 de agosto de 1996; e Instrução Normativa/SRF no 180, de 24 de julho de 2002.
12103702 - Receita de Parcelamentos - Contribuições para o PIS/PASEP Portaria: Portaria SOF nº 17, de 31.12.2003, incluiu. Portaria SOF nº 35, de 10.08.2007, modificar a especificação. Amparo Legal: Lei Complementar no 7, de 7 de setembro de 1970;Lei Complementar no 8, de 3 de dezembro de 1970;Lei no 9.715, de 25 de novembro de 1998;Lei no 10.637, de 30 de dezembro de 2002;Lei no 10.865, de 30 de abril de 2004;Lei no 10.925, de 23 de julho de 2004;Lei no 11.196, de 21 de novembro de 2005;Decreto no 5.530, de 22 de dezembro de 2005;Decreto no 5.881, de 31 de agosto de 2006;Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006; eDecreto no 6.127, de 18 de junho de 2007.	12200500 - Contribuição sobre Apostas em Competições Hípicas Amparo Legal: Lei no 7.291, de 19 de dezembro de 1984; e Decreto no 96.993, de 17 de outubro de 1988.
12103801 - Receita do Principal da Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas Portaria: Portaria SOF nº 17, de 31.12.2003, incluiu. Amparo Legal: Lei no 7.689, de 15 de dezembro de 1988;Lei no 9.249, de 26 de dezembro de 1995;Medida Provisória no 2.158-35, de 24 de agosto de 2001;Lei no 10.637, de 30 de dezembro de 2002;Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006; eMedida Provisória nº 413, de 3 de janeiro de 2008 (Art. 17).	12200601 - Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional - Remessas Portaria: Portaria SOF nº 03, de 06.06.2002 Amparo Legal: Medida Provisória no 2.228, de 6 de setembro de 2001;Lei no 10.454, de 13 de maio de 2002; e Lei no 11.437, de 28 de dezembro de 2006.
12103802 - Receita de Parcelamentos - Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas Portaria: Portaria SOF nº 17, de 31.12.2003, incluiu. Portaria SOF nº 35, de 10.08.2007, modificar a especificação. Amparo Legal: Lei no 7.689, de 15 de dezembro de 1988;Lei no 9.249, de 26 de dezembro de 1995;Medida Provisória no 2.158-35, de 24 de agosto de 2001;Lei no 10.637, de 30 de dezembro de 2002;Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006; e Medida Provisória nº 413, de 3 de janeiro de 2008 (Art. 17).	12200602 - Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional - Títulos Portaria: Portaria SOF nº 03, de 06.06.2002 Amparo Legal: Medida Provisória no 2.228, de 6 de setembro de 2001; Lei no 10.454, de 13 de maio de 2002; e Lei no 11.437, de 28 de dezembro de 2006.
12104500 - Contribuição sobre Jogos de Bingo Portaria: Portaria SOF nº 08, de 27.06.2001 Amparo Legal:	12200603 - Receita de Distribuição de Conteúdos Audiovisuais por Prestadores de Serviço de Acesso Condicionado Portaria: Natureza de Receita criada pela Portaria SOF no 179, de 13 de dezembro de 2011. Amparo Legal: Inciso II do art. 32 da MP no 2.228-1, de 2001, além dos arts. 33, 35, 36, 38, 47 e 48, e do Anexo I da referida MP; Arts. 2o a 4o, da Lei no 11.437, de 28 de dezembro de 2006; Arts. 27 e 40 da Lei no 12.485 de 12 de setembro de 2011; e Art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.
	12201600 - Adicional sobre as Tarifas de Passagens Aéreas Domésticas Amparo Legal: Decreto no 76.590, de 11 de novembro de 1975;Decreto no 98.996 de 02 de março de 1990;Portaria no 101/GC-5, de 22 de fevereiro de 2000; eLei no 11.182, de 27 de setembro de 2005, art. 42.
	12201800 - Cota-parte do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante Amparo Legal: Decreto-Lei no 2.404, de 23 de dezembro de 1987;Lei no 9.432, de 8 de janeiro de 1997;Lei no

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

LDO - 2014, Art. 9º, inciso IV

10.893, de 13 de julho de 2004.	12204202 - Contribuição sobre o Faturamento das Empresas de Informática Instaladas nas Demais Regiões - Excedente Portaria: Portaria SOF nº 06, de 23.02.2010, incluiu. Amparo Legal: Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991.Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991. § 3º, do art.10º, do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.
12202400 - Contribuição sobre a Receita das Concessionárias e Permissionárias de Energia Elétrica Amparo Legal: Lei no 9.991, de 24 de julho de 2000; Decreto no 3.867, de 16 de julho de 2001;Lei no 10.848, de 2004;Lei no 12.111, de 9 de dezembro de 2009; eDecreto no 7.204, de 8 de junho de 2010.	12204203 - Contribuição sobre o Faturamento das Empresas de Informática Instaladas nas Demais Regiões - Residual Portaria: Portaria SOF nº 06, de 23.02.2010, incluiu. Amparo Legal: Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991.Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991.Art. 35º, do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.
12202500 - Contribuição pela Licença de Uso, Aquisição ou Transferência de Tecnologia Amparo Legal: Lei no 10.168, de 29 de dezembro de 2000; eDecreto no 4.195, de 11 de abril de 2002.	12204204 - Contribuição sobre o Faturamento das Empresas de Informática Instaladas nas Demais Regiões - Parcelamento de Débitos Portaria: Portaria SOF nº 06, de 23.02.2010, incluiu. Amparo Legal: Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991.Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991.Art. 37º, do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.
12202601 - Contribuição sobre a Receita Operacional Bruta, Decorrente de Prestação de Serviços de Telecomunicações Amparo Legal: Lei no 9.998 de 17 de agosto de 2000; e Decreto no 3.624, de 05 de dezembro de 2000.	12209901 - Outras Contribuições Econômicas - Principal Portaria: Portaria SOF nº 01, de 03.01.2006, incluiu. Amparo Legal: Constituição Federal, art. 149.
12202602 - Contribuição sobre a Receita Bruta das Empresas Prestadoras de Serviços de Telecomunicações Amparo Legal: Lei no 10.052, de 28 de novembro de 2000; e Decreto no 3.737, de 30 de janeiro de 2001.	12209902 - Parcelamentos - Outras Contribuições Econômicas Portaria: Portaria SOF nº 01, de 03.01.2006, incluiu. Portaria SOF nº 35, de 10.08.2007, modificar a especificação. Amparo Legal: Constituição Federal, art. 149.
12202801 - Contribuição Relativa as Atividades de Importação de Petróleo e seus derivados, Gás Natural e Alcool Carburante Portaria: Portaria SOF nº 15, de 04.12.2002 Amparo Legal: Emenda Constitucional no 33 de 11 de dezembro de 2001;Emenda constitucional no 44, de 30 de junho de 2004;Lei no 10.336, de 19 de dezembro de 2001;Lei no 10.636, de 30 de dezembro de 2002;Lei no 10.866, de 4 de maio de 2004.	13110000 - Aluguéis Amparo Legal: Decreto-Lei no 9.760, de 5 de setembro de 1946;Decreto-Lei no 2.398, de 21 de dezembro de 1987;Lei no 9.636, de 15 de maio de 1998;Decreto no 3.725, de 10 de janeiro de 2001; e Lei no 11.481, de 31 de maio de 2007.
12202802 - Contribuição Relativa as Atividades de Comercialização de Petróleo e seus Derivados, Gás Natural e Alcool Carburante Portaria: Portaria SOF nº 15, de 04.12.2002 Amparo Legal: Emenda Constitucional no 33, de 11 de dezembro de 2001;Emenda constitucional no 44, de 30 de junho de 2004;Lei no 10.336, de 19 de dezembro de 2001;Lei no 10.636, de 30 de dezembro de 2002; eLei no 10.866, de 4 de maio de 2004.	13120000 - Arrendamentos Amparo Legal: Decreto-Lei no 9.760, de 5 de setembro de 1946;Decreto-Lei no 2.398, de 21 de dezembro de 1987;Lei no 9.636, de 15 de maio de 1998;Decreto no 3.725, de 10 de janeiro de 2001; e Lei no 11.481, de 31 de maio de 2007.
12202803 - Receita de Parcelamentos - Contribuição Relativa as Atividades de Comercialização de Petróleo e seus Derivados, Gás Natural e Alcool Carburante Portaria: Portaria SOF nº 01, de 03.01.2006, incluiu. Portaria SOF nº 35, de 10.08.2007, modificar a especificação. Amparo Legal: Emenda Constitucional no 33, de 11 de dezembro de 2001;Emenda constitucional no 44, de 30 de junho de 2004;Lei no 10.336, de 19 de dezembro de 2001;Lei no 10.636, de 30 de dezembro de 2002; eLei no 10.866, de 4 de maio de 2004.	13130000 - Foros Amparo Legal: Decreto-Lei no 9.760, de 5 de setembro de 1946;Decreto-Lei no 2.398, de 21 de dezembro de 1987;Lei no 9.636, de 15 de maio de 1998;Decreto no 3.725, de 10 de janeiro de 2001; e Lei no 11.481, de 31 de maio de 2007.
12203000 - Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública Portaria: Natureza de Receita criada pela Portaria SOF nº 13, de 19 de maio de 2009 e retificada por essa mesma Portaria para o código 1220.30.00. Amparo Legal: Lei no 11.652, de 7 de abril de 2008; Medida Provisória nº 460, de 30 de março de 2009, Art. 6º.	13140000 - Laudêmio Amparo Legal: Decreto-Lei no 9.760, de 5 de setembro de 1946;Decreto-Lei no 2.398, de 21 de dezembro de 1987;Lei no 9.636, de 15 de maio de 1998; Decreto no 3.725, de 10 de janeiro de 2001; e Lei no 11.481, de 31 de maio de 2007.
12204101 - Contribuição sobre o Faturamento das Empresas de Informática Instaladas na Amazônia - Principal Portaria: Portaria SOF nº 06, de 23.02.2010, incluiu. Amparo Legal: Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991.Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991.Inciso III, § 1º, do art. 8º, do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.	13151000 - Taxa de Ocupação de Terrenos da União Portaria: Portaria SOF nº 28, de 13.09.2006, incluiu. Amparo Legal: Decreto-Lei no 9.760, de 5 de setembro de 1946;Decreto-Lei no 2.398, de 21 de dezembro de 1987;Decreto no 980, de 11 de novembro de 1993, e alterações posteriores;Lei no 9.636, de 15 de maio de 1998;Decreto no 3.725, de 10 de janeiro de 2001; e Lei no 11.481, de 31 de maio de 2007.
12204102 - Contribuição sobre o Faturamento das Empresas de Informática Instaladas na Amazônia - Excedente Portaria: Portaria SOF nº 06, de 23.02.2010, incluiu. Amparo Legal: Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991.Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991. § 3º, do art.10º, do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.	13152000 - Taxa de Ocupação de Imóveis Funcionais e Próprios Nacionais Residenciais Portaria: Portaria SOF nº 28, de 13.09.2006, incluiu. Amparo Legal: Decreto-Lei no 9.760, de 5 de setembro de 1946;Decreto-Lei no 2.398, de 21 de dezembro de 1987;Decreto no 980, de 11 de novembro de 1993, e alterações posteriores;Lei no 9.636, de 15 de maio de 1998;Decreto no 3.725, de 10 de janeiro de 2001; e Lei no 11.481, de 31 de maio de 2007.
12204103 - Contribuição sobre o Faturamento das Empresas de Informática Instaladas na Amazônia - Residual Portaria: Portaria SOF nº 06, de 23.02.2010, incluiu. Amparo Legal: Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991.Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991.Art. 35º, do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.	13153000 - Taxa de Ocupação de Outros Imóveis Portaria: Portaria SOF nº 28, de 13.09.2006, incluiu. Amparo Legal: Decreto-Lei no 9.760, de 5 de setembro de 1946;Decreto-Lei no 2.398, de 21 de dezembro de 1987;Decreto no 980, de 11 de novembro de 1993, e alterações posteriores;Lei no 9.636, de 15 de maio de 1998;Decreto no 3.725, de 10 de janeiro de 2001; e Lei no 11.481, de 31 de maio de 2007.
12204104 - Contribuição sobre o Faturamento das Empresas de Informática Instaladas na Amazônia - Parcelamento de Débitos Portaria: Portaria SOF nº 06, de 23.02.2010, incluiu. Amparo Legal: Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991.Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991.Art. 37º, do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.	13190000 - Outras Receitas Imobiliárias
12204201 - Contribuição sobre o Faturamento das Empresas de Informática Instaladas nas Demais Regiões - Principal Portaria: Portaria SOF nº 06, de 23.02.2010, incluiu. Amparo Legal: Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991.Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991.Inciso III, § 1º, do art. 8º, do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.	

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

LDO - 2014, Art. 9º, inciso IV

<p>Amparo Legal: Decreto-Lei no 9.760, de 5 de setembro de 1946;Decreto-Lei no 2.398, de 21 de dezembro de 1987;Lei no 9.636, de 15 de maio de 1998;Decreto no 3.725, de 10 de janeiro de 2001; e Lei no 11.481, de 31 de maio de 2007.</p>	<p>13310104 - Receita de Outorga dos Serviços de Transporte Marítimo de Passageiros Portaria: Portaria SOF nº 03, de 26.04.2006, incluir. Amparo Legal: Decreto no 2.521, de 20 de março de 1998;Lei no 10.233, de 5 de junho de 2001; eMedida Provisória no 2.217, de 4 de setembro de 2001.</p>
<p>13210000 - Juros de Títulos de Renda Amparo Legal: Art. 164, § 3º da Constituição Federal eNormativos da CVM e Banco Central.</p>	<p>13310106 - Receita de Outorga dos Serviços de Infraestrutura Aeroportuária Portaria: Portaria SOF nº 2, de 19.01.2012. Código alterado pela Portaria SOF nº 17, de 08.03.2012. Amparo Legal: Lei no 9.825, de 23 de agosto de 1999; Art. 63 da Lei no 12.462, de 5 de agosto de 2011; e Medida Provisória no 551, de 22 de novembro de 2011.</p>
<p>13220000 - Dividendos Portaria: - Amparo Legal: Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e alterações posteriores; e Lei no 9.530, de 10 de dezembro de 1997.</p>	<p>13310199 - Outras Receitas de Concessões e Permissões - Serviços de Transporte Portaria: Portaria SOF nº 03, de 26.04.2006, incluir. Amparo Legal: Lei no 10.233, de 5 de junho de 2001;Medida Provisória no 2.217, de 4 de setembro de 2001.</p>
<p>13230000 - Participações Portaria: - Amparo Legal: Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e alterações posteriores; e Lei no 9.530, de 10 de dezembro de 1997.</p>	<p>13310201 - Receita de Outorga dos Serviços de Telecomunicações Portaria: Portaria SOF nº 03, de 26.04.2006, incluir. Amparo Legal: Lei no 5.070, de 7 de julho de 1966;Lei no 9.998, de 17 de agosto de 2000; eLei 11.437, de 28 de dezembro de 2006.</p>
<p>13250000 - Remuneração de Depósitos Bancários Portaria: Portaria SOF. Amparo Legal: Art. 164, § 3º da Constituição Federal;Normativos específicos para cada caso.</p>	<p>13310202 - Receita de Outorga dos Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagens Portaria: Portaria SOF nº 03, de 26.04.2006, incluir. Amparo Legal: Lei no 5.070, de 7 de julho de 1966;Lei no 9.472, de 16 de julho de 1997;Lei no 9.998, de 17 de agosto de 2000; eLei 11.437, de 28 de dezembro de 2006.</p>
<p>13260000 - Remuneração de Depósitos Especiais Amparo Legal: Lei no 9.322, de 5 de dezembro de 1996.</p>	<p>13310203 - Receita de Outorga do Direito de uso de Radiofrequência Portaria: Portaria SOF nº 03, de 26.04.2006, incluir. Amparo Legal: LEI Nº 9.472, DE 16 DE JULHO DE 1997 - Lei Geral de Telecomunicações.</p>
<p>13270000 - Remuneração de Saldos de Recursos Não Desembolsados Amparo Legal: Lei no 9.322, de 5 de dezembro de 1996.</p>	<p>13310204 - Receita de Transferência de Concessão, de Permissão ou de Autorização de Telecomunicações ou de Uso de Radiofrequência Portaria: Portaria SOF nº 03, de 26.04.2006, incluir. Amparo Legal: Lei no 5.070, de 7 de julho de 1966;Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997;Lei no 9.998, de 17 de agosto de 2000; eLei 11.437, de 28 de dezembro de 2006.</p>
<p>13281000 - Remuneração dos Investimentos do Regime Próprio de Previdência do Servidor em Renda Fixa Portaria: Portaria SOF nº 49, de 15.12.2006, incluiu. Amparo Legal: Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998;Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.244, de 28 de outubro de 2004.</p>	<p>13310205 - Receita de Transferência de Concessão, de Permissão ou de Autorização de Obras Rodoviárias Federais Portaria: Portaria SOF nº 21, de 28.07.2006, incluiu. Portaria SOF nº 17, de 20.04.2007, excluir. Portaria SOF nº 39, de 15.06.2009, incluiu. Amparo Legal: Lei no 9.277, de 10 de maio de 1996, arts. 1º e 3º.</p>
<p>13282000 - Remuneração dos Investimentos do Regime Próprio de Previdência do Servidor em Renda Variável Portaria: Portaria SOF nº 49, de 15.12.2006, incluiu. Amparo Legal: Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998;Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.244, de 28 de outubro de 2004.</p>	<p>13310206 - Receita de Outorga para a Utilização de Posições Orbitais Portaria: Portaria SOF nº 21, de 28.07.2006, incluiu. Portaria SOF nº 17, de 20.04.2007, excluir. Portaria SOF nº 48, de 10.09.2009, incluiu. Amparo Legal: Lei no 5.070, de 7 de julho de 1966; eLei no 9.994, de 2000, art. 1o, inciso I e art. 2o.</p>
<p>13283000 - Remuneração dos Investimentos do Regime Próprio de Previdência do Servidor em Fundos Imobiliários Portaria: Portaria SOF nº 49, de 15.12.2006, incluiu. Amparo Legal: Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998;Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.244, de 28 de outubro de 2004.</p>	<p>13310207 - Receita de Outorga de Licenças e Autorizações da Agência Espacial Brasileira Portaria: Portaria SOF nº 48, de 10.09.2009, incluiu. Amparo Legal: Lei no 5.070, de 7 de julho de 1966; eLei no 9.994, de 2000, art. 1o, inciso IV e art. 2o.</p>
<p>13290000 - Outras Receitas de Valores Mobiliários Portaria: Portaria SOF nº 07, de 28.05.2004, incluir. Amparo Legal: Art. 164, § 3º da Constituição Federal eNormativos da CVM e Banco Central.</p>	<p>13310299 - Outras Receitas de Concessões e Permissões - Serviços de Comunicação Portaria: Portaria SOF nº 03, de 26.04.2006, incluir. Amparo Legal: Lei no 5.070, de 7 de julho de 1966; e Lei no 9.994, de 2000</p>
<p>13310101 - Receita de Outorga dos Serviços de Transporte Ferroviário Portaria: Portaria SOF nº 03, de 26.04.2006, incluir. Amparo Legal: Lei no 10.233, de 5 de junho de 2001;Medida Provisória no 2.217, de 4 de setembro de 2001.</p>	<p>13310300 - Receita de Outorga para Exploração dos Serviços de Energia Elétrica Portaria: Portaria SOF nº 03, de 26.04.2006, incluir. Amparo Legal: Lei no 9.074, de 7 de julho de 1995;Decreto no 2.003, de 10 de setembro de 1996;Lei no 9.648, de 27 de maio de 1998, art 7o;Lei no 10.438, de 26 de abril de 2002, art. 13, § 1o; eLei no 10.848, de 15 de março de 2004.</p>
<p>13310102 - Receita de Outorga dos Serviços de Transportes Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros Portaria: Portaria SOF nº 03, de 26.04.2006, incluir. Amparo Legal: Decreto no 2.521, de 20 de março de 1998;Lei no 10.233, de 5 de junho de 2001; e Medida Provisória no 2.217, de 4 de setembro de 2001.</p>	<p>13319900 - Outras Receitas de Concessões e Permissões - Serviços Portaria:</p>
<p>13310103 - Receita de Outorga dos Serviços de Transporte Metroviário de Passageiros Portaria: Portaria SOF nº 03, de 26.04.2006, incluir. Amparo Legal: Decreto no 2.521, de 20 de março de 1998;Lei no 10.233, de 5 de junho de 2001; eMedida Provisória no 2.217, de 4 de setembro de 2001.</p>	

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

LDO - 2014, Art. 9º, inciso IV

<p>Portaria SOF nº 03, de 26.04.2006, incluir. Amparo Legal: Lei no 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; Lei no 9.074, de 7 de julho de 1995.</p>	<p>Portaria: Portaria SOF nº 03, de 26.04.2006, incluir. Amparo Legal: Código Civil, art. 1370; Decreto-Lei no 271, de 28 de fevereiro de 1967; e Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993.</p>
<p>13320101 - Bônus de Assinatura de Contrato de Concessão Portaria: Portaria SOF nº 03, de 26.04.2006, incluir. Amparo Legal: Lei no 9.478, de 6 de agosto de 1997.</p>	<p>13330200 - Receita de Outorga de Direito de Uso ou de Exploração de Criação Protegida - Instituição Científica e Tecnológica Portaria: Portaria SOF nº 28, de 13.09.2006, incluiu. Amparo Legal: Lei no 10.973, de 2 de dezembro de 2004; Decreto no 5.563, de 11 de outubro de 2005.</p>
<p>13320102 - Pagamento pela Retenção de Área para Exploração ou Produção Portaria: Portaria SOF nº 03, de 26.04.2006, incluir. Amparo Legal: Lei no 9.478, de 6 de agosto de 1997.</p>	<p>13330300 - Receita de Concessão de Uso do Potencial de Energia Hidráulica Portaria: Portaria SOF nº 39, de 11.08.2008, incluiu. Amparo Legal: Constituição Federal, Art. 20, VIII e 176, §1º; Lei no 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; Lei no 9.074, de 7 de julho de 1995; Lei no 9.427, de 26 de dezembro de 1996; Lei no 10.438, de 26 de abril de 2002; Lei no 10.762, de 11 de novembro de 2003; Lei no 10.848, de 15 de março de 2004; e Lei no 11.488, de 15 de junho de 2007.</p>
<p>13320103 - Bônus Assinatura Contrato Partilha Produção Portaria: Portaria SOF nº 03, de 26.04.2006, incluir. Amparo Legal: Lei no 9.478, de 6 de agosto de 1997.</p>	<p>13330400 - Receita da Permissão de Uso de Área da União de Curta Duração Portaria: Portaria SOF nº 18, de 13.04.2010, incluiu. Amparo Legal: Lei nº 9.636/98, art. 18 § 5º.</p>
<p>13320200 - Receita de Outorga de Direitos de Uso de Recursos Hídricos Portaria: Portaria SOF nº 03, de 26.04.2006, incluir. Amparo Legal: Lei no 9.984 de 17 de julho de 2000; § 6º, inciso IX, art. 4º; Lei no 9.433, de 8 de janeiro de 1997; e Lei no 9.984, de 17 de julho de 2000.</p>	<p>13330500 - Receita da Cessão de Uso de Bens da União Portaria: Portaria SOF nº 18, de 13.04.2010, incluiu. Amparo Legal: Lei nº 9.636/98, art. 18 § 5º.</p>
<p>13320300 - Receita de Outorga de Direitos de Exploração e Pesquisa Mineral Portaria: Portaria SOF nº 21, de 28.07.2006, incluiu. Amparo Legal: Lei no 7.990, de 28 de dezembro de 1989; Lei nº. 8.001, de 13 de março de 1990 (Art. 6º); Lei no 8.876, de 2 de maio de 1994.</p>	<p>13330600 - Receita de Direito de Uso da Imagem e de Reprodução dos Bens do Acervo Patrimonial Portaria: Portaria nº 62, de 27 de junho de 2013 Amparo Legal: - Lei no 11.904, de 14 de janeiro de 2009;- Art. 10, da Lei no 11.906, de 20 de janeiro de 2009;- Inciso VI, do art. 23 do Decreto no 6.845, de 7 de maio de 2009;- Instrução Normativa no 1, do Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM, de 15 de abril de 2013;- Legislação aplicável aos direitos de uso de imagem e reprodução.</p>
<p>13320401 - Receita de Concessão de Florestas Nacionais - Valor Mínimo Portaria: Portaria SOF nº 28, de 13.09.2006, incluiu. Amparo Legal: Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000 (Art. 17); Lei no 11.284, de 02 de março de 2006; Lei no 11.516, de 28 de agosto de 2007 (Arts. 6º e 7º).</p>	<p>13330700 - Receita da Cessão de Uso de Áreas da União Situadas em Unidades de Conservação Federais Portaria: Portaria nº 62, de 27 de junho de 2013 Amparo Legal: - Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000;- Lei no 9.636, de 15 de maio de 1998;- Art. 12, § 2º, do Decreto no 7.154, de 9 de abril de 2010;- Portaria Interministerial MP-MMA no 436, de 2 de dezembro de 2009.</p>
<p>13320402 - Receita de Concessão de Florestas Nacionais - Demais Valores Portaria: Portaria SOF nº 28, de 13.09.2006, incluiu. Amparo Legal: Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000 (Art. 17); Lei no 11.284, de 02 de março de 2006; Lei no 11.516, de 28 de agosto de 2007 (Arts. 6º e 7º).</p>	<p>13339900 - Outras Receitas de Concessões e Permissões - Direitos de Uso de Bens Públicos Portaria: Portaria SOF nº 03, de 26.04.2006, incluir. Amparo Legal: Código Civil, art. 1370; Decreto-Lei no 271, de 28 de fevereiro de 1967; e Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993.</p>
<p>13320403 - Receita de Outras Concessões Florestais - Valor Mínimo Portaria: Portaria SOF nº 28, de 13.09.2006, incluiu. Amparo Legal: Lei no 11.284, de 02 de março de 2006; Lei no 11.516, de 28 de agosto de 2007 (Arts. 6º e 7º).</p>	<p>13390000 - Outras Receitas de Concessões e Permissões Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002, excluiu. Portaria SOF nº 03, de 26.04.2006, incluir. Amparo Legal: Lei no 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; Lei no 9.074, de 7 de julho de 1995.</p>
<p>13320404 - Receita de Outras Concessões Florestais - Demais Valores Portaria: Portaria SOF nº 28, de 13.09.2006, incluiu. Amparo Legal: Lei no 11.284, de 02 de março de 2006; Lei no 11.516, de 28 de agosto de 2007 (Arts. 6º e 7º).</p>	<p>13400100 - Utilização de Recursos Hídricos - Itaipu Portaria: Portaria SOF nº 09, de 28.04.2005, incluiu. Amparo Legal: Lei no 7.990, de 28 de dezembro de 1989; Lei no 8.001, de 13 de março de 1990; Lei no 9.433, de 8 de janeiro de 1997; Lei no 9.648, de 27 de maio de 1998; e Lei no 9.984, de 17 de julho de 2000.</p>
<p>13320405 - Receita de Custos de Edital de Concessão Florestal Portaria: Portaria SOF nº 28, de 13.09.2006, incluiu. Amparo Legal: Lei no 11.284, de 02 de março de 2006; Lei no 11.516, de 28 de agosto de 2007 (Arts. 6º e 7º).</p>	<p>13400200 - Utilização de Recursos Hídricos - Demais Empresas Portaria: Portaria SOF nº 09, de 28.04.2005, incluiu. Amparo Legal: Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989; Lei no 8.001, de 13 de março de 1990; Lei no 9.433, de 8 de janeiro de 1997; Lei no 9.648, de 27 de maio de 1998; e Lei no 9.984, de 17 de julho de 2000.</p>
<p>13320406 - Receita de Contratos de Transição de Concessão Florestal Portaria: Portaria SOF nº 28, de 13.09.2006, incluiu. Amparo Legal: Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000; Lei no 11.284, de 02 de março de 2006; Lei no 11.516, de 28 de agosto de 2007 (Arts. 6º e 7º).</p>	<p>13400300 - Compensação Financeira com a Exploração de Recursos Minerais Portaria: Portaria SOF nº 09, de 28.04.2005, incluiu. Amparo Legal: Lei no 7.990, de 28 de dezembro de 1989, art. 2º; Lei no 8.001, de 13 de março de 1990; e Lei no 9.993, de 24 de julho de 2000.</p>
<p>13329900 - Outras Receitas de Concessões e Permissões - Recursos Naturais Portaria: Portaria SOF nº 03, de 26.04.2006, incluir. Amparo Legal: Lei no 9.478, de 6 de agosto de 1997; Lei no 9.984 de 17 de julho de 2000; § 6º, inciso IX, art. 4º; Lei no 9.433, de 8 de janeiro de 1997; e Lei no 9.984, de 17 de julho de 2000.</p>	
<p>13330100 - Receita de Concessão de Direito Real de Uso de Área Pública</p>	

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

LDO - 2014, Art. 9º, inciso IV

13400400 - Compensação Financeira com Royalties pela Produção de Petróleo ou Gás Natural - Em Terra

Portaria:

Portaria SOF nº 09, de 28.04.2005, incluiu. Portaria SOF nº 77, de 24.08.2011, alterar.

Amparo Legal:

Lei no 7.990, de 28 de dezembro de 1989, art. 7º; Lei no 9.478, de 6 de agosto de 1997, art. 48; Decreto no 2.705, de 3 de agosto de 1998; e Lei no 11.097, de 13 de janeiro de 2005.

13400501 - Royalties pela Produção de Petróleo ou Gás Natural em Plataforma - Concessão - Concessão em Áreas do Pré-Sal e Estratégicas - Campos que Iniciaram a P

Portaria:

Portaria SOF nº 201, de 29 de dezembro de 2011.

Amparo Legal:

Lei no 7.990, de 28 de dezembro de 1989, art. 7º; Lei no 9.478, de 6 de agosto de 1997, art. 48; Decreto no 2.705, de 3 de agosto de 1998; Lei no 11.097, de 13 de janeiro de 2005; Lei no 12.351, de 22 de dezembro de 2010; e Decreto no 7.403, de 23 de dezembro de 2010, arts. 2º, inciso I, alínea "a", com redação dada pelo Decreto no 7.657, de 23 de dezembro de 2011.

13400502 - Royalties pela Produção de Petróleo ou Gás Natural em Plataforma - Concessão - Concessão em Áreas do Pré-Sal e Estratégicas - Campos que Iniciaram a P

Portaria:

Portaria SOF nº 201, de 29 de dezembro de 2011.

Amparo Legal:

Lei no 7.990, de 28 de dezembro de 1989, art. 7º; Lei no 9.478, de 6 de agosto de 1997, art. 48; Decreto no 2.705, de 3 de agosto de 1998; Lei no 11.097, de 13 de janeiro de 2005; Lei no 12.351, de 22 de dezembro de 2010; e Decreto no 7.403, de 23 de dezembro de 2010, arts. 2º, inciso I, alínea "a", com redação dada pelo Decreto no 7.657, de 23 de dezembro de 2011.

13400503 - Royalties pela Produção de Petróleo ou Gás Natural em Plataforma - Concessão - Concessão em Outras Áreas

Portaria:

Portaria SOF nº 201, de 29 de dezembro de 2011.

Amparo Legal:

Lei no 9.478, de 6 de agosto de 1997, art. 49, inciso II e § 3º; Decreto no 2.705, de 3 de agosto de 1998; Lei no 11.097, de 13 de janeiro de 2005; Lei no 12.351, de 22 de dezembro de 2010, art. 49, inciso IV e §§ 1º e 2º; e Decreto no 7.403, de 23 de dezembro de 2010, arts. 2º, inciso I, e 3º, com redação dada pelo Decreto no 7.657, de 23 de dezembro de 2011.

13400509 - Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo ou Gás Natural em Plataforma - Concessão - Todas as Áreas

Portaria:

.

Amparo Legal:

- Lei no 9.478, de 06 de agosto de 1997, art. 48;

13400600 - Compensação Financeira com Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo ou Gás Natural - Em Terra

Portaria:

Portaria SOF nº 09, de 28.04.2005, incluiu. Portaria SOF nº 77, de 24.08.2011, alterar.

Amparo Legal:

Lei no 9.478, de 6 de agosto de 1997, art. 49, inciso I; e Decreto no 2.705, de 3 de agosto de 1998; e Lei no 11.097, de 13 de janeiro de 2005.

13400701 - Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo ou Gás Natural em Plataforma - Concessão em Áreas do Pré-Sal e Estratégicas - Campos que Iniciaram a Pr

Portaria:

Portaria SOF nº 201, de 29 de dezembro de 2011.

Amparo Legal:

Lei no 9.478, de 6 de agosto de 1997, art. 49, inciso II e § 3º; - Decreto no 2.705, de 3 de agosto de 1998; Lei no 11.097, de 13 de janeiro de 2005; Lei no 12.351, de 22 de dezembro de 2010, art. 49, inciso IV e §§ 1º e 2º; e Decreto no 7.403, de 23 de dezembro de 2010, arts. 2º, inciso I, e 3º, com redação dada pelo Decreto no 7.657, de 23 de dezembro de 2011.

13400702 - Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo ou Gás Natural em Plataforma - Concessão em Áreas do Pré-Sal e Estratégicas - Campos que Iniciaram a Pr

Portaria:

Portaria SOF nº 201, de 29 de dezembro de 2011.

Amparo Legal:

Lei no 9.478, de 6 de agosto de 1997, art. 49, inciso II e § 3º; Decreto no 2.705, de 3 de agosto de 1998; Lei no 11.097, de 13 de janeiro de 2005; Lei no 12.351, de 22 de dezembro de 2010, art. 49, inciso IV e §§ 1º e 2º; e Decreto no 7.403, de 23 de dezembro de 2010, arts. 2º, inciso I, e 3º, com redação dada pelo Decreto no 7.657, de 23 de dezembro de 2011.

13400703 - Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo ou Gás Natural em Plataforma - Concessão em Outras Áreas

Portaria:

Portaria SOF nº 201, de 29 de dezembro de 2011.

Amparo Legal:

Lei no 9.478, de 6 de agosto de 1997, art. 49, inciso II e § 3º; Decreto no 2.705, de 3 de agosto de 1998; Lei no 11.097, de 13 de janeiro de 2005; e Lei no 12.351, de 22 de dezembro de 2010, art. 49, inciso IV e §§ 1º e 2º.

13400709 - Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo ou Gás Natural em Plataforma - Concessão - Todas as Áreas

Portaria:

.

Amparo Legal:

Lei no 9.478, de 06 de agosto de 1997, art. 49, II.

13400801 - Participação Especial pela Produção de Petróleo ou Gás Natural - Concessão em Áreas do Pré-Sal e Estratégicas - Campos que Iniciaram a Produção até 31

Portaria:

Portaria SOF nº 201, de 29 de dezembro de 2011.

Amparo Legal:

Lei no 9.478, de 6 de agosto de 1997, art. 50; Decreto no 2.705, de 3 de agosto de 1998; Lei no 11.097, de 13 de janeiro de 2005; Lei no 12.351, de 22 de dezembro de 2010, arts. 44 e 49, inciso IV e §§ 1º e 2º; e Decreto no 7.403, de 23 de dezembro de 2010, arts. 2º, inciso II, e 3º, com redação dada pelo Decreto no 7.657, de 23 de dezembro de 2011.

13400802 - Participação Especial pela Produção de Petróleo ou Gás Natural - Concessão em Áreas do Pré-Sal e Estratégicas - Campos que Iniciaram a Produção após 3

Portaria:

Portaria SOF nº 201, de 29 de dezembro de 2011.

Amparo Legal:

Lei no 9.478, de 6 de agosto de 1997, art. 50; Decreto no 2.705, de 3 de agosto de 1998; Lei no 11.097, de 13 de janeiro de 2005; Lei no 12.351, de 22 de dezembro de 2010, arts. 44 e 49, inciso IV e §§ 1º e 2º; e Decreto no 7.403, de 23 de dezembro de 2010, arts. 2º, inciso II, e 3º, com redação dada pelo Decreto no 7.657, de 23 de dezembro de 2011.

13400803 - Participação Especial pela Produção de Petróleo ou Gás Natural - Concessão em Outras Áreas

Portaria:

Portaria SOF nº 201, de 29 de dezembro de 2011.

Amparo Legal:

Lei no 9.478, de 6 de agosto de 1997, art. 50; Decreto no 2.705, de 3 de agosto de 1998; Lei no 11.097, de 13 de janeiro de 2005; Lei no 12.351, de 22 de dezembro de 2010, arts. 44 e 49, inciso IV e §§ 1º e 2º.

13400809 - Participação Especial pela Produção de Petróleo ou Gás Natural - Concessão - Todas as Áreas

Portaria:

.

Amparo Legal:

Lei no 9.478, de 06 de agosto de 1997, art. 50, § 2º.

13400900 - Receita da Supressão Vegetal no Interior das Florestas Nacionais

Portaria:

Portaria SOF nº 90, de 30.07.2010, incluiu.

Amparo Legal:

Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 e IN ICMBio nº 9, d e 28 de abril de 2010

13401001 - Royalties Prod Petr Gás Nat Terra Partilha Prod

Portaria:

Portaria SOF no 77, de 24 de agosto de 2011.

Amparo Legal:

Lei no 7.990, de 28 de dezembro de 1989, art. 7º; Lei no 9.478, de 6 de agosto de 1997, arts. 47 e 48; Lei no 12.351, de 22 de dezembro de 2010, arts. 2º, inciso XIII; 10, inciso III; 15, inciso V; 29, inciso V; 42, inciso I e § 1º; 49, incisos II, IV e §§ 1º e 2º; e Decreto no 7.403, de 23 de dezembro de 2010, arts. 2º, inciso I, alínea "a", e 3º.

13401002 - Royalties Prod Petr Gás Nat Plat Partilha Prod

Portaria:

Portaria SOF no 77, de 24 de agosto de 2011.

Amparo Legal:

Lei no 7.990, de 28 de dezembro de 1989, art. 7º; Lei no 9.478, de 6 de agosto de 1997, arts. 47 e 48; Lei no 12.351, de 22 de dezembro de 2010, arts. 2º, inciso XIII; 10, inciso III; 15, inciso V; 29, inciso V; 42, inciso I e § 1º; 49, incisos II, IV e §§ 1º e 2º; e Decreto no 7.403, de 23 de dezembro de 2010, arts. 2º, inciso I, alínea "a", e 3º.

13401003 - Royal Exced Prod Petr Gás Nat Terra Partilha Prod

Portaria:

Portaria SOF no 77, de 24 de agosto de 2011.

Amparo Legal:

Lei no 9.478, de 6 de agosto de 1997, art. 49, inciso I, e § 3º; Lei no 12.351, de 22 de dezembro de 2010, arts. 2º, inciso XIII, 10, inciso III, alínea "d", 15, inciso V, 29, inciso V, 42, inciso I e § 1º, e 49, incisos II, IV e §§ 1º e 2º; e Decreto no 7.403, de 23 de dezembro de 2010, arts. 2º, inciso I, alínea "b", e § 3º.

13401004 - Royal Exced Prod Petr Gás Nat Plat Partilha Prod

Portaria:

Portaria SOF no 77, de 24 de agosto de 2011

Amparo Legal:

Lei no 9.478, de 6 de agosto de 1997, art. 49, inciso II, e § 3º; Lei no 12.351, de 22 de dezembro de 2010, arts. 2º, inciso XIII, 10, inciso III, alínea "d", 15, inciso V, 29, inciso V, 42, inciso I e § 1º, e 49, incisos II, IV e §§ 1º e 2º; e Decreto no 7.403, de 23 de dezembro de 2010, arts. 2º, inciso I, alínea "c", e § 3º.

13401005 - Part Esp Prod Petr Gás Nat Partilha Prod

Portaria:

Portaria SOF no 77, de 24 de agosto de 2011.

Amparo Legal:

Lei no 9.478, de 6 de agosto de 1997, art. 50; Lei no 12.351, de 22 de dezembro de 2010, arts. 44 e 49, inciso IV e §§ 1º e 2º; e Decreto no 7.403, de 23 de dezembro de 2010, arts. 2º, inciso II, e 3º.

13411111 - Royalties Mínimos pela Produção em Plataforma de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos no Pré-Sal - Contratos de Concessão Firmados antes de 03/12/2012

Portaria:

Portaria SOF nº 11, de 06 de fevereiro de 2013

Amparo Legal:

- Lei no 7.990, de 28 de dezembro de 1989, art. 7º;- Lei no 9.478, de 6 de agosto de 1997, artigos 48 e 50-A;- Decreto no 2.705, de 3 de agosto de 1998;- Lei no 12.351, de 22 de dezembro de 2010;- e Medida Provisória no 592 de 03/12/2012.

13411121 - Royalties Excedentes pela Produção em Plataforma de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos no Pré-Sal - Contratos de Concessão Firmados antes de 03/12/2012

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

LDO - 2014, Art. 9º, inciso IV

<p>Portaria: Portaria SOF nº 11, de 06 de fevereiro de 2013</p> <p>Amparo Legal: - Lei no 7.990, de 28 de dezembro de 1989, art. 7o;- Lei no 9.478, de 1997, artigos 49, inciso II, e 50-A (incluído pela MP no 592, de 2012);- Decreto no 2.705, de 3 de agosto de 1998;- Lei no 12.351, de 22 de dezembro de 2010; e- Medida Provisória no 592 de 03/12/2012.</p>	<p>agosto de 1998;- Lei no 12.734, de 30 de novembro de 2012; e- Medida Provisória no 592, de 03/12/2012, art. 2o.</p>
<p>13411130 - Participação Especial pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos no Pré-Sal - Contratos de Concessão Firmados antes de 03/12/2012</p> <p>Portaria: Portaria SOF nº 11, de 06 de fevereiro de 2013</p> <p>Amparo Legal: - Lei no 9.478, de 6 de agosto de 1997, artigos 50, § 2o, e 50-A (incluído pela Medida Provisória no 592 de 03/12/2012);- Decreto no 2.705, de 3 de agosto de 1998;- Lei no 12.351, de 22 de dezembro de 2010, arts. 44 e 49, inciso IV e §§ 1o e 2o; e- Medida Provisória no 592 de 03/12/2012;</p>	<p>13431100 - Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Terra (Qualquer Situação) - Contrato de Concessão - PLC 41/2013 - com Liminar STF</p> <p>Portaria: .</p> <p>Amparo Legal: .</p>
<p>13411211 - Royalties Mínimos pela Produção em Plataforma de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos em Outras Áreas - Contratos de Concessão Firmados antes de 03/12/2012</p> <p>Portaria: Portaria SOF nº 11, de 06 de fevereiro de 2013</p> <p>Amparo Legal: - Lei no 7.990, de 28 de dezembro de 1989, art. 7o;- Lei no 9.478, de 6 de agosto de 1997, artigos 48 e 50-A (incluído pela Medida Provisória no 592 de 03/12/2012);- Decreto no 2.705, de 3 de agosto de 1998;- Lei no 12.351, de 22 de dezembro de 2010.</p>	<p>13431211 - Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - PLC 41/2013 - com Liminar STF - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Área e Camada Pré-Sal</p> <p>Portaria: .</p> <p>Amparo Legal: .</p>
<p>13411212 - Royalties Mínimos pela Produção em Terra de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos em Outras Áreas - Contratos de Concessão Firmados antes de 03/12/2012</p> <p>Portaria: Portaria SOF nº 11, de 06 de fevereiro de 2013</p> <p>Amparo Legal: - Lei no 7.990, de 28 de dezembro de 1989, art. 7o;- Lei no 9.478, de 6 de agosto de 1997, artigos 48 e 50-A (incluído pela Medida Provisória no 592 de 03/12/2012);- Decreto no 2.705, de 3 de agosto de 1998;- Lei no 12.351, de 22 de dezembro de 2010.</p>	<p>13431212 - Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - PLC 41/2013 - com Liminar STF - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações</p> <p>Portaria: .</p> <p>Amparo Legal: .</p>
<p>13411221 - Royalties Excedentes pela Produção em Plataforma de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos em Outras Áreas - Contratos de Concessão Firmados antes de 03/12/2012</p> <p>Portaria: Portaria SOF nº 11, de 06 de fevereiro de 2013</p> <p>Amparo Legal: - Lei no 7.990, de 28 de dezembro de 1989, art. 7o;- Lei no 9.478, de 6 de agosto de 1997, artigo 49 inciso II; e- Decreto no 2.705, de 3 de agosto de 1998;</p>	<p>13431220 - Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - PLC 41/2013 - com Liminar STF - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012</p> <p>Portaria: .</p> <p>Amparo Legal: .</p>
<p>13411222 - Royalties Excedentes pela Produção em Terra de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos em Outras Áreas - Contratos de Concessão Firmados antes de 03/12/2012</p> <p>Portaria: Portaria SOF nº 11, de 06 de fevereiro de 2013</p> <p>Amparo Legal: - Lei no 7.990, de 28 de dezembro de 1989, art. 7o;- Lei no 9.478, de 6 de agosto de 1997, artigos 48 e 50-A (incluído pela Medida Provisória no 592 de 03/12/2012);- Decreto no 2.705, de 3 de agosto de 1998;- Lei no 12.351, de 22 de dezembro de 2010.</p>	<p>13432100 - Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Terra (Qualquer Situação) - Contrato de Concessão - PLC 41/2013 - com Liminar STF</p> <p>Portaria: .</p> <p>Amparo Legal: .</p>
<p>13411223 - Royalties Excedentes pela Produção em Plataforma de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos em Outras Áreas - Contratos de Concessão Firmados antes de 03/12/2012</p> <p>Portaria: Portaria SOF nº 11, de 06 de fevereiro de 2013</p> <p>Amparo Legal: - Lei no 7.990, de 28 de dezembro de 1989, art. 7o;- Lei no 9.478, de 6 de agosto de 1997, artigos 48 e 50-A (incluído pela Medida Provisória no 592 de 03/12/2012);- Decreto no 2.705, de 3 de agosto de 1998;- Lei no 12.351, de 22 de dezembro de 2010.</p>	<p>13432211 - Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - PLC 41/2013 - com Liminar STF - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Área e Camada Pré-Sal</p> <p>Portaria: .</p> <p>Amparo Legal: .</p>
<p>13411230 - Participação Especial pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos em Outras Áreas - Contratos de Concessão Firmados antes de 03/12/2012</p> <p>Portaria: Portaria SOF nº 11, de 06 de fevereiro de 2013</p> <p>Amparo Legal: - Lei no 9.478, de 6 de agosto de 1997, art. 50, §2o;- Decreto no 2.705, de 3 de agosto de 1998;</p>	<p>13432212 - Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - PLC 41/2013 - com Liminar STF - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações</p> <p>Portaria: .</p> <p>Amparo Legal: .</p>
<p>13412211 - Royalties Mínimos pela Produção em Plataforma de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos em Outras Áreas - Contratos de Concessão Firmados A partir de 03/12/2012</p> <p>Portaria: Portaria SOF nº 11, de 06 de fevereiro de 2013</p> <p>Amparo Legal: - Lei no 9.478, de 6 de agosto de 1997, art. 48-A, 50-B e Anexo I;- Decreto no 2.705, de 3 de agosto de 1998;- Lei no 12.734, de 30 de novembro de 2012; e- Medida Provisória no 592, de 03/12/2012, art. 2o.</p>	<p>13432220 - Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - PLC 41/2013 - com Liminar STF - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012</p> <p>Portaria: .</p> <p>Amparo Legal: .</p>
<p>13412212 - Royalties Mínimos pela Produção em Terra de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos em Outras Áreas - Contratos de Concessão Firmados A partir de 03/12/2012</p> <p>Portaria: Portaria SOF nº 11, de 06 de fevereiro de 2013</p> <p>Amparo Legal: - Lei no 7.990, de 28 de dezembro de 1989, art. 7o §- Lei no 9.478, de 6 de agosto de 1997, art. 48-A, e 50-B;- Decreto no 2.705, de 3 de agosto de 1998;- Lei no 12.734, de 30 de novembro de 2012; e- Medida Provisória no 592, de 03/12/2012, art. 2o.</p>	<p>13433100 - Participação Especial pela Produção de Petróleo em Terra (Qualquer Situação) - Contrato de Concessão - PLC 41/2013 - com Liminar STF</p> <p>Portaria: .</p> <p>Amparo Legal: .</p>
<p>13412221 - Royalties Excedentes pela Produção em Plataforma de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos em Outras Áreas - Contratos de Concessão Firmados A partir de 03/12/2012</p> <p>Portaria: Portaria SOF nº 11, de 06 de fevereiro de 2013</p> <p>Amparo Legal: - Lei no 9.478, de 6 de agosto de 1997, art. 49-A, 50-B e Anexo II;- Decreto no 2.705, de 3 de agosto de 1998;- Lei no 12.734, de 30 de novembro de 2012; e- Medida Provisória no 592, de 03/12/2012, art. 2o.</p>	<p>13433211 - Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - PLC 41/2013 - com Liminar STF - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Área e Camada Pré-Sal</p> <p>Portaria: .</p> <p>Amparo Legal: .</p>
<p>13412222 - Royalties Excedentes pela Produção em Terra de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos em Outras Áreas - Contratos de Concessão Firmados A partir de 03/12/2012</p> <p>Portaria: Portaria SOF nº 11, de 06 de fevereiro de 2013</p> <p>Amparo Legal: - Lei no 7.990, de 28 de dezembro de 1989, art. 7o §- Lei no 9.478, de 6 de agosto de 1997, art. 48-A, e 50-B;- Decreto no 2.705, de 3 de agosto de 1998;- Lei no 12.734, de 30 de novembro de 2012; e- Medida Provisória no 592, de 03/12/2012, art. 2o.</p>	<p>13433220 - Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - PLC 41/2013 - com Liminar STF - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Qualquer Situação</p> <p>Portaria: .</p> <p>Amparo Legal: .</p>
<p>13412230 - Participação Especial pela Produção de Petróleo, Gás Natural e Outros Hidrocarbonetos Fluidos em Outras Áreas - Contratos de Concessão Firmados A partir de 03/12/2012</p> <p>Portaria: Portaria SOF nº 11, de 06 de fevereiro de 2013</p> <p>Amparo Legal: - Lei no 9.478, de 6 de agosto de 1997, art. 50, §5o, 50-B e Anexo III;- Decreto no 2.705, de 3 de agosto de 1998;- Lei no 12.734, de 30 de novembro de 2012; e- Medida Provisória no 592, de 03/12/2012, art. 2o.</p>	<p>13441100 - Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Terra (Qualquer Situação)- Contrato de Concessão - PLC 41/2013 - sem Liminar STF</p> <p>Portaria: .</p> <p>Amparo Legal: .</p>

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

LDO - 2014, Art. 9º, inciso IV

13441211 - Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - PLC 41/2013 - sem Liminar STF - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Área e Camada Pré-Sal	Portaria: Amparo Legal:	Portaria SOF nº 132, de 08.10.2010, incluiu. Amparo Legal: Constituição Federal de 1988, art. 225, § 1o, II e § 4o; Medida Provisória no 2.186-16, de 23 de agosto de 2001, art. 33; e Decreto no 6.915, de 29 de julho de 2009, art. 1o, inciso II, alíneas "a", "b" e "c".
13441212 - Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - PLC 41/2013 - sem Liminar STF - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações	Portaria: Amparo Legal:	Portaria: Portaria SOF nº 132, de 08.10.2010, incluiu. Amparo Legal: Constituição Federal de 1988, art. 225, § 1o, II e § 4o; Medida Provisória no 2.186-16, de 23 de agosto de 2001, art. 33; e Decreto no 6.915, de 29 de julho de 2009, art. 1o, inciso I, alíneas "a" e "b".
13441220 - Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - PLC 41/2013 - sem Liminar STF - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Qualquer Situação	Portaria: Amparo Legal:	13510400 - Participações pela Exploração do Patrimônio Genético no Mar Territorial, Zona Econômica Exclusiva ou Plataforma Continental Portaria: Portaria SOF nº 132, de 08.10.2010, incluiu. Amparo Legal: Constituição Federal de 1988, art. 225, § 1o, II e § 4o; Medida Provisória no 2.186-16, de 23 de agosto de 2001, art. 33; e Decreto no 6.915, de 29 de julho de 2009, art. 1o, inciso II, alíneas "a", "b" e "c".
13442100 - Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Terra (Qualquer Situação) - Contrato de Concessão - PLC 41/2013 - sem Liminar STF	Portaria: Amparo Legal:	13520000 - Receita de Outorga a Título Oneroso das Atividades de Pesquisa e Lavra de Petróleo e Gás Natural Portaria: Portaria SOF nº 144, de 27.10.2010, inclui. Amparo Legal: Constituição Federal, Art. 177, I a IV; e Lei no 12.276, de 30 de junho de 2010, art. 1o, § 3o.
13442211 - Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - PLC 41/2013 - sem Liminar STF - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Área e Camada Pré-Sal	Portaria: Amparo Legal:	13610100 - Rec Cessão Dir Operação Folha Pag Pass Portaria: Portaria SOF nº 47, de 21 de junho de 2011. Amparo Legal: Constituição Federal de 1988, Art. 37, XXI; Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993; e Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil.
13442212 - Royalties Mínimos pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - PLC 41/2013 - sem Liminar STF - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações	Portaria: Amparo Legal:	13610200 - Receita de Cessão do Direito de Operacionalização da Folha de Pagamento de Benefícios Portaria: Portaria SOF nº 47, de 21 de junho de 2011. Amparo Legal: Constituição Federal de 1988, art. 37, XXI; Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993; e Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil.
13442220 - Royalties Excedentes pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - PLC 41/2013 - sem Liminar STF - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Qualquer Situação	Portaria: Amparo Legal:	13610300 - Rec Cessão Dir Operação Folha Pag Fornecedores Portaria: Portaria SOF nº 47, de 21 de junho de 2011. Amparo Legal: Constituição Federal de 1988, Art. 37, XXI; Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993; e Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil.
13443100 - Participação Especial pela Produção de Petróleo em Terra (Qualquer Situação) - Contrato de Concessão - PLC 41/2013 - sem Liminar STF	Portaria: Amparo Legal:	13900000 - Outras Receitas Patrimoniais Portaria: Amparo Legal: LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002 - Código Civil.
13443211 - Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - PLC 41/2013 - sem Liminar STF - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Área e Camada Pré-Sal	Portaria: Amparo Legal:	14100000 - Receita da Produção Vegetal Amparo Legal: Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11 § 4o; e Decreto Lei no 1.939, de 20 de maio de 1982.
13443212 - Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - PLC 41/2013 - sem Liminar STF - Declaração de Comercialidade antes de 3/12/2012 - Demais Situações	Portaria: Amparo Legal:	14200000 - Receita da Produção Animal e Derivados Amparo Legal: Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11 § 4o; e Decreto Lei no 1.939, de 20 de maio de 1982.
13443220 - Participação Especial pela Produção de Petróleo em Plataforma - Contrato de Concessão - PLC 41/2013 - sem Liminar STF - Declaração de Comercialidade a partir de 3/12/2012 - Qualquer Situação	Portaria: Amparo Legal:	14900000 - Outras Receitas Agropecuárias Amparo Legal: Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11 § 1o; e Decreto Lei no 1.939, de 20 de maio de 1982.
13510100 - Royalties pela Exploração do Patrimônio Genético em Área de Domínio Público	Portaria: Amparo Legal:	15201200 - Receita da Indústria Mecânica Amparo Legal: Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 1o; e Decreto Lei no 1.939, de 20 de maio de 1982.
13510200 - Royalties pela Exploração do Patrimônio Genético no Mar Territorial, Zona Econômica Exclusiva ou Plataforma Continental	Portaria: Amparo Legal:	15202000 - Receita da Indústria Química Portaria: Amparo Legal: Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 1o; e Decreto Lei no 1.939, de 20 de maio de 1982.

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

LDO - 2014, Art. 9º, inciso IV

15202101 - Receita da Indústria de Produtos Farmacêuticos	Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4º; e Decreto Lei no 1.939, de 20 de maio de 1982.
Portaria:	
Portaria SOF nº 39, de 15.06.2009, incluiu.	
Amparo Legal:	
Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 1º; e Decreto Lei no 1.939, de 20 de maio de 1982.	
15202102 - Receita da Indústria de Produtos Veterinários	
Portaria:	
Portaria SOF nº 39, de 15.06.2009, incluiu.	
Amparo Legal:	
Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 1º; e Decreto Lei no 1.939, de 20 de maio de 1982.	
15202200 - Receita da Indústria de Produtos Farmoquímicos	
Portaria:	
Portaria SOF nº 28, de 13.09.2006, incluiu. Portaria SOF nº 17, de 20.04.2007, excluiu. Portaria SOF nº 81, de 18.12.2008, incluiu.	
Amparo Legal:	
Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 1º; e Decreto Lei no 1.939, de 20 de maio de 1982.	
15202600 - Receita da Indústria de Produtos Alimentares	
Portaria:	
-	
Amparo Legal:	
Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 1º; e Decreto Lei no 1.939, de 20 de maio de 1982.	
15202700 - Receita da Indústria de Bebidas e Destilados	
Portaria:	
Portaria SOF nº 19, de 26.12.2001	
Amparo Legal:	
Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 1º; e Decreto Lei no 1.939, de 20 de maio de 1982.	
15202900 - Receita da Indústria Editorial e Gráfica	
Amparo Legal:	
Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 1º; e Decreto Lei no 1.939, de 20 de maio de 1982.	
15203000 - Receita da Indústria Eletrônica	
Portaria:	
Portaria SOF nº 9, de 09.02.2012. Código alterado pela Portaria SOF nº 17, de 08.03.2012.	
Amparo Legal:	
Inciso I, do art. 4º da Lei no 11.759, de 31 de julho de 2008; e art. 4º da Portaria SOF no 10, de 22 de agosto de 2002.	
15209900 - Outras Receitas da Indústria de Transformação	
Amparo Legal:	
Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 1º; e Decreto Lei no 1.939, de 20 de maio de 1982.	
15300000 - Receita da Indústria de Construção	
Amparo Legal:	
Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 1º; e Decreto Lei no 1.939, de 20 de maio de 1982.	
15900000 - Outras Receitas Industriais	
Portaria:	
Portaria SOF nº 09, de 28.04.2005, incluiu.	
Amparo Legal:	
Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 1º; e Decreto Lei no 1.939, de 20 de maio de 1982.	
16000101 - Serviços de Comercialização de Medicamentos	
Portaria:	
-	
Amparo Legal:	
Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4º; e Decreto Lei no 1.939, de 20 de maio de 1982.	
16000102 - Serviços de Comercialização de Livros, Periódicos, Materiais Escolares e Publicidade	
Amparo Legal:	
Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4º; e Decreto Lei no 1.939, de 20 de maio de 1982.	
16000103 - Serviços de Comercialização e Distribuição de Produtos Agropecuários	
Amparo Legal:	
Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4º; e Decreto Lei no 1.939, de 20 de maio de 1982.	
16000106 - Serviço de comercialização de Produtos, Dados e Materiais de Informática	
Amparo Legal:	
	Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4º; e Decreto Lei no 1.939, de 20 de maio de 1982.
16000107 - Receita de Utilização de Posições Orbitais	
Portaria:	
-	
Amparo Legal:	
Receita de Utilização de Posições Orbitais	
16000108 - Receita de Comercialização dos Dados e Imagens oriundos da Utilização de Posições Orbitais	
Portaria:	
Portaria SOF nº 03, de 26.04.2006, incluiu. Portaria SOF nº 21, de 28.07.2006, modificou a especificação. Portaria SOF nº 17, de 20.04.2007, excluiu. Portaria SOF nº 48, de 10.09.2009, incluiu.	
Amparo Legal:	
Lei no 5.070, de 7 de junho de 1966; e Lei no 9.994, de 2000, art. 1º, inciso III e art. 2º.	
16000109 - Receita Proveniente de Lançamentos de Satélites e Foguetes de Sondagem, a partir do Território Brasileiro	
Portaria:	
Portaria SOF nº 03, de 26.04.2006, incluiu. Portaria SOF nº 21, de 28.07.2006, modificou a especificação. Portaria SOF nº 17, de 20.04.2007, excluiu. Portaria SOF nº 48, de 10.09.2009, incluiu.	
Amparo Legal:	
Lei no 5.070, de 7 de junho de 1966; e Lei no 9.994, de 2000, art. 1º, inciso II e art. 2º.	
16000110 - Receita de Comercialização de Fardamentos	
Portaria:	
Portaria SOF nº 78, de 08.12.2009, incluiu.	
Amparo Legal:	
Lei nº. 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil. Portaria SOF nº. 78, de 08 de dezembro de 2009.	
16000199 - Outros Serviços Comerciais	
Amparo Legal:	
Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4º; e Decreto Lei no 1.939, de 20 de maio de 1982.	
16000201 - Serviços de Juros de Empréstimos	
Amparo Legal:	
Lei no 8.727, de 5 de novembro de 1993; Medida Provisória no 2.192, de 24 de agosto de 2001; Medida Provisória no 2.181, de 24 de agosto de 2001.	
16000203 - Serviços Financeiros de Compensação de Variações Salariais	
Amparo Legal:	
Lei no 5.107, de 13 de setembro de 1966; Lei no 8.036, de 11 de maio de 1990.	
16000205 - Operações de Autoridade Monetária	
Portaria:	
Portaria SOF nº 08, de 15.08.2003, excluiu. Portaria SOF nº 13, de 19.05.2008, incluiu.	
Amparo Legal:	
Portaria SOF nº 13, de 19 de maio de 2008.	
16000206 - Serviços de Remuneração Sobre Repasse para Programas de Desenvolvimento Econômico	
Amparo Legal:	
Constituição Federal, art. 239, § 1º.	
16000211 - Serviços Financeiros Provenientes da Execução de Garantia - Operações de Crédito Internas	
Portaria:	
Portaria SOF nº 07, de 28.05.2004, incluiu.	
Amparo Legal:	
Lei no 8.727, de 5 de novembro de 1993; Medida Provisória no 2.192, de 24 de agosto de 2001; Medida Provisória no 2.181, de 24 de agosto de 2001.	
16000212 - Serviços Financeiros Provenientes da Execução de Garantia - Operações de Crédito Externas	
Portaria:	
Portaria SOF nº 07, de 28.05.2004, incluiu.	
Amparo Legal:	
Lei no 8.727, de 5 de novembro de 1993; Medida Provisória no 2.192, de 24 de agosto de 2001; Medida Provisória no 2.181, de 24 de agosto de 2001.	
16000299 - Outros Serviços Financeiros	
Amparo Legal:	
Lei no 8.727, de 5 de novembro de 1993; Medida Provisória no 2.192, de 24 de agosto de 2001; Medida Provisória no 2.181, de 24 de agosto de 2001.	
16000301 - Serviços de Transporte Rodoviário	
Amparo Legal:	
Lei no 10.233, de 5 de maio de 2001; Decreto no 4.097, de 23 de janeiro de 2002; Portaria Interministerial no 38, de 10 de dezembro de 1998; Lei no 6.288, de 11 de dezembro de 1975; Lei no 7.092, de 19 de abril de 1983.	
16000302 - Serviços de Transporte Ferroviário	
Amparo Legal:	

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

LDO - 2014, Art. 9º, inciso IV

Decreto no 98.973, de 21 de fevereiro de 1990;Decreto no 80.145, de 15 de agosto de 1977;Decreto Lei no 832, de 8 de setembro de 1969.	de 1991;Lei no 9.973, de 2000;Decreto no 3.855, de 2001;Decreto-Lei no 1.102, de 1993;Lei no 9.972, de 2000; e Decreto no 3.664, de 2000.
16000303 - Serviço de Transporte Hidroviário Amparo Legal: Medida Provisória no 2.101, de 27 de dezembro de 2000;Lei no 7.597, de 14 de abril de 1987;Decreto-Lei no 1.801, de 18 de agosto de 1980.	16000800 - Serviços de Processamento de Dados Amparo Legal: Lei no 4.516, de 1o de dezembro de 1964.
16000304 - Serviços de Transporte Aéreo Amparo Legal: Decreto-Lei no 37, de 18 de novembro de 1966;Lei no 5.908, de 20 de agosto de 1973;Decreto-Lei no 2.434, de 19 de maio de 1988;Lei no 10.233, de 5 de junho de 2001.	16000900 - Serviço de Socorro Marítimo Amparo Legal: Decreto-Lei no 349, de 26 de Agosto de 1985; Decreto-Lei no 395, de 10 de novembro de 1989; Decreto-Lei no 68, de 23 de fevereiro de 2001.
16000305 - Serviços de Transportes Especiais Amparo Legal: Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4o; e Decreto Lei no 1.939, de 20 de maio de 1982.	16001000 - Serviços de Informações Estatísticas Amparo Legal: Portaria no 334, de 17 de outubro de 1995; e Lei no 5.534, de 14 de novembro de 1968.
16000399 - Outros Serviços de Transporte Portaria: Portaria SOF nº 09, de 28.04.2005, incluiu. Amparo Legal: -	16001101 - Serviços de Metrologia Legal e Certificatória Delegada Amparo Legal: Lei no 5.966, de 11 de dezembro de 1973; e Lei no 9.933, de 20 de dezembro de 1999;
16000401 - Serviços de Publicidade Legal Portaria: Portaria SOF nº 81, de 18.12.2008, incluiu. Amparo Legal: Lei no 9.295, de 19 de julho de 1996;Lei no 9.472, de 16 de julho de 1997;Lei no 9.691, de 22 de julho de 1998;Decreto no 2.338, de 7 de outubro de 1997; eDecreto no 3.873, de 18 de julho de 2001.	16001102 - Serviços de Metrologia Científica e Industrial Amparo Legal: Lei no 5.966, de 11 de dezembro de 1973; e Lei no 9.933, de 20 de dezembro de 1999;
16000402 - Serviços de Radiodifusão Portaria: Portaria SOF nº 81, de 18.12.2008, incluiu. Amparo Legal: Lei no 9.295, de 19 de julho de 1996;Lei no 9.472, de 16 de julho de 1997;Lei no 9.691, de 22 de julho de 1998;Decreto no 2.338, de 7 de outubro de 1997; e Decreto no 3.873, de 18 de julho de 2001.	16001103 - Serviços de Metrologia Legal Amparo Legal: Lei no 5.966, de 11 de dezembro de 1973; e Lei no 9.933, de 20 de dezembro de 1999;
16000403 - Outros Serviços de Comunicação Portaria: Portaria SOF nº 81, de 18.12.2008, incluiu. Amparo Legal: Lei no 9.295, de 19 de julho de 1996;Lei no 9.472, de 16 de julho de 1997;Lei no 9.691, de 22 de julho de 1998;Decreto no 2.338, de 7 de outubro de 1997; e Decreto no 3.873, de 18 de julho de 2001.	16001104 - Certificação de Produtos e Serviços Amparo Legal: Lei no 5.966, de 11 de dezembro de 1973; e Lei no 9.933, de 20 de dezembro de 1999;
16000501 - Serviços Hospitalares Amparo Legal: Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990; e Lei no 8.142, de 28 de dezembro de 1990.	16001105 - Serviços de Informação Tecnológica Portaria: - Amparo Legal: Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4o; e Decreto Lei no 1.939, de 20 de maio de 1982.
16000502 - Serviços de Registro de Análise e de Controle de Produtos Sujeitos a Normas de Vigilância Sanitária Amparo Legal: Portaria da SVS no 686, de 27 de agosto de 1998;Portaria no 182, de 20 de novembro de 1996; e Resolução RCD no 59, de 27 de junho de 2000.	16001200 - Serviços Tecnológicos Amparo Legal: Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4o; e Decreto Lei no 1.939, de 20 de maio de 1982.
16000503 - Serviços Radiológicos e Laboratoriais Portaria: Portaria SOF nº 03, de 06.06.2002 Amparo Legal: Portaria no 2.043, de 12 de dezembro de 1994.	16001300 - Serviços Administrativos Amparo Legal: Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4o; e Decreto Lei no 1.939, de 20 de maio de 1982.
16000505 - Serviços de Assistência à Saúde Suplementar do Servidor Civil Portaria: Portaria SOF nº 03, de 26.04.2006, incluir. Portaria SOF nº 21, de 28.07.2006, modificou a especificação. Portaria SOF nº 17, de 20.04.2007, excluir. Portaria SOF nº 39, de 11.08.2008, incluiu. Amparo Legal: Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, art. 230;Lei nº 11.302, de 10 de maio de 2006, art. 9º; e Portaria da SRH/MP nº 1.983, de 5 de dezembro de 2006.	16001400 - Serviços de Inspeção e Fiscalização Amparo Legal: Art. 78, da Lei nº. 5.172,, de 25 de outubro de 1966.Lei nº. 7.886, de 20 de novembro de 1989.
16000599 - Outros Serviços de Saúde Amparo Legal: Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990; e Lei no 8.142, de 28 de dezembro de 1990.	16001500 - Serviços de Meteorologia Amparo Legal: Lei no 5.966, de 11 de dezembro de 1978;Lei no 9.648, de 27 de maio de 1998; e
16000600 - Serviços Portuários Amparo Legal: Lei no 8.603, de 25 de fevereiro de 1993; e Lei no 4.860, de 26 de novembro de 1995.	16001600 - Serviços Educacionais Amparo Legal: Lei no 9.424, de 24 de dezembro de 1996;Portaria no 859, de 25 de junho de 1997;Portaria no 2.188, de 28 de dezembro de 2000;Lei no 11.494, de 20 de junho de 2007.
16000700 - Serviços de Armazenagem Amparo Legal: Lei no 8.603, de 25 de fevereiro de 1993;Lei no 4.860, de 26 de novembro de 1995;Lei no 8.171,	16001700 - Serviços Agropecuários Amparo Legal: Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4o; e Decreto Lei no 1.939, de 20 de maio de 1982.
	16001800 - Serviços de Reparação, Manutenção e Instalação Amparo Legal: Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4o; e Decreto Lei no 1.939, de 20 de maio de 1982.
	16001900 - Serviços Recreativos e Culturais Amparo Legal: Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4o; e Decreto Lei no 1.939, de 20 de maio de 1982.
	16002001 - Serviços de Consultoria, Assistência Técnica e Análise de Projetos - Aplicações Livres Portaria: Portaria SOF nº 48, de 10.09.2009, incluiu. Amparo Legal:

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

LDO - 2014, Art. 9º, inciso IV

Lei Complementar no 124, de 3 de janeiro de 2007, art. 6o, inciso II e art. 16, § 2o, no caso da SUDAM, e Lei Complementar no 125, de 3 de janeiro de 2007, art. 6o, inciso II e art. 19, no caso da SUDENE.	16002400 - Serviços de Registro do Comércio Amparo Legal: Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4o; e Decreto Lei no 1.939, de 20 de maio de 1982.
16002002 - Serviços de Consultoria, Assistência Técnica e Análise de Projetos - Aplicações Vinculadas a Atividades de Pesquisa e Desenvolvimento Portaria: Portaria SOF nº 48, de 10.09.2009, incluiu. Amparo Legal: Lei Complementar no 124, de 3 de janeiro de 2007, art. 6o, inciso II e art. 16, § 2o, no caso da SUDAM, e Lei Complementar no 125, de 3 de janeiro de 2007, art. 6o, inciso II e art. 19, no caso da SUDENE.	16002500 - Serviços de Informações Científicas e Tecnológicas Amparo Legal: Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4o; e Decreto Lei no 1.939, de 20 de maio de 1982.
16002003 - Serviços de Consultoria, Assistência Técnica e Análise de Projetos - Outras Fontes de Financiamento Portaria: Portaria Nº , de Amparo Legal: Art. 11, §§ 1º e 4º, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964	16002600 - Serviços de Fornecimento de Água Amparo Legal: Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4o; e Decreto Lei no 1.939, de 20 de maio de 1982.
16002100 - Serviços de Hospedagem e Alimentação Amparo Legal: Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4o; e Decreto Lei no 1.939, de 20 de maio de 1982.	16002700 - Serviços de Perfuração e Instalação de Poços Amparo Legal: Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4o; e Decreto Lei no 1.939, de 20 de maio de 1982.
16002200 - Serviços de Estudos e Pesquisas Amparo Legal: Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4o; e Decreto Lei no 1.939, de 20 de maio de 1982.	16002800 - Serviços de Geoprocessamento Amparo Legal: Lei nº. 8.876, de 2 de maio de 1994.
16002301 - Serviços de Patentes Amparo Legal: Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4o; e Decreto Lei no 1.939, de 20 de maio de 1982.	16002900 - Serviços de Cadastramento de Fornecedoros Amparo Legal: Decreto no 1.094, de 24 de março de 1994.
16002302 - Serviços de Registro de Marcas Amparo Legal: Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4o; e Decreto Lei no 1.939, de 20 de maio de 1982.	16003000 - Tarifa de Utilização de Faróis Amparo Legal: Decreto-Lei nº. 34, de 18 de novembro de 1966. Decreto-Lei nº. 1.023, de 21 de outubro de 1969; Lei no 7.920, de 12 de dezembro de 1989 (art. 1o).
16002303 - Serviços de Transferência de Tecnologia Portaria: - Amparo Legal: Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4o; e Decreto Lei no 1.939, de 20 de maio de 1982.	16003101 - Tarifa Aeroportuária Amparo Legal: Lei no 6.009, de 26 de dezembro de 1973 (art 3o); Decreto-Lei no. 1.800, de 18 de agosto de 1980.
16002304 - Serviços de Registro de Indicações Geográficas Amparo Legal: Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4o; e Decreto Lei no 1.939, de 20 de maio de 1982.	16003102 - Adicional sobre Tarifa Aeroportuária Portaria: x Amparo Legal: Lei no 7.920 de 12 de Dezembro de 1989; Lei no 8.399 de 07 de janeiro de 1992.
16002305 - Serviços de Registro de Programas de Computador Amparo Legal: Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4o; e Decreto Lei no 1.939, de 20 de maio de 1982.	16003103 - Parcela de Tarifa de Embarque Internacional Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002. Amparo Legal: Lei no 9.825, de 23 de agosto de 1999; e Lei no 10.744, de 9 de outubro de 2003.
16002306 - Serviços de Registro de Desenho Industrial Portaria: Portaria SOF nº 03, de 26.04.2006, incluiu. Portaria SOF nº 21, de 28.07.2006, modificou a especificação. Portaria SOF nº 17, de 20.04.2007, excluiu. Portaria SOF nº 81, de 18.12.2008, incluiu. Amparo Legal: Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4o; e Decreto Lei no 1.939, de 20 de maio de 1982.	16003200 - Serviços de Cadastro da Atividade Mineral Portaria: Portaria SOF nº 03, de 06.06.2002. Portaria SOF nº 21, de 28.07.2006, incluiu. Amparo Legal: Decreto-Lei no 227, de 28 de fevereiro de 1967 (Art. 4o), com redação dada pela Lei no. 6.567, de 26 de setembro de 1978. Decreto-Lei no 227, de 28 de fevereiro de 1967, alterado pela Lei no. 7.805, de 18 de junho de 1989; Decreto no. 98.812, de 9 de janeiro de 1990.
16002307 - Serviços de Proteção das Topografias de Circuitos Integrados Portaria: Portaria SOF nº 03, de 26.04.2006, incluiu. Portaria SOF nº 21, de 28.07.2006, modificou a especificação. Portaria SOF nº 17, de 20.04.2007, excluiu. Portaria SOF nº 81, de 18.12.2008, incluiu. Amparo Legal: Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4o; e Decreto Lei no 1.939, de 20 de maio de 1982.	16003301 - Tarifas de Uso das Comunicações e dos Auxílios à Navegação Aérea em Rota Portaria: Portaria SOF nº 30, de 02.07.2007, incluiu. Amparo Legal: Decreto-lei nº. 1.896, de 17 de dezembro de 1981 (art 2o); Decreto nº. 86.864, de 21 de janeiro de 1982.
16002308 - Serviços de Remessa de Depósitos Oficiais Portaria: Portaria SOF nº 49, de 15.12.2006, incluiu. Portaria SOF nº 17, de 20.04.2007, excluiu. Portaria SOF nº 81, de 18.12.2008, incluiu. Amparo Legal: Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4o; e Decreto Lei no 1.939, de 20 de maio de 1982.	16003302 - Adicional sobre Tarifas de Uso das Comunicações e dos Auxílios à Navegação Aérea em Rota Portaria: Portaria SOF nº 30, de 02.07.2007, incluiu. Amparo Legal: Lei no 7.920, de 12 de dezembro de 1989 (art. 1o).
16002399 - Outros Serviços de Registro de Marcas, de Patentes e de Transferência Tecnológica Portaria: Portaria SOF nº 09, de 28.04.2005, incluiu. Amparo Legal: Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4o; e Decreto Lei no 1.939, de 20 de maio de 1982.	16003400 - Serviços de Regulamentação da Exploração dos Serviços de Telecomunicações - Regime Privado Amparo Legal: Lei no 9.472, de 16 de julho de 1997; Lei no 5.070, de 7 de julho de 1966, Medida Provisória no 2.228, de 6 de setembro de 2001.
	16003500 - Serviços de Compensações de Variações Salariais Portaria: Portaria SOF nº 43, de 04.09.2008, alterou resultado primário. Amparo Legal: Decreto-Lei nº 2.406, de 5 de janeiro de 1988; Lei no 10.150, de 21 de dezembro de 2000; MP Nº 2.181-45, de 24 de agosto de 2001; Lei no 10.885, de 17 de junho de 2004.

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

LDO - 2014, Art. 9º, inciso IV

16003601 - Tarifa pelo Uso do Sistema do Banco Central

Portaria:

Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002.

Amparo Legal:

Lei nº 4.595, 31 de dezembro de 1964; Circular nº 3.100 de 27 de março de 2002; Circular nº 3.337 de 21 de dezembro de 2006.

16003602 - Tarifa pelo Uso do Sistema de Transferência de Reserva do Banco Central

Portaria:

Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002.

Amparo Legal:

Lei nº 4.595, 31 de dezembro de 1964; Circular nº 3.100 de 27 de março de 2002; Circular nº 3.337 de 21 de dezembro de 2006.

16003701 - Concessão de Aval do Tesouro Nacional

Portaria:

Portaria SOF nº 2, de 19.02.2008, incluiu.

Amparo Legal:

Lei nº 5.000, de 24 de maio de 1966.

16003702 - Concessão de Garantia da Atividade Agropecuária

Portaria:

Portaria SOF nº 2, de 19.02.2008, incluiu.

Amparo Legal:

Portaria SOF nº 2, de 19 de fevereiro de 2009.

16003703 - Comissões pela Prestação de Garantia

Portaria:

Portaria SOF nº 2, de 19.02.2008, incluiu.

Amparo Legal:

Lei nº 9.531, de 10 de dezembro de 1997, arts. 1º, 2º e 3º; Decreto nº 3.113, de 6 de julho de 1999.

16003704 - Garantia dos Financiamentos à Estocagem de Álcool Etílico Combustível

Portaria:

Portaria SOF nº 2, de 19.02.2008, incluiu. Portaria SOF nº 13, de 19.05.2008, alterou.

Amparo Legal:

Portaria SOF nº 2, de 19 de fevereiro de 2009.

16003705 - Receita de Seguro de Crédito à Exportação

Portaria:

Portaria SOF nº 59, de 14.11.2008, incluiu.

Amparo Legal:

Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999; e Lei nº 6.704, de 26 de outubro de 1979, Art. 1º.

16003800 - Receita de Credenciamento de Empresas Prestadoras de Serviços de Vistoria

Portaria:

Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002, excluiu. Portaria SOF nº 81, de 18.12.2008, incluiu.

Amparo Legal:

Resolução CONTRAN nº 282, de 26 de junho de 2008.

16003900 - Serviços Veterinários

Portaria:

Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002, excluiu. Portaria SOF nº 39, de 15.06.2009, incluiu.

Amparo Legal:

Portaria SOF nº 39, de 15 de junho de 2009

16004000 - Serviços de Certificação e Homologação de Produtos de Telecomunicações

Portaria:

Portaria SOF nº 15, de 17.08.2001. Portaria SOF nº 19, de 26.12.2001.

Amparo Legal:

Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, Art. 51, j.

16005000 - Tarifas de Inscrição em Concursos e Processos Seletivos

Portaria:

Portaria SOF nº 03, de 26.04.2006, incluiu. Portaria SOF nº 21, de 28.07.2006, modificou a especificação. Portaria SOF nº 17, de 20.04.2007, excluiu. Portaria SOF nº 48, de 10.09.2009, incluiu.

Amparo Legal:

Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4º; e Decreto Lei nº 1.939, de 20 de maio de 1982.

16005101 - Receitas de Emissão de Certificados de Origem

Portaria:

Portaria SOF nº 06, de 23.02.2010, incluiu.

Amparo Legal:

Alíneas "d" e "e" do inciso IX do artigo 27, da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003.

16005102 - Receitas de Emissão de Licença de Exportação

Portaria:

Portaria SOF nº 06, de 23.02.2010, incluiu.

Amparo Legal:

Alíneas "d" e "e" do inciso IX do artigo 27, da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003.

16005600 - Certificação e Homologação da Atividade Mineral

Portaria:

Portaria SOF nº 21, de 28.07.2006, incluiu.

Amparo Legal:

Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967 (Art. 20, inciso I), com a redação dada pela Lei nº 9.314, de 28 de dezembro de 1999.; Lei nº 10.743, de 30 de julho de 2003.

16006001 - Serviços Prestados Diretamente por Instituição Científica e Tecnológica

Portaria:

Portaria SOF nº 28, de 13.09.2006, incluiu.

Amparo Legal:

Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004; e Decreto nº 5.563, de 11 de outubro de 2005.

16006002 - Serviços Decorrentes de Parcerias com Outras Instituições Públicas e Privadas

Portaria:

Portaria SOF nº 28, de 13.09.2006, incluiu.

Amparo Legal:

Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004; e Decreto nº 5.563, de 11 de outubro de 2005.

16007001 - Compartilhamento de Laboratórios e Afins com Microempresas e Empresas de Pequeno Porte em Atividades de Inovação

Portaria:

Portaria SOF nº 28, de 13.09.2006, incluiu.

Amparo Legal:

Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004; e Decreto nº 5.563, de 11 de outubro de 2005.

16007002 - Utilização de Laboratórios e Afins por Empresas Nacionais e Organizações de Direito Privado Sem Fins Lucrativos em Atividades de Pesquisa

Portaria:

Portaria SOF nº 28, de 13.09.2006, incluiu.

Amparo Legal:

Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004; e Decreto nº 5.563, de 11 de outubro de 2005.

16009900 - Outros Serviços

Amparo Legal:

Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4º; e Decreto Lei nº 1.939, de 20 de maio de 1982.

17229900 - Outras Transferências dos Estados

Portaria:

Portaria SOF nº 09, de 28.04.2005, incluiu. Portaria SOF nº 66, de 24.06.2010, alterou.

Amparo Legal:

Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4º.

17239900 - Outras Transferências dos Municípios

Portaria:

Portaria SOF nº 09, de 28.04.2005, incluiu. Portaria SOF nº 66, de 24.06.2010, alterou.

Amparo Legal:

Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4º.

17300000 - Transferências de Instituições Privadas

Portaria:

Portaria nº 170, de 21.12.2012

Amparo Legal:

Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4º.

17400000 - Transferências do Exterior

Portaria:

Portaria SOF nº 59, de 15.07.2011, alterou.

Amparo Legal:

Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4º.

17500000 - Transferências de Pessoas

Amparo Legal:

Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4º.

17610000 - Transferências de Convênios da União e de Suas Entidades

Amparo Legal:

Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4º.

17620000 - Transferência de Convênios dos Estados e do Distrito Federal e de Suas Entidades

Portaria:

x

Amparo Legal:

§§ 1º e 2º, do art. 11 da Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964

17630000 - Transferência de Convênios dos Municípios e de Suas Entidades

Portaria:

x

Amparo Legal:

§§ 1º e 2º, do art. 11 da Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

LDO - 2014, Art. 9º, inciso IV

17640000 - Transferência de Convênios de Instituições Privadas	Lei no 9.430, de 27 de dezembro de 1996;Decreto no 3000, de 1999;Lei no 8.383, de 30 de dezembro de 1991, art. 69;Lei no 9.069, de 29 de junho de 1995; e Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966, art. 161.
Amparo Legal: Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4º.	
17710000 - Provenientes do Exterior	19110207 - Multa e Juros de Mora Simples Federal e Nacional - IRPJ
Portaria: Portaria SOF nº 03, de 26.04.2006, incluir.	Portaria: Portaria SOF nº 18, de 13.04.2010, incluiu.
Amparo Legal: Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4º.	Amparo Legal: Lei no 9.430, de 27 de dezembro de 1996;Decreto no 3000, de 1999;Lei no 8.383, de 30 de dezembro de 1991, art. 69;Lei no 9.069, de 29 de junho de 1995; e Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966, art. 161.
17720000 - Provenientes de Pessoas Jurídicas	19110301 - Receita de Multa e Juros de Mora do Imposto sobre Produtos Industrializados
Portaria: Portaria SOF nº 03, de 26.04.2006, incluir.	Portaria: Portaria SOF nº 17, de 31.12.2003, incluiu.
Amparo Legal: Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4º.	Amparo Legal: Lei no 9.430, de 27 de dezembro de 1996;Decreto no 2637, de 1998;Decreto no 4.544, de 2002;Lei no 8.383, de 30 de dezembro de 1991, art. 69;Lei no 9.069, de 29 de junho de 1995; e Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966, art. 161.
17730000 - Provenientes de Pessoas Físicas	19110302 - Receita de Parcelamentos - Multas e Juros de Mora do Imposto sobre Produtos Industrializados
Portaria: Portaria SOF nº 03, de 26.04.2006, incluir.	Portaria: Portaria SOF nº 17, de 31.12.2003, incluiu. Portaria SOF nº 35, de 10.08.2007, modificar a especificação.
Amparo Legal: Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4º.	Amparo Legal: Lei no 9.430, de 27 de dezembro de 1996;Decreto no 2637, de 1998;Decreto no 4.544, de 2002;Lei no 8.383, de 30 de dezembro de 1991, art. 69;Lei no 9.069, de 29 de junho de 1995; e Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966, art. 161.
17740000 - Provenientes de Depósitos não Identificados	19110303 - Multa e Juros de Mora Simples Federal e Nacional - IPI
Portaria: Portaria SOF nº 03, de 26.04.2006, incluir.	Portaria: Portaria SOF nº 18, de 13.04.2010, incluiu.
Amparo Legal: Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4º.	Amparo Legal: Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996.
19110101 - Receita de Multa e Juros de Mora do Imposto sobre a Importação	19110401 - Receita de Multa e Juros de Mora do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários
Portaria: Portaria SOF nº 17, de 31.12.2003, incluiu.	Portaria: Portaria SOF nº 17, de 31.12.2003, incluiu.
Amparo Legal: Lei no 9.430, de 27 de dezembro de 1996;Decreto no 4.543, de 2002;Lei no 8.383, de 30, de dezembro de 1991, art. 69;Lei no 9.069, de 29 de junho de 1995; e Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966, art. 161.	Amparo Legal: Lei no 9.430, de 27 de dezembro de 1996;Decreto no 4.494, de 2002;Decreto no 2.219, de 1997; Lei no 9.069, de 29 de junho de 1995; e Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966, art. 161.
19110102 - Receita de Parcelamentos - Multas e Juros de Mora do Imposto sobre a Importação	19110402 - Receita de Parcelamentos - Multa e Juros de Mora do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários
Portaria: Portaria SOF nº 17, de 31.12.2003, incluiu. Portaria SOF nº 35, de 10.08.2007, modificar a especificação.	Portaria: Portaria SOF nº 17, de 31.12.2003, incluiu. Portaria SOF nº 35, de 10.08.2007, modificar a especificação.
Amparo Legal: Lei no 9.430, de 27 de dezembro de 1996;Decreto no 4.543, de 2002;Lei no 8.383, de 30, de dezembro de 1991, art. 69;Lei no 9.069, de 29 de junho de 1995; e Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966, art. 161.	Amparo Legal: Lei no 9.430, de 27 de dezembro de 1996;Decreto no 4.494, de 2002;Decreto no 2.219, de 1997; Lei no 9.069, de 29 de junho de 1995; e Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966, art. 161.
19110201 - Multas e Juros de Mora do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas	19110701 - Receita de Multas e Juros de Mora do Imposto sobre a Exportação
Amparo Legal: Lei no 9.430, de 27 de dezembro de 1996;Decreto no 3000, de 1999;Lei no 8.383, de 30 de dezembro de 1991, art. 69;Lei no 9.069, de 29 de junho de 1995; e Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966, art. 161.	Portaria: Portaria SOF nº 17, de 31.12.2003, incluiu.
19110202 - Multas e Juros de Mora do Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas	Amparo Legal: Lei no 9.430, de 27 de dezembro de 1996;Lei no 8.383, de 30 de dezembro de 1991, art. 69;Lei no 9.069, de 29 de junho de 1995; e Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966, art. 161.
Amparo Legal: Lei no 9.430, de 27 de dezembro de 1996;Decreto no 3000, de 1999;Lei no 8.383, de 30 de dezembro de 1991, art. 69;Lei no 9.069, de 29 de junho de 1995; e Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966, art. 161.	19110702 - Receita de Parcelamentos - Multa e Juros de Mora do Imposto sobre a Exportação
19110203 - Multas e Juros de Mora do Imposto sobre a Renda Retido nas Fontes	Portaria: Portaria SOF nº 17, de 31.12.2003, incluiu. Portaria SOF nº 35, de 10.08.2007, modificar a especificação.
Amparo Legal: Lei no 9.430, de 27 de dezembro de 1996;Decreto no 3000, de 1999;Lei no 8.383, de 30 de dezembro de 1991, art. 69;Lei no 9.069, de 29 de junho de 1995; e Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966, art. 161.	Amparo Legal: Lei no 9.430, de 27 de dezembro de 1996;Lei no 8.383, de 30 de dezembro de 1991, art. 69;Lei no 9.069, de 29 de junho de 1995; e Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966, art. 161.
19110204 - Receita de Parcelamentos - Multas e Juros de Mora do Imposto sobre a Renda - Pessoas Jurídicas	19110801 - Multas e Juros de Mora do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Conveniados
Portaria: Portaria SOF nº 17, de 31.12.2003, incluiu. Portaria SOF nº 35, de 10.08.2007, modificar a especificação.	Portaria: Portaria SOF nº 81, de 18.12.2008, incluiu. Portaria SOF nº 135, de 04.11.2011, alterar.
Amparo Legal: Lei no 9.430, de 27 de dezembro de 1996;Decreto no 3000, de 1999;Lei no 8.383, de 30 de dezembro de 1991, art. 69;Lei no 9.069, de 29 de junho de 1995; e Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966, art. 161.	Amparo Legal: Lei no 9.430, de 27 de dezembro de 1996;Lei no 9.393, de 1996;Decreto no 4.382, de 2002;Lei no 8.383, de 30 de dezembro de 1991, art. 69;Lei no 9.069, de 29 de junho de 1995; e Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966, art. 161.
19110205 - Receita de Parcelamentos - Multas e Juros de Mora do Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte	19110802 - Multas e Juros de Mora do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Não-Conveniados
Portaria: Portaria SOF nº 17, de 31.12.2003, incluiu. Portaria SOF nº 35, de 10.08.2007, modificar a especificação.	Portaria: Portaria SOF nº 81, de 18.12.2008, incluiu.
Amparo Legal: Lei no 9.430, de 27 de dezembro de 1996;Decreto no 3000, de 1999;Lei no 8.383, de 30 de dezembro de 1991, art. 69;Lei no 9.069, de 29 de junho de 1995; e Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966, art. 161.	Amparo Legal: Lei no 9.430, de 27 de dezembro de 1996;Lei no 9.393, de 1996;Decreto no 4.382, de 2002;Lei no 8.383, de 30 de dezembro de 1991, art. 69;Lei no 9.069, de 29 de junho de 1995; e Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966, art. 161.
19110206 - Receita de Parcelamentos - Multas e Juros de Mora do Imposto sobre a Renda - Pessoas Físicas	19113101 - Multas e Juros de Mora da Taxa de Fiscalização de Instalação
Portaria: Portaria SOF nº 01, de 03.01.2006, incluiu. Portaria SOF nº 35, de 10.08.2007, modificar a especificação.	Portaria: Portaria nº 176, de 26 de dezembro de 2012
Amparo Legal:	Amparo Legal: Lei no 5.070, de 7 de julho de 1966; e Lei no 9.472, de 1997.

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

LDO - 2014, Art. 9º, inciso IV

19113102 - Multas e Juros de Mora da Taxa de Fiscalização de Funcionamento

Portaria:

Portaria nº 176, de 26 de dezembro de 2012

Amparo Legal:

Lei no 5.070, de 7 de julho de 1966; e
Lei no 9.472, de 1997.

19113200 - Multas e Juros de Mora da Taxa de Fiscalização dos Produtos Controlados pelo Ministério do Exército

Amparo Legal:

Decreto Lei no 2.025, de 30 de maio de 1983; Lei no 9.984, de 17 de julho de 2000; e Medida Provisória nº 437, de 29 de julho de 2008.

19113300 - Multas e Juros de Mora da Taxa de Fiscalização dos Serviços de Irrigação

Portaria:

Portaria SOF nº 21, de 28.07.2006, incluiu. Portaria SOF nº 17, de 20.04.2007, excluiu. Portaria SOF nº 39, de 11.08.2008, incluiu.

Amparo Legal:

Lei no 9.984, de 17 de julho de 2000; e Medida Provisória nº 437, de 29 de julho de 2008.

19113400 - Multas e Juros de Mora Taxa de Fiscalização dos Mercados de Seguro, da Capitalização e da Previdência Complementar Aberta e Fechada

Portaria:

Portaria SOF nº 08, de 27.06.2001 Portaria SOF nº 144, de 27.10.2010, alterar.

Amparo Legal:

Lei no 12.154, de 23 de dezembro de 2009, art. 12; e Lei no 12.249, de 11 de junho de 2010, art. 48.

19113500 - Multas e Juros de Mora da Taxa de Fiscalização e Vigilância Sanitária

Portaria:

Portaria SOF nº 08, de 27.06.2001

Amparo Legal:

Lei no 9.782, de 26 de janeiro de 1999, arts. 23 a 26.

19113600 - Multas e Juros de Mora da Taxa de Saúde Suplementar

Portaria:

Portaria SOF nº 08, de 27.06.2001

Amparo Legal:

Lei no 9.961, de 28 de janeiro de 2000, arts. 18 a 25.

19113700 - Multas e Juros de Mora da Taxa de Fiscalização dos Mercados de Títulos e Valores Mobiliários

Portaria:

Portaria SOF nº 08, de 27.06.2001

Amparo Legal:

Lei no 7.940, de 20 de novembro de 1989.

19119901 - Multas e Juros de Mora de Outros Tributos

Portaria:

Portaria SOF nº 01, de 03.01.2006, incluiu.

Amparo Legal:

Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4º.

19119902 - Parcelamentos - Multas e Juros de Mora de Outros Tributos

Portaria:

Portaria SOF nº 01, de 03.01.2006, incluiu. Portaria SOF nº 35, de 10.08.2007, modificar a especificação.

Amparo Legal:

Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4º.

19120101 - Receita de Multas e Juros de Mora da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social

Portaria:

Portaria SOF nº 17, de 31.12.2003, incluiu.

Amparo Legal:

Lei no 9.430, de 1996; Lei Complementar no 70, de 1991; Lei no 8.383, de 30 de dezembro de 1991, art. 69; Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991, Inciso I do art 27; Lei no 9.069, de 29 de junho de 1995; e Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966, art. 161.

19120102 - Receita de Parcelamentos - Multas e Juros de Mora da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social

Portaria:

Portaria SOF nº 17, de 31.12.2003, incluiu. Portaria SOF nº 35, de 10.08.2007, modificar a especificação.

Amparo Legal:

Lei no 9.430, de 1996; Lei Complementar no 70, de 1991; Lei no 8.383, de 30 de dezembro de 1991, art. 69; Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991, Inciso I do art 27; Lei no 9.069, de 29 de junho de 1995; e Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966, art. 161.

19120200 - Multas e Juros de Mora da Contribuição do Salário-Educação

Amparo Legal:

Lei no 9.424, de 24 de dezembro de 1996; e Lei no 9.766, de 18 de dezembro de 1998.

19120301 - Receita de Multas e Juros de Mora da Contribuição Relativa Atividades de Comercialização de Petróleo e seus Derivados, Gás Natural e Alcool Carburante

Portaria:

Portaria SOF nº 01, de 03.01.2006, incluiu.

Amparo Legal:

Emenda Constitucional no 33, de 11 de dezembro de 2001; Emenda constitucional no 44, de 30 de junho de 2004; Lei no 10.336, de 19 de dezembro de 2001; Lei no 10.636, de 30 de dezembro

de 2002; e Lei no 10.866, de 4 de maio de 2004.

19120302 - Receita de Parcelamentos - Multas e Juros de Mora da Contribuição Relativa às Atividades de Comercialização de Petróleo e seus Derivados, Gás Natural

Portaria:

Portaria SOF nº 01, de 03.01.2006.

Amparo Legal:

Emenda Constitucional no 33, de 11 de dezembro de 2001; Emenda constitucional no 44, de 30 de junho de 2004; Lei no 10.336, de 19 de dezembro de 2001; Lei no 10.636, de 30 de dezembro de 2002; e Lei no 10.866, de 4 de maio de 2004.

19120701 - Receita de Multas e juros de Mora da Contribuição sobre Movimentação Financeira

Portaria:

Portaria SOF nº 17, de 31.12.2003, incluiu.

Amparo Legal:

ADCT, art. 74; 75; 80, I; 84 e 85; e Lei no 9.311, de 24 de outubro de 1996.

19120702 - Receita de Parcelamentos - Multas e Juros de Mora da Contribuição sobre Movimentação Financeira

Portaria:

Portaria SOF nº 17, de 31.12.2003, incluiu. Portaria SOF nº 35, de 10.08.2007, modificar a especificação.

Amparo Legal:

ADCT, art. 74; 75; 80, I; 84 e 85; e Lei no 9.311, de 24 de outubro de 1996.

19121001 - Multas e Juros de Mora da Contribuição sobre a Receita Operacional Bruta Decorrente de Prestação de Serviços de Telecomunicações

Portaria:

Portaria nº 176, de 26 de dezembro de 2012

Amparo Legal:

Lei no 9.998, de 17 de agosto de 2000, art. 6º, incisos IV e VI e art. 14; Decreto no 3.624 de 05 de outubro de 2000, art 8º; e Lei no 9.430, de 27 de dezembro de 1996, art. 44.

19121002 - Multas e Juros de Mora da Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública

Portaria:

Portaria nº 176, de 26 de dezembro de 2012

Amparo Legal:

Lei no 11.652, de 7 de abril de 2008; e Lei no 12.024, de 27 de agosto de 2009.

19122901 - Multas e Juros de Mora da Contribuição Patronal para o Regime Próprio de Previdência

Portaria:

Portaria SOF nº 49, de 15.12.2006, incluiu. Portaria SOF nº 18, de 13.04.2010, modificou.

Amparo Legal:

Lei no 9.430, de 1996.

19122902 - Multas e Juros de Mora da Contribuição do Servidor para o Regime Próprio de Previdência

Portaria:

Portaria SOF nº 49, de 15.12.2006, incluiu.

Amparo Legal:

Lei no 9.430, de 1996.

19123001 - Multas e Juros de Mora da Contribuição Previdenciária do Segurado Obrigatório - Contribuinte Individual

Portaria:

Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002.

Amparo Legal:

Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991.

19123002 - Multas e Juros de Mora da Contribuição Previdenciária do Segurado Assalariado

Portaria:

Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002.

Amparo Legal:

Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991.

19123003 - Multas e Juros de Mora da Contribuição Previdenciária da Empresa sobre Segurado Assalariado

Portaria:

Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002.

Amparo Legal:

Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991.

19123004 - Multas e Juros de Mora da Contribuição Previdenciária da Empresa Optante pelo SIMPLES

Portaria:

Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002.

Amparo Legal:

Lei no 9.317, de 5 de dezembro de 1996.

19123005 - Multas e Juros de Mora da Contribuição Previdenciária sobre Espetáculo Desportivo

Portaria:

Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002.

Amparo Legal:

Decreto no 3.048, de 6 de maio de 1999.

19123006 - Multas e Juros de Mora da Contribuição Previdenciária sobre Produção Rural

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

LDO - 2014, Art. 9º, inciso IV

Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002. Amparo Legal: Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991.	Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966; Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002; Lei no 5.869, de 11 de janeiro de 1973; e Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991.
19123007 - Multas e Juros de Mora da Contribuição Previdenciária em Regime de Parcelamento de Débitos Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002. Amparo Legal: Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991.	19123020 - Multas e Juros de Mora de Certificados da Dívida Pública - CDP Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002. Amparo Legal: Lei no 9.711, de 20 de novembro de 1998; e Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991.
19123008 - Multas e Juros de Mora da Contribuição Previdenciária para o Seguro de Acidente do Trabalho Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002. Amparo Legal: Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991.	19123021 - Multas e Juros de Mora da Contribuição Previdenciária na Forma de Depósito Judicial, Recursal e Custas Judiciais Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002. Amparo Legal: Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991.
19123009 - Multas e Juros de Mora da Contribuição Previdenciária sobre Reclamatória Trabalhista Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002. Amparo Legal: Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991.	19123024 - Multa e Juros de Mora da Contribuição Previdenciária da Empresa sobre o Segurado Assalariado Incidente sobre a Receita Bruta Portaria: Natureza de Receita criada pela Portaria SOF no 179, de 13 de dezembro de 2011. Amparo Legal: Arts. 7º e 8º da Medida Provisória no 540, de 02 de agosto de 2011; Incisos I e III, do art. 22, e art. 27, da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991; e Art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.
19123010 - Multas e Juros de Mora da Contribuição Previdenciária do Segurado em Regime de Parcelamento de Débitos dos Municípios Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002. Amparo Legal: Lei nº 9.639, de 25 de maio de 1998.	19123099 - Multas e Juros de Mora de Outras Contribuições Previdenciárias Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002. Amparo Legal: Decreto no 2.173, de 6 de março de 1997.
19123011 - Multas e Juros de Mora da Contribuição Previdenciária do Segurado Obrigatório - Empresário Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002. Amparo Legal: Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991.	19123101 - Receita de Multas e Juros de Mora das Contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP Portaria: Portaria SOF nº 17, de 31.12.2003, incluiu. Amparo Legal: Lei no 9.430, de 27 de dezembro de 1996; Lei no 8.383, de 30 de dezembro de 1991, art. 69; Lei no 9.069, de 29 de junho de 1995; Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966, art. 161; lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990.
19123012 - Multas e Juros de Mora da Contribuição Previdenciária do Segurado Facultativo Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002. Amparo Legal: Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991.	19123102 - Receita Parc MJM das Contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público PIS/PASEP Portaria: Portaria SOF nº 17, de 31.12.2003, incluiu. Portaria SOF nº 35, de 10.08.2007, modificar a especificação. Amparo Legal: Lei no 9.430, de 27 de dezembro de 1996; Lei no 8.383, de 30 de dezembro de 1991, art. 69; Lei no 9.069, de 29 de junho de 1995; Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966, art. 161; lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990.
19123013 - Multas e Juros de Mora da Contribuição Previdenciária do Segurado Especial Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002. Amparo Legal: Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991.	19123201 - Receita de Multas e Juros de Mora da Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas Portaria: Portaria SOF nº 17, de 31.12.2003, incluiu. Amparo Legal: Lei no 9.430, de 27 de dezembro de 1996; Lei no 8.383, de 30 de dezembro de 1991, art. 69; Lei no 9.069, de 29 de junho de 1995; e Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966, art. 161.
19123014 - Multas e Juros de Mora da Contribuição Previdenciária do Segurado Obrigatório - Empregado Doméstico Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002. Amparo Legal: Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991.	19123202 - Receita de Parcelamentos - Multas e Juros de Mora da Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas Portaria: Portaria SOF nº 17, de 31.12.2003, incluiu. Portaria SOF nº 35, de 10.08.2007, modificar a especificação. Amparo Legal: Lei no 9.430, de 27 de dezembro de 1996; Lei no 8.383, de 30 de dezembro de 1991, art. 69; Lei no 9.069, de 29 de junho de 1995; e Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966, art. 161.
19123015 - Multas e Juros de Mora da Contribuição Previdenciária dos Órgãos do Poder Público Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002. Amparo Legal: Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991.	19123301 - Multas e Juros de Mora da Contribuição sobre a Receita da Loteria Federal Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002. Amparo Legal: Lei no 9.430, de 1996.
19123016 - Multas e Juros de Mora da Contribuição Previdenciária das Entidades Filantrópicas Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002. Amparo Legal: Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991.	19123302 - Multas e Juros de Mora da Contribuição sobre a Receita de Loterias Esportivas Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002. Amparo Legal: Lei no 9.430, de 1996.
19123017 - Multas e Juros de Mora da Contribuição Previdenciária - Retenção sobre Nota Fiscal - Sub-rogação Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002. Amparo Legal: Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991.	19123303 - Multas e Juros de Mora da Contribuição sobre a Receita de Concursos Especiais de Loterias Esportivas Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002. Amparo Legal: Lei no 9.430, de 1996.
19123018 - Multas e Juros de Mora da Arrecadação FIES - Certificados Financeiros do Tesouro Nacional Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002. Amparo Legal: Lei no 10.260, de 12 de julho de 2001; e Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991.	19123304 - Multas e Juros de Mora da Contribuição sobre a Receita de Loterias de Números Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002. Amparo Legal: Lei no 9.430, de 1996.
19123019 - Multas e Juros de Mora da Arrecadação FNS - Certificados Financeiros do Tesouro Nacional Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002. Amparo Legal:	

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

LDO - 2014, Art. 9º, inciso IV

19123305 - Multas e Juros de Mora da Contribuição sobre a Receita da Loteria Instantânea Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002. Amparo Legal: Lei no 9.430, de 1996.	Decreto- Lei nº 1.437, de 1975;Lei nº 5.172, de 1966 (CTN, Art. 161);Lei nº 8.383, de 1991; e Lei nº 9.069, de 1995.
19123306 - Multas e Juros de Mora de Prêmios Prescritos da Loteria Federal Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002. Amparo Legal: Lei no 9.430, de 1996.	19125503 - Juros de Mora do FUNDAF - Receita da Contribuição sobre Movimentação Financeira Portaria: Portaria SOF nº 03, de 26.04.2006, incluir. Amparo Legal: Decreto- Lei nº 1.437, de 1975;Lei nº 5.172, de 1966 (CTN, Art. 161);Lei nº 8.383, de 1991; e Lei nº 9.069, de 1995.
19123307 - Multas e Juros de Mora da Contribuição sobre a Receita de Outros Concursos de Prognósticos Portaria: Portaria SOF nº 28, de 13.09.2006, inclui. Portaria SOF nº 111, de 15.09.2010, altera. Amparo Legal: Lei no 9.430, de 1996.	19125504 - Juros de Mora do FUNDAF - Receita de Parcelamentos da Contribuição sobre Movimentação Financeira Portaria: Portaria SOF nº 03, de 26.04.2006, incluir. Portaria SOF nº 35, de 10.08.2007, modificar a especificação. Amparo Legal: Decreto- Lei nº 1.437, de 1975;Lei nº 5.172, de 1966 (CTN, Art. 161);Lei nº 8.383, de 1991; e Lei nº 9.069, de 1995.
19123400 - Multas e Juros de Mora da Contribuição sobre a Receita das Concessionárias de Energia Elétrica Portaria: Portaria SOF nº 08, de 27.06.2001 Portaria SOF nº 49, de 15.12.2006, excluiu. Portaria SOF nº 59, de 14.11.2008, incluiu. Amparo Legal: Lei no 9.991, de 24 de julho de 2000; Decreto no 3.867, de 16 de julho de 2001; Lei no 10.848, de 2004; Lei no 12.111, de 9 de dezembro de 2009; e Decreto no 7.204, de 8 de junho de 2010.	19125505 - Juros de Mora do FUNDAF - Receita das Contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público Portaria: Portaria SOF nº 03, de 26.04.2006, incluir. Amparo Legal: Decreto- Lei nº 1.437, de 1975;Lei nº 5.172, de 1966 (CTN, Art. 161);Lei nº 8.383, de 1991; e Lei nº 9.069, de 1995.
19123500 - Multas e Juros de Mora da Cota-Parte da Contribuição Sindical Portaria: Portaria SOF nº 81, de 18.12.2008, incluiu. Amparo Legal: Constituição Federal, art. 8º, IV; Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943 (CLT), art. 578 a 593; Lei no 9.322, de 5 de dezembro de 1996, art. 4º; e Lei nº 11.648, de 31 de março de 2008.	19125506 - Juros de Mora do FUNDAF - Receita de Parc das Contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público Portaria: Portaria SOF nº 03, de 26.04.2006, incluir. Portaria SOF nº 35, de 10.08.2007, modificar a especificação. Amparo Legal: Decreto- Lei nº 1.437, de 1975;Lei nº 5.172, de 1966 (CTN, Art. 161);Lei nº 8.383, de 1991; e Lei nº 9.069, de 1995.
19123600 - Multas e Juros de Mora da Contribuição sobre a Receita de Sorteios Realizados por Entidades Filantrópicas Portaria: Portaria SOF nº 81, de 18.12.2008, incluiu. Amparo Legal: Lei no 5.768, de 20 de dezembro de 1971; Lei no 5.864, de 12 de dezembro de 1972; Portaria no 413/MJ, de 19 de maio de 1997; Portaria no 1.285/MJ, de 19 de dezembro de 1997	19125507 - Juros de Mora do FUNDAF - Receita da Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas Portaria: Portaria SOF nº 03, de 26.04.2006, incluir. Amparo Legal: Decreto- Lei nº 1.437, de 1975;Lei nº 5.172, de 1966 (CTN, Art. 161);Lei nº 8.383, de 1991; e Lei nº 9.069, de 1995.
19125100 - Multas e Juros de Mora da Contribuição sobre a Aposta em Competições Hípicas Portaria: Portaria SOF nº 08, de 27.06.2001 Amparo Legal: Lei no 7.291, de 1964.	19125508 - Juros de Mora do FUNDAF - Receita de Parcelamentos da Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas Portaria: Portaria SOF nº 03, de 26.04.2006, incluir. Portaria SOF nº 35, de 10.08.2007, modificar a especificação. Amparo Legal: Decreto- Lei nº 1.437, de 1975;Lei nº 5.172, de 1966 (CTN, Art. 161);Lei nº 8.383, de 1991; e Lei nº 9.069, de 1995.
19125200 - Multas e Juros de Mora da Cota-Parte do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante Portaria: Portaria SOF nº 08, de 27.06.2001 Amparo Legal: Decreto-Lei no 2.404, de 1987.	19125509 - Juros de Mora do FUNDAF - Contribuição sobre a Receita da Loteria Federal Portaria: Portaria SOF nº 03, de 26.04.2006, incluir. Amparo Legal: Decreto- Lei nº 1.437, de 1975;Lei nº 5.172, de 1966 (CTN, Art. 161);Lei nº 8.383, de 1991; e Lei nº 9.069, de 1995.
19125300 - Multas e Juros de Mora da Contribuição Relativa à Despedida de Empregado sem Justa Causa Portaria: Portaria SOF nº 15, de 17.08.2001 Amparo Legal: Lei Complementar no 110, de 2001;Decreto no 3.914, de 2001; e Lei nº 8.036, de 1990.	19125510 - Juros de Mora do FUNDAF - Contribuição sobre a Receita de Loterias Esportivas Portaria: Portaria SOF nº 03, de 26.04.2006, incluir. Amparo Legal: Decreto- Lei nº 1.437, de 1975;Lei nº 5.172, de 1966 (CTN, Art. 161);Lei nº 8.383, de 1991; e Lei nº 9.069, de 1995.
19125400 - Multas e Juros de Mora da Contribuição sobre a Remuneração Devida ao Trabalhador Portaria: Portaria SOF nº 15, de 17.08.2001 Amparo Legal: Lei Complementar no 110, de 2001;Decreto no 3.914, de 2001; e Lei nº 8.036, de 1990.	19125511 - Juros de Mora do FUNDAF - Contribuição sobre a Receita de Concursos Especiais de Loterias Esportivas Portaria: Portaria SOF nº 03, de 26.04.2006, incluir. Amparo Legal: Decreto- Lei nº 1.437, de 1975;Lei nº 5.172, de 1966 (CTN, Art. 161);Lei nº 8.383, de 1991; e Lei nº 9.069, de 1995.
19125501 - Juros de Mora do FUNDAF - Receita da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social Portaria: Portaria SOF nº 03, de 26.04.2006, incluir. Amparo Legal: Decreto- Lei nº 1.437, de 1975;Lei nº 5.172, de 1966 (CTN, Art. 161);Lei nº 8.383, de 1991; e Lei nº 9.069, de 1995.	19125512 - Juros de Mora do FUNDAF - Contribuição sobre a Receita de Loterias de Números Portaria: Portaria SOF nº 03, de 26.04.2006, incluir. Amparo Legal: Decreto- Lei nº 1.437, de 1975;Lei nº 5.172, de 1966 (CTN, Art. 161);Lei nº 8.383, de 1991; e Lei nº 9.069, de 1995.
19125502 - Juros de Mora do FUNDAF - Receita de Parcelamentos da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social Portaria: Portaria SOF nº 03, de 26.04.2006, incluir. Portaria SOF nº 35, de 10.08.2007, modificar a especificação. Amparo Legal:	19125513 - Juros de Mora do FUNDAF - Contribuição sobre a Receita da Loteria Instantânea Portaria: Portaria SOF nº 03, de 26.04.2006, incluir. Amparo Legal: Decreto- Lei nº 1.437, de 1975;Lei nº 5.172, de 1966 (CTN, Art. 161);Lei nº 8.383, de 1991; e Lei nº 9.069, de 1995.
	19125514 - Juros de Mora do FUNDAF - Receita de Prêmios Prescritos de Loterias Federais Portaria: Portaria SOF nº 03, de 26.04.2006, incluir. Amparo Legal: Decreto- Lei nº 1.437, de 1975;Lei nº 5.172, de 1966 (CTN, Art. 161);Lei nº 8.383, de 1991; e Lei nº 9.069, de 1995.

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

LDO - 2014, Art. 9º, inciso IV

<p>nº 9.069, de 1995.</p> <p>19125600 - Multas e Juros de Mora das Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência dos Servidores</p> <p>Portaria: Portaria SOF nº 39, de 15.06.2009, incluiu.</p> <p>Amparo Legal: LEI Nº 9.796 - DE 05 DE MAIO DE 1999</p>	<p>19130208 - Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto de Renda Pessoa Jurídica – Simples Nacional</p> <p>Portaria: Natureza de Receita criada pela Portaria SOF nº 38, de 27 de abril de 2012.</p> <p>Amparo Legal: Constituição Federal – CF, art. 159, incisos I e II; CF, art. 153, inciso IV; CF, art. 212, c/c ADCT art. 76; Art. 6º da Lei no 7.827, de 22 de setembro de 1989; Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, Código Tributário Nacional; Lei nº 9.069, de 29 de junho e 1995.</p>
<p>19129901 - Multas e Juros de Mora de Outras Contribuições - Principal</p> <p>Portaria: Portaria SOF nº 01, de 03.01.2006, incluiu.</p> <p>Amparo Legal: Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4º.</p>	<p>19130301 - Receita de Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto sobre Produtos Industrializados</p> <p>Portaria: Portaria SOF nº 17, de 31.12.2003, incluiu.</p> <p>Amparo Legal: Lei no 9.430, de 1996;Decreto no 2637, de 1998; e Decreto no 4.544, de 2002.</p>
<p>19129902 - Parcelamentos - Multas e Juros de Mora de Outras Contribuições</p> <p>Portaria: Portaria SOF nº 01, de 03.01.2006, incluiu. Portaria SOF nº 35, de 10.08.2007, modificar a especificação.</p> <p>Amparo Legal: Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4º.</p>	<p>19130302 - Receita de Parcelamentos - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto sobre Produtos Industrializados</p> <p>Portaria: Portaria SOF nº 17, de 31.12.2003, incluiu. Portaria SOF nº 35, de 10.08.2007, modificar a especificação.</p> <p>Amparo Legal: Lei nº 9.964, de 11 de abril de 2000; MP nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; e Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.</p>
<p>19130101 - Receita de Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto sobre a Importação</p> <p>Portaria: Portaria SOF nº 17, de 31.12.2003, incluiu.</p> <p>Amparo Legal: Lei no 9.430, de 1996 Decreto no 4.543, de 2002.</p>	<p>19130303 - Multa da Dívida Ativa do Imposto sobre Produtos Industrializados – Simples Nacional</p> <p>Portaria: Natureza de Receita criada pela Portaria SOF nº 38, de 27 de abril de 2012.</p> <p>Amparo Legal: Constituição Federal – CF, art. 159, incisos I e II; CF, art. 153, inciso IV; CF, art. 212, c/c ADCT art. 76; e Art. 6º da Lei no 7.827, de 22 de setembro de 1989;</p>
<p>19130102 - Receita de Parcelamentos - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto sobre a Importação</p> <p>Portaria: Portaria SOF nº 17, de 31.12.2003, incluiu. Portaria SOF nº 35, de 10.08.2007, modificar a especificação.</p> <p>Amparo Legal: Lei nº 9.964, de 11 de abril de 2000; MP nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; e Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.</p>	<p>19130304 - Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto sobre Produtos Industrializados – Simples Nacional</p> <p>Portaria: Natureza de Receita criada pela Portaria SOF nº 38, de 27 de abril de 2012.</p> <p>Amparo Legal: Constituição Federal – CF, art. 159, incisos I e II; CF, art. 153, inciso IV; CF, art. 212, c/c ADCT art. 76; Art. 6º da Lei no 7.827, de 22 de setembro de 1989; Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, Código Tributário Nacional; e Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995.</p>
<p>19130201 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas</p> <p>Portaria: Portaria SOF nº 08, de 27.06.2001</p> <p>Amparo Legal: Lei nº 9.430, de 1996 e Decreto nº 3.000, de 1999.</p>	<p>19130401 - Receita de Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários</p> <p>Portaria: Portaria SOF nº 17, de 31.12.2003, incluiu.</p> <p>Amparo Legal: Lei no 9.430, de 1996;Decreto no 4.494, de 2002; e Decreto no 2.219, de 1997.</p>
<p>19130202 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas</p> <p>Portaria: Portaria SOF nº 08, de 27.06.2001</p> <p>Amparo Legal: Lei nº 9.430. De 1996; e Decreto nº 3.000, de 1999.</p>	<p>19130402 - Receita de Parc - MJM da DA do IOF ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários</p> <p>Portaria: Portaria SOF nº 17, de 31.12.2003, incluiu. Portaria SOF nº 35, de 10.08.2007, modificar a especificação.</p> <p>Amparo Legal: Lei nº 9.964, de 11 de abril de 2000; MP nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; e Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.</p>
<p>19130203 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto sobre a Renda Retido nas Fontes</p> <p>Portaria: Portaria SOF nº 08, de 27.06.2001</p> <p>Amparo Legal: Lei nº 9.430. De 1996; e Decreto nº 3.000, de 1999.</p>	<p>19130701 - Receita de Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto sobre a Exportação</p> <p>Portaria: Portaria SOF nº 17, de 31.12.2003, incluiu.</p> <p>Amparo Legal: Lei no 9.430, de 1996.</p>
<p>19130204 - Receita de Parcelamentos - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas</p> <p>Portaria: Portaria SOF nº 17, de 31.12.2003, incluiu. Portaria SOF nº 35, de 10.08.2007, modificar a especificação.</p> <p>Amparo Legal: Lei nº 9.964, de 11 de abril de 2000; MP nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; e Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.</p>	<p>19130702 - Receita de Parcelamentos - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto sobre a Exportação</p> <p>Portaria: Portaria SOF nº 17, de 31.12.2003, incluiu. Portaria SOF nº 35, de 10.08.2007, modificar a especificação.</p> <p>Amparo Legal: Lei nº 9.964, de 11 de abril de 2000; MP nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; e Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.</p>
<p>19130205 - Receita de Parcelamentos - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte</p> <p>Portaria: Portaria SOF nº 17, de 31.12.2003, incluiu. Portaria SOF nº 35, de 10.08.2007, modificar a especificação.</p> <p>Amparo Legal: Lei nº 9.964, de 11 de abril de 2000; MP nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; e Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.</p>	<p>19130801 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Conveniados</p> <p>Portaria: Natureza de Receita criada pela Portaria SOF no 135, de 4 de novembro de 2011</p> <p>Amparo Legal: Constituição Federal, arts. 153, inciso VI, § 4º, inciso III, e 158, inciso II; Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966, arts. 29 a 31 e 201; Lei no 9.430, de 27 de dezembro de 1996; Lei no 9.393, de 19 de dezembro de 1996; e Decreto no 4.382, de 19 de dezembro de 2002.</p>
<p>19130206 - Receita de Parcelamentos - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto sobre a Renda - Pessoas Físicas</p> <p>Portaria: Portaria SOF nº 01, de 03.01.2006, incluiu. Portaria SOF nº 35, de 10.08.2007, modificar a especificação.</p> <p>Amparo Legal: Lei nº 9.964, de 11 de abril de 2000; MP nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; e Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.</p>	<p>19130802 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Não-Conveniados</p> <p>Portaria: Natureza de Receita criada pela Portaria SOF no 135, de 4 de novembro de 2011.</p>
<p>19130207 - Multas da Dívida Ativa do Imposto de Renda Pessoa Jurídica – Simples Nacional</p> <p>Portaria: * Natureza de Receita criada pela Portaria SOF nº 38, de 27 de abril de 2012.</p> <p>Amparo Legal: Constituição Federal – CF, art. 159, incisos I e II; CF, art. 153, inciso IV; CF, art. 212, c/c ADCT art. 76; e Art. 6º da Lei no 7.827, de 22 de setembro de 1989.</p>	

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

LDO - 2014, Art. 9º, inciso IV

Amparo Legal: Constituição Federal, arts. 153, inciso VI, § 4º, inciso III, e 158, inciso II; Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966, arts. 29 a 31 e 201; Lei no 9.430, de 27 de dezembro de 1996; Lei no 9.393, de 19 de dezembro de 1996; e Decreto no 4.382, de 19 de dezembro de 2002.	Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991.
19130901 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Taxa de Fiscalização de Instalação Portaria: Portaria nº 176, de 26 de dezembro de 2012 Amparo Legal: Lei no 5.070, de 1966; e Lei no 9.472, de 1997.	19140404 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Contribuição Previdenciária da Empresa Optante pelo SIMPLES Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002. Amparo Legal: Lei nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996.
19130902 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Taxa de Fiscalização de Funcionamento Portaria: Portaria nº 176, de 26 de dezembro de 2012 Amparo Legal: Lei no 5.070, de 1966; e Lei no 9.472, de 1997.	19140405 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Contribuição Previdenciária sobre Espetáculo Desportivo Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002. Amparo Legal: Decreto no 3.048, de 6 de maio de 1999.
19131000 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Taxa de Fiscalização dos Produtos Controlados pelo Ministério do Exército Portaria: Portaria SOF nº 08, de 27.06.2001 Amparo Legal: Decreto-Lei no 2.025, de 1983.	19140406 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Contribuição Previdenciária sobre Produção Rural Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002. Amparo Legal: Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991.
19139900 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa de Outros Tributos Portaria: Portaria SOF nº 08, de 27.06.2001 Amparo Legal: Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4º.	19140407 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Contribuição Previdenciária em Regime de Parcelamento de Débitos Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002. Amparo Legal: Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991.
19140101 - Receita de Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social Portaria: Portaria SOF nº 17, de 31.12.2003, incluiu. Amparo Legal: Lei no 9.430, de 1996; e Lei Complementar no 70, de 1991.	19140408 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Contribuição Previdenciária para o Seguro de Acidente do Trabalho Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002. Amparo Legal: Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991.
19140102 - Receita de Parcelamentos - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social Portaria: Portaria SOF nº 17, de 31.12.2003, incluiu. Portaria SOF nº 35, de 10.08.2007, modificar a especificação. Amparo Legal: Lei nº 9.964, de 11 de abril de 2000; MP nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; e Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.	19140409 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Contribuição Previdenciária sobre Reclamação Trabalhista Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002. Amparo Legal: Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991.
19140200 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Contribuição do Salário-Educação Portaria: Portaria SOF nº 08, de 27.06.2001 Amparo Legal: Lei no 9.424, de 1996; e Lei no 9.766, de 1998.	19140410 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Contribuição Previdenciária do Segurado em Regime de Parcelamento de Débitos dos Municípios Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002. Amparo Legal: Lei no 9.639, de 25 de maio de 1998.
19140301 - Receita de MJM da DAdA Contribuição sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de natureza Financeira Portaria: Portaria SOF nº 17, de 31.12.2003, incluiu. Amparo Legal: Lei nº 9.311, de 1996.	19140411 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Contribuição Previdenciária do Segurado Obrigatório - Empresário Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002. Amparo Legal: Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991.
19140302 - Receita de Parcelamentos - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Contribuição sobre Movimentação Financeira Portaria: Portaria SOF nº 17, de 31.12.2003, incluiu. Portaria SOF nº 35, de 10.08.2007, modificar a especificação. Amparo Legal: Lei nº 9.964, de 11 de abril de 2000; MP nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; e Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.	19140412 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Contribuição Previdenciária do Segurado Facultativo Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002. Amparo Legal: Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991.
19140401 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Contribuição Previdenciária do Segurado Obrigatório - Contribuinte Individual Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002. Amparo Legal: Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.	19140413 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Contribuição Previdenciária do Segurado Especial Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002. Amparo Legal: Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991.
19140402 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Contribuição Previdenciária do Segurado Assalariado Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002. Amparo Legal: Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991.	19140414 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Contribuição Previdenciária do Segurado Obrigatório - Empregado Doméstico Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002. Amparo Legal: Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991.
19140403 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Contribuição Previdenciária da Empresa sobre o Segurado Assalariado Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002. Amparo Legal:	19140415 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Contribuição Previdenciária dos Órgãos do Poder Público Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002. Amparo Legal: Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991.
	19140416 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Contribuição Previdenciária das Entidades Filantrópicas Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002. Amparo Legal: Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991.

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

LDO - 2014, Art. 9º, inciso IV

19140417 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Contribuição Previdenciária - Retenção sobre Nota Fiscal - Sub-rogação

Portaria:

Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002.

Amparo Legal:

Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

19140418 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa de Arrecadação FIES - Certificados Financeiros do Tesouro Nacional

Portaria:

Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002.

Amparo Legal:

Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001; e Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

19140419 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa de Arrecadação FNS - Certificados Financeiros do Tesouro Nacional

Portaria:

Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002.

Amparo Legal:

Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966; Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002; Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973; e Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

19140420 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa de Certificados da Dívida Pública - CDP

Portaria:

Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002.

Amparo Legal:

Lei nº 9.711, de 20 de novembro de 1998; e Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

19140421 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Contribuição Previdenciária na Forma de Depósito Judicial, Recursal e Custas Judiciais

Portaria:

Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002.

Amparo Legal:

Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

19140422 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Contribuição Previdenciária - Parcelamentos

Portaria:

Portaria SOF nº 81, de 18 de dezembro de 2008

Amparo Legal:

Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

19140424 - Multa e Juros de Mora da Dívida Ativa da Contribuição Previdenciária da Empresa Incidente sobre a Receita Bruta

Portaria:

*Natureza de Receita criada pela Portaria SOF nº 57, de 25 de junho de 2012.

Amparo Legal:

Arts. 7º e 8º da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011; Incisos I e III do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991; e Art. 201 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, Código Tributário Nacional.

19140499 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa de Outras Contribuições Previdenciárias

Portaria:

Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002.

Amparo Legal:

Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

19140501 - Receita de Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa das Contribuições para o PIS/PASEP

Portaria:

Portaria SOF nº 17, de 31.12.2003, incluiu.

Amparo Legal:

Lei nº 9.430, de 1996

19140502 - Receita de Parcelamentos - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa das Contribuições para o PIS/PASEP

Portaria:

Portaria SOF nº 17, de 31.12.2003, incluiu. Portaria SOF nº 35, de 10.08.2007, modificar a especificação.

Amparo Legal:

Lei nº 9.964, de 11 de abril de 2000; MP nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; e Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

19140601 - Receita de Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas

Portaria:

Portaria SOF nº 17, de 31.12.2003, incluiu.

Amparo Legal:

Lei nº 9.430, de 1996

19140602 - Receita de Parcelamentos - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas

Portaria:

Portaria SOF nº 17, de 31.12.2003, incluiu. Portaria SOF nº 35, de 10.08.2007, modificar a especificação.

Amparo Legal:

Lei nº 9.964, de 11 de abril de 2000; MP nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; e Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

19140701 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Contribuição sobre a Receita da Loteria Federal

Portaria:

Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002.

Amparo Legal:

Lei nº 9.430, de 1996.

19140702 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Contribuição sobre a Receita de Loterias Esportivas

Portaria:

Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002.

Amparo Legal:

Lei nº 9.430, de 1996.

19140703 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Contribuição sobre a Receita de Concursos Especiais de Loterias Esportivas

Portaria:

Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002.

Amparo Legal:

Lei nº 9.430, de 1996.

19140704 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Contribuição sobre a Receita de Loterias de Números

Portaria:

Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002.

Amparo Legal:

Lei nº 9.430, de 1996.

19140705 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Contribuição sobre a Receita da Loteria Instantânea

Portaria:

Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002.

Amparo Legal:

Lei nº 9.430, de 1996.

19140706 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Contribuição sobre a Receita de Prêmios Prescritos de Loterias Federais

Portaria:

Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002.

Amparo Legal:

Lei nº 9.430, de 1996.

19140800 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa sobre a Contribuição Relativa à Despedida de Empregado sem Justa Causa

Portaria:

Portaria SOF nº 15, de 17.08.2001

Amparo Legal:

Lei Complementar nº 110, de 2001; Decreto nº 3.914, de 2001; e Lei nº 8.036, de 1990.

19140900 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa sobre a Contribuição sobre a Remuneração Devida ao Trabalhador

Portaria:

Portaria SOF nº 15, de 17.08.2001

Amparo Legal:

Lei Complementar nº 110, de 2001; Decreto nº 3.914, de 2001; e Lei nº 8.036, de 1990

19141000 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Cota-Parte do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante

Portaria:

Portaria SOF nº 09, de 28.04.2005, incluiu.

Amparo Legal:

Decreto-Lei nº 2.404, de 23 de dezembro de 1987; e

19141101 - Receita de MJM da DA da Contribuição Relativa às Atividades de Comercialização de Petróleo e seus Derivados, Gás Natural e Álcool Carburante

Portaria:

Portaria SOF nº 01, de 03.01.2006, incluiu.

Amparo Legal:

Emenda Constitucional nº 33, de 11 de dezembro de 2001; Emenda constitucional nº 44, de 30 de junho de 2004; Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001; Lei nº 10.636, de 30 de dezembro de 2002; e Lei nº 10.866, de 4 de maio de 2004.

19141102 - Receita de Parc - MJM da DA da Contribuição Relativa às Atividades de Comercialização de Petróleo e seus Derivados, Gás Natural e Álcool Carburante

Portaria:

Portaria SOF nº 01, de 03.01.2006, incluiu. Portaria SOF nº 35, de 10.08.2007, modificar a especificação.

Amparo Legal:

Lei nº 9.964, de 11 de abril de 2000; MP nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; e Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

19141201 - Juros de Mora do FUNDAF - Receita da Dívida Ativa da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social

Portaria:

Portaria SOF nº 03, de 26.04.2006, incluiu.

Amparo Legal:

Lei nº 7.711, de 22 de dezembro de 1988 art. 4º, Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991, art. 69, Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, art. 40.

19141202 - Juros de Mora do FUNDAF - Receita de Parcelamentos da Dívida Ativa da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social

Portaria:

Portaria SOF nº 03, de 26.04.2006, incluiu. Portaria SOF nº 35, de 10.08.2007, modificar a especificação.

Amparo Legal:

Lei nº 7.711, de 22 de dezembro de 1988 art. 4º, Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991, art. 69, Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, art. 40.

19141203 - Juros de Mora do FUNDAF - Receita da Dívida Ativa da Contribuição sobre Movimentação Financeira

Portaria:

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

LDO - 2014, Art. 9º, inciso IV

<p>Portaria SOF nº 03, de 26.04.2006, incluir.</p> <p>Amparo Legal: Lei nº 7.711, de 22 de dezembro de 1988 art. 4º, Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991, art. 69, Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, art. 40.</p>	<p>Amparo Legal: Lei no 9.998, de 17 de agosto de 2000, art. 6º, incisos IV e VI e art. 14; Decreto no 3.624 de 05 de outubro de 2000, art 8º; e Lei no 9.430, de 27 de dezembro de 1996, art. 44.</p>
<p>19141204 - Juros de Mora do FUNDAF - Receita de Parcelamentos da Dívida Ativa da Contribuição sobre Movimentação Financeira</p> <p>Portaria: Portaria SOF nº 03, de 26.04.2006, incluir. Portaria SOF nº 35, de 10.08.2007, modificar a especificação.</p> <p>Amparo Legal: Lei nº 7.711, de 22 de dezembro de 1988 art. 4º, Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991, art. 69, Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, art. 40.</p>	<p>19141302 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública</p> <p>Portaria: Portaria nº 176, de 26 de dezembro de 2012</p> <p>Amparo Legal: Lei no 11.652, de 7 de abril de 2008; e Lei no 12.024, de 27 de agosto de 2009.</p>
<p>19141205 - Juros de Mora do FUNDAF - Receita da DA das Contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público</p> <p>Portaria: Portaria SOF nº 03, de 26.04.2006, incluir.</p> <p>Amparo Legal: Lei nº 7.711, de 22 de dezembro de 1988 art. 4º, Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991, art. 69, Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, art. 40.</p>	<p>19149901 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa de Outras Contribuições - Principal</p> <p>Portaria: Portaria SOF nº 01, de 03.01.2006, inclui.</p> <p>Amparo Legal: Lei no 9.430, de 1996; e Lei Complementar no 70, de 1991.</p>
<p>19141206 - Juros de Mora do FUNDAF - Receita de Parc.DA das Contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público</p> <p>Portaria: Portaria SOF nº 03, de 26.04.2006, incluir. Portaria SOF nº 35, de 10.08.2007, modificar a especificação.</p> <p>Amparo Legal: Lei nº 7.711, de 22 de dezembro de 1988 art. 4º, Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991, art. 69, Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, art. 40.</p>	<p>19149902 - Parcelamentos - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa de Outras Contribuições</p> <p>Portaria: Portaria SOF nº 01, de 03.01.2006, inclui. Portaria SOF nº 35, de 10.08.2007, modificar a especificação.</p> <p>Amparo Legal: Lei nº 9.964, de 11 de abril de 2000; MP nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; e Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.</p>
<p>19141207 - Juros de Mora do FUNDAF - Receita da Dívida Ativa da Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas</p> <p>Portaria: Portaria SOF nº 03, de 26.04.2006, incluir.</p> <p>Amparo Legal: Lei nº 7.711, de 22 de dezembro de 1988 art. 4º, Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991, art. 69, Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, art. 40.</p>	<p>19150100 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa das Multas por Infração à Legislação Trabalhista</p> <p>Portaria: Portaria SOF nº 15, de 17.08.2001 Portaria SOF nº 19, de 26.12.2001, modificou a especificação.</p> <p>Amparo Legal: Lei no 4.320, de 17 de março de 1964; e Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943.</p>
<p>19141208 - Juros de Mora do FUNDAF - Receita de Parcelamentos da Dívida Ativa da Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas</p> <p>Portaria: Portaria SOF nº 03, de 26.04.2006, incluir. Portaria SOF nº 35, de 10.08.2007, modificar a especificação.</p> <p>Amparo Legal: Lei nº 7.711, de 22 de dezembro de 1988 art. 4º, Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991, art. 69, Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, art. 40.</p>	<p>19150200 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Receita de Exploração de Recursos Minerais</p> <p>Portaria: Portaria SOF nº 21, de 28.07.2006, inclui.</p> <p>Amparo Legal: Decreto-Lei no 227, de 28 de fevereiro de 1967.Lei nº. 7.990, de 28 de dezembro de 1989 (Art. 8º), com alterações da Lei nº. 9.993, de 24 de julho de 2000.Portaria nº 503, de 28 de novembro de 1999 (Art. 6º, parágrafo único).</p>
<p>19141209 - Juros de Mora do FUNDAF - Dívida Ativa da Contribuição sobre a Receita da Loteria Federal</p> <p>Portaria: Portaria SOF nº 03, de 26.04.2006, incluir.</p> <p>Amparo Legal: Lei nº 7.711, de 22 de dezembro de 1988 art. 4º, Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991, art. 69, Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, art. 40.</p>	<p>19150300 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Receita de Outorga de Direitos de Exploração e Pesquisa Mineral</p> <p>Portaria: Portaria SOF nº 21, de 28.07.2006, inclui.</p> <p>Amparo Legal: Decreto-Lei no 227, de 28 de fevereiro de 1967.Lei nº. 7.990, de 28 de dezembro de 1989 (Art. 8º), com alterações da Lei nº.9.993, de 24 de julho de 2000.</p>
<p>19141210 - Juros de Mora do FUNDAF - Dívida Ativa da Contribuição sobre a Receita de Loterias Esportivas</p> <p>Portaria: Portaria SOF nº 03, de 26.04.2006, incluir.</p> <p>Amparo Legal: Lei nº 7.711, de 22 de dezembro de 1988 art. 4º, Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991, art. 69, Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, art. 40.</p>	<p>19150400 - Multas e Juros de Mora da Receita da Dívida Ativa das Multas Previstas na Legislação Minerária</p> <p>Portaria: Portaria SOF nº 49, de 15.12.2006, inclui.</p> <p>Amparo Legal: Decreto-Lei no 227, de 28 de fevereiro de 1967.Lei nº. 7.990, de 28 de dezembro de 1989 (Art. 8º), com alterações da Lei nº.9.993, de 24 de julho de 2000.</p>
<p>19141211 - Juros de Mora do FUNDAF - Dívida Ativa da Contribuição sobre a Receita de Concursos Especiais de Loterias Esportivas</p> <p>Portaria: Portaria SOF nº 03, de 26.04.2006, incluir.</p> <p>Amparo Legal: Lei nº 7.711, de 22 de dezembro de 1988 art. 4º, Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991, art. 69, Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, art. 40.</p>	<p>19150500 - Multas e Juros de Mora da Receita da Dívida Ativa dos Serviços de Inspeção e Fiscalização da Atividade Mineral</p> <p>Portaria: Portaria SOF nº 49, de 15.12.2006, inclui.</p> <p>Amparo Legal: Decreto-Lei no 227, de 28 de fevereiro de 1967.Lei nº. 7.990, de 28 de dezembro de 1989 (Art. 8º), com alterações da Lei nº.9.993, de 24 de julho de 2000.</p>
<p>19141212 - Juros de Mora do FUNDAF - Dívida Ativa da Contribuição sobre a Receita de Loterias de Números</p> <p>Portaria: Portaria SOF nº 03, de 26.04.2006, incluir.</p> <p>Amparo Legal: Lei nº 7.711, de 22 de dezembro de 1988 art. 4º, Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991, art. 69, Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, art. 40.</p>	<p>19150600 - Multas e Juros de Mora da Receita da Dívida Ativa da Multa de Poluição de Águas</p> <p>Portaria: Portaria SOF nº 39, de 15.06.2009, inclui.</p> <p>Amparo Legal: Lei no 9.966, de 28 de abril de 2000; e Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.</p>
<p>19141213 - Juros de Mora do FUNDAF - Dívida Ativa da Contribuição sobre a Receita da Loteria Instantânea</p> <p>Portaria: Portaria SOF nº 03, de 26.04.2006, incluir.</p> <p>Amparo Legal: Lei nº 7.711, de 22 de dezembro de 1988 art. 4º, Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991, art. 69, Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, art. 40.</p>	<p>19150700 - Multas e Juros de Mora da Receita da Dívida Ativa da Outorga de Direitos de Uso de Recursos Hídricos</p> <p>Portaria: Portaria SOF nº 39, de 15.06.2009, inclui.</p> <p>Amparo Legal: Lei no 9.433, de 8 de Janeiro de 1997.</p>
<p>19141214 - Juros de Mora do FUNDAF - Receita da Dívida Ativa de Prêmios Prescritos de Loterias Federais</p> <p>Portaria: Portaria SOF nº 03, de 26.04.2006, incluir.</p> <p>Amparo Legal: Lei nº 7.711, de 22 de dezembro de 1988 art. 4º, Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991, art. 69, Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, art. 40.</p>	<p>19150800 - Multas e Juros de Mora da Receita da Dívida Ativa da Multa Prevista no Código Brasileiro de Aeronáutica</p> <p>Portaria: Portaria SOF nº 39, de 15.06.2009, inclui.</p> <p>Amparo Legal: Lei no 7.565, de 19 de dezembro de 1986; Lei no 9.614, de 5 de março de 1998; e Lei no 11.182, de 27 de setembro de 2005.</p>
<p>19141301 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Contribuição sobre a Receita Operacional Bruta Decorrente de Prestação de Serviços de Telecomunicações</p> <p>Portaria: Portaria nº 176, de 26 de dezembro de 2012</p>	<p>19150900 - Multas e Juros de Mora da Receita da Dívida Ativa dos Serviços de Inspeção e Fiscalização</p>

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

LDO - 2014, Art. 9º, inciso IV

<p>Portaria: Portaria SOF nº 39, de 15.06.2009, incluiu.</p> <p>Amparo Legal: Lei nº 5.172., de 25 de outubro de 1966. Lei nº. 7.886, de 20 de novembro de 1989.</p>	<p>Portaria: Portaria SOF nº 39, de 15.06.2009, incluiu.</p> <p>Amparo Legal: Lei nº 9.427. de 26 de novembro de 1996.</p>
<p>19151000 - Multas e Juros de Mora da Receita da Dívida Ativa das Multas Previstas na Lei Geral das Telecomunicações</p> <p>Portaria: Portaria SOF nº 39, de 15.06.2009, incluiu.</p> <p>Amparo Legal: Lei no 9.472, de 16 de julho de 1997; Decreto no 2.338, de 7 de outubro de 1997; Lei no 5.070, de 7 de julho de 1966; Lei no 9.998, de 17 de agosto de 2000; Medida Provisória no 2.228, de 6 de setembro de 2001; e Lei no 11.437, de 28 de dezembro de 2006.</p>	<p>19151700 - Multas e Juros de Mora da Receita da Dívida Ativa da Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica</p> <p>Portaria: Portaria SOF nº 39, de 15.06.2009, incluiu.</p> <p>Amparo Legal: Lei no 9.427, de 26 de dezembro de 1996</p>
<p>19151101 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Outorga dos Serviços de Telecomunicações</p> <p>Portaria: Portaria nº 176, de 26 de dezembro de 2012</p> <p>Amparo Legal: Conforme a natureza principal</p>	<p>19151800 - Multas e Juros de Mora da Receita da Dívida Ativa das Multas Previstas na Legislação sobre Lubrificantes e Combustíveis</p> <p>Portaria: Portaria SOF nº 39, de 15.06.2009, incluiu.</p> <p>Amparo Legal: Lei no 9.478, de 6 de agosto de 1997.</p>
<p>19151102 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Outorga dos Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagens</p> <p>Portaria: Portaria nº 176, de 26 de dezembro de 2012</p> <p>Amparo Legal: Conforme a natureza principal</p>	<p>19151900 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa das Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência dos Servidores</p> <p>Portaria: Portaria SOF nº 39, de 15.06.2009, incluiu.</p> <p>Amparo Legal: Lei nº 9.796, de 05 de maio de 1.999.</p>
<p>19151103 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Outorga do Direito de Uso de Radiofrequência</p> <p>Portaria: Portaria nº 176, de 26 de dezembro de 2012</p> <p>Amparo Legal: Conforme a natureza principal</p>	<p>19152001 - Multas e Juros de Mora da Receita da Dívida Ativa da Taxa de Fiscalização - TAFIC</p> <p>Portaria: Portaria SOF nº 144, de 27.10.2010, inclui.</p> <p>Amparo Legal: Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 - CTN, arts. 161 e 201; e Lei no 12.154, de 23 de dezembro de 2009, art. 12, § 3o.</p>
<p>19151104 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Transferência de Concessão, de Permissão ou de Autorização de Telecomunicações ou de Uso de Radiofrequência</p> <p>Portaria: Portaria nº 176, de 2012</p> <p>Amparo Legal: Conforme a natureza principal</p>	<p>19152002 - Multas e Juros de Mora da Receita da Dívida Ativa do Auto de Infração no âmbito do Regime de Previdência Complementar Fechada</p> <p>Portaria: Portaria SOF nº 144, de 27 outubro de 2010.</p> <p>Amparo Legal: -Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966; - CTN, arts. 161 e 201; e - Lei no 12.154, de 23 de dezembro de 2009, art. 7, III.</p>
<p>19151106 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da Outorga para a Utilização de Posições Orbitais</p> <p>Portaria: Portaria nº 176, de 2012</p> <p>Amparo Legal: Conforme a natureza principal</p>	<p>19159901 - Outras Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa de Outras Receitas - Principal</p> <p>Portaria: Portaria SOF nº 01, de 03.01.2006, incluiu.</p> <p>Amparo Legal: Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 201; e Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 39, § 2o.</p>
<p>19151107 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa de Outras Receitas de Concessões e Permissões - Serviços de Comunicação</p> <p>Portaria: Portaria nº 176, de 2012</p> <p>Amparo Legal: Conforme a natureza principal.</p>	<p>19159902 - Parcelamentos - Outras Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa de Outras Receitas</p> <p>Portaria: Portaria SOF nº 01, de 03.01.2006, incluiu. Portaria SOF nº 35, de 10.08.2007, modificar a especificação.</p> <p>Amparo Legal: Lei nº9.964, de 11 de abril de 2000; MP nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; e Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.</p>
<p>19151200 - Multas e Juros de Mora da Receita da Dívida Ativa da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional</p> <p>Portaria: Portaria SOF nº 39, de 15.06.2009, incluiu.</p> <p>Amparo Legal: Lei no 11.437, de 28 de dezembro de 2006</p>	<p>19180100 - Multas e Juros de Mora de Aluguel</p> <p>Portaria: Portaria SOF nº 09, de 28.04.2005, incluiu.</p> <p>Amparo Legal: Lei no 9.636, de 1998;Decreto-Lei no 2.398, de 1987;Decreto-Lei no 9.760, de 1946; Lei no 8.981, de 20 de janeiro de 1995, Art. 84; eMedida Provisória no 2.220, de 4 de setembro de 2001.</p>
<p>19151300 - Multas e Juros de Mora da Receita da Dívida Ativa decorrente da Não-Aplicação de Incentivos Fiscais em Projetos Culturais e Indústria Cinematográfica</p> <p>Portaria: Portaria SOF nº 39, de 15.06.2009, incluiu.</p> <p>Amparo Legal: Lei no 11.437, de 28 de dezembro de 2006</p>	<p>19180200 - Multas e Juros de Mora de Arrendamentos</p> <p>Portaria: Portaria SOF nº 09, de 28.04.2005, incluiu.</p> <p>Amparo Legal: Lei no 9.636, de 1998;Decreto-Lei no 2.398 de 1987;Decreto-Lei no 9.760, de 1946;Lei no 8.981, de 20 de janeiro de 1995, Art. 84; eMedida Provisória no 2.220, de 4 de setembro de 2001.</p>
<p>19151400 - Multas e Juros de Mora da Receita da Dívida Ativa das Multas por Infrações à Legislação Cinematográfica</p> <p>Portaria: Portaria SOF nº 39, de 15.06.2009, incluiu.</p> <p>Amparo Legal: Lei no 11.437, de 28 de dezembro de 2006</p>	<p>19180300 - Multas e Juros de Mora de Laudêmios</p> <p>Portaria: Portaria SOF nº 09, de 28.04.2005, incluiu.</p> <p>Amparo Legal: Decreto-Lei no 2.398, de 1987;Decreto no 95.760, de 1o de março de 1988.Decreto-Lei no 9.760, de 1946;Lei no 8.981, de 20 de janeiro de 1995, Art. 84;Lei no 9.636, de 1998; eMedida Provisória no 2.220, de 4 de setembro de 2001.</p>
<p>19151500 - Multas e Juros de Mora da Receita da Dívida Ativa da Utilização de Recursos Hídricos - Demais Empresas</p> <p>Portaria: Portaria SOF nº 39, de 15.06.2009, incluiu.</p> <p>Amparo Legal: Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989; Lei no 8.001, de 13 de março de 1990; Lei no 9.433, de 8 de janeiro de 1997; Lei no 9.648, de 27 de maio de 1998; e Lei no 9.984, de 17 de julho de 2000.</p>	<p>19180401 - Multa de Mora da Alienação de Bens Imóveis de Domínio da União - Domínio Pleno, Útil e Direto</p> <p>Portaria: Portaria SOF nº 18, de 13.04.2010, incluiu.</p> <p>Amparo Legal: Art. 27, inciso 6 da Lei nº 9.636/98.</p>
<p>19151600 - Multas e Juros de Mora da Receita da Dívida Ativa das Multas Previstas em Lei por Infrações no Setor de Energia Elétrica</p>	<p>19180402 - Juros de Mora da Alienação de Bens Imóveis de Domínio da União - Domínio Pleno,Útil e Direto</p> <p>Portaria:</p>

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

LDO - 2014, Art. 9º, inciso IV

Portaria SOF nº 18, de 13.04.2010, incluiu. Amparo Legal: Amparo legal: Art. 27. Inciso 2 da Lei nº 9.636/98.	Lei no 11.284, de 02 de março de 2006; Lei no 11.516, de 28 de agosto de 2007 (Arts. 6o e 7o).
19180500 - Multas e Juros de Mora da Alienação de Outros Bens Imóveis Portaria: Portaria SOF nº 09, de 28.04.2005, incluiu. Amparo Legal: Lei no 8.981, de 20 de janeiro de 1995, Art. 84; eLei no 9.636, de 15 de maio de 1998.	19181701 - Multa de Mora pela Cessão de Uso de Bens da União Portaria: Portaria SOF nº 18, de 13.04.2010, incluiu. Amparo Legal: Lei nº 9.636/98, art. 18§ 5º
19180600 - Multas e Juros de Mora do Parcelamento Portaria: Portaria SOF nº 09, de 28.04.2005, incluiu. Amparo Legal: Lei no 8.981, de 20 de janeiro de 1995, Art. 84;Lei no 9.069, de 29 de julho de 1995; eLei no 9.430, de 27 de dezembro de 1996.	19181702 - Juros de Mora pela Cessão de Uso de Bens da União Portaria: Portaria SOF nº 18, de 13.04.2010, incluiu. Amparo Legal: Lei nº 9.636/98, art. 18§ 5º.
19180700 - Multas e Juros de Mora de Foros Portaria: Portaria SOF nº 09, de 28.04.2005, incluiu. Amparo Legal: Lei no 8.981, de 20 de janeiro de 1995, Art. 84;Lei no 9.069, de 29 de julho de 1995; eLei no 9.430, de 27 de dezembro de 1996.	19181801 - Multa de Mora de Indenização por Posse ou Ocupação Ilícita de Bens da União Portaria: Portaria SOF nº 18, de 13.04.2010, incluiu. Amparo Legal: Art. 84, da lei nº 8.891/95.
19180800 - Multas e Juros de Mora da Taxa de Ocupação Portaria: Portaria SOF nº 09, de 28.04.2005, incluiu. Amparo Legal: Lei no 8.981, de 20 de janeiro de 1995, Art. 84;Lei no 9.069, de 29 de julho de 1995;Lei no 9.430, de 27 de dezembro de 1996.	19181802 - Juros de Mora de Indenização por Posse ou Ocupação Ilícita de Bens da União Portaria: Portaria SOF nº 18, de 13.04.2010, incluiu. Amparo Legal: Amparo legal: Art. 84, da Lei nº 8.891/95.
19180900 - Multas e Juros de Mora de Dividendos Portaria: Portaria SOF nº 09, de 28.04.2005, incluiu. Amparo Legal: Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e modificações posteriores; eLei no 9.530, de 10 de dezembro de 1997.	19181900 - Multas e Juros de Mora do Auto de Infração no âmbito do Regime de Previdência Complementar Fechada Portaria: Portaria SOF nº 144, de 27.10.2010, inclui. Amparo Legal: Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 - CTN, arts. 161 e 201; e Lei no 12.154, de 23 de dezembro de 2009, art. 7, III.
19181000 - Multas e Juros de Mora de Participações Portaria: Portaria SOF nº 09, de 28.04.2005, incluiu. Amparo Legal: Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e modificações posteriores; eLei no 9.530, de 10 de dezembro de 1997.	19182000 - Multas e Juros de Mora da Receita Decorrente de Medidas de Suspensão de Concessões dos Direitos de Propriedade Intelectual Portaria: Portaria SOF nº 193, de 16.12.2010, incluiu. Amparo Legal: Lei nº 12.270, de 24 de junho de 2010, art. 7º, §§ 3º e 8º; e Decreto-Lei nº 1.437, de 17 de dezembro de 1975.
19181100 - Multas e Juros de Mora da Receita dos Direitos "Antidumping" e dos Direitos Compensatórios Portaria: Portaria SOF nº 09, de 28.04.2005, incluiu. Amparo Legal: Lei no 9.019, de 30 de março de 1995.	19182100 - Multas e Juros de Mora do Ressarcimento Decorrente de Ações Regressivas Oriundas da Relação de Trabalho Portaria: Portaria SOF nº 193, de 16.12.2010, incluiu. Amparo Legal: Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - CTN, art. 161; e Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, arts. 120 e 121.
19181200 - Multas e Juros de Mora da Receita Decorrente de Bens Apreendidos Portaria: Portaria SOF nº 09, de 28.04.2005, incluiu. Amparo Legal: Decreto-Lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976.	19182300 - Multa e Juros de Mora Decorrentes da Restituição de Recursos de Fomento Portaria: Portaria SOF nº 179, de 13 de dezembro de 2011. Amparo Legal: Art. 8º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000; Art. 2º, inciso VI, última parte, da Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006; Art. 61 da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001; Art. 6o da Medida Provisória nº 2.183-56, de 24 de agosto de 2001; Art. 12 do Decreto nº 6.672, de 2 de dezembro de 2008.
19181300 - Multas e Juros de Mora dos Financiamentos à Estocagem de Alcool Etílico Combustível Portaria: Portaria SOF nº 09, de 28.04.2005, incluiu. Amparo Legal: Leis no 10.336, de 19 de dezembro de 2001; Lei no 10.453, de 13 de maio de 2002; Lei no 10.636, de 30 de dezembro de 2002; e Resolução do Banco Central no 3.096, de 25 de junho de 2003.	19182401 - Multas e Juros de Mora da Outorga dos Serviços de Telecomunicações Portaria: Portaria nº 176, de 2012 Amparo Legal: Conforme natureza principal
19181400 - Multas e Juros de Mora da Receita de Exploração de Recursos Minerais Portaria: Portaria SOF nº 21, de 28.07.2006, incluiu. Amparo Legal: Lei nº. 9.314, de 18 de novembro de 1996.Decreto nº. 62.934, de 2 de julho de 1968.Portaria (MME) nº 503, de 28 de dezembro de 1999.	19182402 - Multas e Juros de Mora da Outorga dos Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagens Portaria: Portaria nº 176, de 2012 Amparo Legal: Conforme a natureza principal
19181500 - Multas e Juros de Mora da Receita de Outorga de Direitos de Exploração e Pesquisa Mineral Portaria: Portaria SOF nº 21, de 28.07.2006, incluiu. Amparo Legal: Lei no 7.990, de 28 de dezembro de 1989;Lei nº. 8.001, de 13 de março de 1990 (Art. 6º);Lei no 8.876, de 2 de maio de 1994.	19182403 - Multas e Juros de Mora da Outorga do Direito de Uso de Radiofrequência Portaria: Portaria nº 176, de 2012 Amparo Legal: Conforme a natureza principal
19181600 - Multas e Juros de Mora da Receita de Concessão Florestal Portaria: Portaria SOF nº 28, de 13.09.2006, incluiu. Amparo Legal: Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000 (Art. 17);	19182404 - Multas e Juros de Mora da Transferência de Concessão, de Permissão ou de Autorização de Telecomunicações ou de Uso de Radiofrequência Portaria: Portaria nº 176, de 2012 Amparo Legal: Conforme a natureza principal.
	19182406 - Multas e Juros de Mora da Outorga para a Utilização de Posições Orbitais

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

LDO - 2014, Art. 9º, inciso IV

Portaria: Portaria nº 176, de 2012 Amparo Legal: Conforme a natureza principal.	Lei no 9.472, de 16 de julho de 1997;Decreto no 2.338, de 7 de outubro de 1997;Lei no 5.070, de 7 de julho de 1966;Lei no 9.998, de 17 de agosto de 2000;Medida Provisória no 2.228, de 6 de setembro de 2001; eLei no 11.437, de 28 de dezembro de 2006.
19182407 - Multas e Juros de Mora de Outras Receitas de Concessões e Permissões - Serviços de Comunicação Portaria: Portaria nº 176, de 2012 Amparo Legal: Conforme a natureza principal.	19191000 - Multas Previstas na Legislação Sanitária Amparo Legal: Lei no 9.782, de 26 de janeiro de 1999.
19182500 - Multas e Juros de Mora Incidentes sobre as Multas Previstas na Lei Geral das Telecomunicações Portaria: Portaria nº 176, de 2012 Amparo Legal: Conforme a natureza principal	19191200 - Multas Previstas na Legislação de Registro do Comércio Amparo Legal: Decreto-Lei no 2.056 de 19 de agosto de 1983;Lei no 8.934 de 18 de novembro de 1994; eDecreto no 1.800 de 30 de janeiro de 1996.
19182600 - Multas e Juros de Mora Decorrentes de Multas por Auto de Infração Portaria: Portaria nº 31, de 23 de abril de 2013 Amparo Legal: Legislação relacionada aos órgãos responsáveis pela aplicação das multas punitivas.	19191300 - Multas Previstas na Legislação sobre Lubrificantes e Combustíveis Amparo Legal: Lei no 9.478, de 6 de agosto de 1997.
19182700 - Multas e Juros de Mora dos Serviços de Certificação e Homologação de Produtos de Telecomunicações. Portaria: Portaria nº 31, de 23 de abril de 2013 Amparo Legal: Alínea "j", do art. 2º, da lei nº 5.070, de 7 de julho de 1966.	19191400 - Multas por Infração à Legislação Trabalhista Amparo Legal: Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943 (CLT);Lei no 7.998, de 11 de janeiro de 1990, Art. 11.
19189900 - Outras Multas e Juros de Mora Portaria: Portaria SOF nº 09, de 28.04.2005, incluiu. Amparo Legal: §§ 1º e 4º do art. 11, da Lei 4.320, de 17 de março de 1964.	19191500 - Multas Previstas na Legislação de Trânsito Amparo Legal: Lei no 9.503, de 23 de setembro de 1997;Decreto no 2.613, de 3 de junho de 1998;Decreto no 6.366, de 30 de janeiro de 2008; eLei no 11.705, de 19 de junho de 2008.
19190100 - Multas Previstas na Legislação de Metrologia Amparo Legal: Lei no 9.933, de 20 de dezembro de 1999.	19191600 - Multas Previstas na Legislação do Seguro-Desemprego e Abono Salarial Amparo Legal: Lei no 7.998, de 11 de janeiro de 1990 (Art. 25).
19190200 - Multas do Regulamento para o Tráfego Marítimo Amparo Legal: Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997.	19191700 - Multas Previstas na Lei Delegada nº 04/62 Amparo Legal: Lei Delegada nº 4, de 26 de setembro 1962.
19190300 - Multa de Poluição de Águas Amparo Legal: Lei no 9.966, de 28 de abril de 2000; eLei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.	19191800 - Multas sobre a Fiscalização da Rede de Produção Orgânica Portaria: Portaria 38 de 27 de abril de 2012 Amparo Legal: - Lei no 10.831, de 23 de dezembro de 2003; - Decreto no 6.323, de 27 de dezembro de 2007.
19190400 - Multas Previstas em Acordos Internacionais sobre a Pesca Amparo Legal: Decreto Lei no 221, de 28 de fevereiro de 1967; eLei no 6.276 de 1º de dezembro de 1975.	19192000 - Multa Prevista na Lei de Prevenção ao Uso de Drogas Portaria: Portaria SOF nº 09, de 28.04.2005, excluiu. Portaria SOF nº 49, de 15.12.2006, incluiu. Amparo Legal: Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006.
19190424 - Multas e Juros da Dívida Ativa da Contribuição Previdenciária da Empresa Incidente sobre a Receita Bruta Portaria: Portaria nº 57 de 25 de Junho de 2012 Amparo Legal: - Arts. 7o e 8o da Lei no 12.546, de 14 de dezembro de 2011; - Incisos I e III do art. 22 da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991; e - Art. 201 da Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966, Código Tributário Nacional.	19192601 - Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos Trabalhistas Portaria: Portaria SOF nº 81, de 18.12.2008, incluiu. Amparo Legal: Lei no 7.347, de 24 de julho de 1985, arts. 11 e 13; Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989; e Lei no 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor.
19190500 - Multas Decorrentes de Apreensão de Embarcações de Pesca Amparo Legal: Decreto-Lei no 221, de 28 de fevereiro de 1967; eLei no 6.276, de 1º de dezembro de 1975.	19192602 - Multas Previstas na Legislação sobre Defesa dos Direitos Difusos - Outros Portaria: Portaria SOF nº 81, de 18.12.2008, incluiu. Amparo Legal: Lei no 7.347, de 24 de julho de 1985, arts. 11 e 13; Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989; e Lei no 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor.
19190600 - Multas do Código Eleitoral e Leis Conexas Amparo Legal: Lei no 4.737, de 15 de julho de 1965; eLei no 9.096, de 19 de setembro de 1995.	19192700 - Multas e Juros Previstos em Contratos Portaria: Portaria SOF nº 111, de 15.09.2010, altera. Amparo Legal: Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.
19190700 - Multas Previstas no Regulamento do Estrangeiro Amparo Legal: Lei no 6.815, de 19 de agosto de 1980; eDecreto no 86.715, de 10 de dezembro de 1981.	19192800 - Multas Decorrentes da Operação do Transporte Rodoviário de Passageiros e Cargas Portaria: - Amparo Legal: Decreto no 2.521, de 20 de março de 1998.
19190800 - Multas Previstas na Lei do Serviço Militar Amparo Legal: Lei no 4.375, de 17 de agosto de 1964; eDecreto no 57.654, de 20 de janeiro de 1966.	19192900 - Multas Previstas por Infrações à Legislação sobre Transportes Ferroviários Portaria: - Amparo Legal: Decreto no 1.832, de 4 de março de 1996.
19190900 - Multas Previstas na Lei Geral das Telecomunicações Amparo Legal:	19193000 - Multas Previstas no Código Brasileiro de Aeronáutica Portaria:

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

LDO - 2014, Art. 9º, inciso IV

Portaria SOF nº 03, de 18.05.2000. Amparo Legal: Lei no 7.565, de 19 de dezembro de 1986; Lei no 9.614, de 5 de março de 1998; e Lei no 11.182, de 27 de setembro de 2005. Lei no 10.209, de 24 de março de 2001, e suas alterações; e Decreto no 3.525, de 26 de junho de 2000.	Portaria SOF nº 08, de 27.06.2001 Amparo Legal: Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992.
19193100 - Multa de Tarifa Pedagógica Portaria: - Amparo Legal: Lei nº 10.209, de 24 de março de 2001, e suas alterações e Decreto nº 3.525, de 26 de junho de 2000.	19194900 - Multas Previstas na Legislação sobre Regime de Previdência Privada Complementar Portaria: Portaria SOF nº 15, de 17.08.2001 Amparo Legal: Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001; Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999; e Decreto nº 4.942, de 30 de dezembro de 2003, Arts. 22 a 26.
19193210 - Multas Decorrentes de Sentenças Penais Condenatórias Portaria: Criada pela Portaria SOF nº 3, de 10.03.2011; alterada pela Portaria SOF nº 9, de 09.02.2012. Amparo Legal: Inciso V do art. 2º da Lei Complementar no 79, de 7 de janeiro de 1994; arts. 14, § único, 18 a 35, 161 e 196, e outros da Lei no 5.869, de 11 de janeiro de 1973, Código do Processo Civil; e art. 265 e outros do Decreto-Lei no 3.689, de 3 de outubro de 1941, Código de Processo Penal.	19195000 - Multas por Auto de Infração Portaria: Portaria SOF nº 03, de 06.06.2002 Amparo Legal: Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991; Lei no 8.213, de 24 de julho de 1991; Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976; e Lei no 9.656, de 3 de junho de 1998.
19193220 - Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais Portaria: Criada pela Portaria SOF nº 3, de 10.03.2011; alterada pela Portaria SOF nº 6, de 09.02.2012. Amparo Legal: Art. 83 da Lei no 11.697, de 13 de junho de 2008; arts. 14, § único, 18 a 35, 161 e 196, e outros da Lei no 5.869, de 11 de janeiro de 1973, Código do Processo Civil; e art. 265 e outros do Decreto-Lei no 3.689, de 3 de outubro de 1941, Código de Processo Penal.	19195100 - Multa pelo Descumprimento de Obrigação Acessória Previdenciária Portaria: Portaria SOF nº 08, de 27.06.2001 Portaria SOF nº 09, de 28.04.2005, excluiu. Portaria SOF nº 09, de 26.02.2010, incluiu. Portaria SOF nº 113, de 17.10.2011, alterou. Amparo Legal: Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991; Lei nº 11.941, de 10 de dezembro de 1997, que alterou o art. 32, inciso IV, na Lei nº 8.212/91; Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990; Decreto nº 3.048 de 06 de maio de 1999;
19193300 - Multa de Quebra de Fiança Amparo Legal: Decreto-Lei no 3.689, de 3 de outubro de 1941 – CPP; e Lei Complementar no 79, de 7 de janeiro de 1994.	19195110 - Multas por Atraso de Informações da Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social Portaria: Portaria nº 75, de 12 de julho de 2013 Amparo Legal: - Lei no 9.528, de 10 de dezembro de 1997- Arts. 23 e 24, da Lei no 8.036, de 11 de maio de 1990- Art. 92, da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991;- Art. 125-A, da Lei no 8.213, de 24 de julho de 1991;- Art. 283 do Decreto no 3048, de 1999.
19193400 - Multas Previstas em Lei por Infrações no Setor de Energia elétrica Amparo Legal: Decreto no 2.335, de 6 de outubro de 1997.	19195120 - Multa a Titulares de Cartórios por Descumprimento das Obrigações Previstas na Legislação Previdenciária Portaria: Portaria nº 75, de 12 de julho de 2013 Amparo Legal: - Arts. 68 e 92 da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991;- Art. 125-A, da Lei no 8.213, de 24 de julho de 1991;- Art. 283 do Decreto no 3048, de 1999.
19193510 - Multas Administrativas por Danos Ambientais Portaria: Portaria SOF nº 96, de 28 de setembro de 2011. Amparo Legal: Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981; Lei no 7.754, de 14 de abril de 1989; Lei no 7.797, de 10 de julho de 1989; Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e Decreto no 6.514, de 22 de julho de 2008, art. 13.	19195130 - Multas Aplicadas a Empresa por Não Emissão ou Emissão em Atraso da Comunicação por Acidente de Trabalho Portaria: Portaria nº 75, de 12 de julho de 2013 Amparo Legal: - Art. 22 da Lei no 8.213, de 24 de julho de 1991;- Art. 125-A, da Lei no 8.213, de 24 de julho de 1991;- Art. 283 do Decreto no 3048, de 1999.
19193520 - Multas Judiciais por Danos Ambientais Portaria: SOF nº 96, de 28 de setembro de 2011. Amparo Legal: Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981; Lei no 7.754, de 14 de abril de 1989; Lei no 7.797, de 10 de julho de 1989; e Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.	19195140 - Multas Aplicadas por Ausência de Desconto em Folha de Pagamento Proveniente de Benefícios Pagos Indevidamente Portaria: Portaria nº 75, de 12 de julho de 2013 Amparo Legal: - Art. 92 da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991;- Art. 125-A, da Lei no 8.213, de 24 de julho de 1991;- Art. 283 do Decreto no 3048, de 1999.
19193600 - Multa de Segurança Privada Portaria: Portaria SOF nº 08, de 27.06.2001 Portaria SOF nº 08, de 15.08.2003, modificou a especificação. Amparo Legal: Lei no 9.017, de 30 de março de 1995.	19195150 - Multas Aplicadas por Litigância de Má-Fé em Processos Judiciais contra o INSS Portaria: Portaria nº 75, de 12 de julho de 2013 Amparo Legal: Arts. 17 e 35 da Lei nº 5869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil.
19193700 - Multa por Ato Atentatório ao Exercício da Jurisdição Portaria: Portaria SOF nº 35, de 10.08.2007, incluiu. Amparo Legal: Fundamento Legal: Lei no 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil; Lei no 5.925, de 1º de outubro de 1973; Lei no 8.953, de 13 de dezembro de 1994; Lei no 10.358, de 27 de dezembro de 2001, art. 14, inciso V, parágrafo único; e Lei no 11.382, de 6 de dezembro de 2006.	19195200 - Multas Previstas na Legislação Minerária Portaria: Portaria SOF nº 21, de 28.07.2006, incluiu. Amparo Legal: Decreto-Lei no 227, de 28 de fevereiro de 1967 (Art. 22, inciso V; art. 25, inciso III; art. 31, inciso I; art. 31, inciso II); Decreto-Lei nº. 62.934, de 2 de julho de 1968 (Art. 54, inciso I; inciso II; inciso III; inciso IV; inciso V; inciso VI; inciso VII; inciso VIII; inciso IX; inciso X; inciso XI; inciso XII; inciso XIII; inciso XIV; inciso XV; art. 56, art. 66); Lei nº. 7.805, de 1989. Decreto nº. 69.885, de 31 de dezembro, de 1971.
19193800 - Multas e Juros das Operações Oficiais de Crédito Portaria: Portaria SOF nº 43, de 04.09.2008, incluiu. Amparo Legal: Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.	19195300 - Multas Decorrentes de Serviços de Migração Portaria: Portaria SOF nº 96, de 28 de setembro de 2011. Amparo Legal: Art. 3º da Lei Complementar no 89, de 18 de fevereiro de 1997; e Art. 125 da Lei no 8.815, de 19 de agosto de 1980.
19194100 - Multas por Infrações à Legislação Cinematográfica Portaria: Portaria SOF nº 19, de 26.12.2001 Amparo Legal: Media Provisória no 2.228, de 6 de setembro de 2001.	19196000 - Multa por Infração à Legislação de Licitação Portaria: Portaria SOF nº 13, de 19.05.2008, incluiu. Amparo Legal: Art. 86, da Lei nº 8.666/93, combinado com as Leis nº 5.172, 6.830 e 4.320, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, instituindo normas gerais para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.
19194800 - Multas Aplicadas pelos Tribunais de Contas Portaria:	

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

LDO - 2014, Art. 9º, inciso IV

19197001 - Multas e Indenizações pela Exploração do Patrimônio Genético em Áreas de Domínio da União	xx Amparo Legal: Arts. 154, 244 e 365 do Decreto no 3048, de 6 de maio de 1999.
Portaria: Portaria SOF nº 132, de 08.10.2010, incluiu.	
Amparo Legal: Constituição Federal de 1988, art. 225, § 1º, II e § 4º; Medida Provisória no 2.186-16, de 23 de agosto de 2001, art. 33; e Decreto no 6.915, de 29 de julho de 2009.	19220260 - Restituição de Benefícios Previdenciários Mediante Consignação em Folha de Pagamento
19197002 - Multas e Indenizações pela Exploração do Patrimônio Genético no Mar Territorial, Zona Econômica Exclusiva ou Plataforma Continental	Portaria: xx Amparo Legal: Arts. 154, 244 e 365 do Decreto no 3048, de 6 de maio de 1999.
Portaria: Portaria SOF nº 132, de 08.10.2010, incluiu.	
Amparo Legal: Constituição Federal de 1988, art. 225, § 1º, II e § 4º; Medida Provisória no 2.186-16, de 23 de agosto de 2001, art. 33; e Decreto no 6.915, de 29 de julho de 2009.	19220270 - Restituição de Benefícios Previdenciários Oriundos de Parcelamento de Débito
19199900 - Outras Multas	Portaria: xx Amparo Legal: Arts. 154, 244 e 365 do Decreto no 3048, de 6 de maio de 1999.
Amparo Legal: Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4º.	
19210500 - Indenizações previstas na Legislação sobre Defesa de Direitos Difusos	19220280 - Outras Restituições de Benefícios Não Desembolsados - Demais Fontes
Portaria: Portaria nº 62, de 27 de junho de 2013 (incluiu a fonte 186)	Portaria: Portaria nº 75, de 06 de agosto de 2013
Amparo Legal: Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989; e Lei no 8.078, 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor.	Amparo Legal: - Lei no 4.320, de 17 de março de 1964; e - Parágrafo único do art. 8º da Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF.
19210600 - Indenizações por Danos Causados ao Patrimônio Público	19220291 - Restituição de Benefícios Oriundos de Encargos Previdenciários da União
Amparo Legal: Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002; e Lei no 5.869, de 11 de janeiro de 1973.	Portaria: xx Amparo Legal: Arts. 195 e 197 do Decreto no 3048, de 06 de maio de 1999.
19210700 - Indenização por Posse ou Ocupação Ilícita de Bens da União	19220292 - Restituições de Benefícios de Prestação Continuada e de Renda Mensal Vitalícia
Portaria: Portaria SOF nº 18, de 13.04.2010, incluiu.	Portaria: xx Amparo Legal: - § 2º, do art. 21, da Lei nº 8472, de 7 de dezembro de 1993;- Arts. 48, 48-A e 49, do Decreto nº 6214, de 26 de setembro de 2007
Amparo Legal: Art. 10 § único da Lei nº 9.636/98.	
19219900 - Outras Indenizações	19220293 - Outras Restituições de Benefícios Previdenciários
Portaria: Portaria SOF nº 03, de 26.04.2006, incluir.	Portaria: xx Amparo Legal: Arts. 154, 244 e 365 do Decreto no 3048, de 6 de maio de 1999.
Amparo Legal: §§ 1º e 4º do art. 11, da Lei 4.320, de 17 de março de 1964.	
19220100 - Restituições de Convênios	19220300 - Restituição de Contribuições Previdenciárias Complementares
Portaria: Portaria nº 57 de 25 de Junho de 2012	Portaria: Portaria SOF nº 03, de 18.05.2000.
Amparo Legal: Lei no 4.320, de 17 de março de 1964; - Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966;- Parágrafo único do art. 8º da Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF.- Parágrafo único do art. 12, do Decreto no 6.170, de 25 de julho de 2007.	Amparo Legal: Lei no 9.650, de 27 de maio de 1998; e Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990.
19220200 - Restituições de Benefícios não Desembolsados	19220400 - Restituições não Reclamadas das Condenações Judiciais
Portaria: XX Amparo Legal: - Arts. 154, 244 e 365 do Decreto nº 3048, de 06 de maio de 1999;- Lei nº 7998, de 11 de janeiro de 1990;- Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.	Amparo Legal: Lei no 7.913, de 7 de dezembro de 1989.
19220210 - Restituições de Benefícios Não Desembolsados - Fundo de Amparo ao Trabalhador	19220500 - Ressarcimento por Operadoras de Seguros Privados de Assistência à Saúde
Portaria: xx Amparo Legal: Parágrafo único do art.15 da Lei no 7998, de 11 de janeiro de 1990 .	Amparo Legal: Lei no 9656, de 3 de junho de 1998; Medida Provisória no 2.177, de 24 de agosto de 2001, e alterações; e Resolução - RDC no 18, de 30 de março de 2000.
19220220 - Restituições de Benefícios Não Desembolsados - Recursos Próprios Não-Financeiros	19220600 - Ressarcimento do Custo de Disponibilização de Medicamentos
Portaria: xx Amparo Legal: Art. 38 da Lei no 4.320, de 17 de março de 1964	Portaria: Portaria SOF nº 15, de 17.08.2001 Portaria SOF nº 08, de 15.08.2003, excluiu. Amparo Legal: Lei no 10.858, de 13 de abril de 2004, e Decreto no 5.090, de 20 de maio de 2004.
19220230 - Restituição de Benefícios Previdenciários Oriundos de Fraude	19220700 - Recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores
Portaria: xx Amparo Legal: Arts. 154, 244 e 365 do Decreto no 3048, de 6 de maio de 1999.	Portaria: Portaria SOF nº 09, de 28.04.2005, incluiu. Amparo Legal: Arts. 38 e 39 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.
19220240 - Restituição de Benefícios Previdenciários Oriundos de Erro	19220800 - Ressarcimento de Pagamentos de Honorários Técnico-Periciais
Portaria: xx Amparo Legal: Arts. 154, 244 e 365 do Decreto no 3.048, de 6 de maio de 1999.	Portaria: Portaria SOF nº 28, de 13.09.2006, incluiu. Portaria SOF nº 17, de 20.04.2007, excluiu. Portaria SOF nº 30, de 02.07.2007, incluiu. Amparo Legal: Art. 12 da Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001.
19220250 - Restituição de Benefícios Pagos Indevidamente pelo Banco Depositário	19220900 - Ressarcimento de Despesas do Porte de Remessa e Retorno dos Autos
Portaria:	Portaria: Portaria SOF nº 49, de 15.12.2006, incluiu. Portaria SOF nº 17, de 20.04.2007, excluiu. Portaria SOF nº 30, de 02.07.2007, incluiu. Amparo Legal: Lei nº 8.038, de 28 de maio de 1999, art. 41-B, A CRESCIDO PELO ART. 3º DA Lei nº 9.756, de 17 de dezembro de 1998. STF E STJ (tabelas).

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

LDO - 2014, Art. 9º, inciso IV

19221001 - Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência dos Servidores - Principal

Portaria:

Portaria SOF nº 39, de 15.06.2009, incluiu.

Amparo Legal:

Art. 40, da Constituição Federal; Lei no 9.796, de 5 de maio de 1999; Lei no 9.783, de 28 de janeiro de 1999; Decreto no 3.112, de 6 de julho de 1999; e Decreto no 3.217 de 22 de outubro de 1999.

19221002 - Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência dos Servidores - Parcelamentos

Portaria:

Portaria SOF nº 39, de 15.06.2009, incluiu.

Amparo Legal:

Lei nº 9.964, de 11 de abril de 2000; MP nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; e Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

19221100 - Restituição de Parcelas do Seguro Desemprego Recebidas Indevidamente

Portaria:

Portaria SOF nº 82, de 18.12.2009, incluiu.

Amparo Legal:

Art. 7º, da Constituição da República Federativa do Brasil; Artigos 3º, 7º e 8º, da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990. Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980. Código Processo Civil.

19222000 - Recuperação de Sinistros

Portaria:

Portaria SOF nº 59, de 14.11.2008, incluiu.

Amparo Legal:

Decreto nº 3.937, de 15 de setembro de 1997 e Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999.

19222100 - Ressarcimento de Pagamentos de Despesas pela Deportação

Portaria:

Portaria SOF nº 45, de 26.05.2010, incluiu.

Amparo Legal:

Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980

19222200 - Ressarcimento Decorrente de Ações Regressivas Oriundas da Relação de Trabalho

Portaria:

Portaria SOF nº 193, de 16.12.2010, incluiu.

Amparo Legal:

Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, arts. 120 e 121; e Constituição Federal de 1988, art. 114, VI.

19222300 - Restituição de Recursos de Fomento

Portaria:

Criada pela Portaria SOF no 179, de 13 de dezembro de 2011; alterada pela Portaria SOF no 17, de 8 de março de 2012.

Amparo Legal:

Art. 8º, parágrafo único, da Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000;
Art. 2º, inciso VI, última parte, da Lei no 11.437, de 28 de dezembro de 2006;
Art. 61 da Medida Provisória no 2.228-1, de 6 de setembro de 2001;
Art. 6º da Medida Provisória no 2.183-56, de 24 de agosto de 2001;
Art. 12 do Decreto no 6.672, de 2 de dezembro de 2008.

19223000 - Devoluções de Recursos decorrentes de Restituições Indevidas do Imposto de Renda

Portaria:

Portaria SOF nº 48, de 10.09.2009, incluiu. Portaria SOF nº 78, de 08.12.2009, alterou.

Amparo Legal:

Art. 892 do Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999.

19229900 - Outras Restituições

Portaria:

Portaria SOF nº 111, de 15.09.2010, altera.

Amparo Legal:

Decreto nº 3.964, de 10 de outubro de 2001, art. 2º e Lei nº 8.080, de 1990, § 4º, art. 33, em decorrências de auditorias.

19230100 - Retorno de Investimentos Mediante Participação em Empresas e Projetos

Portaria:

Portaria SOF nº 179, de 13 de dezembro de 2011.

Amparo Legal:

Por exemplo, os arts. 2º a 4º da Lei nº 11.437, de 28 de dezembro de 2006, no caso do Fundo Setorial do Audiovisual.

19310101 - Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas

Amparo Legal:

Decreto no 3.000, de 26 de março de 1999; Lei no 8.981, de 20 de janeiro de 1995; Lei no 11.119, de 25 de maio de 2005 (tabelas progressivas); e Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 201.

19310102 - Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas

Amparo Legal:

Decreto no 3.000, de 26 de março de 1999; e Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 201.

19310103 - Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre a Renda Retido nas Fontes

Amparo Legal:

Decreto no 3.000, de 26 de março de 1999; Lei no 8.981, de 20 de janeiro de 1995; Lei no 11.119, de 25 de maio de 2005 (tabelas progressivas); e Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 201.

19310104 - Receita de Parcelamentos - Dívida Ativa do Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas

Portaria:

Portaria SOF nº 17, de 31.12.2003, incluiu. Portaria SOF nº 35, de 10.08.2007, modificar a especificação.

Amparo Legal:

Lei nº 9.964, de 11 de abril de 2000; MP nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; e Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

19310105 - Receita de Parcelamentos - Dívida Ativa do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte

Portaria:

Portaria SOF nº 17, de 31.12.2003, incluiu. Portaria SOF nº 35, de 10.08.2007, modificar a especificação.

Amparo Legal:

Lei nº 9.964, de 11 de abril de 2000; MP nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; e Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

19310106 - Receita de Parcelamentos - Dívida Ativa do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas

Portaria:

Portaria SOF nº 01, de 03.01.2006, incluiu. Portaria SOF nº 35, de 10.08.2007, modificar a especificação.

Amparo Legal:

Lei nº 9.964, de 11 de abril de 2000; MP nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; e Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

19310107 - Receita da Dívida Ativa do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - Simples Nacional

Portaria:

* Natureza de Receita criada pela Portaria SOF nº 38, de 27 de abril de 2012.

Amparo Legal:

Constituição Federal - CF, art. 159, incisos I e II;
CF, art. 153, inciso IV;
CF, art. 212, c/c ADCT art. 76; e
Art. 6º da Lei no 7.827, de 22 de setembro de 1989.

19310201 - Receita do Principal da Dívida Ativa do Imposto sobre Produtos Industrializados

Portaria:

Portaria SOF nº 17, de 31.12.2003, incluiu.

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 153, IV e § 3º; Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), arts. 46 a 51; art. 201; e Decreto no 4.542, de 26 de dezembro de 2002.

19310202 - Receita de Parcelamentos - Dívida Ativa do Imposto sobre Produtos Industrializados

Portaria:

Portaria SOF nº 17, de 31.12.2003, incluiu. Portaria SOF nº 35, de 10.08.2007, modificar a especificação.

Amparo Legal:

Lei nº 9.964, de 11 de abril de 2000; MP nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; e Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

19310203 - Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre Produtos Industrializados - Simples Nacional

Portaria:

Natureza de Receita criada pela Portaria SOF nº 38, de 27 de abril de 2012

Amparo Legal:

Constituição Federal - CF, art. 159, incisos I e II;
CF, art. 153, inciso IV;
CF, art. 212, c/c ADCT art. 76; e
Art. 6º da Lei no 7.827, de 22 de setembro de 1989.

19310301 - Receita do Principal da Dívida Ativa do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários

Portaria:

Portaria SOF nº 17, de 31.12.2003, incluiu.

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 153, inciso V e § 1º; e Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), arts. 63 a 66 e 201.

19310302 - Receita de Parcelamentos - Dívida Ativa do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou Relativas a Títulos ou Valores Mobiliários

Portaria:

Portaria SOF nº 17, de 31.12.2003, incluiu. Portaria SOF nº 35, de 10.08.2007, modificar a especificação.

Amparo Legal:

Lei nº 9.964, de 11 de abril de 2000; MP nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; e Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

19310401 - Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Conveniados

Portaria:

Alterada pela Portaria SOF nº 135, de 4 de novembro de 2011.

Amparo Legal:

Constituição Federal, arts. 153, inciso VI, § 4º, inciso III, e 158, inciso II; e
Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966, arts. 29 a 31 e 201;
Lei no 9.430, de 27 de dezembro de 1996;
Lei no 9.393, de 19 de dezembro de 1996; e
Decreto no 4.382, de 19 de dezembro de 2002.

19310402 - Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Municípios Não-Conveniados

Portaria:

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

LDO - 2014, Art. 9º, inciso IV

Natureza de Receita alterada pela Portaria SOF no 135, de 4 de novembro de 2011. Amparo Legal: Constituição Federal, arts. 153, inciso VI, § 4o, inciso III, e 158, inciso II; e Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966, arts. 29 a 31 e 201; Lei no 9.430, de 27 de dezembro de 1996; Lei no 9.393, de 19 de dezembro de 1996; e Decreto no 4.382, de 19 de dezembro de 2002.	Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002. Amparo Legal: Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991; e Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 201.
19310501 - Receita do Principal da Dívida Ativa do Imposto sobre a Importação Portaria: Portaria SOF nº 17, de 31.12.2003, incluiu. Amparo Legal: Constituição Federal, art. 153, inciso I; e Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), arts. 19 a 22 e art. 201.	19320102 - Receita da Dívida Ativa da Contribuição Previdenciária do Segurado Assalariado Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002. Amparo Legal: Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991; e Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 201.
19310502 - Receita de Parcelamentos - Dívida Ativa do Imposto sobre a Importação Portaria: Portaria SOF nº 17, de 31.12.2003, incluiu. Portaria SOF nº 35, de 10.08.2007, modificar a especificação. Amparo Legal: Lei nº 9.964, de 11 de abril de 2000; MP nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; e Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.	19320103 - Receita da Dívida Ativa da Contribuição Previdenciária da Empresa sobre o Segurado Assalariado Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002. Amparo Legal: Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991; e Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 201.
19310601 - Receita do Principal da Dívida Ativa do Imposto sobre a Exportação Portaria: Portaria SOF nº 17, de 31.12.2003, incluiu. Amparo Legal: Constituição Federal, art. 153, inciso II; Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 201.	19320104 - Receita da Dívida Ativa da Contribuição Previdenciária da Empresa Optante pelo SIMPLES Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002. Amparo Legal: Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991; e Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 201.
19310602 - Receita de Parcelamentos - Dívida Ativa do Imposto sobre a Exportação Portaria: Portaria SOF nº 17, de 31.12.2003, incluiu. Portaria SOF nº 35, de 10.08.2007, modificar a especificação. Amparo Legal: Lei nº 9.964, de 11 de abril de 2000; MP nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; e Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.	19320105 - Receita da Dívida Ativa da Contribuição Previdenciária sobre Espetáculo Desportivo Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002. Amparo Legal: Decreto no 3.048, de 6 de maio de 1999, art. 205; e Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 201.
19310700 - Receita da Dívida Ativa de Custas Judiciais Portaria: Portaria SOF nº 08, de 27.06.2001 Amparo Legal: Lei no 9.289, de 4 de julho de 1996; e Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 201.	19320106 - Receita da Dívida Ativa da Contribuição Previdenciária sobre Produção Rural Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002. Amparo Legal: Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991, art. 25; Lei no 10.256, de 09 de julho de 2001; e Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 201.
19310801 - Receita da Dívida Ativa da Taxa de Fiscalização de Instalação Portaria: Portaria nº 176, de 2012 Amparo Legal: Lei no 5.070, de 7 de julho de 1966; e Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 201.	19320107 - Receita da Dívida Ativa da Contribuição Previdenciária em Regime de Parcelamento de Débitos Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002. Amparo Legal: Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991, art. 35, § 1o e art. 38, § 6o; e Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 201.
19310802 - Receita da Dívida Ativa da Taxa de Fiscalização de Funcionamento Portaria: Portaria nº 176, de 2012 Amparo Legal: Lei no 5.070, de 7 de julho de 1966; e Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 201.	19320108 - Receita da Dívida Ativa da Contribuição Previdenciária para o Seguro de Acidente do Trabalho Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002. Amparo Legal: Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991, art. 22, inciso II; e Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 201.
19310900 - Receita da Dívida Ativa decorrente da Taxa de Fiscalização - TAFIC Portaria: Portaria SOF nº 39, de 07.05.2010, incluiu. Amparo Legal: Lei nº 11.457/2007 e 10.683/2003; e Lei nº 5.172/66 (CTN).	19320109 - Receita de Mora da Dívida Ativa da Contribuição Previdenciária sobre Reclamação Trabalhista Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002. Amparo Legal: Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991, art. 43; e Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 201.
19313600 - Receita da Dívida Ativa da Taxa de Saúde Suplementar Portaria: Portaria SOF nº 08, de 15.08.2003. Amparo Legal: Lei no 9.961, de 28 de janeiro de 2000, art. 18 a 25; e Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 201.	19320110 - Receita da Dívida Ativa da Contribuição Previdenciária do Segurado em Regime de Parcelamento de Débitos dos Municípios Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002. Amparo Legal: Lei no 9.639, de 25 de maio de 1998; Medida Provisória no 2.187, de 24 de outubro de 2001; e Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 201.
19319901 - Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos - Principal Portaria: Portaria SOF nº 01, de 03.01.2006, incluiu. Amparo Legal: Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 201.	19320111 - Receita da Dívida Ativa da Contribuição Previdenciária do Segurado Obrigatório - Empregado Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002. Amparo Legal: Lei no 9.876, de 26 de novembro de 1999; e Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 201.
19319902 - Parc - Receita Dívida Ativa Outros Tributos Portaria: Natureza de Receita criada pela Portaria SOF nº 1, de 3 de janeiro de 2006 Amparo Legal: Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966, art. 201.	19320112 - Receita da Dívida Ativa da Contribuição Previdenciária do Segurado Facultativo Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002. Amparo Legal: Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991, art. 43; e Lei no 9.876, de 26 de novembro de 1999; e Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 201.
19320101 - Receita da Dívida Ativa da Contribuição Previdenciária do Segurado Obrigatório - Contribuinte Individual	19320113 - Receita da Dívida Ativa da Contribuição Previdenciária do Segurado Especial Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002. Amparo Legal: Lei no 8.398, 7 de janeiro de 1992; Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991, art. 43; e Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 201.

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

LDO - 2014, Art. 9º, inciso IV

19320114 - Receita da Dívida Ativa da Contribuição Previdenciária do Segurado Obrigatório - Empregado Doméstico

Portaria:

Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002.

Amparo Legal:

Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991, art. 43; e Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 201.

19320115 - Receita da Dívida Ativa da Contribuição Previdenciária dos Órgãos do Poder Público

Portaria:

Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002.

Amparo Legal:

Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991, art. 42; e Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 201.

19320116 - Receita da Dívida Ativa da Contribuição Previdenciária das Entidades Filantrópicas

Portaria:

Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002.

Amparo Legal:

Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991, art. 55; Constituição Federal, art. 195, § 7º; e Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 201.

19320117 - Receita da Dívida Ativa da Contribuição Previdenciária - Retenção sobre Nota Fiscal - Sub-rogação

Portaria:

Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002.

Amparo Legal:

Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991, art. 42; e Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 201.

19320118 - Receita da Dívida Ativa da Arrecadação FIES - Certificados Financeiros do Tesouro Nacional

Portaria:

Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002.

Amparo Legal:

Lei 10.260, de 12 de julho de 2001; e Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 201.

19320119 - Receita da Dívida Ativa da Arrecadação FNS - Certificados Financeiros do Tesouro Nacional

Portaria:

Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002.

Amparo Legal:

Lei nº 9.639, de 25 de maio de 1998, art. 6º, § 2º; e Instrução Normativa INSS/DC nº 071, de 10 de maio de 2002.

19320120 - Receita da Dívida Ativa de Certificados da Dívida Pública - CDP

Portaria:

Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002.

Amparo Legal:

Lei nº 9.711, de 20 de novembro de 1998.

19320121 - Receita da Dívida Ativa da Contribuição Previdenciária na Forma de Depósito Judicial, Recursal e Custas Judiciais

Portaria:

Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002.

Amparo Legal:

Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 201.

19320122 - Receita da Dívida Ativa da Contribuição Previdenciária - Parcelamentos

Portaria:

Portaria SOF nº 81, de 18.12.2008, incluiu.

Amparo Legal:

Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 201.

19320124 - Receita da Dívida Ativa da Contribuição Previdenciária da Empresa Incidente sobre a Receita Bruta

Portaria:

Portaria nº 57 de 25 de Junho de 2012

Amparo Legal:

Arts. 7º e 8º da Lei no 12.546, de 14 de dezembro de 2011;
- Incisos I e III do art. 22 da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991; e
- Art. 201 da Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966, Código Tributário Nacional.

19320199 - Receita da Dívida Ativa de Outras Contribuições Previdenciárias

Portaria:

Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002.

Amparo Legal:

Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 201.

19320201 - Receita do Principal da Dívida Ativa da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social

Portaria:

Portaria SOF nº 17, de 31.12.2003, incluiu.

Amparo Legal:

Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 201.

19320202 - Receita de Parcelamentos - Dívida Ativa da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social

Portaria:

Portaria SOF nº 17, de 31.12.2003, incluiu. Portaria SOF nº 35, de 10.08.2007, modificar a especificação.

Amparo Legal:

Lei no 9.964, de 11 de abril de 2000; MP Nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; e Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

19320300 - Receita da Dívida Ativa da Contribuição do Salário-Educação

Portaria:

Portaria SOF nº 08, de 27.06.2001

Amparo Legal:

Constituição Federal, art. 212, § 5º; Lei no 9.424, de 24 de dezembro de 1996, art. 15; Lei no 9.766, de 18 de dezembro de 1998; e Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 201.

19320401 - Receita do Principal da Dívida Ativa da Contribuição sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira

Portaria:

Portaria SOF nº 17, de 31.12.2003, incluiu.

Amparo Legal:

ADCT, arts. 74, 75, 80, inciso I, 84 e 85; Lei no 9.311, de 24 de outubro de 1996; e Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 201.

19320402 - Receita de Parcelamentos - Dívida Ativa da Contribuição sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira

Portaria:

Portaria SOF nº 17, de 31.12.2003, incluiu. Portaria SOF nº 35, de 10.08.2007, modificar a especificação.

Amparo Legal:

Lei no 9.964, de 11 de abril de 2000; MP Nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; e Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

19320501 - Receita do Principal da Dívida Ativa da Contribuição para o PIS/PASEP

Portaria:

Portaria SOF nº 17, de 31.12.2003, incluiu.

Amparo Legal:

Lei Complementar no 7, de 7 de setembro de 1970;
Lei Complementar no 8, de 3 de dezembro de 1970;
Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, art. 11, I;
Lei no 9.715, de 25 de novembro de 1998;
Lei no 10.637, de 30 de dezembro de 2002;
Lei no 10.865, de 30 de abril de 2004;
Lei no 10.925, de 23 de julho de 2004;
Lei no 11.196, de 21 de novembro de 2005;
Decreto no 5.530, de 22 de dezembro de 2005;
Decreto no 5.881, de 31 de agosto de 2006;
Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006; e
Decreto no 6.127, de 18 de junho de 2007.

19320502 - Receita de Parcelamentos - Dívida Ativa da Contribuição para o PIS/PASEP

Portaria:

Portaria SOF nº 17, de 31.12.2003, incluiu. Portaria SOF nº 35, de 10.08.2007, modificar a especificação.

Amparo Legal:

Lei no 9.964, de 11 de abril de 2000; MP Nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; e Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

19320601 - Receita do Principal da Dívida Ativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas

Portaria:

Portaria SOF nº 17, de 31.12.2003, incluiu.

Amparo Legal:

Lei no 7.689, de 15 de dezembro de 1988; Lei no 9.249, de 26 de dezembro de 1995; e Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 201.

19320602 - Receita de Parcelamentos - Dívida Ativa da Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas

Portaria:

Portaria SOF nº 17, de 31.12.2003, incluiu. Portaria SOF nº 35, de 10.08.2007, modificar a especificação.

Amparo Legal:

Lei no 9.964, de 11 de abril de 2000; MP Nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; e Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

19320701 - Receita da Dívida Ativa da Contribuição sobre a Receita da Loteria Federal

Portaria:

Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002.

Amparo Legal:

Art. 201 da Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN).

19320702 - Receita da Dívida Ativa da Contribuição sobre a Receita de Loterias Esportivas

Portaria:

Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002.

Amparo Legal:

Art. 201 da Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN).

19320703 - Receita da Dívida Ativa da Contribuição sobre a Receita de Concursos Especiais de Loterias Esportivas

Portaria:

Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002.

Amparo Legal:

Art. 201 da Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN).

19320704 - Receita da Dívida Ativa da Contribuição sobre a Receita das Loterias de Números

Portaria:

Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002.

Amparo Legal:

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

LDO - 2014, Art. 9º, inciso IV

Art. 201 da Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN).	19321604 - Receita da Dívida Ativa da Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública
19320705 - Receita da Dívida Ativa da Contribuição sobre a Receita da Loteria Instantânea	Portaria: Portaria nº 176, de 2012
Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002.	Amparo Legal: Art. 39, § 2º da Lei no 4.320, de 17 de março de 1964.
Amparo Legal: Art. 201 da Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN).	19321700 - Receita da Dívida Ativa das Multas por Infração à Legislação Trabalhista
19320706 - Receita da Dívida Ativa de Prêmios Prescritos de Loterias Federais	Portaria: Portaria SOF nº 15, de 17.08.2001 Portaria SOF nº 19, de 26.12.2001, modificou a especificação.
Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002.	Amparo Legal: Art. 39, § 2º da Lei no 4.320, de 17 de março de 1964; e Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943.
Amparo Legal: Art. 201 da Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN).	19321800 - Receita da Dívida Ativa da Contribuição Relativa à Despedida de Empregado sem Justa Causa
19320800 - Receita da Dívida Ativa das Multas do Código Eleitoral e Leis Conexas	Portaria: Portaria SOF nº 15, de 17.08.2001
Portaria: Portaria SOF nº 08, de 27.06.2001	Amparo Legal: Art. 39, § 2º da Lei no 4.320, de 17 de março de 1964.
Amparo Legal: Art. 201 da Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN).	19321900 - Receita da Dívida Ativa da Contribuição sobre a Remuneração Devida ao Trabalhador
19320900 - Receita da Dívida Ativa da Cota-Parte do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante	Portaria: Portaria SOF nº 15, de 17.08.2001
Portaria: Portaria SOF nº 08, de 27.06.2001	Amparo Legal: Art. 39, § 2º da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.
Amparo Legal: Art. 201 da Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN).	19322001 - Receita da DA da Contribuição Relativa as Atividades de Comercialização de Petróleo e seus Derivados, Gás Natural e Álcool Carburante - Principal
19321000 - Receita da Dívida Ativa da Contribuição sobre Aposta em Competições Hípicas	Portaria: Portaria SOF nº 01, de 03.01.2006, incluiu.
Portaria: Portaria SOF nº 08, de 27.06.2001	Amparo Legal: Emenda Constitucional no 33, de 11 de dezembro de 2001; Emenda constitucional no 44, de 30 de junho de 2004; Lei no 10.336, de 19 de dezembro de 2001; Lei no 10.636, de 30 de dezembro de 2002; e Lei no 10.866, de 4 de maio de 2004.
Amparo Legal: Art. 201 da Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN).	19322002 - Receita de Parc - DA da Contribuição Relativa as Atividades de Comercialização de Petróleo e seus Derivados, Gás Natural e Álcool Carburante
19321100 - Receita da Dívida Ativa de Aluguéis	Portaria: Portaria SOF nº 01, de 03.01.2006, incluiu. Portaria SOF nº 35, de 10.08.2007, modificar a especificação.
Portaria: Portaria SOF nº 08, de 27.06.2001	Amparo Legal: Lei no 9.964, de 11 de abril de 2000; MP Nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; e Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.
Amparo Legal: Art. 201 da Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN).	19322101 - Receita da Dívida Ativa da Exploração de Recursos Minerais
19321200 - Receita da Dívida Ativa de Foros	Portaria: Portaria SOF nº 49, de 15.12.2006, incluiu.
Portaria: Portaria SOF nº 08, de 27.06.2001	Amparo Legal: Art. 39, § 2º da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 e Lei nº 7.990/89; Lei nº 9.993/2000 e Lei nº 8.001/90.
Amparo Legal: Art. 39, § 2º da Lei no 4.320, de 17 de março de 1964.	19322102 - Receita da Dívida Ativa da Outorga de Direitos de Exploração e Pesquisa Mineral
19321300 - Receita da Dívida Ativa de Taxa de Ocupação	Portaria: Portaria SOF nº 49, de 15.12.2006, incluiu.
Portaria: Portaria SOF nº 08, de 27.06.2001	Amparo Legal: Art. 39, § 2º da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 e Lei nº 7.990/89; Lei nº 9.993/2000 e Lei nº 8.001/90.
Amparo Legal: Art. 39, § 2º da Lei no 4.320, de 17 de março de 1964.	19322104 - Receita da Dívida Ativa das Multas Previstas na Legislação Minerária
19321400 - Receita da Dívida Ativa de Arrendamento	Portaria: Portaria SOF nº 49, de 15.12.2006, incluiu.
Portaria: Portaria SOF nº 08, de 27.06.2001	Amparo Legal: Art. 39, § 2º da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 e Lei nº 7.990/89; Lei nº 9.993/2000 e Lei nº 8.001/90.
Amparo Legal: Art. 39, § 2º da Lei no 4.320, de 17 de março de 1964.	19322105 - Receita da Dívida Ativa dos Serviços de Inspeção e Fiscalização da Atividade Mineral
19321500 - Receita da Dívida Ativa de Laudêmio	Portaria: Portaria SOF nº 49, de 15.12.2006, incluiu.
Portaria: Portaria SOF nº 08, de 27.06.2001	Amparo Legal: Art. 39, § 2º da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 e Lei nº 7.990/89; Lei nº 9.993/2000 e Lei nº 8.001/90.
Amparo Legal: Art. 39, § 2º da Lei no 4.320, de 17 de março de 1964.	19322200 - Receita da Dívida Ativa da Multa de Poluição de Águas
19321601 - Receita da Dívida Ativa de Outras Contribuições - Principal	Portaria: Portaria SOF nº 39, de 15.06.2009, incluiu.
Portaria: Portaria SOF nº 01, de 03.01.2006, incluiu.	Amparo Legal: Art. 39, §§ 1º e 2º da Lei no 4.320, de 17 de março de 1964.
Amparo Legal: Art. 39, § 2º da Lei no 4.320, de 17 de março de 1964.	19322300 - Receita da Dívida Ativa da Outorga de Direitos de Uso de Recursos Hídricos
19321602 - Rec Parc - Dívida Ativa Outras Contribuições	Portaria: Portaria SOF nº 39, de 15.06.2009, incluiu.
Portaria: Portaria SOF nº 1, de 3 de janeiro de 2006	Amparo Legal: Art. 39, §§ 1º e 2º da Lei no 4.320, de 17 de março de 1964.
Amparo Legal: Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966, art. 201.	19322400 - Receita da Dívida Ativa da Multa Prevista no Código Brasileiro de Aeronáutica
19321603 - Receita da Dívida Ativa da Contribuição sobre a Receita Operacional Bruta Decorrente de Prestação de Serviços de Telecomunicações	Portaria: Portaria SOF nº 39, de 15.06.2009, incluiu.
Portaria: Portaria nº 176, de 2012	Amparo Legal: Art. 39, §§ 1º e 2º da Lei no 4.320, de 17 de março de 1964.
Amparo Legal: Art. 39, § 2º da Lei no 4.320, de 17 de março de 1964.	19322400 - Receita da Dívida Ativa da Multa Prevista no Código Brasileiro de Aeronáutica
	Portaria: Portaria SOF nº 39, de 15.06.2009, incluiu.

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

LDO - 2014, Art. 9º, inciso IV

Amparo Legal: Art. 39, §§ 1o e 2o da Lei no 4.320, de 17 de março de 1964.	19323300 - Receita da Dívida Ativa da Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica Portaria: Portaria SOF nº 39, de 15.06.2009, incluiu. Amparo Legal: Art. 39, §§ 1o e 2o da Lei no 4.320, de 17 de março de 1964.
19322500 - Receita da Dívida Ativa dos Serviços de Inspeção e Fiscalização Portaria: Portaria SOF nº 39, de 15.06.2009, incluiu. Amparo Legal: Art. 39, §§ 1o e 2o da Lei no 4.320, de 17 de março de 1964.	19323400 - Receita da Dívida Ativa das Multas Previstas na Legislação sobre Lubrificantes e Combustíveis Portaria: Portaria SOF nº 39, de 15.06.2009, incluiu. Amparo Legal: Art. 39, §§ 1o e 2o da Lei no 4.320, de 17 de março de 1964.
19322600 - Receita da Dívida Ativa das Multas Previstas na Lei Geral das Telecomunicações Portaria: Portaria SOF nº 39, de 15.06.2009, incluiu. Amparo Legal: Art. 39, §§ 1o e 2o da Lei no 4.320, de 17 de março de 1964.	19323500 - Receita da Dívida Ativa das Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência dos Servidores Portaria: Portaria SOF nº 39, de 15.06.2009, incluiu. Amparo Legal: Art. 39, §§ 1o e 2o da Lei no 4.320, de 17 de março de 1964.
19322701 - Receita da Dívida Ativa da Outorga dos Serviços de Telecomunicações Portaria: Portaria nº 176, de 2012 Amparo Legal: O mesmo da natureza principal	19323600 - Receita da Dívida Ativa de Multas por Infração - Contrato Administrativo Portaria: Portaria SOF nº 18, de 13.04.2010, incluiu. Portaria SOF nº 96, de 28.09.2011, alterou. Amparo Legal: Art. 86, da Lei nº 8.666/93, combinado com as Leis nº 5.172, 6.830 e 4.320, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, instituindo normas gerais para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.
19322702 - Receita da Dívida Ativa da Outorga dos Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagens Portaria: Portaria nº 176, de 2012 Amparo Legal: Conforme a natureza principal	19323700 - Receita da Dívida Ativa de Reposição ou Indenização de Servidor Portaria: Portaria SOF nº 18, de 13.04.2010, incluiu. Amparo Legal: Arts. 46, 47, 122 e seguintes da Lei nº 8.112/90, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores civis das autarquias e das fundações públicas federais.
19322703 - Receita da Dívida Ativa da Outorga do Direito de Uso de Radiofrequência Portaria: Portaria nº 176, de 2012 Amparo Legal: Conforme a natureza principal	19323800 - Receita da Dívida Ativa de Ressarcimento ao Erário Portaria: Portaria SOF nº 18, de 13.04.2010, incluiu. Portaria SOF nº 66, de 24.06.2010, alterou. Amparo Legal: Arts. 37, § 4º da Constituição Federal, lei nº 8.429/92, lei nº 7.347/85, que dispõem sobre a Administração Pública e sanções aplicáveis em caso de enriquecimento ilícito e dano a terceiros.
19322704 - Receita da Dívida Ativa da Transferência de Concessão, de Permissão ou de Autorização de Telecomunicações ou de Uso de Radiofrequência Portaria: Portaria nº 176, de 2012 Amparo Legal: A mesma da natureza principal	19323900 - Receita da Dívida Ativa do Ressarcimento ao Erário Decorrente de Decisão do Tribunal de Contas da União Portaria: Portaria SOF nº 18, de 13.04.2010, incluiu. Amparo Legal: Art. 71, da Constituição Federal, art. 25 e seguintes da Lei nº 8.443/92,
19322706 - Receita da Dívida Ativa da Outorga para a Utilização de Posições Orbitais Portaria: Portaria nº 176, de 2012 Amparo Legal: A mesma da natureza principal	19324000 - Receita da Dívida Ativa de Ressarcimento ao Sistema Único de Saúde Portaria: Portaria SOF nº 18, de 13.04.2010, incluiu. Amparo Legal: Amparo legal: Art. 32, da lei nº 9.656/98, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde.
19322707 - Receita da Dívida Ativa de Outras Receitas de Concessões e Permissões - Serviços de Comunicação Portaria: Portaria nº 176, de 2012 Amparo Legal: A mesma da natureza principal	19324100 - Receita da Dívida Ativa de Multas por Infração da Ordem Econômica Portaria: Portaria SOF nº 18, de 13.04.2010, incluiu. Amparo Legal: Arts. 23 e seguintes, da lei nº 8.884/94, que transforma o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cadê) em Autarquia e dispõe sobre a prevenção e pressão às infrações contra a ordem econômica e dá outras providências e art. 1, VI, da Lei nº 7.347/85, que disciplina a ação pública de responsabilidade por danos causados ao meio-ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (VETADO) e dá outras providências. OLHAR LEI Nº 9.781/1999. art. 6º inciso II.
19322800 - Receita da Dívida Ativa da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional Portaria: Portaria SOF nº 39, de 15.06.2009, incluiu. Amparo Legal: Art. 39, §§ 1o e 2o da Lei no 4.320, de 17 de março de 1964.	19324200 - Receita da Dívida Ativa por Multa de Trânsito Portaria: Portaria SOF nº 18, de 13.04.2010, incluiu. Amparo Legal: Arts. 161 e seguintes, da Lei nº 9.506/97, que institui o Código de Trânsito Brasileiro
19322900 - Receita da Dívida Ativa da Receita decorrente da Não-Aplicação de Incentivos Fiscais em Projetos Culturais e Indústria Cinematográfica Portaria: Portaria SOF nº 39, de 15.06.2009, incluiu. Amparo Legal: Art. 39, §§ 1o e 2o da Lei no 4.320, de 17 de março de 1964.	19324300 - Receita da Dívida Ativa de Multas por Infração à Lei Complementar nº 109/2001 - Previdência Privada Portaria: Portaria SOF nº 18, de 13.04.2010, incluiu. Amparo Legal: Arts. 65 e 66 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001.
19323000 - Dívida Ativa das Multas por Infrações à Legislação Cinematográfica Portaria: Portaria SOF nº 39, de 15.06.2009, incluiu. Amparo Legal: Art. 39, §§ 1o e 2o da Lei no 4.320, de 17 de março de 1964.	19324400 - Receita da Dívida Ativa por Infração Administrativa Portaria: Portaria SOF nº 18, de 13.04.2010, incluiu. Amparo Legal: ANATEL-Lei nº 9.472/97, arts. 173, caput e II c/c arts. 176, 177, 178, 179; Lei nº 5.070/66; ANTAQ - Lei nº 10.233/2001, art. 78-A, II, ANTT - Lei nº 6.437/77, art. 10 c/c art. 2º, § 1º-A, § 1º-B, § 1º-C, § 1º-D, art. 4º, arts. 6º a 9º c/c art. 7º da Lei n. 9782/99; Lei nº 10.233/2001, art. 78-A, II; Leis nºs. 9.503/97, 10.209/01, 10.561/02, ANP - Lei nº 9.847/99, art 2º, caput, I, c/c art 3º, I a XIX c/c art. 4º; CVM - Lei nº 6.385/76, arts. 11 e 32; DNPM - DL nº 227/67, arts. 22, § 1º, 63, II e 64.
19323100 - Receita da Dívida Ativa da Utilização de Recursos Hídricos - Demais Empresas Portaria: Portaria SOF nº 39, de 15.06.2009, incluiu. Amparo Legal: Art. 39, §§ 1o e 2o da Lei no 4.320, de 17 de março de 1964.	
19323200 - Receita da Dívida Ativa das Multas Previstas em Lei por Infrações no Setor de Energia Elétrica Portaria: Portaria SOF nº 39, de 15.06.2009, incluiu. Amparo Legal: Art. 39, §§ 1o e 2o da Lei no 4.320, de 17 de março de 1964.	

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

LDO - 2014, Art. 9º, inciso IV

<p>EMBRATUR - Lei n. 11.771/08, art. 36, II, art. 44; Lei nº 6.513/77, art. 24, I e Lei 8.181/97; IBAMA - Lei nº 9.605/98, art. 72, inc. II e III e § 3º, 4º e 5º e arts. 74 e 75; Lei nº 6.938/81, art. 17- I, c/redação da Lei nº 10.615/00 - Lei 10.165/2000 INMETRO - Lei nº 9.933/99, arts. 7º, 8º e 9º c/c Lei nº 5.966/73, art. 9º; SUSEP - Lei nº 10.190/01; Lei nº 6.194/74; Lei nº 4.594/64; LC nº 109/01; DL nº 261/67; DL nº 73/66; ANAC - Lei nº 7.565/86, arts. 289, I, 295, 299 e 302; ANEEL - Lei nº 9.427/96, art. 3º, X; ANS - Lei nº 9.656/98, art. 19, § 6º e arts. 25, II, 26, 27 e 29, § 2º, II; ANVISA - Lei nº 6.437/77, art. 10 c/c art. 2º, § 1º-A, § 1º-B, § 1º-C, § 1º-D; art. 4º, arts. 6º a 9º c/c art. 7º da Lei n. 9782/99; CONDECINE Cinematográfica Audio - Lei nº 11.437/2006, art. 13. / MP nº 2.228-1/01, arts. 7º, IV, 17, 19, 21, 24 a 26, 28, 29, 31, 55, 56, 59 e 60; PHIAN - Decreto-Lei n. 25, de 1937; Lei n. 6.189/74, art. 9º; Lei nº 9.961/00, art. 4º, § 1º; Lei nº 9.433/97,</p>	<p>parágrafo único, da Lei no 7.7.11, de 22 de dezembro de 1988; Art 17 da Lei Complementar no 73, de 10 de fevereiro de 1993 (Lei Orgânica da Advocacia Geral da União); e Art. 10 da Lei no 10.480, de 2 de julho de 2002.</p>
<p>19324500 - Receita da Dívida Ativa de Outros Serviços</p> <p>Portaria:</p> <p>Portaria SOF nº 18, de 13.04.2010, incluiu.</p> <p>Amparo Legal:</p> <p>Prestação de serviços a terceiros - Lei nº 9.984/00, art. 20, VI, VII; Prestação de serviços de natureza contratual - Lei nº 11.182/05, art. 31, V; Lei nº 6.009/73, art. 5º, I; Taxa de Serviços Lei nº 9.781/99, art. 7º, I; Taxa Processual - Lei nº 9.781/99 Arts. 1º a 6º - Portaria Conjunta nº 26/2004; Taxa de Serviços Metrológicos - Lei nº 9.933/99, arts. 5º e 11; Preço Público - Lei 5.966/73, art. 7º, b; Taxa de Serviços Administrativos - Lei nº 9.960/00, arts. 1º a 7º; Portaria Suframa nº 529.</p>	<p>19900202 - Receita de Ônus de Sucumbência</p> <p>Portaria:</p> <p>Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002.</p> <p>Amparo Legal:</p> <p>Arts. 20 e 27 da Lei no 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil); art. 3o, parágrafo único, da Lei no 7.7.11, de 22 de dezembro de 1988; Art. 17 da Lei Complementar no 73, de 10 de fevereiro de 1993 (Lei Orgânica da Advocacia Geral da União); Lei no 9.289, de 4 de julho de 1996; e Art. 10 da Lei no 10.480, de 2 de julho de 2002.</p>
<p>19324600 - Receita da Dívida Ativa das Multas Previstas na Legislação sobre Regime de Previdência Privada Complementar</p> <p>Portaria:</p> <p>Portaria SOF nº 39, de 07.05.2010, incluiu. Portaria SOF nº 66, de 24.06.2010, alterou.</p> <p>Amparo Legal:</p> <p>Lei complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, art. 65, IV; e Decreto nº 4.942, de 30 de dezembro de 2003, art. 26, III.</p>	<p>19900301 - Receita de Leilões de Mercadorias Apreendidas</p> <p>Portaria:</p> <p>Portaria SOF nº 08, de 27.06.2001</p> <p>Amparo Legal:</p> <p>Arts. 23 a 32 do Decreto-Lei no 1.455, de 7 de abril de 1976; art. 59 da Lei no 10.637, de 30 de dezembro de 2002; arts. 104 e 105 do Decreto-Lei no 37, de 18 de novembro de 1966; art. 1o do Decreto-Lei no 2.411, de 21 de janeiro de 1988; art. 83, inciso II da Lei no 7.450 de 23 de dezembro de 1985; e art. 27 da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991.</p>
<p>19324710 - Receita da Dívida Ativa de Multas Decorrentes de Sentenças Penais Condenatórias</p> <p>Portaria:</p> <p>Criada pela Portaria SOF nº 10, de 03 de março de 2011; alterada pela Portaria SOF nº 9, de 9 de fevereiro de 2012.</p> <p>Amparo Legal:</p> <p>Inciso V do art. 2o da Lei Complementar no 79, de 7 de janeiro de 1994; Arts. 14, § único, 18 a 35, 161 e 196, e outros da Lei no 5.869, de 11 de janeiro de 1973, Código do Processo Civil; Art. 265 e outros do Decreto-Lei no 3.689, de 3 de outubro de 1941, Código de Processo Penal; Art. 51 do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal; Art. 39, § 2o da Lei no 4.320, de 17 de março de 1964.</p>	<p>19900302 - Receita de Alienação de Bens Apreendidos</p> <p>Portaria:</p> <p>Portaria SOF nº 08, de 27.06.2001</p> <p>Amparo Legal:</p> <p>Lei no 7.805, de 20 de julho de 1989; Decreto no 98.830, de 15 de janeiro de 1990; e Lei no 8.212, de 1991, art. 27, inciso VII.</p>
<p>19324720 - Receita da Dívida Ativa de Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais</p> <p>Portaria:</p> <p>Criada pela Portaria SOF nº 10, de 03 de março de 2011; alterada pela Portaria SOF nº 9, de 9 de fevereiro de 2012.</p> <p>Amparo Legal:</p> <p>Art. 83 da Lei no 11.697, de 13 de junho de 2008; Arts. 14, § único, 18 a 35, 161 e 196, e outros da Lei no 5.869, de 11 de janeiro de 1973, Código do Processo Civil; Art. 265 e outros do Decreto-Lei no 3.689, de 3 de outubro de 1941, Código de Processo Penal; Art. 51 do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal; Art. 39, § 2o da Lei no 4.320, de 17 de março de 1964.</p>	<p>19900303 - Receita de Alienação de Bens Cauionados</p> <p>Portaria:</p> <p>Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002.</p> <p>Amparo Legal:</p> <p>Art. 588, inciso II, da Lei no 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código Civil); Lei no 10.409, de 11 de janeiro de 2002; e Lei no 11.343, de 23 de agosto de 2006, § 9o do art. 62.</p>
<p>19324901 - Receita da Dívida Ativa Não-Tributária de Outras Receitas - Principal</p> <p>Portaria:</p> <p>Portaria SOF nº 01, de 03.01.2006, incluiu. Portaria SOF nº 59, de 15.07.2011, alterou.</p> <p>Amparo Legal:</p> <p>Art. 39, § 2º da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.</p>	<p>19900304 - Receita de Alienação de Bens Apreendidos Associados ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Drogas Afins</p> <p>Portaria:</p> <p>Portaria SOF nº 28, de 13.09.2006, incluiu.</p> <p>Amparo Legal:</p> <p>Constituição Federal, Art. 243, Parágrafo Único; Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991; Lei no 9.613, de 03 de março de 1998 (Art 7o); Lei no 10.357, de 27 de dezembro de 2001; Lei no 11.343, de 23 de agosto de 2006. Natureza de Receita criada pela Portaria SOF nº 28, de 13 de setembro de 2006.</p>
<p>19329902 - Parcelamentos - Receita da Dívida Ativa Não-Tributária de Outras Receitas</p> <p>Portaria:</p> <p>Portaria SOF nº 01, de 03.01.2006, incluiu. Portaria SOF nº 35, de 10.08.2007, modificar a especificação.</p> <p>Amparo Legal:</p> <p>Lei nº 9.964, de 11 de abril de 2000 (REFIS); Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003 (PAES); e Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, que altera as anteriores.</p>	<p>19900305 - Receita de Valores Apreendidos Associados ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Drogas Afins</p> <p>Portaria:</p> <p>Portaria SOF nº 90, de 30.07.2010, incluiu.</p> <p>Amparo Legal:</p> <p>Lei nº 7.560/1986, art 2º, inciso VI; Lei nº 9.613/1998, art. 1º, inciso I, art. 7º, caput e inciso I; Lei nº 11.343/2006, art. 60, caput, art. 62, § 3º e 4º, art. 63 e § 1º; Lei nº 9.212/1991, art. 27, inciso VI; e Constituição Federal art. 243.</p>
<p>19400000 - Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS</p> <p>Portaria:</p> <p>Portaria Conjunta STN/SOF nº 2, de 19.08.2010, incluiu.</p> <p>Amparo Legal:</p> <p>Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e suas alterações; Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998; Emenda Constitucional no 41, de 19 de dezembro de 2003; Lei no 10.887, de 18 de junho de 2004.</p>	<p>19900400 - Produtos de Depósitos Abandonados (Dinheiro ou Objetos de Valor)</p> <p>Amparo Legal:</p> <p>Lei no 2.313, de 3 de setembro de 1954; e Decreto no 40.395, de 21 de novembro de 1956.</p>
<p>19500000 - Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Compensações ao RGPS</p> <p>Portaria:</p> <p>Portaria nº xx, de x de agosto de 2012</p> <p>Amparo Legal:</p> <p>Lei nº 12.546, de 2011, Inciso IV</p>	<p>19900500 - Receita de Bens e Valores Perdidos em Favor da União</p> <p>Portaria:</p> <p>Alterada pela Portaria SOF nº 9, de 9 de fevereiro de 2012.</p> <p>Amparo Legal:</p> <p>§ 3o do art. 45, da Lei no 9.714, de 25 de novembro de 1998; Art. 56, da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993; Arts. 1o e 7o do Decreto-Lei no 1.737, de dezembro de 1979.</p>
<p>19900100 - Receita de Parcelamentos - Outras Receitas</p> <p>Portaria:</p> <p>Portaria SOF nº 08, de 15.08.2003. Portaria SOF nº 17, de 31.12.2003, modificou a especificação. Portaria SOF nº 35, de 10.08.2007, modificar a especificação.</p> <p>Amparo Legal:</p> <p>Lei nº 9.964, de 11 de abril de 2000; MP nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; e Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.</p>	<p>19900510 - Receita de Bens e Valores Alienados em Favor da União</p> <p>Portaria:</p> <p>Alterada pela Portaria SOF nº 9, de 9 de fevereiro de 2012.</p> <p>Amparo Legal:</p> <p>§ 3o do art. 45, da Lei no 9.714, de 25 de novembro de 1998.</p>
<p>19900201 - Receita de Honorários de Advogados</p> <p>Portaria:</p> <p>Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002.</p> <p>Amparo Legal:</p> <p>Arts. 20 e 27 da Lei no 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil); art. 3o,</p>	<p>19900520 - Receita de Reversão de Garantias em Favor da União</p> <p>Portaria:</p> <p>Alterada pela Portaria SOF nº 9, de 9 de fevereiro de 2012.</p> <p>Amparo Legal:</p> <p>Art. 56, da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993; Arts. 1o e 7o do Decreto-Lei no 1.737, de dezembro de 1979.</p>
	<p>19900600 - Receita Decorrente da Não Aplicação de Incentivos Fiscais em Projetos Culturais e pela Indústria Cinematográfica</p> <p>Portaria:</p> <p>Portaria SOF nº 01, de 03.01.2006, modificar a especificação.</p> <p>Amparo Legal:</p> <p>Lei no 10.454, de 13 de maio de 2002; Lei no 8.685, de 20 de julho de 1993; Lei no 8.313, de 23 de dezembro de 1991; e Lei no 7.505, de 2 de julho de 1986.</p>
	<p>19900700 - Receita de Direitos "Antidumping" e dos Direitos Compensatórios</p> <p>Portaria:</p> <p>Portaria SOF nº 13, de 19.05.2008, excluiu. Portaria SOF nº 59, de 14.11.2008, incluiu.</p>

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

LDO - 2014, Art. 9º, inciso IV

Amparo Legal: Lei no 9.019, de 30 de março de 1995, e suas alterações. Medida Provisória no 2.158, de 24 de agosto de 2001; e Lei no 10.833, de 29 de dezembro de 2003.	- Arts. 47 a 60 da Lei no 12.351, de 22 de dezembro de 2010 .
19900800 - Demais Receitas para o Desenvolvimento do Desporto	19909600 - Receita de Variação Cambial
Amparo Legal: Art. 57 da Lei no 9.615, de 24 de março de 1998, alterado pela Lei no 9.981, de 14 de julho de 2000. MP nº 2.049/2000	Portaria: Portaria SOF nº 09, de 28.04.2005, incluiu. Portaria SOF nº 111, de 15.09.2010, altera.
19901000 - Receita Decorrente de Medidas de Suspensão de Concessões dos Direitos de Propriedade Intelectual	Amparo Legal: Inciso II, do art. 9º da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998.
Portaria: Portaria SOF nº 193, de 16.12.2010, incluiu.	19909800 - Outras Receitas Eventuais
Amparo Legal: Lei nº 12.270, de 24 de junho de 2010, art. 7º, § 11; e Decreto-Lei nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994.	Portaria: Portaria SOF nº 13, de 19.05.2008, incluiu.
19901600 - Receita de Participação do Seguro - DPVAT - Sistema Nacional de Trânsito	Amparo Legal: Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.
Portaria: Portaria nº 57 de 25 de Junho de 2012	19909900 - Outras Receitas
Amparo Legal: Parágrafo único do art. 78 da Lei no 9.503, de 23 de setembro de 1997; e parágrafo único do art. 27 da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991.	Portaria: -
19901800 - Receita de Reserva Global de Reversão	Amparo Legal: Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.
Amparo Legal: Art. 4º da Lei no 5.655, de 20 de maio de 1971; art. 9º da Lei no 8.631, de 4 de março de 1993; e Decreto no 774, de 18 de março de 1993.	21101000 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro - Refinanciamento da Dívida Pública
19901900 - Recolhimento do Beneficiário ao Fundo de Saúde Militar	Portaria: Portaria SOF nº 9, de 27/06/2001
Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002. Portaria SOF s/nº, de 09.10.2002.	Amparo Legal: Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000 (LRF); Lei no 10.179, de 6 de fevereiro de 2001; e Decreto no 3.859, de 4 de julho de 2001.
Amparo Legal: Art. 13 do Decreto no 92.512, de 2 de abril de 1986, que estabelece normas, condições de atendimento e indenizações para a assistência médico-hospitalar ao militar e seus dependentes.	21102000 - Títulos da Dívida Agrária - TDA
19902000 - Contribuição Voluntária - Montepio Civil	Amparo Legal: Constituição Federal – Art. 184; Lei no 4.504, de 30 de novembro de 1964, e suas alterações; Decreto no 95.714, de 10 de fevereiro de 1988; e Decreto no 578, de 24 de junho de 1995.
Portaria: Portaria SOF nº 09, de 28.04.2005, incluiu. Portaria SOF nº 66, de 24.06.2010, alterou.	21103000 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro - Outras Aplicações
Amparo Legal: Decreto no 5.137, de 5 de janeiro de 1927; Lei no 3.058, de 22 de dezembro de 1956; Lei no 4.477, de 12 de novembro de 1964; e Lei no 6.554, de 21 de agosto de 1978; e alterações.	Portaria: Portaria SOF nº 9, de 27/06/2001
19902100 - Receita de Seguros decorrente da Indenização por Sinistro	Amparo Legal: Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000; Lei no 10.179, de 6 de fevereiro de 2001; e Decreto no 3.859, de 4 de julho de 2001.
Portaria: Portaria SOF nº 13, de 19.05.2008, incluiu. Portaria SOF nº 78, de 08.12.2009, alterou.	21120000 - Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento - FND
Amparo Legal: Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil (Arts. 757 a 802).	Amparo Legal: Decreto-Lei no 2.288, de 23 de julho de 1986; Decreto no 2.383, de 17 de dezembro de 1987; Decreto no 193, de 21 de agosto de 1991; Decreto no 3.211, de 18 de outubro de 1999; e Resolução do Senado Federal no 50, de 9 de outubro de 1995.
19902400 - Receita de Leilão de Cotas de Importação	21130000 - Empréstimos Compulsórios
Portaria: Portaria SOF nº 48, de 10.09.2009, incluiu.	Amparo Legal: Art. 148 da Constituição Federal.
Amparo Legal: Decreto no 1.488, de 11 de maio de 1995 (Art. 8º, Inciso II); com as alterações do Decreto nº 1.936, de 20 de junho de 1996.	21140000 - Operações de Crédito Internas - Contratuais
19902500 - Recolhimento e Transferência de Depósitos Judiciais e Extrajudiciais	Portaria: Portaria SOF nº 03, de 06.06.2002
Portaria: Portaria SOF nº 68, de 13.11.2009, incluiu.	Amparo Legal: Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000.
Amparo Legal: Medida Provisória nº 468, de 31 de agosto de 2009, incluído pela Lei nº 9.703, de 17 de novembro de 1998; e Decreto-lei nº 3.057	21190000 - Outras Operações de Crédito Internas
19902601 - Recursos Decorrentes da Prestação de Contas de Campanha Eleitoral - Fontes Vedadas	Amparo Legal: Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000.
Portaria: Portaria SOF nº 90, de 30.07.2010, incluiu.	21201000 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro - Refinanciamento da Dívida Pública
Amparo Legal: Lei nº 9.504/2007, art. 24 e 105 e Resolução TSE nº 23.217/2010: art., 15	Amparo Legal: Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000 e Resolução nº 74, de 2000 do Senado Federal.
19902602 - Recursos Decorrentes da Prestação de Contas de Campanha Eleitoral - Fontes não identificadas	21220200 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro - Outras Aplicações
Portaria: Portaria SOF nº 90, de 30.07.2010, incluiu.	Amparo Legal: Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000 e Resolução nº 74, de 2000 do Senado Federal.
Amparo Legal: Lei nº 9.504/2007, art. 24 e 105 e Resolução TSE nº 23.217/2010: art., 24 .	21230000 - Operações de Crédito Externas - Contratuais
19902603 - Recursos Decorrentes da Prestação de Contas de Campanha Eleitoral - Sobras de Campanha Plebiscitária	Portaria: Portaria SOF nº 03, de 06.06.2002
Portaria: Criada pela Portaria SOF nº 2, de 19 de janeiro de 2012.	Amparo Legal: Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000.
Amparo Legal: Resolução TSE no 23.348, de 18 de agosto de 2011, art. 13, caput, §§ 1º e 2º; Lei no 9.096, de 19 de setembro de 1995, art. 38.	21290000 - Outras Operações de Crédito Externas
19902700 - Disponibilidades de Recursos do Fundo Social	Portaria: -
Portaria: Natureza criada pela Portaria SOF no 77, de 24 de agosto de 2011	Amparo Legal: Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000.
Amparo Legal:	22110000 - Alienação de Títulos Mobiliários

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

LDO - 2014, Art. 9º, inciso IV

Portaria: -	Amparo Legal: DECRETO No 99.658, DE 30 DE OUTUBRO DE 1990 e Lei 8.987 de 13 de fevereiro de 1995
Amparo Legal: DECRETO No 99.658, DE 30 DE OUTUBRO DE 1990 e Lei 8.987 de 13 de fevereiro de 1995	
22120101 - Alienação de Estoques Reguladores - PGPM	22160000 - Alienação de Móveis e Utensílios
Portaria: Portaria SOF nº 03, de 26.04.2006, incluir. Portaria SOF nº 21, de 28.07.2006, modificou a especificação.	Portaria: Portaria SOF nº 39, de 11.08.2008, incluiu.
Amparo Legal: Lei Agrícola no 8.171, de 17 de janeiro de 1991; e Portaria Interministerial MF/MAPA no 38, de 9 de março de 2004.	Amparo Legal: DECRETO No 99.658, DE 30 DE OUTUBRO DE 1990 e Lei 8.987 de 13 de fevereiro de 1995
22120102 - Alienação de Estoques Estratégicos - PGPM	22170000 - Alienação de Equipamentos
Portaria: Portaria SOF nº 03, de 26.04.2006, incluir. Portaria SOF nº 21, de 28.07.2006, modificou a especificação.	Portaria: Portaria SOF nº 39, de 11.08.2008, incluiu.
Amparo Legal: Lei Agrícola no 8.171, de 17 de janeiro de 1991; Decreto nº. 4.514, de 13 de dezembro de 2002. Portaria Interministerial MF/MAPA no 38, de 9 de março de 2004.	Amparo Legal: DECRETO No 99.658, DE 30 DE OUTUBRO DE 1990 e Lei 8.987 de 13 de fevereiro de 1995
22120103 - Alienação de Estoques Destinados a Vendas em Balcão - PGPM	22190000 - Alienação de Outros Bens Móveis
Portaria: Portaria SOF nº 21, de 28.07.2006, incluiu.	Portaria: -
Amparo Legal: Lei Agrícola no 8.171, de 17 de janeiro de 1991; Decreto nº. 4.514, de 13 de dezembro de 2002. Portaria Interministerial MF/MAPA no 38, de 9 de março de 2004.	Amparo Legal: DECRETO No 99.658, DE 30 DE OUTUBRO DE 1990 e Lei 8.987 de 13 de fevereiro de 1995
22120301 - Alienação de Estoques Destinados a Programas Sociais e Institucionais - Comercialização	22210000 - Alienação de Imóveis Rurais para Colonização e Reforma Agrária
Portaria: Portaria SOF nº 03, de 26.04.2006, incluir. Portaria SOF nº 21, de 28.07.2006, modificou a especificação.	Portaria: -
Amparo Legal: Decreto no 4.514, de 13 de dezembro de 2002.	Amparo Legal: LEI Nº 8.629, DE 25 DE FEVEREIRO DE 1993;
22120302 - Alienação de Estoques por Atacado - Comercialização	22220100 - Alienação de Bens Imóveis de Domínio da União - Domínio Pleno
Portaria: Portaria SOF nº 03, de 26.04.2006, incluir. Portaria SOF nº 21, de 28.07.2006, modificou a especificação.	Portaria: Portaria SOF nº 18, de 13.04.2010, incluiu.
Amparo Legal: Decreto no 4.514, de 13 de dezembro de 2002.	Amparo Legal: Art. 27, Inciso 2 da Lei nº 9.636/98.
22120303 - Alienação de Estoques Adquiridos em Consignação - Comercialização	22220200 - Alienação de Bens Imóveis de Domínio da União - Domínio Útil
Portaria: Portaria SOF nº 03, de 26.04.2006, incluir. Portaria SOF nº 21, de 28.07.2006, modificou a especificação.	Portaria: Portaria SOF nº 18, de 13.04.2010, incluiu.
Amparo Legal: Decreto no 4.514, de 13 de dezembro de 2002.	Amparo Legal: Arts. 13 e 14, da Lei nº 9.636/98, e Decreto nº 3.725, de 10 de janeiro de 2001.
22120701 - Alienação de Estoques Adquiridos para Combate à Fome e Segurança Alimentar	22220300 - Alienação de Bens Imóveis da União - Domínio Direto (17%)
Portaria: Portaria SOF nº 03, de 26.04.2006, incluir. Portaria SOF nº 21, de 28.07.2006, modificou a especificação.	Portaria: Portaria SOF nº 18, de 13 de abril de 2010.
Amparo Legal: Lei no 10.696, de 2 de julho de 2003 (Art. 19); e Decreto no 6.477, de 7 de maio de 2008.	Amparo Legal: Art. 103, Inciso III, do Decreto-lei nº 9.760/46, com as alterações do art. 32, d a Lei nº 11.781/07.
22120702 - Alienação de Estoques Adquiridos da Agricultura Familiar	22220400 - Receita da Alienação de Bens Imóveis Residenciais de Propriedade da União, e dos Vinculados ou Incorporados ao FRHB, situados no Distrito Federal
Portaria: Portaria SOF nº 03, de 26.04.2006, incluir. Portaria SOF nº 21, de 28.07.2006, modificou a especificação.	Portaria: Portaria SOF nº 39, de 07.05.2010, incluiu.
Amparo Legal: Lei no 10.696, de 2 de julho de 2003 (Art. 19); e Decreto no 6.477, de 7 de maio de 2008.	Amparo Legal: Lei nº 8.025/1990 e 9.636/98.
22120901 - Alienação de Estoques do Tesouro Afetos ao FUNCAFÉ	22230000 - Alienação de Embarcações
Portaria: Portaria SOF nº 03, de 26.04.2006, incluir. Portaria SOF nº 21, de 28.07.2006, modificou a especificação.	Amparo Legal: Lei nº 4.320/1964, art. 11, § 2º; e Decreto Nº 1.939, de 20 de maio de 1982.
Amparo Legal: Decreto nº 94.874, de 15 de setembro de 1987; Lei Agrícola no 8.171, de 17 de janeiro de 1991; e Portaria Interministerial MF/MAPA no 38, de 9 de março de 2004.	22240000 - Alienação de Imóveis Rurais
22120902 - Alienação de Estoques Próprios do FUNCAFÉ	Amparo Legal: Lei nº 4.320/1964, art. 11, § 2º; e Decreto Nº 1.939, de 20 de maio de 1982.
Portaria: Portaria SOF nº 03, de 26.04.2006, incluir. Portaria SOF nº 21, de 28.07.2006, modificou a especificação.	22250000 - Alienação de Imóveis Urbanos
Amparo Legal: Decreto nº 94.874, de 15 de setembro de 1987; Lei Agrícola no 8.171, de 17 de janeiro de 1991; e Portaria Interministerial MF/MAPA no 38, de 9 de março de 2004.	Portaria: Portaria SOF nº 19, de 26.12.2001
22140000 - Alienação de Animais Reprodutores e Matrizes	Amparo Legal: Lei nº 4.320/1964, art. 11, § 2º; e Decreto Nº 1.939, de 20 de maio de 1982.
Portaria: -	22290000 - Alienação de Outros Bens Imóveis
Amparo Legal: DECRETO No 99.658, DE 30 DE OUTUBRO DE 1990 e Lei 8.987 de 13 de fevereiro de 1995	Amparo Legal: Lei nº 4.320/1964, art. 11, § 2º; e Decreto Nº 1.939, de 20 de maio de 1982.
22150000 - Alienação de Veículos	23001000 - Amortização de Empréstimos - BEA/BIB
Portaria: Portaria SOF nº 39, de 11.08.2008, incluiu.	Amparo Legal: Resolução do Senado Federal no 20, de 1991; Portarias MF nos 211, de 1995 e 167, de 1997. BEA; e Resolução do Senado Federal no 96, de 1993; Portarias MF nos 208, de 1995 e 166, de 1997 - BIB.
	23002001 - Amortização Proveniente da Execução de Garantia - Operações de Crédito Internas
	Portaria: Portaria SOF nº 07, de 28.05.2004, incluiu.
	Amparo Legal: Decreto-Lei no 1.928, de 18 de fevereiro de 1982; Decreto-Lei no 2.169, de 29 de outubro de 1984; Lei Complementar no 101, de 5 de maio de 2000; e Contratos específicos.

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

LDO - 2014, Art. 9º, inciso IV

23002002 - Amortização Proveniente da Execução de Garantia - Operações de Crédito Externas	Amparo Legal: Art. 11, § 2o da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.
Portaria: Portaria SOF nº 07, de 28.05.2004, incluir.	
Amparo Legal: Decreto-Lei no 1.928, de 18 de fevereiro de 1982;Decreto-Lei no 2.169, de 29 de outubro de 1984;Lei Complementar no 101, de 5 maio de 2000; eContratos específicos.	24710000 - Transferência de Convênios da União e de suas Entidades
	Amparo Legal: Instrução Normativa STN no 1, de 15 de janeiro de 1997.
23003000 - Amortização de Empréstimos - Estados e Municípios	24720000 - Transferências de Convênios dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades
Amparo Legal: Lei no 7.976, de 27 de dezembro de 1989;Lei no 8.727, de 5 de novembro de 1993; eLei no 9.496, de 11 de setembro de 1997.	Amparo Legal: Instrução Normativa STN no 1, de 15 de janeiro de 1997.
23004000 - Amortização de Empréstimos - Refinanciamento de Dívida de Médio e Longo Prazo	24730000 - Transferências de Convênios dos Municípios e de suas Entidades
Amparo Legal: Resolução do Senado Federal no 98, de 1992, alterada pelas Resoluções nos 90 e 132, ambas de 1993.	Amparo Legal: Instrução Normativa STN no 1, de 15 de janeiro de 1997.
23005000 - Amortizações de Empréstimos - POOC	24740000 - Transferências de Convênios de Instituições Privadas
Amparo Legal: Decreto nº 94.442, de 12 de junho de 1987.	Amparo Legal: Instrução Normativa STN no 1, de 15 de janeiro de 1997.
23007002 - Amortização de Empréstimos - Em Contratos	24810000 - Provenientes do Exterior
Portaria: x	Portaria: Portaria SOF nº 03, de 26.04.2006, incluir.
Amparo Legal: Titulo V da Lei nº 10.406 - Código Civil/2002.	Amparo Legal: Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003.
23008001 - Amortização de Financiamentos de Bens	24820000 - Provenientes de Pessoas Jurídicas
Amparo Legal: Lei nº8.388, de 30 de dezembro de 1991.	Portaria: Portaria SOF nº 03, de 26.04.2006, incluir.
23008002 - Amortização de Financiamentos de Projetos	Amparo Legal: Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003.
Amparo Legal: Lei nº8.388, de 30 de dezembro de 1991.	24830000 - Provenientes de Pessoas Físicas
23008003 - Amortização de Financiamento do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES	Portaria: Portaria SOF nº 03, de 26.04.2006, incluir.
Portaria: Portaria SOF nº 11, de 22.08.2002.	Amparo Legal: Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003.
Amparo Legal: Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001.	24840000 - Provenientes de Depósitos não Identificados
23008004 - Amortização de Financiamentos à Estocagem de Álcool Etílico Combustível	Portaria: Portaria SOF nº 03, de 26.04.2006, incluir.
Portaria: Portaria SOF nº 08, de 15.08.2003.	Amparo Legal: Decreto nº 4.564, de 1º de janeiro de 2003.
Amparo Legal: Leis no 10.336, de 19 de dezembro de 2001;Lei no 10.453, de 13 de maio de 2002;Lei no 10.636, de 30 de dezembro de 2002; eResolução do Banco Central no 3.096, de 25 de junho de 2003.	25210000 - Integralização com Recursos do Tesouro
23009900 - Amortização de Empréstimos Diversos	Amparo Legal: Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976.
Amparo Legal: Art. 11, § 2o da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.	25220000 - Integralização com Recursos de Outras Fontes
24229900 - Outras Transferências dos Estados	Amparo Legal: Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976.
Portaria: Portaria SOF nº 09, de 28.04.2005, incluiu. Portaria SOF nº 66, de 24.06.2010, alterou.	25301000 - Resultado do Banco Central - Operações com Reservas e Derivativos Cambiais
Amparo Legal: Portaria no 447, de 13 de setembro de 2002, da Secretaria do Tesouro Nacional, que dispõe sobre as normas gerais de registro de transferências de recursos intergovernamentais.	Portaria: Portaria SOF nº 39, de 15.06.2009, incluiu.
24239900 - Outras Transferências dos Municípios	Amparo Legal: Medida Provisória no 2.179, de 24 de agosto de 2001; eLei no 11.803, de 5 de novembro de 2008.
Portaria: Portaria SOF nº 09, de 28.04.2005, incluiu. Portaria SOF nº 66, de 24.06.2010, alterou.	25302000 - Resultado do Banco Central - Demais Operações
Amparo Legal: Portaria no 447, de 13 de setembro de 2002, da Secretaria do Tesouro Nacional, que dispõe sobre as normas gerais de registro de transferências de recursos intergovernamentais.	Portaria: Portaria SOF nº 39, de 15.06.2009, incluiu.
24300000 - Transferências de Instituições Privadas	Amparo Legal: Medida Provisória no 2.179, de 24 de agosto de 2001; eLei no 11.803, de 5 de novembro de 2008.
Amparo Legal: Art. 11, § 2o da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.	25400000 - Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional
24400000 - Transferências do Exterior	Amparo Legal: Lei no 9.027, de 12 de abril de 1995; Instrução Normativa STN nº 4, de 31 de julho de 1998;Medida Provisória no 2.179, de 24 de agosto de 2001; eLei no 11.803, de 5 de novembro de 2008.
Amparo Legal: Art. 11, § 2o da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.	25500000 - Receita da Dívida Ativa Proveniente de Amortização de Empréstimos e Financiamentos
24500000 - Transferências de Pessoas	Portaria: Portaria SOF nº 09, de 28.04.2005, incluiu.
Amparo Legal: Art. 11, § 2o da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.	Amparo Legal: Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 39, § 1º.
24600000 - Transferência de Outras Instituições Públicas	25600000 - Receita da Dívida Ativa da Alienação de Estoques de Café - FUNCAFÉ
	Portaria: Portaria SOF nº 2, de 19.02.2008, incluiu.

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

LDO - 2014, Art. 9º, inciso IV

<p>Amparo Legal: Decreto nº 94.874, de 15 de setembro de 1987 (Art. 2º); Lei Agrícola nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991; Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de 9 de março de 2004.</p>	-
25700000 - Receita Auferida por Detentores de Títulos do Tesouro Nacional Resgatados	Amparo Legal: Constituição Federal, art. 153, IV e § 3º; Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 46 a 51; Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991; Lei no 10.176, de 11 de janeiro de 2001; Lei no 11.077, de 30 de dezembro de 2004; Emenda Constitucional no 42, de 19 de dezembro de 2003; e Decreto no 4.542, de 26 de dezembro de 2002; Decreto no 5.618, de 13 de dezembro de 2005; Decreto no 5.697, de 07 de fevereiro de 2006; Decreto no 5.906, de 26 de setembro de 2006; Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006; Decreto no 6.006, de 28 de dezembro de 2006; Decreto no 6.072, de 03 de abril de 2007; e Emenda Constitucional no 55, de 20 de setembro de 2007.
Portaria: * Natureza de Receita criada pela Portaria SOF no 113, de 17 de outubro de 2011.	
Amparo Legal: Lei no 9.491, de 9 de setembro de 1997; Lei no 10.179, de 6 de fevereiro de 2001; Decreto no 1.019, de 23 de dezembro de 1993; Decreto no 1.068, de 2 de março de 1994; e Decreto no 3.859, de 4 de julho de 2001.	
25900000 - Outras Receitas	71130111 - Imposto sobre Produtos Industrializados de Bebidas - Operações Intraorçamentárias
Portaria: Portaria SOF nº 43, de 04.09.2008, alterou resultado primário.	Portaria: -
Amparo Legal: Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.	Amparo Legal: Constituição Federal, art. 153, IV e § 3º; Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 46 a 51; Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991; Lei no 10.176, de 11 de janeiro de 2001; Lei no 11.077, de 30 de dezembro de 2004; Emenda Constitucional no 42, de 19 de dezembro de 2003; e Decreto no 4.542, de 26 de dezembro de 2002; Decreto no 5.618, de 13 de dezembro de 2005; Decreto no 5.697, de 07 de fevereiro de 2006; Decreto no 5.906, de 26 de setembro de 2006; Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006; Decreto no 6.006, de 28 de dezembro de 2006; Decreto no 6.072, de 03 de abril de 2007; e Emenda Constitucional no 55, de 20 de setembro de 2007.
71110101 - Imposto sobre a Importação - Operações Intraorçamentárias	71120201 - Taxa de Fiscalização de Telecomunicação - Instalação
Portaria: -	Portaria: * Natureza de Receita criada pela Portaria SOF nº 43, de 04 de setembro de 2008.
Amparo Legal: Imposto sobre a Importação - Operações Intraorçamentárias	Amparo Legal: Lei no 5.070, de 7 de julho de 1966; e Lei no 11.652, de 7 de abril de 2008, Art. 33.
71110103 - Imposto sobre a Importação - Operações Intraorçamentárias	71120202 - Taxa de Fiscalização de Telecomunicações - Funcionamento
Portaria: Imposto sobre a Importação - Operações Intraorçamentárias	Portaria: Natureza de Receita criada pela Portaria SOF nº 43, de 04 de setembro de 2008.
Amparo Legal: Imposto sobre a Importação - Operações Intraorçamentárias	Amparo Legal: Lei no 5.070, de 7 de julho de 1966; e Lei no 11.652, de 7 de abril de 2008, Art. 33.
71120421 - Imposto de Renda Pessoa Jurídica-Líquida de Incentivos - OI	71210401 - Taxa do Departamento de Polícia Federal - Segurança Privada - OI
Portaria: * Natureza de Receita re-criada pela Portaria SOF nº 09, de 19 de fevereiro de 2009.	Portaria: Portaria SOF nº 45, de 27 de maio de 2010
Amparo Legal: Decreto no 3.000, de 26 de março de 1999; Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006.	Amparo Legal: Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983; Lei no 9.017, de 30 de março de 1995, art. 17 e Anexo; Lei Complementar no 89, de 18 de fevereiro de 1997; Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003.
71120423 - Imposto de Renda Pessoa Jurídica - Operações Intraorçamentárias	71210402 - Taxa do Departamento de Polícia Federal Sistema Nacional de Armas - OI
Portaria: Sem Informações.	Portaria: Portaria SOF nº 45, de 27 de maio de 2010.
Amparo Legal: Sem Informações.	Amparo Legal: Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003. Lei nº 11.706, de 19 de junho de 2008.
71120433 - Imposto de Renda Retido nas Fontes-Remessa ao Exterior - OI	71211000 - Taxa de Licenciamento, Controle e Fiscalização de Materiais Nucleares e Radioativos e suas Instalações - TLC - Operações Intraorçamentárias
Portaria: -	Portaria: Sem Informações
Amparo Legal: Decreto no 3.000, de 26 de março de 1999; Decreto nº 5.533, 06 de setembro de 2005.	Amparo Legal: Lei nº 9.765, de 17 de dezembro de 1998.
71120434 - Imposto de Renda Retido nas Fontes-Outros Rendimentos - OI	71211300 - Taxa de Fiscalização dos Produtos Controlados pelo Ministério do Exército
Portaria: -	Portaria: -
Amparo Legal: Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999.	Amparo Legal: Lei no 10.834, de 29 de dezembro de 2003.
71130102 - Imposto sobre Produtos Industrializados-Bebidas - OI	71211700 - Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária
Portaria: -	Portaria: -
Amparo Legal: Constituição Federal, art. 153, IV e § 3º; Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 46 a 51; Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991; Lei no 10.176, de 11 de janeiro de 2001; Lei no 11.077, de 30 de dezembro de 2004; Emenda Constitucional no 42, de 19 de dezembro de 2003; e Decreto no 4.542, de 26 de dezembro de 2002; Decreto no 5.618, de 13 de dezembro de 2005; Decreto no 5.697, de 07 de fevereiro de 2006; Decreto no 5.906, de 26 de setembro de 2006; Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006; Decreto no 6.006, de 28 de dezembro de 2006; Decreto no 6.072, de 03 de abril de 2007; e Emenda Constitucional no 55, de 20 de setembro de 2007.	Amparo Legal: Lei no 9.782, de 26 de janeiro de 1999, art. 23 a 26.
71130104 - IPI - Vinculado a Importação - OI	71212001 - Taxa por Plano de Assistência à Saúde
Portaria: -	Portaria: Natureza de Receita criada pela Portaria SOF nº 11, de 22 de agosto de 2002.
Amparo Legal: Constituição Federal, art. 153, IV e § 3º; Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966 (CTN), art. 46 a 51; Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991; Lei no 10.176, de 11 de janeiro de 2001; Lei no 11.077, de 30 de dezembro de 2004; Emenda Constitucional no 42, de 19 de dezembro de 2003; e Decreto no 4.542, de 26 de dezembro de 2002; Decreto no 5.618, de 13 de dezembro de 2005; Decreto no 5.697, de 07 de fevereiro de 2006; Decreto no 5.906, de 26 de setembro de 2006; Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006; Decreto no 6.006, de 28 de dezembro de 2006; Decreto no 6.072, de 03 de abril de 2007; e Emenda Constitucional no 55, de 20 de setembro de 2007.	Amparo Legal: Lei no 9.961, de 28 de janeiro de 2000, art. 18 a 25.
71130109 - IPI - Outros Produtos	71220200 - Taxa de Pedido de Visto em Contrato de Trabalho de Estrangeiro
Portaria: -	Portaria: Natureza de Receita criada pela Portaria SOF nº 17, de 20 de abril de 2007.
	Amparo Legal: Lei no 6.815, de 19 de agosto de 1980, arts. 15 e 131 e Anexo.
	71220800 - Emolumentos e Custas Judiciais - Operações Intraorçamentárias
	Portaria: -

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

LDO - 2014, Art. 9º, inciso IV

<p>Amparo Legal: Lei nº 9.289, de 4 de julho de 1996; e Emenda Constitucional nº 45, de 30 de dezembro de 2004.</p>	-
<p>72102901 - Contribuição Patronal para o Regime Próprio de Previdência - CPSS - Operações Intra-orçamentária</p>	<p>Amparo Legal: Decreto-Lei no 9.760, de 5 de setembro de 1946; Decreto-Lei no 2.398, de 21 de dezembro de 1987; Decreto no 980, de 11 de novembro de 1993, e alterações posteriores; Lei no 9.636, de 15 de maio de 1998; Decreto no 3.725, de 10 de janeiro de 2001; e Lei no 11.481, de 31 de maio de 2007.</p>
<p>Portaria: * Natureza de Receita criada pela Portaria SOF nº 11, de 22 de agosto de 2002.</p>	
<p>Amparo Legal: Constituição Federal, art. 40; Emenda Constitucional no 41, de 19 de dezembro de 2003; Lei no 10.833, de 29 de dezembro de 2003, Art. 39; e Lei no 10.887, de 18 de junho de 2004.</p>	
<p>72102916 - Contribuição Patronal Oriunda de Sentenças Judiciais</p>	<p>73153000 - Taxa de Ocupação de Outros Imóveis</p>
<p>Portaria: * Natureza de Receita criada pela Portaria SOF nº 48, de 10 de setembro de 2009.</p>	<p>Portaria: -</p>
<p>Amparo Legal: Lei no 10.887, de 18 de junho de 2004 (Art. 16-A e Parágrafo Único); Lei no 11.941, de 27 de maio de 2009.</p>	<p>Amparo Legal: Decreto-Lei no 9.760, de 5 de setembro de 1946; Decreto-Lei no 2.398, de 21 de dezembro de 1987; Decreto no 980, de 11 de novembro de 1993, e alterações posteriores; Lei no 9.636, de 15 de maio de 1998; Decreto no 3.725, de 10 de janeiro de 2001; e Lei no 11.481, de 31 de maio de 2007.</p>
<p>72103701 - Receitas dos Principais Contribuições Programas de Integração Social e Formação Patrimônio Serv Públ. - OI</p>	<p>73220000 - Dividendos - Operações Intra-Orçamentárias</p>
<p>Portaria: -</p>	<p>Portaria: -</p>
<p>Amparo Legal: Lei Complementar no 7, de 7 de setembro de 1970; Lei Complementar no 8, de 3 de dezembro de 1970; Lei no 9.715, de 25 de novembro de 1998; Lei no 10.637, de 30 de dezembro de 2002; Lei no 10.865, de 30 de abril de 2004; Lei no 10.925, de 23 de julho de 2004; Lei no 11.196, de 21 de novembro de 2005; Decreto no 5.530, de 22 de dezembro de 2005; Decreto no 5.881, de 31 de agosto de 2006; Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006; e Decreto no 6.127, de 18 de junho de 2007.</p>	<p>Amparo Legal: Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e alterações posteriores; e Lei no 9.530, de 10 de dezembro de 1997.</p>
<p>72103801 - Receita do Principal da Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas - OI</p>	<p>73310201 - Receita de Outorga dos Serviços de Telecomunicações - Operações Intra-Orçamentárias</p>
<p>Portaria: -</p>	<p>Portaria: -</p>
<p>Amparo Legal: Lei no 7.689, de 15 de dezembro de 1988; Lei no 9.249, de 26 de dezembro de 1995; Medida Provisória no 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; Lei no 10.637, de 30 de dezembro de 2002; Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006; e Medida Provisória nº 413, de 3 de janeiro de 2008 (Art. 17).</p>	<p>Amparo Legal: Lei no 5.070, de 7 de julho de 1966; Lei no 9.998, de 17 de agosto de 2000; e Lei 11.437, de 28 de dezembro de 2006.</p>
<p>72200603 - Receita de Distribuição de Conteúdo Audiovisuais por Prestadores de Acesso Condicionado - Operações Intra-orçamentárias</p>	<p>73310202 - Receita de Outorga dos Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagens_OI</p>
<p>Portaria: Criada pela Portaria SOF nº 179, de 13 de dezembro de 2011.</p>	<p>Portaria: -</p>
<p>Amparo Legal: Inciso II do art. 32 da MP no 2.228-1, de 2001, além dos arts. 33, 35, 36, 38, 47 e 48, e do Anexo I da referida MP; Arts. 2º a 4º, da Lei no 11.437, de 28 de dezembro de 2006; Arts. 27 e 40 da Lei no 12.485 de 12 de setembro de 2011; e Art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.</p>	<p>Amparo Legal: Lei no 5.070, de 7 de julho de 1966; Lei no 9.472, de 16 de julho de 1997; Lei no 9.998, de 17 de agosto de 2000; e Lei 11.437, de 28 de dezembro de 2006.</p>
<p>72203000 - CONTRIBUIÇÃO PARA O FOMENTO DA RADIODIFUSÃO - INTRA</p>	<p>73310203 - Receita de Outorga do Direito de Uso de Radiofrequência - Operações Intra-Orçamentárias</p>
<p>Portaria: -</p>	<p>Portaria: -</p>
<p>Amparo Legal: Lei no 11.652, de 7 de abril de 2008; Medida Provisória nº 460, de 30 de março de 2009, Art. 6º.</p>	<p>Amparo Legal: LEI Nº 9.472, DE 16 DE JULHO DE 1997 - Lei Geral de Telecomunicações.</p>
<p>73110000 - Aluguéis - Operações Intraorçamentárias</p>	<p>73310204 - Receita de Transferência de Concessão, de Permissão ou de Autorização de Telecomunicações ou de Uso de Radiofrequência - Operações Intragovernamentais</p>
<p>Portaria: -</p>	<p>Portaria: Portaria SOF nº 03, de 26.04.2006, incluir.</p>
<p>Amparo Legal: Decreto-Lei no 9.760, de 5 de setembro de 1946; Decreto-Lei no 2.398, de 21 de dezembro de 1987; Lei no 9.636, de 15 de maio de 1998; Decreto no 3.725, de 10 de janeiro de 2001; e Lei no 11.481, de 31 de maio de 2007.</p>	<p>Amparo Legal: Lei no 5.070, de 7 de julho de 1966; Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997; Lei no 9.998, de 17 de agosto de 2000; e Lei 11.437, de 28 de dezembro de 2006.</p>
<p>73120000 - Arrendamentos - Operações Intra-Orçamentárias</p>	<p>73310299 - Outras Receitas de Concessões e Permissões - Serviços de Comunicação</p>
<p>Portaria: -</p>	<p>Portaria: Natureza de Receita criada pela Portaria SOF nº 3 de 26 de abril de 2006.</p>
<p>Amparo Legal: Decreto-Lei no 9.760, de 5 de setembro de 1946; Decreto-Lei no 2.398, de 21 de dezembro de 1987; Lei no 9.636, de 15 de maio de 1998; Decreto no 3.725, de 10 de janeiro de 2001; e Lei no 11.481, de 31 de maio de 2007.</p>	<p>Amparo Legal: Receitas decorrentes da outorga pelo Poder Público do direito de exploração de serviços públicos de telecomunicações não abrangidos pelas naturezas de receita anteriores, tais como o "Preço pelo direito de exploração de serviços de telecomunicação e pelo Direito de Exploração de Satélite" (PPDES) e o "Preço Público pela Administração de Recursos de Numeração" (PPNUM), sob gestão da Agência Nacional de Telecomunicações.</p>
<p>73151000 - Taxa de Ocupação de Terrenos da União</p>	<p>73330100 - Receita de Concessão de Direito Real de Uso de Área Pública - Operações Intra-orçamentárias</p>
<p>Portaria: -</p>	<p>Portaria: * Natureza de Receita criada pela Portaria SOF nº 3 de 26 de abril de 2006.</p>
<p>Amparo Legal: Decreto-Lei no 9.760, de 5 de setembro de 1946; Decreto-Lei no 2.398, de 21 de dezembro de 1987; Lei no 9.636, de 15 de maio de 1998; Decreto no 3.725, de 10 de janeiro de 2001; e Lei no 11.481, de 31 de maio de 2007.</p>	<p>Amparo Legal: Código Civil, art. 1370; Decreto-Lei no 271, de 28 de fevereiro de 1967; e Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993.</p>
<p>73152000 - Taxa de Ocupação de Imóveis Funcionais e Próprios Nacionais</p>	<p>75201200 - Receita da Indústria Mecânica - Operações Intra-Orçamentárias</p>
<p>Portaria: -</p>	<p>Portaria: -</p>
	<p>Amparo Legal: Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 1º; e Decreto Lei no 1.939, de 20 de maio de 1982.</p>
	<p>75202000 - Receita da Indústria Química - Operações Intra-Orçamentárias</p>
	<p>Portaria: -</p>
	<p>Amparo Legal: Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 1º; e Decreto Lei no 1.939, de 20 de maio de 1982.</p>
	<p>75202101 - Receita da Indústria de Produtos Farmacêuticos - Operações Intra-Orçamentárias</p>
	<p>Portaria: -</p>
	<p>Amparo Legal: Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 1º; e Decreto Lei no 1.939, de 20 de maio de 1982.</p>

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

LDO - 2014, Art. 9º, inciso IV

75202200 - Receita da Indústria de Produtos Farmoquímicos - Operações Intra-orçamentárias	Amparo Legal: Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990; e Lei no 8.142, de 28 de dezembro de 1990.
Portaria: Portaria SOF nº 28, de 13.09.2006, incluiu. Portaria SOF nº 17, de 20.04.2007, excluiu. Portaria SOF nº 81, de 18.12.2008, incluiu.	
Amparo Legal: Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 1º; e Decreto Lei no 1.939, de 20 de maio de 1982.	76000504 - Serviços de Assistência à Saúde Suplementar do Servidor Civil - OI
75202600 - Receita da Indústria de Produtos Alimentares_OI	Portaria: Sem Informação.
Portaria: -	Amparo Legal: Sem Informação.
Amparo Legal: Receita da Indústria de Bebidas e Destilado	76000700 - Serviços de Armazenagem - Operações intraorçamentárias
75202700 - Receita da Indústria de Bebidas e Destilados_OI	Portaria: -
Portaria: -	Amparo Legal: Lei no 8.603, de 25 de fevereiro de 1993; Lei no 4.860, de 26 de novembro de 1995; Lei no 8.171, de 1991; Lei no 9.973, de 2000; Decreto no 3.855, de 2001; Decreto-Lei no 1.102, de 1993; Lei no 9.972, de 2000; e Decreto no 3.664, de 2000.
Amparo Legal: Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 1º; e Decreto Lei no 1.939, de 20 de maio de 1982.	76000800 - Serviço de Processamento de Dados - Operações Intraorçamentárias
75202900 - Receita da Indústria Editorial e Gráfica - Operações Intraorçamentárias	Portaria: -
Portaria: -	Amparo Legal: Lei no 4.516, de 10 de dezembro de 1964.
Amparo Legal: Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 1º; e Decreto Lei no 1.939, de 20 de maio de 1982.	76001101 - Metrologia legal e Certificatória Delegada - Operações Intraorçamentárias
75209900 - Outras Receitas da Indústria de Transformação - Operações Intraorçamentárias	Portaria: -
Portaria: -	Amparo Legal: Lei no 5.966, de 11 de dezembro de 1973; e Lei no 9.933, de 20 de dezembro de 1999;
Amparo Legal: Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 1º; e Decreto Lei no 1.939, de 20 de maio de 1982.	76001102 - Metrologia Científica e Industrial - Operações Intraorçamentárias
76000101 - Serviços de Comercialização de Medicamentos - Operações Intraorçamentárias	Portaria: -
Portaria: -	Amparo Legal: Lei no 5.966, de 11 de dezembro de 1973; e Lei no 9.933, de 20 de dezembro de 1999;
Amparo Legal: Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4º; e Decreto Lei no 1.939, de 20 de maio de 1982.	76001104 - Certificação de Produtos e Serviços - Operações intraorçamentárias
76000102 - Serviço de Com. de Livros, Periódicos, Materiais Escolares e Publicidade - Operações Intraorçamentárias	Portaria: -
Portaria: -	Amparo Legal: Lei no 5.966, de 11 de dezembro de 1973; e Lei no 9.933, de 20 de dezembro de 1999;
Amparo Legal: Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4º; e Decreto Lei no 1.939, de 20 de maio de 1982.	76001105 - Serviços de Informação Tecnológica - Operações Intraorçamentárias
76000199 - Outros Serviços Comerciais - Operações Intra-Orçamentárias	Portaria: -
Portaria: -	Amparo Legal: Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4º; e Decreto Lei no 1.939, de 20 de maio de 1982.
Amparo Legal: Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4º; e Decreto Lei no 1.939, de 20 de maio de 1982.	76001200 - Serviços Tecnológicos - Operações intraorçamentárias
76000304 - Serviços de Transporte Aéreo - Operações Intra-Orçamentárias	Portaria: -
Portaria: -	Amparo Legal: Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4º; e Decreto Lei no 1.939, de 20 de maio de 1982.
Amparo Legal: Decreto-Lei no 37, de 18 de novembro de 1966; Lei no 5.908, de 20 de agosto de 1973; Decreto-Lei no 2.434, de 19 de maio de 1988; Lei no 10.233, de 5 de junho de 2001.	76001300 - Serviços Administrativos - Operações Intraorçamentárias
76000401 - Receita decorrente das atividades de agenciamento de publicidade.	Portaria: -
Portaria: Natureza de Receita criada pela Portaria SOF nº 81, de 18 de dezembro de 2008.	Amparo Legal: Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4º; e Decreto Lei no 1.939, de 20 de maio de 1982.
Amparo Legal: Lei no 9.295, de 19 de julho de 1996; Lei no 9.472, de 16 de julho de 1997; Lei no 9.691, de 22 de julho de 1998; Decreto no 2.338, de 7 de outubro de 1997; e Decreto no 3.873, de 18 de julho de 2001.	76001400 - Serviços de Inspeção e Fiscalização - Intra-orçamentária
76000402 - Serviços de Radiodifusão - Operações Intraorçamentárias	Portaria: -
Portaria: Natureza de Receita Intraorçamentária correspondente à 16000402, criada pela Portaria SOF nº 81, de 18 de dezembro de 2008.	Amparo Legal: Art. 78, da Lei nº. 5.172,, de 25 de outubro de 1966. Lei nº. 7.886, de 20 de novembro de 1989.
Amparo Legal: Lei nº 4.320, de 1964.	76001600 - Serviços Educacionais - Operações intraorçamentárias
76000501 - Serviços Hospitalares - Operações Intraorçamentárias	Portaria: -
Portaria: -	Amparo Legal: -

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

LDO - 2014, Art. 9º, inciso IV

Lei no 9.424, de 24 de dezembro de 1996; Portaria no 859, de 25 de junho de 1997; Portaria no 2.188, de 28 de dezembro de 2000; Lei no 11.494, de 20 de junho de 2007.	76002305 - Serviços de Registro de Programas de Computador - Operações Intra-orçamentárias Portaria: - Amparo Legal: Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4º; e Decreto Lei no 1.939, de 20 de maio de 1982.
76001700 - Serviços Agropecuários - Operações Intra-orçamentárias Portaria: - Amparo Legal: Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4º; e Decreto Lei no 1.939, de 20 de maio de 1982.	76002306 - Serviços de Registro de Desenho Industrial Portaria: - Amparo Legal: Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4º; e Decreto Lei no 1.939, de 20 de maio de 1982.
76001800 - Serviços de Reparação, Manutenção e Instalação - Operações Intra-orçamentárias Portaria: - Amparo Legal: Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4º; e Decreto Lei no 1.939, de 20 de maio de 1982.	76002500 - Serviços de Informações Científicas e Tecnológicas - Operações Intra-Orçamentárias Portaria: - Amparo Legal: Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4º; e Decreto Lei no 1.939, de 20 de maio de 1982.
76002001 - Serviços de Consultoria, Assistência Técnica e Análise de Projetos – Aplicações Livres Portaria: * Natureza de Receita criada pela Portaria SOF nº 48, de 10 de setembro de 2009, e alterada pela Portaria SOF no 75, de 16 de agosto de 2012. Amparo Legal: Art. 11, §§ 1º e 4º, da Lei no 4.320, de 17 de março de 1964; Arts. 6º, inciso II, e 16 da Lei Complementar no 124, de 3 de janeiro de 2007, que institui a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM; Arts. 6º, inciso II, e 19 da Lei Complementar no 125, de 3 de janeiro de 2007, que institui a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE; Art. 7º da Lei Complementar no 129, de 8 de janeiro de 2009, que institui a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste – SUDECO; Anexo ao Decreto no 4.254, de 31 de maio de 2002; e Anexo ao Decreto no 6.952, de 2 de setembro de 2009.	76005000 - Tarifas de Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Operações Intra-orçamentárias Portaria: * Natureza de Receita criada pela Portaria SOF nº 48, de 10 de setembro de 2009. Amparo Legal: Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4º; e Decreto Lei no 1.939, de 20 de maio de 1982.
76002002 - Serviços de Consultoria, Assistência Técnica e Análise de Projetos – Aplicações Vinculadas Portaria: * Natureza de Receita criada pela Portaria SOF nº 48, de 10 de setembro de 2009, e alterada pela Portaria SOF no 75, de 16 de agosto de 2012. Amparo Legal: Art. 11, §§ 1º e 4º da Lei no 4.320, de 17 de março de 1964; Arts. 6º, inciso II, e 16 da Lei Complementar no 124, de 3 de janeiro de 2007, que institui a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM; Arts. 6º, inciso II, e 19 da Lei Complementar no 125, de 3 de janeiro de 2007, que institui a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE; Anexo ao Decreto no 4.254, de 31 de maio de 2002; Anexo ao Decreto no 6.952, de 2 de setembro de 2009; e Arts. 5º e 6º da Medida Provisória no 564, de 3 de abril de 2012.	76009900 - Outros Serviços - Operações Intra-orçamentárias Portaria: - Amparo Legal: Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4º; e Decreto Lei no 1.939, de 20 de maio de 1982.
76002100 - Serviços de Hospedagem e Alimentação - Operações Intraorçamentárias Portaria: - Amparo Legal: Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4º; e Decreto Lei no 1.939, de 20 de maio de 1982.	79110101 - Receita de Multa e Juros de Mora do Imposto sobre a Importação - Operações Intra-orçamentárias Portaria: - Amparo Legal: Lei no 9.430, de 27 de dezembro de 1996; Decreto no 4.543, de 2002; Lei no 8.383, de 30, de dezembro de 1991, art. 69; Lei no 9.069, de 29 de junho de 1995; e Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966, art. 161.
76002200 - Serviços de Estudos e Pesquisas - Operações Intra-Orçamentárias Portaria: - Amparo Legal: Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4º; e Decreto Lei no 1.939, de 20 de maio de 1982.	79110102 - Receita de Parcelamentos - Multa e Juros de Mora do Imposto sobre a Importação - Op. Intra-orçamentárias Portaria: - Amparo Legal: Lei no 9.430, de 27 de dezembro de 1996; Decreto no 4.543, de 2002; Lei no 8.383, de 30, de dezembro de 1991, art. 69; Lei no 9.069, de 29 de junho de 1995; e Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966, art. 161.
76002301 - Serviços de Patentes - Operações Intra-orçamentárias Portaria: - Amparo Legal: Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4º; e Decreto Lei no 1.939, de 20 de maio de 1982.	79110202 - Multa e Juros de Mora - IRPJ Portaria: - Amparo Legal: Lei no 9.430, de 27 de dezembro de 1996; Decreto no 3000, de 1999; Lei no 8.383, de 30 de dezembro de 1991, art. 69; Lei no 9.069, de 29 de junho de 1995; e Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966, art. 161.
76002302 - Serviços de Registro de Marcas - Operações Intraorçamentárias Portaria: - Amparo Legal: Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4º; e Decreto Lei no 1.939, de 20 de maio de 1982.	79110203 - Multa e Juros de Mora do Imposto sobre a Renda Retido nas Fontes Portaria: - Amparo Legal: Lei no 9.430, de 27 de dezembro de 1996; Decreto no 3000, de 1999; Lei no 8.383, de 30 de dezembro de 1991, art. 69; Lei no 9.069, de 29 de junho de 1995; e Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966, art. 161.
76002303 - Serviços de Transferência de Tecnologia - Operações Intra-orçamentárias Portaria: - Amparo Legal: Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4º; e Decreto Lei no 1.939, de 20 de maio de 1982.	79110301 - Rec. Multa e Juros Mora Imp Prod. Ind - IPI Portaria: - Amparo Legal: Lei no 9.430, de 27 de dezembro de 1996; Decreto no 2637, de 1998; Decreto no 4.544, de 2002; Lei no 8.383, de 30 de dezembro de 1991, art. 69; Lei no 9.069, de 29 de junho de 1995; e Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966, art. 161.
76002304 - Serviços de Registro de Indicações Geográficas - Operações Intra-orçamentárias Portaria: - Amparo Legal: Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4º; e Decreto Lei no 1.939, de 20 de maio de 1982.	79113100 - Multas e Juros de Mora da Taxa de Fiscalização das Telecomunicações - Operações Intra-Orçamentárias Portaria: - Amparo Legal: Lei no 5.070, de 7 de julho de 1966; e Lei no 9.472, de 1997.
	79121000 - Multas e Juros de Mora das Contribuições sobre a Prestação dos Serviços de Telecomunicações - OI Portaria: Sem Informação.

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

LDO - 2014, Art. 9º, inciso IV

<p>Amparo Legal: Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, art. 6º, incisos IV e art.VI e art. 14, Decreto nº 3.624 de 05 de outubro de 2000,art 8º e Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, art. 44.</p>	<p>79220100 - Restituições de Convênios - Operações Intra-Orçamentárias Portaria: - Amparo Legal: Constituição Federal; e Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966.</p>
<p>79122901 - Multas e Juros de Mora da Contribuição Patronal para o Regime Próprio de Previdência Portaria: Natureza de Receita criada pela Portaria SOF nº 49, de 15 de dezembro de 2006. Amparo Legal: Lei no 9.430, de 1996.</p>	<p>79220700 - Recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores - Operações Intra-Orçamentárias Portaria: Natureza de Receita criada pela Portaria SOF nº 9, de 28 de abril de 2005. Amparo Legal: Arts. 38 e 39 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.</p>
<p>79122902 - Multas e Juros de Mora da Contribuição do Servidor para o Regime Próprio de Previdência Portaria: Natureza de Receita criada pela Portaria SOF nº 49, de 15 de dezembro de 2006. Amparo Legal: Lei no 9.430, de 1996.</p>	<p>79220800 - Receita de Pagamento Honorários Técnico-Periciais Op. Intra-orçamentárias Portaria: Natureza de Receita criada pela Portaria SOF nº 30, de 02 de julho de 2007 Amparo Legal: Receita decorrente do ressarcimento, aos tribunais, das despesas de exames técnico-periciais necessários à conciliação ou ao julgamento da causa, por pessoa habilitada, nomeada pelo juiz, quando vencida na causa a entidade pública. (art.12 da Lei no 10.259, de 12 de julho de 2001, § 1o).</p>
<p>79123101 - Rec. Multas e Juros da Contr p/ o Progr Integ. Social e Form. do Patr. Servidor Públ. - Op. Intra-Orçamentária Portaria: Sem Informação Amparo Legal: Rec. Multas e Juros da Contr p/ o Progr Integ. Social e Form. do Patr. Servidor Públ. - Op. Intra-Orçamentária</p>	<p>79229900 - Outras Restituições - Operações Intra-Orçamentárias Portaria: Natureza de receita alterada pela Portaria SOF nº 111,15/09/2010 - DOU de 16/09/2010. Amparo Legal: Decreto nº 3.964, de 10 de outubro de 2001, art. 2º e Lei nº 8.080, de 1990, § 4º, art. 33, em decorrências de auditorias.</p>
<p>79123201 - Receita de Multa e Juros de Mora da Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas Portaria: Natureza de Receita criada pela Portaria SOF nº 17, de 31 de dezembro de 2003. Amparo Legal: Lei no 9.964, de 11 de abril de 2000; Medida Provisória no 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; e Lei no 10.684, de 30 de maio de 2003.</p>	<p>79500000 - Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Compensações ao RGPS _OI Portaria: Natureza de Receita criada pela Portaria SOF no 71, de 30 de julho de 2012 Amparo Legal: Arts. 7o a 9o da Lei no 12.546, de 2011.</p>
<p>79125505 - Juros de Mora do FUNDAF - Receita das Contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - Operações Intra-orçamentárias Portaria: Portaria SOF nº 03, de 26.04.2006, incluir. Amparo Legal: Decreto- Lei nº 1.437, de 1975;Lei nº 5.172, de 1966 (CTN, Art. 161);Lei nº 8.383, de 1991; e Lei nº 9.069, de 1995.</p>	<p>79900201 - Receita de Honorários de Advogados Portaria: * Natureza de Receita criada pela Portaria SOF nº 11, de 22 de agosto de 2002. Amparo Legal: Artigos 20 e 27 da Lei no 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil); art. 3o, parágrafo único, da Lei no 7.7.11, de 22 de dezembro de 1988; Art 17 da Lei Complementar no 73, de 10 de fevereiro de 1993 (Lei Orgânica da Advocacia Geral da União); Art.10 da Lei no 10.480, de 2 de julho de 2002; e art. 4o, XXI da Lei Complementar no 80, de 12 de janeiro de 1994 (incluído pela Lei Complementar nº 132, de 7 de outubro de 2009).</p>
<p>79125507 - Juros de Mora do FUNDAF - Receita da Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas Portaria: Natureza de Receita criada pela Portaria SOF nº 3 de 26 de abril de 2006. Amparo Legal: Juros de Mora do FUNDAF - Receita da Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas</p>	<p>79909900 - Outras Receitas - Operações Intra-Orçamentárias Portaria: - Amparo Legal: Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.</p>
<p>79189900 - Multas e Juros de Mora de Outras Receitas - Operações Intra-Orçamentárias Portaria: Natureza de Receita criada pela Portaria SOF nº 9, de 28 de abril de 2005. Amparo Legal: §§ 1º e 4º do art. 11, da Lei 4.320, de 17 de março de 1964.</p>	<p>81110100 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Pública Federal Portaria: - Amparo Legal: Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000 (LRF); Lei no 10.179, de 6 de fevereiro de 2001; e Decreto no 3.859, de 4 de julho de 2001.</p>
<p>79190900 - Multas Previstas na Lei Geral das Telecomunicações - Operações Intra-Orçamentárias Portaria: - Amparo Legal: Lei no 9.472, de 16 de julho de 1997;Decreto no 2.338, de 7 de outubro de 1997;Lei no 5.070, de 7 de julho de 1966;Lei no 9.998, de 17 de agosto de 2000;Medida Provisória no 2.228, de 6 de setembro de 2001; eLei no 11.437, de 28 de dezembro de 2006.</p>	<p>82110000 - Alienação Títulos Mobiliários Intra-Orçamentário Portaria: - Amparo Legal: DECRETO No 99.658, DE 30 DE OUTUBRO DE 1990 e Lei 8.987 de 13 de fevereiro de 1995</p>
<p>79191000 - Multas Previstas na Legislação Sanitária Portaria: - Amparo Legal: Lei no 9.782, de 26 de janeiro de 1999.</p>	<p>82120902 - Alienação de Estoques Próprios do FUNCAFÉ - Operações Intra-orçamentárias Portaria: - Amparo Legal: Decreto nº 94.874, de 15 de setembro de 1987;Lei Agrícola no 8.171, de 17 de janeiro de 1991; ePortaria Interministerial MF/MAPA no 38, de 9 de março de 2004.</p>
<p>79191400 - Multas por Infração à Legislação Trabalhista Portaria: - Amparo Legal: Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943 (CLT); Lei no 7.998, de 11 de janeiro de 1990, Art. 11.</p>	<p>85210000 - Integralização com Recursos do Tesouro Nacional - Operações Intraorçamentárias Portaria: - Amparo Legal: Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.</p>
<p>79199900 - Outras Multas - Operações Intra-Orçamentárias Portaria: - Amparo Legal: Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4º.</p>	<p>79219900 - Outras Indenizações Portaria: - Amparo Legal: §§ 1º e 4º do art. 11, da Lei 4.320, de 17 de março de 1964.</p>

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO - 2014, Art. 9º, inciso IV

Decreto	7.187	27/05/2010	Decreto	6.931	11/08/2009
Aprova a Estrutura Regimental da Casa Civil da Presidência da República, no tocante às competências da Imprensa Nacional.			Aprova a Estrutura Regimental do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.		
Decreto	7.185	27/05/2010	Lei	11.958	26/06/2009
Dispõe sobre o padrão de qualidade do sistema integrado de administração financeira e controle, no âmbito de cada ente da Federação.			Transforma a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República em Ministério da Pesca e Aquicultura.		
Decreto	7.174	12/05/2010	Decreto	6.811	31/03/2009
Regulamenta a contratação de bens e serviços de informática e automação pela Administração Pública Federal.			Aprova a Estrutura Regimental da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, órgão integrante da Presidência da República, e a Estrutura Regimental do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.		
Decreto	7.166	05/05/2010	Lei Complementar	129	08/01/2009
Cria o Sistema Nacional de Registro de Identificação Civil, institui seu Comitê Gestor.			Institui a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO, estabelece sua natureza jurídica, objetivos e área de atuação.		
Decreto	7.161	29/04/2010	Decreto	6.712	24/12/2008
Autoriza a permuta de ações entre a União e entidades da Administração Federal.			Dispõe sobre a distribuição do quantitativo de Gratificações Temporárias das Unidades dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública Federal.		
Lei	12.232	29/04/2010	Decreto	6.697	17/12/2008
Dispõe sobre as normas gerais para licitação e contratação pela administração pública de serviços de publicidade prestados por agências de propaganda.			Extingue cargos vagos do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo.		
Decreto	7.152	09/04/2010	Decreto	6.657	20/11/2008
Aumenta o capital social do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e altera o seu Estatuto Social.			Dispõe sobre a remuneração dos empregados anistiados.		
Decreto	7.157	09/04/2010	Lei	11.784	22/09/2008
Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória.			Dispõe sobre a reestruturação do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE e institui sistemática para avaliação de desempenho dos servidores da Administração Pública Federal.		
Decreto	7.134	29/03/2010	Decreto	6.573	19/09/2008
Aprova a Estrutura Regimental do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.			Fixa coeficiente para redução das alíquotas específicas da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS incidentes sobre a receita bruta auferida na venda de álcool.		
Decreto	7.141	29/03/2010	Lei	11.759	31/07/2008
Regulamenta a atualização de dados cadastrais dos aposentados e pensionistas da União que recebem proventos ou pensões à conta do Tesouro Nacional.			Autoriza a criação da empresa pública Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A. - CEITEC e dá outras providências.		
Decreto	7.132	19/03/2010	Decreto	25/02/2008	
Dispõe sobre a concessão de indenização de transporte aos servidores públicos da Administração Pública Federal.			Institui o Programa Territórios da Cidadania, tem por objetivo promover e acelerar a superação da pobreza e das desigualdades sociais no meio rural.		
Decreto	7.133	19/03/2010	Decreto	6.275	28/11/2007
Regulamenta os critérios e procedimentos gerais a serem observados para a realização das avaliações de desempenho individual e institucional e o pagamento das mesmas.			Aprova a Estrutura Regimental do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO, e dá outras providências.		
Decreto	7.128	11/03/2010	Lei	11.526	04/10/2007
Dispõe sobre o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal.			Fixa a remuneração dos cargos e funções comissionadas da Administração Pública Federal.		
Decreto	7.125	03/03/2010	Decreto	6.204	05/09/2007
Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória.			Regulamenta o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte nas contratações públicas de bens, serviços e obras.		
Decreto	7.120	26/02/2010	Lei	11.457	16/03/2007
Dispõe sobre o saldo remanescente das autorizações para provimento de cargos, empregos e funções, constantes do Anexo V da Lei Orçamentária Anual de 2009.			Dispõe sobre a Administração Tributária Federal.		
Decreto	7.113	19/02/2010	Decreto	6.062	16/03/2007
Institui o Conselho Deliberativo do Fundo Soberano do Brasil - CDFSB.			Institui o Programa de Fortalecimento da Capacidade Institucional para Gestão em Regulação - PRO-REG.		
Decreto	7.063	13/01/2010	Decreto	6.025	22/01/2007
Aprova a Estrutura Regimental do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.			Institui o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC e seu Comitê Gestor.		
Decreto	7.028	09/12/2009	Lei Complementar	124	03/01/2007
Dispõe sobre a concessão de diárias no âmbito da Administração Federal.			Institui a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, estabelece sua composição, natureza jurídica, objetivos e área de competência.		
Lei	12.094	19/11/2009	Lei Complementar	125	03/01/2007
Dispõe sobre a criação da Carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais.			Institui a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE; estabelece sua composição, natureza jurídica, objetivos e áreas de atuação.		
Decreto	6.997	04/11/2009	Lei	11.440	29/12/2006
Aprova o Programa de Dispêndios Globais - PDG para 2010 das empresas estatais federais.			Institui o Regime Jurídico dos Servidores do Serviço Exterior Brasileiro, altera a Lei nº 8.829, de 22 de dezembro de 1993, que cria, no Serviço Exterior Brasileiro, as Carreiras de Oficial de Chancelaria e de Assistente de Chancelaria.		
Decreto	6.967	29/09/2009	Decreto	5.992	19/12/2006
Dispõe sobre o processamento das consignações em folha de pagamento no âmbito do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos - SIAPE.			Dispõe sobre a concessão de diárias no âmbito da Administração Federal.		
Decreto	6.958	14/09/2009			
Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória.					
Decreto	6.944	21/08/2009			
Dispõe sobre normas gerais relativas a concursos públicos.					

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO - 2014, Art. 9º, inciso IV

Lei	12.462	04/08/2011	Decreto	7.424	05/01/2011
Institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC), aplicável exclusivamente às licitações e contratos necessários à realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016.			Dispõe sobre a transferência do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia - CENSIPAM da Casa Civil da Presidência da República para o Ministério da Defesa.		
Decreto	7.495	07/06/2011	Medida Provisória	517	30/12/2010
Dispõe sobre a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável.			Dispõe sobre a extinção do Fundo Nacional de Desenvolvimento, e dá outras providências.		
Decreto	7.493	02/06/2011	Decreto	7.392	13/12/2010
Aprova a Estrutura Regimental do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.			Aprova a Estrutura Regimental da Advocacia-Geral da União.		
Decreto Legislativo	137	02/06/2011	Decreto	7.388	09/12/2010
Dispõe sobre a realização de plebiscito para a criação do Estado de Tapajós.			Dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho Nacional de Combate à Discriminação - CNCD.		
Decreto Legislativo	136	26/05/2011	Decreto	7.386	08/12/2010
Dispõe sobre a realização de plebiscito para a criação do Estado do Carajás.			Aprova a Estrutura Regimental do Ministério da Fazenda.		
Decreto	7.480	16/05/2011	Decreto	7.364	23/11/2010
Aprova a Estrutura Regimental do Ministério da Educação.			Aprova a Estrutura Regimental do Ministério da Defesa.		
Decreto	7.482	16/05/2011	Decreto	7.353	04/11/2010
Aprova a Estrutura Regimental do Ministério da Fazenda.			Aprova respectivamente, as Estruturas Regimentais do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes.		
Decreto	7.478	12/05/2011	Decreto	7.331	19/10/2010
Cria a Câmara de Políticas de Gestão, Desempenho e Competitividade - CGDC, do Conselho de Governo.			Dispõe sobre o Regulamento da Previdência Social.		
Decreto	7.476	10/05/2011	Decreto	7.304	22/09/2010
Aprova a Estrutura Regimental da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República.			Aprova a Estrutura Regimental do Ministério das Relações Exteriores.		
Decreto	7.474	10/05/2011	Medida Provisória	503	22/09/2010
Aprova a Estrutura Regimental do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.			Ratifica o Protocolo de Intenções firmado entre a União, o Estado do Rio de Janeiro e o Município do Rio de Janeiro, com a finalidade de constituir consórcio público, denominado Autoridade Pública Olímpica - APO.		
Decreto	7.471	04/05/2011	Decreto	7.301	14/09/2010
Aprova a Estrutura Regimental da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO.			Aprova a Estrutura Regimental do Ministério da Fazenda.		
Decreto	7.472	04/05/2011	Decreto	7.294	06/09/2010
Aprova a Estrutura Regimental do Ministério da Integração Nacional.			Dispõe sobre a Política de Mobilização Nacional.		
Decreto	7.470	04/05/2011	Decreto	7.280	31/08/2010
Dispõe sobre a Estrutura Regimental do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.			Aprova a Estrutura Regimental do Ministério do Desenvolvimento Agrário.		
Decreto	7.465	25/04/2011	Decreto	7.262	12/08/2010
Dispõe sobre a Estrutura Regimental da Secretaria de Relações Institucionais e da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.			Aprova a Estrutura Regimental da Secretaria de Portos da Presidência da República.		
Medida Provisória	527	18/03/2011	Decreto	7.256	04/08/2010
Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, cria a Secretaria de Aviação Civil, altera a legislação da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC e da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO.			Aprova a Estrutura Regimental da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.		
Lei	12.393	04/03/2011	Decreto	7.255	04/08/2010
Institui a Semana de Mobilização Nacional para Busca e Defesa da Criança Desaparecida.			Aprova a Estrutura Regimental do Ministério do Desenvolvimento Agrário.		
Lei	12.382	25/02/2011	Lei	12.304	02/08/2010
Dispõe sobre o valor do salário mínimo em 2011 e a sua política de valorização de longo prazo.			Cria a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. - Pré-Sal Petróleo.		
Decreto	7.442	17/02/2011	Lei	12.277	30/06/2010
Transfere a Secretaria de Administração e da Secretaria de Controle Interno da Casa Civil para a Secretaria-Geral da Presidência da República.			Dispõe sobre a remuneração de diversos cargos da Administração Pública Federal.		
Medida Provisória	524	28/01/2011	Decreto	7.221	29/06/2010
Autoriza a prorrogação de contratos por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.			Dispõe sobre a atuação dos órgãos e entidades da administração pública federal durante o processo de transição governamental.		
Decreto	7.434	21/01/2011	Lei	12.269	21/06/2010
Aprova a Estrutura Regimental do Ministério da Justiça.			Dispõe sobre o Plano de Carreiras e Cargos de Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública e sobre redistribuição de servidores para a SUFRAMA e para a EMBRATUR.		
Decreto	7.430	17/01/2011	Decreto	7.213	15/06/2010
Dispõe sobre a transferência do Arquivo Nacional e do Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ da Casa Civil da Presidência da República para o Ministério da Justiça.			Regulamenta a administração das atividades aduaneiras, e a fiscalização, o controle e a tributação das operações de comércio exterior.		
Lei	12.380	10/01/2011	Decreto	7.211	11/06/2010
Autoriza a União e as entidades da administração pública federal indireta a contratar, reciprocamente ou com fundo privado do qual seja o Tesouro Nacional cotista único e dá outras providências.			Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória.		
Decreto	7.426	07/01/2011	Decreto	7.203	04/06/2010
Dispõe sobre a transferência da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, do e da gestão do Fundo Nacional Antidrogas - FUNAD do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República para o Ministério da Justiça.			Dispõe sobre a vedação do nepotismo no âmbito da Administração Pública Federal.		
			Decreto	7.191	31/05/2010
			Dispõe sobre a lotação de 2.400 cargos de Analista Técnico de Políticas Sociais da Carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais.		

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO - 2014, Art. 9º, inciso IV

Lei	12.770	28/12/2012	Decreto	7.710	03/04/2012
Dispõe sobre o subsídio do Procurador-Geral da República, referido no inciso XI do art. 37 e no § 4 do art. 39, combinados com o § 2 do art. 127 e a alínea c do inciso I do § 5 do art. 126, todos da Constituição Federal.			Estabelece os limites para a concessão de equalização de juros amparadas pelo Programa de Financiamento às Exportações.		
Lei	12.778	28/12/2012	Decreto	7.711	03/04/2012
Dispõe sobre remuneração e reajuste de Planos de Cargos, Carreiras e Planos Especiais de Cargos do Poder Executivo Federal; sobre as remunerações do Grupo Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo - Grupo DACTA.			Institui Comissão Tripartite de Acompanhamento e Avaliação da Desoneração da Folha de Pagamentos.		
Decreto	7.868	19/12/2012	Emenda Constitucional	70	29/03/2012
Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória.			Lei		
Decreto	7.836	09/11/2012	Dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no exercício de 2011, com o objetivo de fomentar as exportações do País.		
Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória.			Decreto	7.688	02/03/2012
Decreto		09/10/2012	Aprova a Estrutura Regimental da Secretaria-Geral da Presidência da República.		
Institui o Conselho Interministerial para Projetos Transformadores e dispõe sobre sua composição e competência.			Decreto	7.691	02/03/2012
Decreto	7.804	13/09/2012	Aprova a Estrutura Regimental do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE.		
Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória.			Decreto	7.690	02/03/2012
Decreto	7.798	12/09/2012	Aprova a Estrutura Regimental do Ministério da Educação.		
Aprova a Estrutura Regimental do Ministério de Minas e Energia.			Decreto	7.692	02/03/2012
Decreto	7.799	12/09/2012	Aprova o Estatuto Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES		
Aprova a Estrutura Regimental do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.			Decreto	7.694	02/03/2012
Decreto	7.797	30/08/2012	Aprova o Estatuto da Fundação Joaquim Nabuco - FUNDAJ		
Aprova a Estrutura Regimental do Ministério da Saúde.			Decreto	7.689	02/03/2012
Decreto	7.793	17/08/2012	Estabelece, no âmbito do Poder Executivo federal, limites e instâncias de governança para a contratação de bens e serviços e para a realização de gastos com diárias e passagens.		
Dispõe sobre a contratação de serviços de agentes financeiros pelos órgãos e entidades do Poder Executivo, bem como sua gestão, programação e execução orçamentária e financeira.			Decreto	7.675	20/01/2012
Decreto	7.784	07/08/2012	Aprova a Estrutura Regimental do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.		
Aprova a Estrutura Regimental do Ministério do Esporte.			Decreto	7.674	20/01/2012
Lei	12.702	07/08/2012	Dispõe sobre o Subsistema de Relações de Trabalho no Serviço Público Federal - SISRT.		
Dispõe sobre servidores do Instituto Nacional de Meteorologia, da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira, da Agência Brasileira de Inteligência, da Comissão de Valores Mobiliários, do Instituto Evandro Chagas, do Centro Nacional de Primatas.			Decreto	7.662	28/12/2011
Decreto	7.778	27/07/2012	Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento a serem executadas por meio de transferência obrigatória.		
Aprova o Estatuto da Fundação Nacional do Índio			Decreto	7.655	23/12/2011
Decreto	7.759	15/06/2012	Regulamenta a Lei nº 12.382, de 25 de fevereiro de 2011, que dispõe sobre o valor do salário mínimo e a sua política de valorização de longo prazo.		
Altera a Estrutura Regimental da Casa Civil, aprovada pelo Decreto n 5.135, de 7 de julho de 2004, para subordinar a Imprensa Nacional diretamente ao Ministro de Estado.			Lei	12.544	08/12/2011
Decreto		14/06/2012	Trata de alteração da lei nº 605, de janeiro de 1949, que dispõe sobre o repouso semanal remunerado e o pagamento de salário nos dias feriados civis e religiosos, para atualizar o valor da multa administrativa devida pelas infrações àquela Lei.		
Convoca a III Conferência Global sobre Trabalho Infantil.			Lei	12.529	30/11/2011
Decreto	7.748	06/06/2012	Estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência; dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica.		
Aprova o Estatuto Fundação Biblioteca Nacional.			Decreto	7.625	24/11/2011
Decreto	7.745	05/06/2012	Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória.		
Decreto	7.744	05/06/2012	Lei	12.528	18/11/2011
Dispõe sobre valores das diárias nos deslocamentos para o Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, até 30 de junho de 2012, em decorrência da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio +20.			Cria, no âmbito da Casa Civil da Presidência da República a Comissão Nacional da Verdade, com a finalidade de examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos.		
Decreto	7.746	05/06/2012	Lei	12.527	18/11/2011
Institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública - CISAP.			Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal.		
Decreto	7.724	16/05/2012	Decreto	7.576	11/10/2011
Regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações.			Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória.		
Decreto	7.720	16/04/2012	Decreto	7.581	11/10/2011
Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória.			Regulamenta o Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC, de que trata a Lei no 12.462, de 5 de agosto de 2011.		
Decreto	7.709	03/04/2012	Lei	12.501	07/10/2011
Estabelece a aplicação de margem de preferência nas licitações realizadas no âmbito da Administração Pública Federal para aquisição de retroscavadeiras e motoniveladoras.			Autoriza a prorrogação de contratos por tempo determinado em caráter excepcional e respeitado o prazo limite de 31 de dezembro de 2012.		
Decreto	7.713	03/04/2012	Decreto	7.556	24/08/2011
Estabelece a aplicação de margem de referência nas licitações realizadas no âmbito da Administração Pública Federal para aquisição de fármacos e medicamentos.			Aprova a Estrutura Regimental do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS		

LEGISLAÇÃO DA RECEITA

LDO - 2014, Art. 9º, inciso IV

<p>Amparo Legal: Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, art. 6º, incisos IV e art.VI e art. 14, Decreto nº 3.624 de 05 de outubro de 2000,art 8º e Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, art. 44.</p>	<p>79220100 - Restituições de Convênios - Operações Intra-Orçamentárias Portaria: - Amparo Legal: Constituição Federal; e Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966.</p>
<p>79122901 - Multas e Juros de Mora da Contribuição Patronal para o Regime Próprio de Previdência Portaria: Natureza de Receita criada pela Portaria SOF nº 49, de 15 de dezembro de 2006. Amparo Legal: Lei no 9.430, de 1996.</p>	<p>79220700 - Recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores - Operações Intra-Orçamentárias Portaria: Natureza de Receita criada pela Portaria SOF nº 9, de 28 de abril de 2005. Amparo Legal: Arts. 38 e 39 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.</p>
<p>79122902 - Multas e Juros de Mora da Contribuição do Servidor para o Regime Próprio de Previdência Portaria: Natureza de Receita criada pela Portaria SOF nº 49, de 15 de dezembro de 2006. Amparo Legal: Lei no 9.430, de 1996.</p>	<p>79220800 - Receita de Pagamento Honorários Técnico-Periciais Op. Intra-orçamentárias Portaria: Natureza de Receita criada pela Portaria SOF nº 30, de 02 de julho de 2007 Amparo Legal: Receita decorrente do ressarcimento, aos tribunais, das despesas de exames técnico-periciais necessários à conciliação ou ao julgamento da causa, por pessoa habilitada, nomeada pelo juiz, quando vencida na causa a entidade pública. (art.12 da Lei no 10.259, de 12 de julho de 2001, § 1o).</p>
<p>79123101 - Rec. Multas e Juros da Contr p/ o Progr Integ. Social e Form. do Patr. Servidor Públ. - Op. Intra-Orçamentária Portaria: Sem Informação Amparo Legal: Rec. Multas e Juros da Contr p/ o Progr Integ. Social e Form. do Patr. Servidor Públ. - Op. Intra-Orçamentária</p>	<p>79229900 - Outras Restituições - Operações Intra-Orçamentárias Portaria: Natureza de receita alterada pela Portaria SOF nº 111,15/09/2010 - DOU de 16/09/2010. Amparo Legal: Decreto nº 3.964, de 10 de outubro de 2001, art. 2º e Lei nº 8.080, de 1990, § 4º, art. 33, em decorrências de auditorias.</p>
<p>79123201 - Receita de Multa e Juros de Mora da Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas Portaria: Natureza de Receita criada pela Portaria SOF nº 17, de 31 de dezembro de 2003. Amparo Legal: Lei no 9.964, de 11 de abril de 2000; Medida Provisória no 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; e Lei no 10.684, de 30 de maio de 2003.</p>	<p>79500000 - Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Compensações ao RGPS _OI Portaria: Natureza de Receita criada pela Portaria SOF no 71, de 30 de julho de 2012 Amparo Legal: Arts. 7o a 9o da Lei no 12.546, de 2011.</p>
<p>79125505 - Juros de Mora do FUNDAF - Receita das Contribuições para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - Operações Intra-orçamentárias Portaria: Portaria SOF nº 03, de 26.04.2006, incluir. Amparo Legal: Decreto- Lei nº 1.437, de 1975;Lei nº 5.172, de 1966 (CTN, Art. 161);Lei nº 8.383, de 1991; e Lei nº 9.069, de 1995.</p>	<p>79900201 - Receita de Honorários de Advogados Portaria: * Natureza de Receita criada pela Portaria SOF nº 11, de 22 de agosto de 2002. Amparo Legal: Artigos 20 e 27 da Lei no 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil); art. 3o, parágrafo único, da Lei no 7.7.11, de 22 de dezembro de 1988; Art 17 da Lei Complementar no 73, de 10 de fevereiro de 1993 (Lei Orgânica da Advocacia Geral da União); Art.10 da Lei no 10.480, de 2 de julho de 2002; e art. 4o, XXI da Lei Complementar no 80, de 12 de janeiro de 1994 (incluído pela Lei Complementar nº 132, de 7 de outubro de 2009).</p>
<p>79125507 - Juros de Mora do FUNDAF - Receita da Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas Portaria: Natureza de Receita criada pela Portaria SOF nº 3 de 26 de abril de 2006. Amparo Legal: Juros de Mora do FUNDAF - Receita da Contribuição Social sobre o Lucro das Pessoas Jurídicas</p>	<p>79909900 - Outras Receitas - Operações Intra-Orçamentárias Portaria: - Amparo Legal: Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.</p>
<p>79189900 - Multas e Juros de Mora de Outras Receitas - Operações Intra-Orçamentárias Portaria: Natureza de Receita criada pela Portaria SOF nº 9, de 28 de abril de 2005. Amparo Legal: §§ 1º e 4º do art. 11, da Lei 4.320, de 17 de março de 1964.</p>	<p>81110100 - Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional - Refinanciamento da Dívida Pública Federal Portaria: - Amparo Legal: Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000 (LRF); Lei no 10.179, de 6 de fevereiro de 2001; e Decreto no 3.859, de 4 de julho de 2001.</p>
<p>79190900 - Multas Previstas na Lei Geral das Telecomunicações - Operações Intra-Orçamentárias Portaria: - Amparo Legal: Lei no 9.472, de 16 de julho de 1997;Decreto no 2.338, de 7 de outubro de 1997;Lei no 5.070, de 7 de julho de 1966;Lei no 9.998, de 17 de agosto de 2000;Medida Provisória no 2.228, de 6 de setembro de 2001; eLei no 11.437, de 28 de dezembro de 2006.</p>	<p>82110000 - Alienação Títulos Mobiliários Intra-Orçamentário Portaria: - Amparo Legal: DECRETO No 99.658, DE 30 DE OUTUBRO DE 1990 e Lei 8.987 de 13 de fevereiro de 1995</p>
<p>79191000 - Multas Previstas na Legislação Sanitária Portaria: - Amparo Legal: Lei no 9.782, de 26 de janeiro de 1999.</p>	<p>82120902 - Alienação de Estoques Próprios do FUNCAFÉ - Operações Intra-orçamentárias Portaria: - Amparo Legal: Decreto nº 94.874, de 15 de setembro de 1987;Lei Agrícola no 8.171, de 17 de janeiro de 1991; ePortaria Interministerial MF/MAPA no 38, de 9 de março de 2004.</p>
<p>79191400 - Multas por Infração à Legislação Trabalhista Portaria: - Amparo Legal: Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943 (CLT); Lei no 7.998, de 11 de janeiro de 1990, Art. 11.</p>	<p>85210000 - Integralização com Recursos do Tesouro Nacional - Operações Intra-orçamentárias Portaria: - Amparo Legal: Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.</p>
<p>79199900 - Outras Multas - Operações Intra-Orçamentárias Portaria: - Amparo Legal: Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, art. 11, § 4º.</p>	<p>79219900 - Outras Indenizações Portaria: - Amparo Legal: §§ 1º e 4º do art. 11, da Lei 4.320, de 17 de março de 1964.</p>

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO - 2014, Art. 9º, inciso IV

Decreto	99.202	04/04/1990	Lei	10.849	23/03/2004
Expede normas complementares relativas à extinção dos órgãos da Administração Pública Federal.			Cria o Programa Nacional de Financiamento da Ampliação e Modernização da Frota Pesqueira Nacional - Profrota Pesqueira.		
Decreto	99.167	13/03/1990	Decreto	4.962	22/01/2004
Dispõe sobre o refinanciamento, pela União, da dívida externa de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.			Dispõe sobre o Comitê Gestor do Garantia-Safra.		
Lei	7.709	22/12/1988	Decreto	4.157	12/03/2002
Dispõe sobre a contagem do tempo de serviço prestado à Administração Federal pelos servidores da Carreira de Orçamento.			Dispõe de mecanismo de financiamento para o Programa de Ciência e Tecnologia para o Agronegócio.		
Lei	7.675	04/10/1988	Decreto	3.993	30/10/2001
Atribui ao Tribunal de Contas da União a fiscalização dos recursos federais.			Dispõe sobre o Programa de Arrendamento Rural para a Agricultura Familiar.		
Decreto-Lei	2.465	31/08/1988	Decreto	3.991	30/10/2001
Dispõe sobre medidas para redução de despesas com pessoal nos órgãos da Administração Federal.			Dispõe sobre o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF.		
Decreto-Lei	200	25/02/1967	Lei	9.445	14/03/1997
Dispõe sobre a organização da Administração Federal.			Concede subvenção econômica ao preço do óleo diesel consumido por embarcações pesqueiras nacionais.		
Agricultura					
Medida Provisória	615	17/05/2013	Decreto	949	05/10/1993
Dispõe sobre os arranjos de pagamento e as instituições de pagamento integrantes do Sistema de Pagamentos Brasileiro - SPB			Dispõe sobre os incentivos fiscais para a capacitação tecnológica da indústria e da agropecuária.		
Lei	12.805	29/04/2013	Decreto	599	09/07/1992
Institui a Política Nacional de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta e altera a Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991.			Altera a Estrutura Regimental do Ministério da Agricultura e Reforma Agrária.		
Decreto	7.978	02/04/2013	Lei	8.171	17/01/1991
			Dispõe sobre a política agrícola.		
Lei	12.512	14/10/2011	Lei	4.504	30/11/1964
Institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais.			Dispõe sobre o Estatuto da Terra.		
Decreto	7.351	03/11/2010	Lei Delegada	8	11/10/1962
Dispõe sobre a concessão de rebates sobre os financiamentos de custeio e investimento, ao amparo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF.			Cria o Fundo Federal Agropecuário-FFAP no Ministério da Agricultura e dá outras providências.		
Decreto	7.339	20/10/2010	Assistência Social		
Dispõe sobre a remissão, rebate para liquidação e desconto adicional para liquidação de dívidas rurais de que tratam os arts. 69 a 72 da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010.			Decreto	7.958	13/03/2013
Lei Complementar	137	26/08/2010	Estabelece diretrizes para o atendimento às vítimas de violência sexual pelos profissionais de segurança pública e da rede de atendimento do Sistema Único de Saúde.		
Autoriza a participação da União em fundo destinado à cobertura suplementar dos riscos do seguro rural e dá outras providências.			Medida Provisória	557	26/12/2011
Decreto	7.137	29/03/2010	Institui o Sistema Nacional de Cadastro, Vigilância e Acompanhamento da Gestante e Puérpera para Prevenção da Mortalidade Materna.		
Concede desconto para liquidação de operações de crédito rural contratadas com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO.			Decreto	7.636	07/12/2011
Decreto	7.127	04/03/2010	Dispõe sobre o apoio financeiro da União a Estados, Distrito Federal e Municípios destinado ao aprimoramento dos serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social.		
Aprova a Estrutura Regimental do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.			Medida Provisória	523	20/01/2011
Decreto	7.077	26/01/2010	Autoriza a concessão de subvenção econômica ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.		
Concede subvenção econômica ao preço do óleo diesel consumido por embarcações pesqueiras nacionais.			Decreto	7.405	23/12/2010
Decreto	6.981	13/10/2009	Institui o Programa Pró-Catador.		
Dispõe sobre a atuação conjunta dos ministérios da Pesca e Aquicultura e do Meio Ambiente nos aspectos relacionados ao uso sustentável dos recursos pesqueiros.			Decreto	7.342	26/10/2010
Decreto	6.597	06/10/2008	Cria o Comitê Interministerial de Cadastro Socioeconômico, no âmbito do Ministério de Minas e Energia.		
Dispõe sobre a concessão de bonus e rebates sobre financiamentos contratados ao amparo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF.			Decreto	7.332	19/10/2010
Lei	11.775	17/09/2008	Dispõe sobre o Programa Bolsa Família.		
Institui medidas de estímulo à liquidação ou regularização de dívidas originárias de operações de crédito rural e de crédito fundiário.			Decreto	7.334	19/10/2010
Decreto	6.323	27/12/2007	Institui o Censo do Sistema único de Assistência Social - Censo SUAS.		
Dispõe sobre a agricultura orgânica.			Decreto	7.300	14/09/2010
Decreto	5.996	20/12/2006	Dispõe sobre o processo de certificação das entidades beneficentes de assistência social para obtenção da isenção das contribuições para a seguridade social.		
Dispõe sobre a criação do Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar - PGPAF.			Decreto	7.237	20/07/2010
Lei	11.326	24/07/2006	Dispõe sobre o processo de certificação das entidades beneficentes de assistência social para obtenção da isenção das contribuições para a seguridade social.		
Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.			Decreto	7.079	26/01/2010
Decreto	5.474	22/06/2005	Aprova a Estrutura Regimental Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.		
Dispõe sobre o Programa de Financiamento da Ampliação e Modernização da Frota Pesqueira Nacional - PROFROTA.			Lei	12.212	20/01/2010
			Dispõe sobre a Tarifa Social de Energia Elétrica.		

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO - 2014, Art. 9º, inciso IV

Lei	12.101	27/11/2009	Lei	12.096	24/11/2009
Dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social.			Autoriza a concessão de financiamento destinadas à aquisição e produção de bens de capital e à inovação tecnológica.		
Lei	11.888	24/12/2008	Lei	11.892	29/12/2008
Assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social.			Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.		
Decreto		25/02/2008	Decreto	6.090	24/04/2007
Institui o Programa Territórios da Cidadania, tem por objetivo promover e acelerar a superação da pobreza e das desigualdades sociais no meio rural.			Altera a composição e aprova o Regimento Interno do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia - CCT.		
Decreto	5.209	17/09/2004	Decreto	6.095	24/04/2007
Regulamenta a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família.			Estabelece diretrizes para o processo de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFET.		
Lei	10.836	09/01/2004	Decreto	5.886	06/09/2006
Cria o Programa Bolsa Família.			Aprova a Estrutura Regimental do Ministério da Ciência e Tecnologia.		
Lei	10.219	11/04/2001	Decreto	5.602	06/12/2005
Cria o Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à educação - "Bolsa Escola".			Regulamenta o Programa de Inclusão Digital instituído pela Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005.		
Decreto	2.536	06/04/1998	Lei	11.196	21/11/2005
Dispõe sobre a concessão do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos.			Institui o Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação - REPES, o Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras - RECAP e o Programa de Inclusão Digital.		
Decreto	1.651	28/09/1995	Lei	11.105	24/03/2005
Regulamenta o Sistema Nacional de Auditoria no âmbito do Sistema Único de Saúde.			Estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização de atividades que envolvam organismos geneticamente modificados - OGM e cria o Conselho Nacional de Biossegurança - CNBS.		
Lei	8.742	07/12/1993	Lei	10.973	02/12/2004
Dispõe sobre a organização da Assistência Social.			Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, bem como cria as Instituições Científicas e Tecnológicas - ICTs.		
Ciência e Tecnologia			Lei	10.964	28/10/2004
Decreto	7.988	17/04/2013	Estende aos cientistas e pesquisadores a isenção tributária relativa a bens destinados à pesquisa científica e tecnológica.		
Regulamenta os arts. 1º a 13 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que dispõe sobre o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica - PRONON e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência - PRONAS/PCD.			Decreto	5.253	25/10/2004
Decreto	7.962	15/03/2013	Dispõe sobre a extinção de cargos da Carreira Ciência e Tecnologia.		
Regulamenta a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para dispor sobre a contratação no comércio eletrônico.			Lei	10.860	14/04/2004
Decreto	7.899	04/02/2013	Dispõe sobre a criação do Instituto Nacional do Semi-Árido - INSA do Ministério da Ciência e Tecnologia.		
Aprova o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq.			Decreto	4.195	11/04/2002
Lei	12.715	17/09/2012	Institui mecanismos de financiamento para programas de ciência e tecnologia.		
Altera a alíquota das contribuições previdenciárias sobre a folha de salários devidas pelas empresas que especifica; institui o Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores.			Decreto	4.179	02/04/2002
Decreto	7.642	13/12/2011	Institui mecanismo de financiamento para o Programa de Ciência e Tecnologia para o Setor Aeronáutico.		
Institui o Programa Ciência sem Fronteiras.			Decreto	4.157	12/03/2002
Decreto	7.603	09/11/2011	Dispõe de mecanismo de financiamento para o Programa de Ciência e Tecnologia para o Agronegócio.		
Regulamenta as condições para aprovação dos projetos de investimento considerados como prioritários na área de infraestrutura ou de produção econômica intensiva em pesquisa, desenvolvimento e inovação.			Lei	10.332	19/12/2001
Decreto	7.589	26/10/2011	Institui mecanismo de financiamento para o Programa de Ciência e Tecnologia para a Biotecnologia e Recursos Genéticos, para o Agronegócio e para o Setor Aeronáutico.		
Institui, no âmbito do Ministério da Educação, a Rede e-Tec Brasil com a finalidade de desenvolver a educação profissional e tecnológica na modalidade de educação a distância.			Decreto	3.874	19/07/2001
Decreto	7.579	11/10/2011	Destina ao setor de ciência e tecnologia recursos da compensação financeira pela utilização de recursos hídricos para fins de geração de energia.		
Dispõe sobre o Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - SISF, do Poder Executivo Federal.			Decreto	3.866	16/07/2001
Medida Provisória	534	20/05/2011	Destina recursos da compensação financeira pela exploração de recursos minerais para o setor de ciência e tecnologia.		
Dispõe sobre o Programa de Inclusão Digital Tablet PC produzido no País conforme processo produtivo básico.			Decreto	2.370	10/11/1997
Medida Provisória	510	28/10/2010	Dispõe sobre a concessão de novas bolsas de estudo e de pesquisa no âmbito dos Ministérios da Educação, do Desporto e da Ciência e Tecnologia.		
Regula o cumprimento de obrigações tributárias por consórcios que realizem negócios jurídicos em nome próprio.			Decreto	1.791	15/01/1996
Medida Provisória	497	27/07/2010	Institui, no âmbito do Ministério da Ciência e Tecnologia, o Comitê Nacional de Pesquisas Antárticas - CONAPA.		
Institui o Regime Especial de Tributação para construção, ampliação, reforma ou modernização de estádios de futebol - RECOM.			Lei	8.958	20/12/1994
Decreto	7.175	12/05/2010	Dispõe sobre as relações entre as instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e as fundações de apoio e dá outras providências.		
Institui o Programa Nacional de Banda Larga - PNBL.			Lei	8.691	28/07/1993
Decreto	7.022	02/12/2009	Dispõe sobre o Plano de Carreira para a área de Ciência e Tecnologia.		
Estabelece medidas organizacionais para dar suporte ao processo de implantação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.			Lei	8.010	29/03/1990
			Dispõe sobre importações de bens destinados à pesquisa científica e tecnológica.		

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO - 2014, Art. 9º, inciso IV

Comércio e Serviços					
Decreto	7.962	15/03/2013	Decreto	7.462	19/04/2011
Regulamenta a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para dispor sobre a contratação no comércio eletrônico.			Aprova a Estrutura Regimental do Ministério das Comunicações.		
Lei	12.385	03/03/2011	Decreto	6.654	20/11/2008
Dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no exercício de 2010, com o objetivo de fomentar as exportações do País.			Aprova o Plano Geral de Outorgas de Serviço de Telecomunicações prestado no regime público.		
Decreto	7.381	02/12/2010	Lei	11.652	07/04/2008
Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo.			Institui os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo, cria a Empresa Brasil de Comunicação - EBC.		
Decreto	7.373	26/11/2010	Decreto	5.820	29/06/2006
Cria o Conselho Gestor do Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região Turística do Meio-Norte - PDSRT do Meio Norte.			Estabelece diretrizes para a implantação do SBTVD e a transição do sistema de transmissão analógica para o sistema de transmissão digital do serviço de radiodifusão de sons e imagens e do serviço de retransmissão de televisão.		
Decreto	7.358	17/11/2010	Decreto	5.371	17/02/2005
Institui o Sistema Nacional do Comércio Justo e Solidário - SCJS, cria sua Comissão Gestora Nacional.			Aprova o Regulamento do Serviço de Retransmissão de Televisão e do Serviço de Repetição de Televisão, anclares ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens.		
Decreto	6.705	19/12/2008	Decreto	5.102	11/06/2004
Dispõe sobre o Conselho Nacional de Turismo.			Dispõe sobre o Sistema Brasileiro de Televisão Digital - SBTVD.		
Lei	11.771	17/09/2008	Decreto	4.901	26/11/2003
Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo.			Institui o Sistema Brasileiro de Televisão Digital - SBTVD.		
Decreto	6.546	25/08/2008	Decreto	4.733	10/06/2003
Aprova a Estrutura Regimental do Ministério do Turismo.			Dispõe sobre políticas públicas de telecomunicações.		
Lei	11.727	23/06/2008	Decreto	4.037	29/11/2001
Dispõe sobre as medidas tributárias destinadas a estimular os investimentos e modernização do setor de turismo.			Dispõe sobre o Regulamento da Agência Nacional de Telecomunicações.		
Lei	11.637	28/12/2007	Decreto	3.896	23/08/2001
Dispõe sobre o programa de qualificação dos serviços turísticos e do Selo de Qualidade Nacional de Turismo.			Dispõe sobre a regência dos serviços de telecomunicações.		
Lei	11.097	13/01/2005	Decreto	3.753	19/02/2001
Dispõe sobre a introdução do biodiesel na matriz energética brasileira.			Aprova o Plano de Metas para a Universalização de Serviços de Telecomunicações nas escolas públicas de Ensino Profissionalizante.		
Decreto	4.993	18/02/2004	Decreto	3.737	30/01/2001
Cria o Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações - COFIG			Dispõe sobre a regulamentação do Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das telecomunicações - FUNTTEL.		
Decreto	4.898	26/11/2003	Lei	10.052	28/11/2000
Transfere competências do Instituto Brasileiro de Turismo - EMBRATUR, para o Ministério do Turismo.			Institui o Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações - FUNTTEL.		
Lei	9.993	24/07/2000	Decreto	3.624	05/10/2000
Destina recursos da compensação financeira pela utilização de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e para o setor de ciência e tecnologia.			Dispõe sobre a regulamentação do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações - FUST.		
Lei	9.478	06/08/1997	Lei	9.998	17/08/2000
Dispõe sobre a Política Energética Nacional, Monopólio do Petróleo, Conselho Nacional de Política Energética, Agência Nacional do Petróleo.			Institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações.		
Decreto	448	14/02/1992	Decreto	2.338	07/10/1997
Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo.			Aprova o Regulamento da Agência Nacional de Telecomunicações.		
Lei	8.181	28/03/1991	Lei	5.303	03/07/1967
Dá nova denominação à Empresa Brasileira de Turismo - EMBRATUR.			Dispõe sobre o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações.		
Lei	8.078	11/09/1990	Lei	5.070	06/07/1966
Dispõe sobre a Proteção do Consumidor			Cria o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações.		
Lei	7.966	22/12/1989	Decreto	53.352	26/12/1963
Autoriza a negociação ou troca de Certificados de Investimentos, nos Fundos de Investimentos Setorial de Turismo, Pesca, Florestamento e Reflorestamento.			Aprova o Regulamento do Fundo Nacional de Telecomunicações.		
Comunicação			Decreto	52.795	31/10/1963
Decreto	7.988	17/04/2013	Aprova Regulamento dos Serviços de Radiodifusão.		
Regulamenta os arts. 1º a 13 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que dispõem sobre o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica - PRONON e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência - PRONAS/PCD.			Lei	4.117	27/08/1962
Lei	12.715	17/09/2012	Institui o Código Brasileiro de Telecomunicações.		
Altera a alíquota das contribuições previdenciárias sobre a folha de salários devidas pelas empresas que específica; institui o Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores.			Cultura		
Decreto	7.670	16/01/2012	Decreto	7.559	01/09/2011
Dispõe sobre alterações de dispositivos do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 1963, e dos Decretos nºs 88.066, de 1983, e nº 5.820, de 2006.			Dispõe sobre o Plano Nacional do Livro e Leitura - PNLL e dá outras providências.		
Decreto	7.512	30/06/2011	Decreto	7.387	09/12/2010
Aprova o Plano Geral de Metas para a Universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado Prestado no Regime Público - PGMU.			Institui o Inventário Nacional da Diversidade Linguística.		
			Lei	12.343	02/12/2010
			Institui o Plano Nacional de Cultura - PNC, cria o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais - SNIIC.		

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO - 2014, Art. 9º, inciso IV

Decreto	7.000	09/11/2009	Lei	12.608	10/04/2012
Transfere da estrutura organizacional da Casa Civil da Presidência da República para o Ministério da Cultura o Conselho Superior do Cinema.			Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC.		
Decreto	6.835	30/04/2009	Lei	12.598	21/03/2012
Aprova a Estrutura Regimental do Ministério da Cultura.			Estabelece normas especiais para as compras, as contratações e o desenvolvimento de produtos e de sistemas de defesa; dispõe sobre regras de incentivo à área estratégica de defesa.		
Lei	11.906	20/01/2009	Decreto	7.554	15/08/2011
Cria o Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM.			Institui a Comissão Nacional de Autoridades Aeroportuárias - CONAERO e as Autoridades Aeroportuárias.		
Decreto	6.630	04/11/2008	Decreto	7.496	08/06/2011
Dispõe sobre o Programa Mais Cultura.			Institui o Plano Estratégico de Fronteiras.		
Lei	11.646	10/03/2008	Decreto	7.473	05/05/2011
Estende aos Municípios com menos de 100.000 habitantes, benefício fiscal às doações e patrocínios destinados à construção de salas de cinema.			Dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas - SINARM e define crimes.		
Decreto	6.299	12/12/2007	Decreto	7.438	11/02/2011
Destina recursos para o financiamento de programas e projetos voltados para o desenvolvimento das atividades audiovisuais.			Estabelece princípios e diretrizes para criação e elaboração do Livro Branco de Defesa Nacional.		
Lei	11.437	28/12/2006	Decreto	7.436	03/02/2011
Altera a destinação de receitas decorrentes da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional - CONDECINE.			Aprova a Estrutura Regimental do Ministério da Defesa.		
Lei	11.329	25/07/2006	Lei	12.379	06/01/2011
Dispõe sobre a prorrogação de incentivos fiscais para aplicação em fundos destinados ao desenvolvimento da indústria cinematográfica.			Dispõe sobre o Sistema Nacional de Viação - SNV.		
Lei	11.233	22/12/2005	Decreto	7.424	05/01/2011
Institui o Plano Especial de Cargos da Cultura e a Gratificação Específica de Atividade Cultural - GEAC.			Dispõe sobre a transferência do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia - CENSIPAM da Casa Civil da Presidência da República para o Ministério da Defesa.		
Decreto	5.520	24/08/2005	Lei	12.340	01/12/2010
Institui o Sistema Federal de Cultura - SFC, e dispõe sobre a composição e o funcionamento do Conselho Nacional de Política Cultural - CNPC do Ministério da Cultura.			Dispõe sobre o Sistema Nacional de Defesa Civil - SINDEC, e sobre o Fundo Especial para Calamidades Públicas.		
Emenda Constitucional	48	10/08/2005	Decreto	7.299	10/09/2010
Institui o Plano Nacional de Cultura.			Aprova a Estrutura Regimental do Comando do Exército, do Ministério da Defesa.		
Decreto	4.747	16/06/2003	Lei Complementar	136	25/08/2010
Fixa o valor absoluto do limite global das deduções do imposto sobre a renda devido, relativas a doações e a patrocínios em favor de projetos culturais e incentivos à atividade audiovisual.			Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas, cria o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas e disciplina as atribuições do Ministro de Estado da Defesa.		
Decreto	4.456	04/11/2002	Medida Provisória	494	02/07/2010
Estabelece as competências do Ministério da Cultura e da Agência Nacional do Cinema - ANCINE, com relação aos projetos audiovisuais.			Dispõe sobre o Sistema Nacional de Defesa Civil - SINDEC.		
Lei	10.454	13/05/2002	Lei	12.257	15/06/2010
Dispõe sobre remissão da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica - CONDECINE.			Concede auxílio especial e bolsa especial aos dependentes dos militares das Forças Armadas falecidos no terremoto de janeiro de 2010 na República do Haiti.		
Decreto	3.891	17/08/2001	Decreto	7.168	05/05/2010
Fixa o valor absoluto do limite global das deduções do Imposto sobre a Renda devido, relativas a doações e a patrocínios em favor de projetos culturais e incentivos à atividade audiovisual.			Dispõe sobre o Programa Nacional de Segurança da Aviação Civil.		
Decreto	3.551	04/08/2000	Decreto	7.097	04/02/2010
Cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, e Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro.			Dispõe sobre a distribuição do efetivo de Oficiais da Ativa da Aeronáutica, em tempo de paz.		
Lei	8.313	23/12/1991	Decreto	7.070	26/01/2010
Institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura - PRONAC.			Dispõe Comitê de Participação no Fundo de Garantia para a Construção Naval - CPFGCN.		
Decreto	99.492	03/09/1990	Decreto	6.883	25/06/2009
Constitui as Fundações Instituto Brasileiro de Arte e Cultura - IBAC, Biblioteca Nacional - BN e o Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural - IBPC.			Dispõe sobre o ensino na Marinha.		
Lei	7.505	02/07/1986	Decreto	6.854	25/05/2009
Dispõe sobre benefícios fiscais na área do imposto de renda concedidos a operações de caráter cultural ou artístico.			Dispõe sobre o Regulamento da Reserva da Aeronáutica.		
Defesa Nacional					
Lei	12.807	08/05/2013	Decreto	6.834	30/04/2009
Dispõe sobre a criação de cargos de Controlador de Tráfego Aéreo do Grupo-Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo.			Aprova a Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, do Ministério da Defesa.		
Decreto	7.970	28/04/2013	Lei	11.907	02/02/2009
Regulamenta dispositivos da Lei nº 12.598, de 22 de março de 2012, que estabelece normas especiais para as compras, as contratações e o desenvolvimento de produtos e sistemas de defesa, e dá outras providências.			Dispõe sobre a reestruturação dos cargos do Grupo Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo - Grupo DACTA, da Carreira de Tecnologia Militar e de várias carreiras na Administração Pública Federal.		
Decreto	7.922	18/02/2013	Decreto	6.703	18/12/2008
Regulamenta as Gratificações de Qualificação - GQ, instituídas pelas Leis nº 9.657 de 3 de junho de 1998.			Aprova a Estratégia Nacional de Defesa.		
Decreto			Decreto	6.511	17/07/2008
			Dispõe sobre prevenção da poluição marinha causada pelo alijamento no mar de resíduos e outras matérias.		

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO - 2014, Art. 9º, inciso IV

Lei	11.458	19/03/2007	Medida Provisória	503	22/09/2010
Autoriza o Ministério da Defesa a efetuar contratação de pessoal, imprescindível ao controle do tráfego aéreo.			Ratifica o Protocolo de Intenções firmado entre a União, o Estado do Rio de Janeiro e o Município do Rio de Janeiro, com a finalidade de constituir consórcio público, denominado Autoridade Pública Olímpica - APO.		
Decreto	5.751	12/04/2006	Medida Provisória	502	20/09/2010
Aprova a Estrutura Regimental do Comando do Exército do Ministério da Defesa.			Institui normas gerais sobre desporto, cria a Bolsa-Atleta e os Programas Atleta Pódio e Cidade Esportiva.		
Decreto	5.417	13/04/2005	Decreto	7.258	05/08/2010
Aprova a Estrutura Regimental do Comando da Marinha, do Ministério da Defesa.			Cria a Empresa Brasileira de Legado Esportivo S.A. - BRASIL 2016.		
Decreto	5.013	11/03/2004	Lei	12.299	27/07/2010
Aprova o Regulamento da Representação do Brasil na Junta Interamericana de Defesa - RBJID.			Dispõe sobre medidas de prevenção e repressão aos fenômenos de violência por ocasião de competições esportivas.		
Lei	10.834	29/12/2003	Medida Provisória	497	27/07/2010
Dispõe sobre instalação e fiscalização de fábricas e comércio de armas, munições, explosivos, produtos químicos agressivos e matérias correlatas.			Institui o Regime Especial de Tributação para construção, ampliação, reforma ou modernização de estádios de futebol - RECOM.		
Decreto	4.801	06/08/2003	Medida Provisória	496	19/07/2010
Cria a Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Conselho de Governo.			Dispõe sobre o limite de endividamento de Municípios em operações de crédito destinadas ao financiamento de infraestrutura para a Copa do Mundo FIFA 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016.		
Decreto	4.346	26/08/2002	Medida Provisória	488	12/05/2010
Aprova o Regulamento Disciplinar do Exército.			Autoriza a criação da Empresa Brasileira de Legado Esportivo S.A. - BRASIL 2016.		
Decreto	4.179	02/04/2002	Medida Provisória	489	12/05/2010
Institui mecanismo de financiamento para o Programa de Ciência e Tecnologia para o Setor Aeronáutico.			Autoriza a União a integrar, na forma de consórcio público de regime especial, a Autoridade Pública Olímpica - APO.		
Lei	10.332	19/12/2001	Decreto	7.034	15/12/2009
Institui mecanismo de financiamento para o Programa de Ciência e Tecnologia para a Biotecnologia e Recursos Genéticos, para o Agronegócio e para o Setor Aeronáutico.			Dispõe sobre a divulgação por meio do Portal da Transparência, dados e informações relativos à Copa do Mundo de Futebol de 2014.		
Decreto	3.947	01/10/2001	Decreto	7.033	15/12/2009
Dispõe sobre a estrutura do Comando do Exército.			Divulga, por meio do Portal da Transparência dados e informações relativos aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016.		
Emenda Constitucional	23	02/09/1999	Lei	12.035	01/10/2009
Dispõe da criação do Ministério da defesa.			Institui o Ato Olímpico, com a finalidade de assegurar garantias à candidatura da cidade do Rio de Janeiro a sede dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016.		
Decreto	2.963	24/02/1999	Decreto	6.180	03/08/2007
Regulamenta o Auxílio-Transporte dos militares federais.			Trata dos incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo.		
Lei	9.657	03/06/1998	Lei	11.438	29/12/2006
Cria, no âmbito das Forças Armadas, a Carreira de Tecnologia Militar, a Gratificação de Desempenho de Atividade de Tecnologia Militar, os cargos que menciona, e dá outras providências.			Dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo.		
Decreto	2.299	13/08/1997	Decreto	4.201	18/04/2002
Regulamenta, no âmbito do Ministério da Aeronáutica, o regime de contratação dos Auxiliares Locais, no exterior.			Dispõe sobre o Conselho Nacional do Esporte e dá outras providências.		
Decreto	1.339	20/12/1994	Lei	9.615	24/03/1998
Regulamenta o regime jurídico dos auxiliares locais no âmbito do Ministério da Marinha, estendido às Forças Armadas.			Institui normas gerais sobre desporto.		
Lei	8.183	11/04/1991	Decreto	2.370	10/11/1997
Dispõe sobre a organização e o funcionamento do Conselho de Defesa Nacional.			Dispõe sobre a concessão de novas bolsas de estudo e de pesquisa no âmbito dos Ministérios da Educação, do Desporto e da Ciência e Tecnologia.		
Decreto	98.044	14/08/1989	Direitos da Cidadania		
Aprova novo Estatuto da Fundação Habitacional do Exército.			Decreto	7.988	17/04/2013
Desporto e Lazer					
Lei	12.780	09/01/2013	Regulamenta os arts. 1º a 13 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que dispõem sobre o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica - PRONON e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência - PRONAS/PCD.		
Dispõe sobre medidas tributárias referentes à realização, no Brasil, dos Jogos Olímpicos de 2016 e dos Jogos Paraolímpicos de 2016.			Decreto	7.963	15/03/2013
Decreto	7.560	08/09/2011	Institui o Plano Nacional de Consumo e Cidadania e cria a Câmara Nacional das Relações de Consumo.		
Dispõe sobre os procedimentos a serem observados pelos órgãos da Administração Pública federal quanto às ações do Poder Executivo federal no âmbito da Autoridade Pública Olímpica - APO.			Decreto	7.959	13/03/2013
Lei	12.462	04/08/2011	Dispõe sobre o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, para o período de 2013 a 2015, altera o Decreto nº 5.390, de 8 de março de 2005, e dá outras providências.		
Institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC), aplicável exclusivamente às licitações e contratos necessários à realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016.			Decreto	7.901	04/02/2013
Decreto	7.529	21/07/2011	Institui a Coordenação Tripartite da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfego de Pessoas e o Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfego de Pessoas - CONATRAP.		
Aprova a Estrutura Regimental do Ministério do Esporte.			Medida Provisória	586	08/11/2012
Lei	12.396	21/03/2011	Dispõe sobre o apoio técnico e financeiro da União aos entes federados no âmbito do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, e dá outras providências.		
Dispõe sobre a constituição do consórcio público, denominado Autoridade Pública Olímpica - APO.			Lei	12.715	17/09/2012
Decreto	7.319	28/09/2010	Altera a alíquota das contribuições previdenciárias sobre a folha de salários devidas pelas empresas que especifica; institui o Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores.		
Trata da aplicação do Regime Especial de Tributação para construção, ampliação, reforma ou modernização de estádios de futebol - RECOM.					

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO - 2014, Art. 9º, inciso IV

Lei	12.685	18/07/2012	Lei	12.213	20/01/2010
Institui o Dia Nacional do Compromisso com a Criança, o Adolescente e a Educação.			Institui o Fundo Nacional do Idoso.		
Decreto		14/06/2012	Decreto	6.998	05/11/2009
Convoca a III Conferência Global sobre Trabalho Infantil.			Aprova a Estrutura Regimental da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República.		
Decreto	7.747	05/06/2012	Decreto	6.861	27/05/2009
Institui a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas - PNGATI.			Dispõe sobre a Educação Escolar Indígena e define sua organização em territórios etnoeducacionais.		
Lei	12.608	10/04/2012	Decreto	5.390	08/03/2005
Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC.			Aprova o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres - PNPMM, institui o Comitê de Articulação e Monitoramento e dá outras providências.		
Lei	12.594	18/01/2012	Decreto	5.167	03/08/2004
Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), destinadas a adolescente que pratique ato infracional.			Institui Grupo de Trabalho Interministerial para elaboração de propostas e outros instrumentos para coibir a violência doméstica contra a mulher.		
Decreto	7.656	23/12/2011	Lei	10.678	23/05/2003
Trata de alteração do Decreto nº 7.520, de 8 de julho de 2011, que institui o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica - "LUZ PARA TODOS".			Cria a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, da Presidência da República, e dá outras providências.		
Lei	12.528	18/11/2011	Lei	10.639	09/01/2003
Cria, no âmbito da Casa Civil da Presidência da República a Comissão Nacional da Verdade, com a finalidade de examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos.			Inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira.		
Decreto	7.612	17/11/2011	Decreto	4.228	13/05/2002
Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite.			Institui o Programa Nacional de Ações Afirmativas.		
Decreto	7.492	02/06/2011	Lei	9.240	22/12/1995
Institui o Plano Brasil Sem Miséria.			Ratifica o Fundo de Prevenção, Recuperação e de Combate às Drogas de Abuso e o Fundo de Defesa dos Direitos Difusos.		
Decreto		18/05/2011	Decreto	1.196	14/07/1994
Convoca a II Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - LGBT.			Dispõe sobre a gestão e administração do Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente - FNCA.		
Decreto		15/03/2011	Lei	8.069	13/07/1990
Convoca a III Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres.			Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.		
Lei	12.393	04/03/2011	Lei	7.853	24/01/1989
Institui a Semana de Mobilização Nacional para Busca e Defesa da Criança Desaparecida.			Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência e disciplina a atuação do Ministério Público.		
Decreto		03/02/2011	Educação		
Institui o Grupo de Trabalho Interministerial com o objetivo de elaborar proposta de protocolo nacional de diretrizes e procedimentos para assegurar a proteção integral das crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade.			Lei	12.801	24/04/2013
Decreto	7.426	07/01/2011	Dispõe sobre o apoio técnico e financeiro da União aos entes federados no âmbito do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa.		
Dispõe sobre a transferência da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, do e da gestão do Fundo Nacional Antidrogas - FUNAD do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República para o Ministério da Justiça.			Decreto	7.988	17/04/2013
Decreto	7.395	22/12/2010	Regulamenta os arts. 1º a 13 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que dispõem sobre o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica - PRONON e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência - PRONAS/PCD.		
Estabelece a remuneração para as contratações temporárias voltadas a atividades de assistência à saúde para comunidades indígenas.			Lei	12.772	28/12/2012
Emenda Constitucional	67	22/12/2010	Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal		
Prorroga, por tempo indeterminado, o prazo de vigência do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.			Medida Provisória	586	08/11/2012
Decreto	7.388	09/12/2010	Dispõe sobre o apoio técnico e financeiro da União aos entes federados no âmbito do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, e dá outras providências.		
Dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho Nacional de Combate à Discriminação - CNCD.			Lei	12.715	17/09/2012
Decreto		08/12/2010	Altera a alíquota das contribuições previdenciárias sobre a folha de salários devidas pelas empresas que especifica; institui o Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores.		
Convoca a 1ª Conferência Nacional sobre Transparência e Participação Social - Consocial.			Decreto	7.806	17/09/2012
Decreto	7.261	12/08/2010	Regulamenta os critérios e procedimentos para a progressão dos servidores da carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, de que trata a Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008.		
Aprova a Estrutura Regimental da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República.			Lei	12.685	18/07/2012
Lei	12.288	20/07/2010	Institui o Dia Nacional do Compromisso com a Criança, o Adolescente e a Educação.		
Institui o Estatuto da Igualdade Racial.			Decreto	7.750	08/06/2012
Lei	12.260	21/06/2010	Regulamenta o Programa Um Computador por Aluno - PROUCA e o Regime Especial de Incentivo a Computadores para Uso Educacional - REICOMP.		
Reconhece a responsabilidade do Estado brasileiro pela destruição, no ano de 1964, da sede da União Nacional dos Estudantes - UNE.			Lei	12.603	03/04/2012
Decreto	7.158	20/04/2010	Trata de alteração do art. 80 da Lei nº 9.394, de 20/12/1996, para beneficiar a educação a distância com a redução de custos em meios de comunicação que sejam explorados mediante autorização, concessão ou permissão do Poder Público.		
Autoriza a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República a dar cumprimento a sentença exarada pela Corte Interamericana de Direitos Humanos.			Medida Provisória	562	20/03/2012
Lei	12.227	12/04/2010	Dispõe sobre o apoio técnico ou financeiro da União no âmbito do Plano de Ações Articuladas, para incluir os polos presenciais do sistema Universidade Aberta do Brasil na assistência financeira do Programa.		
Cria o Relatório Anual Socioeconômico da Mulher.					

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO - 2014, Art. 9º, inciso IV

Decreto	7.611	17/11/2011	Decreto	7.233	19/07/2010
Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado.			Dispõe sobre procedimentos orçamentários e financeiros relacionados à autonomia universitária.		
Decreto	7.589	26/10/2011	Decreto		30/06/2010
Institui, no âmbito do Ministério da Educação, a Rede e-Tec Brasil com a finalidade de desenvolver a educação profissional e tecnológica na modalidade de educação a distância.			Institui o Comitê Interministerial responsável pela organização da 34ª Sessão do Comitê do Patrimônio Mundial da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura - UNESCO.		
Lei	12.513	26/10/2011	Medida Provisória	492	29/06/2010
Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec			Institui, no âmbito do Ministério da Educação, o plano especial de recuperação da rede física escolar pública.		
Lei	12.487	15/09/2011	Decreto	7.219	24/06/2010
Institui, no âmbito do Ministério da Educação, o plano especial de recuperação da rede física das escolas públicas estaduais, do Distrito Federal e municipais.			Dispõe sobre o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - PIBID.		
Decreto	7.559	01/09/2011	Lei	12.249	11/06/2010
Dispõe sobre o Plano Nacional do Livro e Leitura - PNLL e dá outras providências.			Cria o Programa Um Computador por Aluno - PROUCA e institui o Regime Especial de Aquisição de Computadores para Uso Educacional - RECOMPE. Institui o Regime Especial para a Indústria Aeronáutica Brasileira.		
Lei	12.443	15/07/2011	Lei	12.244	24/05/2010
Dispõe sobre a criação das Funções Comissionadas do FNDE - FCFNDE; cria, no âmbito do Poder Executivo Federal, cargos em comissão, a serem alocados no Ministério da Educação e dá outras providências.			Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País.		
Lei	12.416	09/06/2011	Medida Provisória	484	30/03/2010
Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a oferta de educação superior para os povos indígenas.			Dispõe sobre a prestação de apoio financeiro pela União aos Estados e ao Distrito Federal e institui o Programa Especial de Fortalecimento do Ensino Médio.		
Decreto	7.485	18/05/2011	Decreto	7.083	27/01/2010
Dispõe sobre a constituição de banco de professor-equivalente das universidades federais vinculadas ao Ministério da Educação e regulamenta a admissão de professor substituto.			Dispõe sobre o Programa Mais Educação.		
Medida Provisória	533	10/05/2011	Decreto	7.084	27/01/2010
Autoriza a União a transferir recursos financeiros aos Municípios e ao Distrito Federal, com finalidade de prestar apoio financeiro à manutenção de novos estabelecimentos públicos de educação infantil.			Dispõe sobre os programas de material didático.		
Medida Provisória	530	25/04/2011	Decreto	7.082	27/01/2010
Institui, no âmbito do Ministério da Educação, o plano especial de recuperação da rede física escolar pública.			Institui o Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais - REHUF.		
Decreto	7.448	03/03/2011	Lei	12.189	12/01/2010
Dá nova redação aos arts. 1o e 4o do Decreto no 5.274, de 18 de novembro de 2004, que institui o Programa de Qualificação de Docente e Ensino de Língua Portuguesa no Timor-Leste.			Dispõe sobre a criação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA.		
Medida Provisória	525	14/02/2011	Decreto	7.022	02/12/2009
Dispõe sobre admissão de professor para suprir demandas decorrentes da expansão das instituições federais de ensino.			Estabelece medidas organizacionais para dar suporte ao processo de implantação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.		
Decreto	7.416	30/12/2010	Emenda Constitucional	59	11/11/2009
Dispõe sobre a concessão de bolsas para desenvolvimento de atividades de ensino e extensão universitária.			Reduz o percentual da Desvinculação das Receitas da União incidente sobre os recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino.		
Decreto	7.415	30/12/2010	Decreto	6.986	20/10/2009
Institui a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica.			Dispõe sobre a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.		
Decreto	7.397	22/12/2010	Decreto	6.952	02/09/2009
Institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF, dispõe sobre a sua gestão.			Aprova o Regulamento do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE, e dá outras providências.		
Decreto	7.352	04/11/2010	Lei	12.014	06/08/2009
Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA.			Dispõe sobre as categorias de trabalhadores que se devem considerar profissionais da educação.		
Decreto	7.338	20/10/2010	Lei	11.947	16/06/2009
Dispõe sobre a integralização de cotas no Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo - FGEDUC.			Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e sobre o Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica.		
Decreto	7.337	20/10/2010	Decreto	6.861	27/05/2009
Dispõe sobre as condições de amortização dos contratos de financiamento celebrados no âmbito do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES.			Dispõe sobre a Educação Escolar Indígena e define sua organização em territórios etnoeducacionais.		
Decreto	7.313	22/09/2010	Decreto	6.755	20/01/2009
Dispõe sobre procedimentos orçamentários e financeiros relacionados à autonomia dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia.			Institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica e disciplina a atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES.		
Lei	12.306	06/08/2010	Lei	11.892	29/12/2008
Dispõe sobre a prestação de apoio financeiro pela União aos Estados e ao Distrito Federal, institui o Programa Especial de Fortalecimento do Ensino Médio.			Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.		
Decreto	7.243	26/07/2010	Decreto	6.629	04/11/2008
Regulamenta o Programa Um Computador por Aluno - PROUCA e o Regime Especial de Aquisição de Computadores para uso Educacional - RECOMPE.			Regulamenta o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem.		
Decreto	7.234	19/07/2010	Lei	11.740	16/07/2008
Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES.			Cria cargos efetivos, no âmbito do Ministério da Educação, destinados a instituições federais de educação profissional e tecnológica e de ensino superior.		

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO - 2014, Art. 9º, inciso IV

Lei	11.738	16/07/2008	Decreto	4.875	11/11/2003
Institui o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica.			Institui o "Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior" no âmbito do Ministério da Educação.		
Decreto	6.494	30/06/2008	Lei	10.639	09/01/2003
Dispõe sobre o Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil - Pro-Infância.			Inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira.		
Lei	11.692	10/06/2008	Decreto	4.313	24/07/2002
Dispõe sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem.			Regulamenta o Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à educação - "Bolsa Escola".		
Decreto	6.319	20/12/2007	Decreto	4.281	25/06/2002
Aprova a Estrutura Regimental do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE.			Dispõe sobre a Política Nacional de Educação Ambiental.		
Decreto	6.320	20/12/2007	Lei	10.219	11/04/2001
Aprova a Estrutura Regimental do Ministério da Educação.			Cria o Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à educação - "Bolsa Escola".		
Decreto	6.286	05/12/2007	Lei	10.172	09/01/2001
Institui o Programa Saúde na Escola - PSE.			Aprova o Plano Nacional de Educação.		
Decreto	6.253	13/11/2007	Decreto	3.276	06/12/1999
Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB.			Dispõe sobre a formação em nível superior de professores para atuar na educação básica.		
Decreto	6.094	24/04/2007	Lei	9.795	27/04/1999
Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação.			Dispõe sobre a educação ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental.		
Decreto	6.095	24/04/2007	Lei	9.766	19/12/1998
Estabelece diretrizes para o processo de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFET.			Altera a legislação que rege o salário-educação.		
Decreto	6.092	24/04/2007	Decreto	2.406	27/11/1997
Regulamenta o Auxílio de Avaliação Educacional - AAE.			Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica.		
Emenda Constitucional	53	19/12/2006	Decreto	2.370	10/11/1997
Trata da Contribuição Salário Educação.			Dispõe sobre a concessão de novas bolsas de estudo e de pesquisa no âmbito dos Ministérios da Educação, do Desporto e da Ciência e Tecnologia.		
Lei	11.352	11/10/2006	Lei	9.394	20/12/1996
Dispõe sobre a criação de cargos no âmbito do Ministério da Educação.			Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional - Lei Darcy Ribeiro.		
Decreto	5.840	13/07/2006	Lei	8.958	20/12/1994
Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA.			Dispõe sobre as relações entre as instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e as fundações de apoio e dá outras providências.		
Decreto	5.773	09/05/2006	Lei	8.948	08/12/1994
Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior.			Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica.		
Decreto	6.003	28/02/2006	Decreto	734	28/01/1993
Regulamenta a arrecadação, a fiscalização e a cobrança da contribuição social do salário-educação.			Transfere e cria, por transformação, cargos em comissão e funções de confiança no âmbito do Ministério da Educação e do Desporto.		
Lei	11.273	06/02/2006	Decreto	70.025	24/01/1972
Autoriza a concessão de bolsas de estudo e de pesquisa a participantes de programas de formação inicial e continuada de professores para a educação básica.			Classifica os órgãos de deliberação coletiva existentes na área do Ministério da Educação e Ministério da Cultura.		
Decreto	5.622	19/12/2005	Energia		
Dispõe sobre as diretrizes e bases da Educação Nacional.			Lei	12.783	11/01/2013
Lei	11.180	23/09/2005	Dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais e sobre a modicidade tarifária.		
Autoriza a concessão de bolsas de permanência a estudantes beneficiários do Programa Universidade para Todos - PROUNI e institui o Programa de Educação Tutorial - PET.			Decreto	7.656	23/12/2011
Lei	11.129	30/06/2005	Trata de alteração do Decreto nº 7.520, de 8 de julho de 2011, que institui o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica - "LUZ PARA TODOS".		
Institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem; cria o Conselho Nacional da Juventude - CNJ e a Secretaria Nacional da Juventude.			Decreto	7.583	13/10/2011
Lei	11.096	13/01/2005	Regulamenta a aplicação da Tarifa Social de Energia Elétrica, e dá outras providências.		
Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI e regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior.			Decreto	7.520	08/07/2011
Lei	11.091	12/01/2005	Institui o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica - "LUZ PARA TODOS", para o período de 2011 a 2014.		
Dispõe sobre a estruturação do plano de carreira dos cargos técnico-administrativos em educação.			Decreto	7.403	23/12/2010
Lei	10.880	09/06/2004	Estabelece regra de transição para destinação das parcelas de Royalties e da participação especial devidas à administração direta da União em função da produção de petróleo, gás natural, e outros hidrocarbonetos fluidos em áreas do Pré-Sal.		
Trata da instituição de programas de transporte escolar, do apoio a sistemas de ensino para educação de jovens e adultos e do repasse de recursos financeiros do Programa Brasil Alfabetizado.			Lei	12.351	22/12/2010
Lei	10.870	19/05/2004	Dispõe sobre a exploração e a produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos, em áreas do pré-sal, cria o Fundo Social - FS e dispõe sobre sua estrutura e fontes de recursos.		
Institui a Taxa de Avaliação in loco das instituições de educação superior e dos cursos de graduação.					
Lei	10.861	14/04/2004			
Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES.					

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO - 2014, Art. 9º, inciso IV

Decreto	7.402	22/12/2010	Decreto	4.131	14/02/2002
Dispõe sobre a parcela referida no inciso II do § 1º do art. 17 da Lei nº 9.648, paga por titular de concessão ou autorização para exploração de potencial hidráulico.			Dispõe sobre medidas emergenciais de redução do consumo de energia elétrica no âmbito da Administração Pública Federal.		
Decreto	7.342	26/10/2010	Lei	10.310	22/11/2001
Cria o Comitê Interministerial de Cadastramento Socioeconômico, no âmbito do Ministério de Minas e Energia.			Dispõe sobre a complementação pela União dos recursos necessários ao pagamento de bônus aos consumidores residenciais de energia elétrica.		
Decreto	7.324	05/10/2010	Lei	10.295	17/10/2001
Dispõe sobre o Programa Luz para Todos.			Dispõe sobre a Política Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia.		
Decreto	7.320	28/09/2010	Medida Provisória	2.209	29/08/2001
Regulamenta a forma de habilitação e cohabilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Infraestrutura da Indústria Petrolífera nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste - REPENEC.			Autoriza a União a criar a Comercialização Brasileira de Energia Emergencial - CBEE.		
Decreto		10/09/2010	Medida Provisória	2.198	24/08/2001
Autoriza o aumento do capital social da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobrás.			Cria e instala a Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica.		
Lei	12.304	02/08/2010	Decreto	3.739	31/01/2001
Cria a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. - Pré-Sal Petróleo.			Dispõe sobre o cálculo da tarifa atualizada de referência para compensação financeira pela utilização de recursos hídricos.		
Lei	12.276	30/06/2010	Lei	9.991	24/07/2000
Autoriza a União a ceder onerosamente à Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS o exercício das atividades de pesquisa e lavra de petróleo, de gás natural e de outros Hidrocarbonetos.			Dispõe sobre realização de investimentos em pesquisa e desenvolvimento e em eficiência energética.		
Decreto	7.204	08/06/2010	Lei	9.847	26/10/1999
Dispõe sobre realização de investimentos em pesquisa e desenvolvimento e em eficiência energética.			Dispõe sobre a fiscalização das atividades relativas ao abastecimento nacional de combustíveis, de que trata a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, estabelece sanções administrativas.		
Decreto	7.183	24/05/2010	Decreto	2.335	06/10/1997
Dispõe acordo entre o Brasil e a Alemanha sobre o Programa de Construção de Pequenas Centrais Hidrelétricas - EletoBrás.			Constitui a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, e aprova sua Estrutura Regimental.		
Decreto	7.154	09/04/2010	Lei	9.478	06/08/1997
Autoriza a instalação de sistemas de transmissão e distribuição de energia elétrica em unidades de conservação de uso sustentável.			Dispõe sobre a Política Energética Nacional, Monopólio do Petróleo, Conselho Nacional de Política Energética, Agência Nacional do Petróleo.		
Lei	12.212	20/01/2010	Lei	9.427	26/12/1996
Dispõe sobre a Tarifa Social de Energia Elétrica.			Institui a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, disciplina o regime das concessões de serviços públicos de Energia Elétrica.		
Lei	12.111	09/12/2009	Lei	8.631	04/03/1993
Dispõe sobre os serviços de energia elétrica nos Sistemas Isolados.			Dispõe sobre a fixação dos níveis das tarifas para o serviço público de energia elétrica e extingue o regime de remuneração garantida.		
Decreto	6.902	20/07/2009	Lei	7.990	28/12/1989
Institui o Conselho Diretor do Fundo de Garantia a Empreendimentos de Energia Elétrica - CDFGEE.			Institui, para os Estados, Distrito Federal e Municípios, compensação financeira pelo resultado da exploração de petróleo ou gás natural para fins de geração de energia elétrica.		
Lei	11.943	28/05/2009	Decreto-Lei	2.432	17/05/1988
Autoriza a União a participar de Fundo de Garantia a Empreendimentos de Energia Elétrica - FGEE.			Institui a Reserva Nacional de Compensação de Remuneração das concessionárias de serviços públicos de energia elétrica - RENCOR.		
Decreto	6.781	18/02/2009			
Determina à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL a promoção e o acompanhamento do processo de licitação de concessões.			Essencial à Justiça		
Decreto	5.667	10/01/2006	Lei	12.762	27/12/2012
Aprova a Estrutura Regimental da Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN.			Dispõe sobre a criação de 3 (três) varas federais no Estado do Amapá e sobre a criação de cargos efetivos e em comissão e funções de confiança nos Quadros de Pessoal da Justiça Federal e do Superior Tribunal de Justiça, e dá outras providências.		
Decreto	5.267	09/11/2004	Emenda Constitucional	69	29/03/2012
Aprova a Estrutura Regimental do Ministério de Minas e Energia.			Transfere da União para o Distrito Federal as atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal.		
Decreto	5.177	12/08/2004	Lei	12.601	23/03/2012
Dispõe sobre a organização, as atribuições e o funcionamento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.			Cria cargos na Carreira de Diplomata; altera o Anexo I da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006; e cria cargos de Oficial de Chancelaria.		
Decreto	5.163	30/07/2004	Lei	11.967	06/07/2009
Regulamenta a comercialização de energia elétrica e o processo de outorga de concessões e de autorizações de geração de energia elétrica.			Dispõe sobre a estrutura organizacional e funcional do Conselho Nacional do Ministério Público.		
Decreto	5.070	06/05/2004	Lei	11.415	15/12/2006
Determina à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL a promoção e o acompanhamento dos processos de licitação.			Dispõe sobre as Carreiras dos Servidores do Ministério Público da União.		
Lei	10.848	15/03/2004	Lei	10.907	15/07/2004
Dispõe sobre a comercialização de energia elétrica.			Institui a Gratificação Específica de Apoio Técnico-Administrativo da Advocacia-Geral da União - GEATA.		
Decreto	4.932	23/12/2003	Lei	10.771	21/11/2003
Dispõe sobre a delegação de competências à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.			Dispõe sobre a criação de cargos efetivos de Membros do Ministério Público da União.		
Lei	10.762	11/11/2003	Lei	10.480	02/07/2002
Dispõe sobre a criação do Programa Emergencial e Excepcional de Apoio às Concessionárias de Serviços Públicos de Distribuição de Energia Elétrica.			Dispõe sobre o Quadro de Pessoal da Advocacia-Geral da União e cria a Procuradoria-Geral Federal.		
Lei	10.438	26/04/2002	Decreto	3.917	13/09/2001
Dispõe sobre a expansão da oferta de energia elétrica emergencial.			Dispõe sobre limites para despesa com pessoal para o Ministério Público e o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e ex-Territórios.		

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO - 2014, Art. 9º, inciso IV

Decreto Legislativo	899	01/12/2009	Decreto	99.274	06/06/1990
Aprova a Proposta de Participação do Brasil na Quarta Recomposição dos Recursos do Fundo para o Meio Ambiente Global - Global Environment Facility - GEF.			Dispõe sobre a criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental e sobre a Política Nacional do Meio Ambiente.		
Decreto	7.008	12/11/2009	Lei	7.797	10/07/1989
Institui a Operação Arco Verde, no âmbito do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal.			Cria o Fundo Nacional de Meio Ambiente.		
Decreto	6.985	20/10/2009	Lei	7.735	22/02/1989
Dispõe sobre o Fundo Nacional do Meio Ambiente.			Cria o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.		
Decreto	6.981	13/10/2009	Lei	6.938	31/08/1981
Dispõe sobre a atuação conjunta dos ministérios da Pesca e Aquicultura e do Meio Ambiente nos aspectos relacionados ao uso sustentável dos recursos pesqueiros.			Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação.		
Decreto	6.874	05/06/2009	Lei	6.803	02/06/1980
Institui, no âmbito dos Ministérios do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Agrário, o Programa Federal de Manejo Florestal Comunitário e Familiar - PMCF.			Dispõe sobre as diretrizes básicas para o zoneamento industrial nas áreas críticas de poluição.		
Decreto	6.792	10/03/2009	Habitação		
Dispõe sobre a composição e funcionamento do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA.			Decreto	7.499	16/06/2011
Decreto	6.565	15/09/2008	Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida.		
Dispõe sobre as doações recebidas por instituições financeiras controladas pela União e destinadas a ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento.			Lei	12.424	16/06/2011
Decreto	6.514	22/07/2008	Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas e dá outras providências.		
Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente.			Decreto	7.366	25/11/2010
Decreto	6.515	22/07/2008	Autoriza a integralização de cotas do Fundo Garantidor da Habitação Popular - FGHab		
Institui no âmbito dos Ministérios do Meio Ambiente e da Justiça, os Programas de Segurança Ambiental.			Lei	12.112	09/12/2009
Decreto	6.469	30/05/2008	Dispõe sobre as regras e procedimentos sobre locação de imóvel urbano.		
Autoriza a redução da área de reserva legal para até 50% no Estado do Acre.			Lei	12.024	27/08/2009
Decreto	6.099	26/04/2007	Dispõe sobre os contratos de construção de moradias firmados dentro do Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV.		
Aprova a Estrutura Regimental do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA.			Lei	11.977	07/07/2009
Decreto	6.101	26/04/2007	Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas.		
Aprova a Estrutura Regimental do Ministério do Meio Ambiente.			Decreto	6.820	13/04/2009
Decreto	5.995	19/12/2006	Dispõe sobre a composição e as competências do Comitê de Participação no Fundo Garantidor da Habitação Popular - CPFGHab.		
Institui o Sistema de Gestão do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional - SGB.			Lei	11.888	24/12/2008
Lei	11.284	02/03/2006	Assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social.		
Institui na estrutura do Ministério do Meio Ambiente - MMA o Serviço Florestal Brasileiro - SFB e cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal - FNDF.			Lei	11.578	26/11/2007
Decreto	5.577	08/11/2005	Dispõe sobre a forma de operacionalização do Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social - PSH.		
Institui, no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, o Programa Nacional de Conservação e Uso Sustentável do Bioma Cerrado - Programa Cerrado Sustentável.			Lei	11.124	16/06/2005
Decreto	4.326	08/08/2002	Dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social - SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS.		
Institui no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, o Programa Áreas Protegidas da Amazônia - ARPA.			Decreto	5.345	18/01/2005
Decreto	4.293	02/07/2002	Dispõe sobre contratos do Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social - PSH.		
Disciplina a Carreira de Especialista em Meio Ambiente.			Lei	10.998	15/12/2004
Lei	10.410	11/01/2002	Altera o Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social.		
Cria e disciplina a carreira de Especialista em Meio Ambiente.			Lei	10.840	11/02/2004
Lei	10.165	27/12/2000	Cria o Programa Especial de Habitação Popular - PEHP.		
Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação.			Lei	8.709	23/09/1993
Decreto	3.524	26/06/2000	Dispõe sobre operações de crédito externo contratadas pelo extinto Banco Nacional da Habitação.		
Dispõe sobre o Fundo Nacional do Meio Ambiente.			Decreto	640	26/08/1992
Lei	9.795	27/04/1999	Autoriza a Caixa Econômica Federal a utilizar o Fundo de Desenvolvimento Social - FDS, para saldar compromissos com contratos de financiamento de habitação popular.		
Dispõe sobre a educação ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental.			Decreto	97.548	01/03/1989
Lei	9.433	08/01/1997	Dispõe sobre a atualização monetária dos saldos devedores de contratos no âmbito dos Sistemas Financeiros da Habitação e do Saneamento - SFH e SFS.		
Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.			Decreto-Lei	2.291	21/11/1986
Lei	8.746	09/12/1993	Extingue o Banco Nacional da Habitação - BNH.		
Cria mediante transformação, o Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal.			Indústria		
Decreto Legislativo	2	17/03/1992			
Aprova o texto da Convenção sobre Diversidade Biológica, realizada no Rio de Janeiro em junho de 1992.					

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO - 2014, Art. 9º, inciso IV

Decreto	7.988	17/04/2013	Lei Complementar	142	08/05/2013
Regulamenta os arts. 1º a 13 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que dispõe sobre o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica - PRONON e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência - PRONAS/PCD.			Regulamenta o § 1º do art. 201 da Constituição Federal, no tocante à aposentadoria da pessoa com deficiência segurada do Regime Geral de Previdência Social - RGPS.		
Decreto	7.819	03/10/2012	Decreto	7.988	17/04/2013
Regulamenta os arts. 40 a 44 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que dispõe sobre o Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores - INOVAR-AUTO.			Regulamenta os arts. 1º a 13 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que dispõe sobre o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica - PRONON e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência - PRONAS/PCD.		
Lei	12.715	17/09/2012	Decreto	7.808	20/09/2012
Altera a alíquota das contribuições previdenciárias sobre a folha de salários devidas pelas empresas que especifica; institui o Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores.			Cria a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo - Funpresp-Exe, dispõe sobre sua vinculação no âmbito do Poder Executivo e dá outras providências.		
Lei	12.249	11/06/2010	Lei	12.715	17/09/2012
Cria o Programa Um Computador por Aluno - PROUCA e institui o Regime Especial de Aquisição de Computadores para Uso Educacional - RECOMPE. Institui o Regime Especial para a Indústria Aeronáutica Brasileira.			Altera a alíquota das contribuições previdenciárias sobre a folha de salários devidas pelas empresas que especifica; institui o Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores.		
Decreto	7.096	04/02/2010	Decreto	7.331	19/10/2010
Aprova a Estrutura Regimental do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.			Dispõe sobre o Regulamento da Previdência Social.		
Lei	11.529	22/10/2007	Lei	12.254	15/06/2010
Dispõe sobre o desconto de créditos da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins, na aquisição no mercado interno ou importação de bens de capital destinados à produção dos bens e de produtos.			Dispõe sobre o reajuste dos benefícios mantidos pela Previdência Social em 2010 e 2011.		
Decreto	6.234	11/10/2007	Decreto	7.078	26/01/2010
Estabelece critérios para a fruição dos incentivos decorrentes do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Equipamentos para a TV Digital - PATVD.			Aprova a Estrutura Regimental do Ministério da Previdência Social.		
Decreto	6.233	11/10/2007	Decreto	6.765	10/02/2009
Estabelece critérios para efeito de habilitação ao Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores - PADIS.			Dispõe sobre o reajuste dos benefícios mantidos pela Previdência Social.		
Lei	11.484	31/05/2007	Lei	11.720	20/06/2008
Dispõe sobre os incentivos às indústrias de equipamentos para TV Digital.			Trata sobre o bloqueio do pagamento de benefício da previdência social.		
Lei	11.437	28/12/2006	Lei	11.543	13/11/2007
Altera a destinação de receitas decorrentes da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional - CONDECINE.			Cria cargos na área da Previdência, Saúde e Trabalho e extingue cargos no Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC.		
Lei	11.329	25/07/2006	Decreto	6.019	22/01/2007
Dispõe sobre a prorrogação de incentivos fiscais para aplicação em fundos destinados ao desenvolvimento da indústria cinematográfica.			Institui o Fórum Nacional da Previdência Social.		
Lei	10.454	13/05/2002	Lei	11.302	10/05/2006
Dispõe sobre remissão da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica - CONDECINE.			Dispõe sobre a estruturação da Carreira Previdenciária no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.		
Decreto	949	05/10/1993	Emenda Constitucional	47	05/07/2005
Dispõe sobre os incentivos fiscais para a capacitação tecnológica da indústria e da agropecuária.			Dispõe sobre a reforma da Previdência Social.		
Organização Agrária			Lei	10.887	18/06/2004
Decreto	7.644	16/12/2011	Dispõe sobre regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, Estados e Municípios.		
Trata da Regulamentação da Lei nº 12512, de 2011 que instituiu o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais.			Lei	10.855	01/04/2004
Decreto	7.352	04/11/2010	Dispõe sobre a reestruturação da Carreira Previdenciária.		
Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA.			Lei	10.483	03/07/2002
Decreto	7.215	15/06/2010	Dispõe sobre a estruturação da Carreira da Seguridade Social e do Trabalho.		
Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER.			Lei	10.355	26/12/2001
Lei	12.188	11/01/2010	Dispõe sobre a estruturação da Carreira Previdenciária no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.		
Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - PNATER, e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - PRONATER.			Decreto	3.788	11/04/2001
Decreto	7.029	10/12/2009	Institui o Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP.		
Institui o Programa Federal de Apoio à Regularização Ambiental de Imóveis Rurais, denominado "Programa Mais Ambiente".			Decreto	3.048	06/05/1999
Decreto	6.992	28/10/2009	Aprova o Regulamento da Previdência Social.		
Dispõe sobre a regularização fundiária das áreas rurais situadas em terras da União.			Decreto	894	16/08/1993
Decreto	6.672	02/12/2008	Dispõe sobre a dedução de recursos do Fundo de Participação dos Municípios - FPM para amortização de dívidas junto à Previdência Social.		
Trata do Subprograma de Combate à Pobreza Rural, instituído no âmbito do Programa Nacional de Reforma Agrária.			Lei	8.689	27/07/1993
Previdência Social			Trata da extinção do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social - INAMPS.		
Lei			Lei	8.647	13/04/1993
Institui o Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social.			Dispõe sobre a vinculação do servidor público civil, ocupante de cargo em comissão, ao regime de Previdência Social.		
			Lei	6.887	10/12/1980
			Altera a legislação da Previdência Social Urbana.		

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO - 2014, Art. 9º, inciso IV

Lei	6.125	04/11/1974	Decreto	1.675	13/10/1995	
Autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social - DATAPREV.			Dispõe sobre o Programa de Ação Social em Saneamento - PROSEGE.			
Relações Exteriores						
Decreto Legislativo	329	18/07/2012	Saúde			
Aprova o texto do Convênio Constitutivo do Fundo Multilateral de Investimentos II (FUMIN II).			Lei	12.715	17/09/2012	
Decreto Legislativo	302	24/10/2011	Altera a alíquota das contribuições previdenciárias sobre a folha de salários devidas pelas empresas que especifica; institui o Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores.			
Aprova o texto da Resolução no 1.105, de 30 de novembro de 2004, que aprovou o ingresso da República Federativa do Brasil na Organização Internacional para as Migrações - OIM.			Lei	12.604	03/04/2012	
Decreto	7.374	26/11/2010	Institui a Semana Nacional de Controle e Combate à Leishmaniose.			
Cria o Commissariado Brasileiro para coordenar a participação do Brasil no Festival Internacional Europolia 2011.			Medida Provisória	557	26/12/2011	
Decreto	7.304	22/09/2010	Institui o Sistema Nacional de Cadastro, Vigilância e Acompanhamento da Gestante e Puérpera para Prevenção da Mortalidade Materna.			
Aprova a Estrutura Regimental do Ministério das Relações Exteriores.			Decreto	7.646	21/12/2011	
Lei	12.292	20/07/2010	Dispõe sobre a Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde e sobre o processo administrativo para incorporação, exclusão e alteração de tecnologias em saúde pelo Sistema Único de Saúde - SUS.			
Autoriza o Poder Executivo a realizar doação para a reconstrução de Gaza.			Decreto	7.616	17/11/2011	
Decreto		30/06/2010	Dispõe sobre a declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional - ESPIN e institui a Força Nacional do Sistema Único de Saúde - FN-SUS.			
Institui o Comitê Interministerial responsável pela organização da 34ª Sessão do Comitê do Patrimônio Mundial da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura - UNESCO.			Lei	12.438	06/07/2011	
Lei	12.271	24/06/2010	Altera a Lei 8.689, de 27 de julho de 1993, para que a prestação de contas dos gestores do Sistema Único de Saúde - SUS ao Poder Legislativo estenda-se à esfera federal de governo.			
Decreto	7.214	15/06/2010	Decreto	7.508	28/06/2011	
Estabelece princípios e diretrizes da política governamental para as comunidades brasileiras no exterior, institui as Conferências Brasileiras no Mundo - CBM, cria o Conselho de Representantes de Brasileiros no Exterior - CRBE, e dá outras providências.			Dispõe sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências.			
Decreto Legislativo	75	25/01/2010	Lei	12.401	28/04/2011	
Autoriza o aumento do efetivo do contingente brasileiro para a Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti - MINUSTAH.			Dispõe sobre a assistência terapêutica e a incorporação de tecnologia em saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.			
Decreto	7.064	14/01/2010	Decreto	7.461	18/04/2011	
Dispõe sobre a execução do Protocolo sobre o Comércio de Serviços entre o MERCOSUL e o Chile.			Prorroga o prazo de efetivação da transição da gestão do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena da Fundação Nacional de Saúde para o Ministério da Saúde.			
Decreto	7.030	14/12/2009	Decreto	7.395	22/12/2010	
Promulga a Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados.			Estabelece a remuneração para as contratações temporárias voltadas a atividades de assistência à saúde para comunidades indígenas.			
Lei	12.117	14/12/2009	Decreto	7.385	08/12/2010	
Trata da autorização à União para doar recursos à República de Moçambique para a primeira fase de instalação de fábrica de antirretrovirais e outros medicamentos.			Institui o Sistema Universidade Aberta do Sistema Único de Saúde - UNA-SUS.			
Lei	11.440	29/12/2006	Decreto		06/12/2010	
Institui o Regime Jurídico dos Servidores do Serviço Exterior Brasileiro, altera a Lei nº 8.829, de 22 de dezembro de 1993, que cria, no Serviço Exterior Brasileiro, as Carreiras de Oficial de Chancelaria e de Assistente de Chancelaria.			Institui o Grupo Executivo Interministerial de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional e Internacional (GEIESPII).			
Decreto	5.151	22/07/2004	Decreto		01/12/2010	
Dispõe sobre procedimentos para fins de celebração de atos de cooperação técnica a serem observados por órgãos públicos e entidades da Administração Pública Federal.			Convoca a IV Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.			
Decreto	4.801	06/08/2003	Decreto	7.335	19/10/2010	
Cria a Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Conselho de Governo.			Aprova o Estatuto da Fundação Nacional de Saúde - FUNASA.			
Decreto	1.983	14/08/1996	Decreto	7.272	25/08/2010	
Institui o Programa de Modernização, Agilização, Aprimoramento e Segurança da Fiscalização do Tráfego Internacional e do Passaporte Brasileiro - PROMASP.			Institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN, estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.			
Lei	8.829	22/12/1993	Decreto	7.235	19/07/2010	
Cria no Serviço Exterior as Carreiras de Oficial de Chancelaria e de Assistente de Chancelaria.			Regulamenta a concessão de indenização por dano moral às pessoas com deficiência física decorrente do uso da talidomida.			
Saneamento						
Lei	12.305	02/08/2010	Lei	12.269	21/06/2010	
Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.			Dispõe sobre o Plano de Carreiras e Cargos de Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública e sobre redistribuição de servidores para a SUFRAMA e para a EMBRATUR.			
Decreto	7.217	21/06/2010	Decreto	7.186	27/05/2010	
Dispõe sobre diretrizes nacionais para o saneamento básico e dá outras providências.			Dispõe sobre o Adicional por Plantão Hospitalar - APH.			
Decreto	6.942	18/08/2009	Decreto	7.121	03/03/2010	
Institui o Biênio Brasileiro do Saneamento - 2009-2010.			Inclui o Ministério da Justiça na composição do Comitê Gestor de Atenção à Saúde do Servidor.			
Lei	11.445	05/01/2007	Emenda Constitucional	63	04/02/2010	
Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico.			Dispõe sobre diretrizes para os Planos das Carreiras dos agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias.			
				Decreto	7.082	27/01/2010
				Institui o Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais - REHUF.		

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO - 2014, Art. 9º, inciso IV

Lei	12.190	13/01/2010	Decreto	2.536	06/04/1998
Concede indenização por dano moral às pessoas com deficiência física decorrente do uso da talidomida.			Dispõe sobre a concessão do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos.		
Lei	12.117	14/12/2009	Lei	9.434	04/02/1997
Trata da autorização à União para doar recursos à República de Moçambique para a primeira fase de instalação de fábrica de antirretrovirais e outros medicamentos.			Dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento.		
Lei	12.116	10/12/2009	Decreto	1.651	28/09/1995
Institui o Dia Nacional de Luta contra o Câncer de Mama.			Regulamenta o Sistema Nacional de Auditoria no âmbito do Sistema Único de Saúde.		
Decreto	7.003	09/11/2009	Decreto	1.232	30/08/1994
Regulamenta a concessão de licença para tratamento de saúde do servidor da Administração Federal.			Dispõe sobre as condições e a forma de repasse de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os fundos de saúde estaduais, municipais e do Distrito Federal.		
Decreto	6.833	29/04/2009	Lei	8.853	04/02/1994
Institui o Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal - SIASS e o Comitê Gestor de Atenção à Saúde do Servidor.			Atribui competência ao Ministro de Estado da Saúde para praticar atos ad referendum da Junta Deliberativa do Fundo Nacional de Saúde.		
Lei	11.903	14/01/2009	Lei	8.142	28/12/1990
Dispõe sobre o rastreamento da produção e do consumo de medicamentos por meio de tecnologia de captura, armazenamento e transmissão eletrônica de dados.			Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde - SUS.		
Decreto	6.286	05/12/2007	Lei	8.080	19/09/1990
Institui o Programa Saúde na Escola - PSE.			Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde e para a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes.		
Lei	11.543	13/11/2007	Lei	5.026	14/06/1966
Cria cargos na área da Previdência, Saúde e Trabalho e extingue cargos no Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC.			Estabelece normas gerais para a instituição e execução de campanhas de saúde pública exercidas ou promovidas pelo Ministério da Saúde.		
Lei	11.387	14/12/2006	Segurança Pública		
Autoriza a União a efetuar contribuição à Organização Mundial da Saúde - OMS, destinada a Compra de Medicamentos contra a AIDS, malária e tuberculose.			Lei	12.681	04/07/2012
Lei	11.355	19/10/2006	Institui o Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas - SINESP.		
Dispõe sobre plano de carreiras em diversas áreas da Administração Pública, Previdência, Saúde, Trabalho, Ciência e Tecnologia.			Lei	12.608	10/04/2012
Decreto	5.090	20/05/2004	Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC.		
Lei	10.850	25/03/2004	Decreto	7.626	24/11/2011
Atribui competências à Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.			Institui o Plano Estratégico de Educação no âmbito do Sistema Prisional.		
Decreto	4.978	03/02/2004	Decreto	7.443	23/02/2011
Dispõe sobre a assistência à saúde do servidor.			Dispõe sobre o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI e sobre o projeto Bolsa-Formação.		
Decreto	4.727	09/06/2003	Decreto	7.413	30/12/2010
Aprova a Estrutura Regimental da Fundação Nacional de Saúde - FUNASA.			Dispõe sobre a estrutura, composição, competências e funcionamento do Conselho Nacional de Segurança Pública - CONASP.		
Decreto	3.964	10/10/2001	Lei	12.340	01/12/2010
Dispõe sobre o Fundo Nacional de Saúde.			Dispõe sobre o Sistema Nacional de Defesa Civil - SINDEC, e sobre o Fundo Especial para Calamidades Públicas.		
Medida Provisória	2.206	06/09/2001	Decreto	7.318	28/09/2010
Cria o Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à saúde: "Bolsa-Alimentação".			Regulamenta a participação de servidores civis nas atividades desenvolvidas no âmbito da cooperação federativa.		
Lei	10.216	06/04/2001	Decreto	7.257	04/08/2010
Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais.			Regulamenta o Sistema Nacional de Defesa Civil - SINDEC.		
Lei	10.191	14/02/2001	Medida Provisória	494	02/07/2010
Dispõe sobre a aquisição de produtos para a implementação de ações de saúde no âmbito do Ministério da Saúde.			Dispõe sobre o Sistema Nacional de Defesa Civil - SINDEC.		
Decreto	3.745	05/02/2001	Lei	12.245	24/05/2010
Institui o Programa de Interiorização do Trabalho em Saúde.			Altera dispositivos da Lei de Execução Penal para autorizar a instalação de salas de aulas nos presídios.		
Emenda Constitucional	29	13/09/2000	Decreto	7.179	20/05/2010
Assegura os recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde.			Institui o Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas.		
Lei	9.961	28/01/2000	Lei	12.106	07/12/2009
Cria a Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.			Cria, no âmbito do Conselho Nacional de Justiça, o Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas.		
Decreto	3.327	05/01/2000	Decreto	6.950	26/08/2009
Aprova o Regulamento da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.			Dispõe sobre a composição, estrutura, competências e funcionamento do Conselho Nacional de Segurança Pública - CONASP.		
Lei	9.836	23/09/1999	Decreto	6.490	19/06/2008
Institui o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, componente do Sistema Único de Saúde - SUS.			Dispõe sobre o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI.		
Decreto	3.156	27/08/1999	Lei	11.530	24/10/2007
Dispõe sobre as condições para a prestação de assistência à saúde dos povos indígenas.			Institui o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI.		
Lei	9.656	03/06/1998	Dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde.		

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO - 2014, Art. 9º, inciso IV

Lei	11.473	10/05/2007	Decreto	1.590	10/08/1995
Dispõe sobre cooperação federativa no âmbito da segurança pública.			Dispõe sobre a jornada de trabalho dos servidores da Administração Pública Federal.		
Lei	11.343	23/08/2006	Lei	8.036	11/05/1990
Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad.			Dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.		
Decreto	5.289	29/11/2004	Lei	7.998	11/01/1990
Disciplina a organização para desenvolvimento do programa de cooperação federativa denominado Força Nacional de Segurança Pública.			Regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial.		
Decreto	4.553	27/12/2002	Decreto	97.936	10/07/1989
Dispõe sobre a salvaguarda de dados, informações, documentos e materiais sigilosos no âmbito da Administração Pública Federal.			Institui o Cadastro Nacional do Trabalhador.		
Lei	10.201	14/02/2001	Lei	7.798	03/07/1989
Institui o Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP.			Dispõe sobre o salário mínimo.		
Decreto	3.505	13/06/2000	Transporte		
Institui a Política de Segurança da Informação nos órgãos e entidades da Administração Pública Federal.			Lei	12.409	25/05/2011
Decreto	1.093	23/03/1994	Autoriza o DNIT a utilizar recursos federais em apoio à transferência definitiva do domínio da malha rodoviária federal para os Estados.		
Dispõe sobre o Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN.			Lei	12.404	04/05/2011
Lei Complementar	79	07/01/1994	Autoriza a criação da Empresa de Transporte Ferroviário de Alta Velocidade S.A. - ETAV; dispõe sobre a autorização para garantia do financiamento do Trem de Alta Velocidade - TAV, no trecho Rio de Janeiro/RJ e Campinas/SP.		
Cria o Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN.			Medida Provisória	511	05/11/2010
Trabalho			Dispõe sobre a garantia de financiamento de até R\$ 20.000.000.000,00 (vinte bilhões de reais) entre o BNDES e o concessionário que irá explorar o Trem de Alta Velocidade - TAV.		
Lei	12.513	26/10/2011	Lei	12.247	27/05/2010
Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec			Dispõe sobre o Plano Nacional de Viação e sobre a Relação Descritiva do Sistema Hidroviário Nacional.		
Lei	12.506	11/10/2011	Decreto	6.550	27/08/2008
Dispo sobre o aviso prévio e dá outras providências.			Dispõe sobre a estrutura e o funcionamento do Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte - CONIT.		
Lei	12.440	07/07/2011	Decreto	6.256	13/11/2007
Institui a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.			Dispõe sobre a inclusão, no Programa Nacional de Desestatização - PND, do Trem de Alta Velocidade - TAV.		
Decreto		24/11/2010	Decreto	5.765	27/04/2006
Convoca a 1a Conferência Nacional de Emprego e Trabalho Decente - CNETD.			Aprova a Estrutura Regimental do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes -DNIT.		
Decreto		24/11/2010	Decreto	4.721	05/06/2003
Cria a Comissão Nacional de Diálogo e Avaliação do Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar.			Aprova a Estrutura Regimental do Ministério dos Transportes.		
Lei	12.255	15/06/2010	Lei	10.233	05/06/2001
Estabelece diretrizes para a política de valorização do salário mínimo entre 2012 e 2023.			Dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria a ANTT, a ANTAQ, e o DNIT.		
Lei	11.543	13/11/2007	Decreto	1.832	04/03/1996
Cria cargos na área da Previdência, Saúde e Trabalho e extingue cargos no Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC.			Aprova o Regulamento dos Transportes Ferroviários.		
Lei Complementar	123	14/12/2006	Decreto	1.333	08/12/1994
Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.			Dispõe sobre a descentralização da administração de portos, hidrovias e eclusas.		
Lei	11.355	19/10/2006	Lei	8.706	14/09/1993
Dispõe sobre plano de carreiras em diversas áreas da Administração Pública, Previdência, Saúde, Trabalho, Ciência e Tecnologia.			Dispõe sobre a criação do Serviço Social do Transporte - SEST e do Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte - SENAT.		
Decreto	4.796	29/07/2003	Lei	5.917	10/09/1973
Institui o Fórum Nacional do Trabalho.			Aprova o Plano Nacional de Viação.		
Decreto	4.552	27/12/2002	Urbanismo		
Aprova o Regulamento da Inspeção do Trabalho.			Lei	12.587	03/01/2012
Lei	10.483	03/07/2002	Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana.		
Decreto	3.745	05/02/2001	Decreto	7.469	04/05/2011
Institui o Programa de Interiorização do Trabalho em Saúde.			Cria a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - RIDE; institui o Programa Especial de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal.		
Lei	10.101	19/12/2000	Lei	12.112	09/12/2009
Dispõe sobre a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa.			Dispõe sobre as regras e procedimentos sobre locação de imóvel urbano.		
Lei	9.719	27/11/1998	Lei	11.977	07/07/2009
Dispõe sobre normas e condições gerais de proteção ao trabalho portuário e institui multas pela inobservância de seus preceitos.			Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas.		
Lei	9.601	21/01/1998	Lei	11.952	25/06/2009
Dispõe sobre contrato de trabalho por prazo determinado.			Dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União.		
Lei	9.322	05/12/1996			
Dispõe sobre a alocação, em depósitos especiais remunerados, de recursos das disponibilidades financeiras do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT.					

LEGISLAÇÃO DA DESPESA

LDO - 2014, Art. 9º, inciso IV

Decreto Legislativo	8	23/09/2003
Autoriza a execução de contratos para os serviços e obras de recuperação do Sistema de Trens Urbanos de Salvador.		
Lei	10.257	10/07/2001
Estabelece diretrizes gerais da política urbana.		
Lei	8.677	13/07/1993
Dispõe sobre o Fundo de Desenvolvimento Social.		
Decreto Legislativo	44	14/06/1989
Transfere a gestão do Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS, do Banco Central do Brasil para o Ministério da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente.		